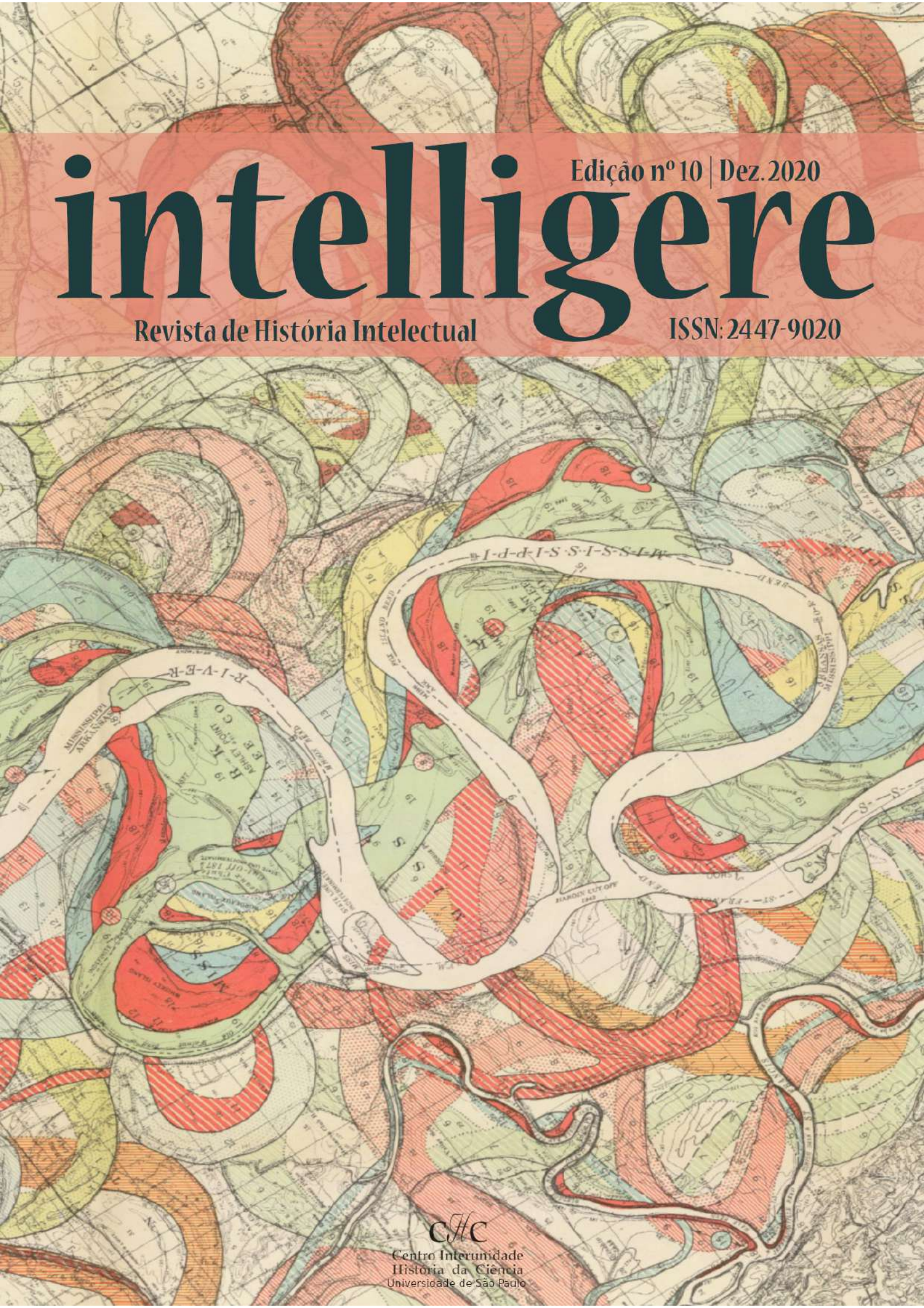




intelligere

Edição nº 10 | Dez. 2020

Revista de História Intelectual

ISSN: 2447-9020

CHC

Centro Interunidade
História da Ciência
Universidade de São Paulo

Intelligere

Revista de história intelectual

nº 10 – dez. 2020 - ISSN: 2447-9020

Intelligere, *Revista de História Intelectual* é um periódico científico semestral, eletrônico, trilingue (português, espanhol e inglês) dedicado aos estudos de História Intelectual e História das Ideias.

Intelligere publica artigos originais, entrevistas, resenhas de livros, notícias de pesquisa em andamento, traduções e fontes documentais relevantes para a história intelectual.

Revista de acesso livre, ***Intelligere***, com o apoio da Universidade de São Paulo, assume todos os custos pelo processamento e publicação dos artigos, sem qualquer custo para autores e leitores.

Administração / Correspondência

Office /Contact

Revista Intelligere

Universidade de São Paulo

CHC - Centro de Interunidades de História da Ciência

Av. Prof. Lineu Prestes, 338 – Térreo

Cidade Universitária – São Paulo – SP

CEP 05508-900

telefone (11) 3091-3776

e-mail: intelligere.revista@gmail.com

Dossiê
Amado L. Cervo

Homenagem em seu
80º aniversário
2021



Apresentação

Exegi monumentum aere perennius

Horácio, Odes, L. III, 39, v.1

Amado Luiz Cervo completa 80 anos em 2021. Não é apenas a data jubilar que motiva a elaboração do dossiê em sua homenagem. Com efeito, sua vida e sua obra elevaram um monumento mais duradouro do que o bronze para a história das Relações Internacionais.

A atuação de Amado Cervo nesse campo é ímpar e deixou marca profunda e indelével, tanto na constituição da área, como em sua consolidação, inovação e ampla disseminação pelo país afora, com múltiplas conexões internacionais com o que há de melhor e mais avançado na pesquisa.

Ao longo de cerca cinquenta anos Amado Cervo tornou-se referência incontornável na pesquisa e no ensino de Relações Internacionais, emprestando seu brilho à historiografia da intrincada rede de relações entre os estados e as sociedades no mundo, desde o final do século 18 até nossos dias. Brasil, Argentina, Chile, França, Itália, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Espanha, Portugal... tantos cenários de intenso intercâmbio e produtiva cooperação.

Alguns de seus amigos e colegas decidimos prestar-lhe homenagem na forma que reflita seu impacto no campo da História da Relações Internacionais. Aquilo que se refere a sua obra, a sua atividade formadora de profissionais na área, a seu magistério em espectro de largo alcance.

Amado Cervo iniciou sua carreira universitária na Universidade de Passo Fundo (Rio Grande do Sul) e foi professor na Universidade de Brasília de 1976 a 2003, quando se aposentou, mantendo ainda por vários anos estreita colaboração científica com o Instituto de Relações Internacionais, de que foi um dos iniciadores.

Renomado e respeitado especialista, emprestou seu saber e seu fazer também à formação de gerações de diplomatas, como professor no Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty). Por décadas pesquisador do CNPq, chegou à categoria de pesquisador sênior.

O presente dossiê reúne quatorze contribuições, de amigos e colegas que decidiram exprimir, em nome de muitos outros e muitas outras – nem todos puderam – com textos de apreciação e análise, a admiração pessoal e o apreço profissional que têm pelo mestre e amigo, colocando em relevo aspectos de seu pensamento e de sua ascendência sobre área.

Dividido em quatro partes, o dossiê aborda a inserção profissional, a formação intelectual e a origem familiar de Amado Cervo (I); seu impacto e influência nos estudos de história das Relações Internacionais e de Política Externa Brasileira, incluída sua inovação teórica e a discussão das “escolas de pensamento” dominantes; sua exemplaridade na prática do ensino de história das Relações Internacionais (III) e alguns casos ilustrativos da temática histórica em Relações Internacionais (IV).

Na primeira parte, Paulo Roberto de Almeida (Itamaraty), Raúl Bernal-Meza (Buenos Aires) e Denis Rolland (Estrasburgo) descrevem, situam e analisam a formação pessoal, a produção intelectual e a influência de Amado Cervo entre Brasil, França e América Latina. O balanço é rico e coloca em relevo como a reflexão de Amado Cervo amadureceu e evoluiu ao longo de lento, gradual e seguro processo crítico de pesquisa e de elaboração teórica dos conceitos diretores da historiografia brasileira de Relações Internacionais.

Em seguida, Paulo Visentini (UFRGS), Eiiti Sato (UnB), Tullo Vigevani com André Campos (Unesp), Adilson Franceschini (USP), Alexandre Moreli (USP) com Carlo Patti (UFG) e Raquel Patrício (Lisboa), analisam e discutem a concepção de Relações Internacionais de Amado Cervo em perspectiva histórica e em diálogo com as escolas francesa, italiana e inglesa. Percebe-se o itinerário de originalidade e independência crítica de Amado Cervo com relação a suas fontes e a pertinência de suas análises, em particular com relação às políticas externas do Brasil e a sua inserção no contexto latino-americano.

Na terceira parte, Thiago Galvão (UnB) e Günther Mros (UFSM) apresentam reflexões sobre como se deu a constituição do campo de ensino de História das Relações Internacionais no Brasil, o papel de Amado Cervo ao longo de décadas e os desafios que tal mister hoje põe.

Por fim, três estudos especializados de temas relevantes de filosofia da História (Nelson Gomes, UnB) e de história das Relações Internacionais (Wolfgang Döpcke e Estevão Martins, UnB) apresentam tópicos especializados que frequentam os debates contemporâneos.

SUMÁRIO

I – Amado Luiz Cervo: percurso e impacto

~ 1 ~

Amado Luiz Cervo e a historiografia brasileira de relações internacionais

Paulo Roberto de Almeida

~ 15 ~

Algunos aportes teóricos y metodológicos de Amado Luiz Cervo al estudio de las Relaciones Internacionales de Brasil y América Latina

Raúl Bernal-Meza

~ 26 ~

Os anos de formação na Europa, 1964-1970

[entrevista com] Denis Rolland

II – História das Relações Internacionais e Política Externa Brasileira

~ 46 ~

História e Relações Internacionais: o caso do Brasil

Paulo Fagundes Visentini

~ 70 ~

Política externa do Brasil desde a redemocratização: evolução, mudanças e perspectivas futuras

Eiiti Sato

~ 91 ~

Discutindo conceitos para uma escola brasileira de Relações Internacionais: um debate epistemológico - Audrey Alejandro e as formulações de Amado Cervo

André Sanches Siqueira Campos e Tullo Vigevani

~ 111 ~

História das Relações Internacionais do Brasil: uma aventura metodológica

Adilson Franceschini

~ 127 ~

Ser historiador das relações internacionais. Diálogos com as escolas francesa e italiana

Alexandre Moreli e Carlo Patti

~ 140 ~

Revisitando a Escola Inglesa – da velha via média das Relações Internacionais à nova escola inglesa

Raquel de Caria Patrício

III – Ensinar História das Relações Internacionais

~ 162 ~

Tornar-se um Historiador das Relações Internacionais no Brasil

Thiago Gehre Galvão

~ 178 ~

O desafio de ensinar História em cursos de Relações Internacionais

Günther Richter Mros

IV – Emblemas e problemas em História

~ 191 ~

A semântica do passado

Nelson Gonçalves Gomes

~ 206 ~

“Agora ou nunca!” - O imperador Guilherme II e a Primeira Guerra Mundial

Wolfgang Döpcke

~ 244 ~

Ceticismo nas Relações Internacionais: o caso europeu

Estevão de Rezende Martins



ARTIGOS - ARTICLES

Amado Luiz Cervo e a historiografia brasileira de relações internacionais

Paulo Roberto de Almeida¹

Professor em Direito do Centro Universitário de Brasília (Uniceub)
pralmeida@me.com

Como citar este artigo: ALMEIDA, Paulo Roberto. “Amado Luiz Cervo e a historiografia brasileira de relações internacionais”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº10, pp. 1-14. 2020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa:

Resumo: Ensaio em torno da historiografia brasileira de relações internacionais, política externa e história diplomática, com foco especial na obra acumulada pelo professor emérito da Universidade de Brasília (UnB) Amado Luiz Cervo, que se consagrou como paradigma da produção histórica nessas áreas, inclusive em perspectiva comparada com outros países da América Latina, com destaque para a Argentina. São referidas suas principais obras produzidas desde os anos 1970 até o período recente, quando produziu trabalhos de síntese nesses campos.

Palavras-chave: Amado Cervo; Historiografia brasileira; Relações internacionais; História diplomática.

Amado Luiz Cervo and the Brazilian international relations historiography

Abstract: Essay about the Brazilian historiography of international relations, external policy and diplomatic history, with an emphasis on the work of Emeritus professor of the University of Brasília (UnB) Amado Luiz Cervo, who has distinguished himself as a paradigm in the historical production in those areas, including in a comparative perspective with Latin American neighbors, in especial Argentina. His many works published since the 1970s are

¹ Paulo Roberto de Almeida é diplomata de carreira no Ministério das Relações Exteriores; professor nos programas de mestrado e doutorado em Direito do Centro Universitário de Brasília (Uniceub); editor da Revista do IHG-DF; Email: pralmeida@me.com; site pessoal: www.pralmeida.org; <http://orcid.org/0000-0003-2332-6233>.

subject to a brief presentation, up to our days, when he produced comprehensive works in those areas.

Keywords: Amado Cervo; Brazilian historiography; International relations; Diplomatic history.

A historiografia brasileira das relações internacionais exhibe, ela própria, uma longa história, tanto no plano de seus métodos, em evolução constante desde o século XIX, quanto no de seu objeto, que é obviamente constituído pelas relações exteriores do Brasil e pela sua diplomacia, ou seja, a atividade do corpo profissional que a distinguiu desde cedo pela alta qualidade de seus integrantes, vários deles com estatura de estadistas. Não foi talvez o caso do próprio patrono da historiografia brasileira, Francisco Adolfo de Varnhagen (1972; 1975), que produziu uma história basicamente oficial, defendendo com base em documentos de governo as ações e posições dos governos portugueses nas relações com as demais potências envolvidas nas questões diplomáticas das colônias da América ibérica, mas apenas durante o período colonial e até a independência do Brasil. A diplomacia do primeiro Império e do Segundo Reinado foi abordada, num primeiro momento, por historiadores estrangeiros – o inglês Robert Southey (1810-1819) e o alemão Heinrich Handelmann (1865) –, que enfrentaram restrições de membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838.

Nos anos seguintes, a história da política externa, incluída em obras de história geral do Brasil, foi feita por historiadores amadores, por alguns autodidatas, ou até pelos próprios diplomatas, a exemplo do patrono da diplomacia brasileira, o Barão do Rio Branco, que escreveu uma *Esquisse de l'Histoire du Brésil*, para a Exposição Universal de Paris, de 1889, incluído como capítulo 5 da obra editada por Santa Anna Nery: *Le Brésil en 1889*. Rio Branco foi mais do que um historiador diplomático, uma vez que ele mesmo ajudou a fazer a história do Brasil, primeiro como defensor das fronteiras do país, em pendências arbitrais ou negociações diretas, depois como chanceler durante dez longos anos.

Nessa época, a historiografia diplomática esteve representada sobretudo pelo diplomata Manuel de Oliveira Lima, cujas obras sobre a transição brasileira para o status de nação independente – *O Reconhecimento do*

Império (1901); *D. João VI no Brasil* (1945); *O Movimento da Independência*; *O Império Brasileiro (1822-1889)* (1958), entre várias outras – ainda hoje sustentam o teste do tempo. Na sua sequência, o trabalho foi retomado pelos próprios membros do IHGB ou por acadêmicos com experiência política, a exemplo de Pandiá Calógeras, cuja obra em três volumes – *A Política Exterior do Império* (1929-1932; 1989; 1998) – cobre, na verdade, toda a história de Portugal, a formação de seu império americano e, aí sim, a política exterior do novo Estado independente, mas só até a derrubada de Rosas (1853). A produção historiográfica já se tinha profissionalizado amplamente, na primeira metade do século XX, mas a história das relações exteriores continuava a ser escrita por diplomatas ou por acadêmicos estreitamente vinculados ao establishment diplomático, como os professores do Instituto Rio Branco, criado em 1945. Estão nesse caso, o historiador Hélio Vianna (1961) e o geógrafo Delgado de Carvalho (1959; 2016), todos dois autores de obras de título idêntico: *História Diplomática do Brasil*, ambas publicadas no mesmo período. O historiador José Honório Rodrigues também deu aulas no IRBr no decorrer dos anos 1950, mas sua apostila de história diplomática só foi publicada em meados dos anos 1990, por iniciativa do historiador Ricardo Seitenfus (1995).

O manual de Delgado de Carvalho permaneceu durante décadas como a obra básica de estudo para os candidatos à carreira diplomática, mas ela tinha se tornado praticamente rara, por dispor de uma única edição, a original, a despeito do lento acumular de novos trabalhos de pesquisa, tanto por parte de diplomatas profissionais, quanto de historiadores da academia, duas comunidades que nem sempre se falaram, em parte devido aos desencontros políticos ao longo do regime militar (1964-1985). No campo específico da história da política externa do Brasil, o campo foi bastante renovado a partir dos trabalhos de acadêmicos que estavam terminando dissertações e teses no exterior, a exemplo de Gerson Moura (1980; 1991), de Maria Regina Soares de Lima (2013), de Ricardo Seitenfus (1985) e vários outros.

Nos anos 1970 começaram a aparecer cursos de graduação (UnB) ou de pós-graduação (PUC-Rio) especializados em temas de relações internacionais, nas duas vertentes clássicas, ciência política e história, com bastante osmose entre ambas. Foi nesse contexto que começaram a ganhar destaque os trabalhos, numa primeira fase de modo discreto, depois com maior

audiência, produzidos no âmbito do Departamento de História da UnB, graças sobretudo aos esforços individuais do professor do Amado Luiz Cervo, que recém retornava de estudos pós-graduados na França. Desse período resultou seu primeiro livro editado comercialmente: *Contato entre civilizações* (1975), um estudo sobre a conquista e a colonização espanhola das Américas. É dessa época, também, um artigo que dá início a uma vasta produção especializada: “Os primeiros passos da diplomacia brasileira” (1978).

O Departamento de História da UnB se fundiria, mais adiante, com o de Ciência Política, para constituir o Instituto de Relações Internacionais, responsável, ao longo das últimas décadas, por uma massa impressionante de pesquisas e publicações, que alcançaram renome mundial e internacional. Com vários outros professores, da UnB e parceiros em projetos de pesquisa sobre as relações internacionais do Brasil, o pequeno grupo original de historiadores constituiu o núcleo de uma grande comunidade de acadêmicos voltados para a historiografia das relações internacionais do Brasil, mas não apenas nesse campo, pois que abrangendo outras vertentes de estudo, inclusive em cooperação com os diplomatas. Mesmo se o trabalho de pesquisa histórica em temas de relações exteriores não seguiu uma escola específica no plano da metodologia, como é mais frequente de ocorrer com os modelos teóricos dos seus colegas da ciência política, esse grupo da UnB, mas mais especificamente o professor Amado Cervo, demonstrou confessada adesão à metodologia de Renouvin e Duroselle e, de modo geral, à escola francesa de história das relações internacionais.

Amado Cervo foi, precisamente, um dos representantes mais distinguidos das novas correntes da pesquisa universitária, combinando rigor na consulta às fontes primárias e um tratamento propriamente “social” (no seu sentido amplo, isto é, compreendendo também os aspectos políticos e econômicos) da história diplomática, considerada como parte integrante da história “global” do País. É dele o primeiro trabalho exaustivamente documentado sobre o importante papel do Parlamento na condução das relações exteriores do Brasil, ao desvendar, em *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores, 1826-1889* (1981), o envolvimento do Legislativo na formulação, implementação e controle da política externa durante todo o período monárquico. Amado Cervo já tinha assinado com o professor

Clodoaldo Bueno, da UNESP, Campus de Marília, um utilíssimo (ainda que sintético) livro sobre *A Política Externa Brasileira, 1822-1985* (1986), uma espécie de ensaio geral à obra mais completa que ambos publicaram recentemente: *História da Política Exterior do Brasil* (1992; 2020).

Essa obra marcou época na bibliografia recomendada para o estudo da diplomacia e da política externa do Brasil, passando a ser utilizado por praticamente todos os candidatos ao exame de ingresso na carreira diplomática nos trinta anos seguintes, até ser possivelmente confrontado à obra mais recente do embaixador Rubens Ricupero, professor durante anos no curso de graduação e pós em relações internacionais da UnB: *A diplomacia na construção do Brasil, 1750-2016* (2017). No intervalo, Amado Cervo, solitariamente ou em colaboração, produziu muitas outras obras, entre as quais pode ser citada uma do mesmo ano em que foi publicado o manual-padrão: *Relações Históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia* (1992), um excelente *racconto storico* sobre os altos e baixos do relacionamento bilateral, sobretudo do ponto de vista dos homens que o fizeram.

Não seria o caso de retomar aqui as características e virtudes da “nova história diplomática” inaugurada por Cervo e Bueno. Caberia, entretanto, sublinhar a metodologia “renouviniana” no trabalho com as fontes primárias, uma bem-vinda ênfase nas questões econômicas do relacionamento externo, a valorização do multilateralismo – tema praticamente inexistente nos manuais tradicionais – e a adoção de uma perspectiva de largo curso na identificação das grandes fases da política externa: a “conquista e o exercício da soberania” (para a época imperial), “dos alinhamentos ao nacional-desenvolvimentismo” (para o período republicano até 1964) e o “nacionalismo pragmático” (para a fase recente). Ambos autores parecem aderir às concepções comuns à maior parte dos historiadores universitários, tendentes a acreditar que as relações internacionais do Brasil se movem alternativamente entre o paradigma “liberal-conservador” – por definição contrário ao “interesse nacional” – e o projeto “nacional-desenvolvimentista”, que é sempre valorizado como sendo uma espécie de *nec plus ultra* da ideologia da diplomacia brasileira.

Ampliando seu relacionamento internacional – tendo já ocupado uma das vice-presidências da Comissão de História das Relações Internacionais –, Amado Cervo ajudou a organizar muitos seminários com convidados do

exterior, sobretudo da França e da Argentina, a partir dos quais vários livros foram organizados por ele ou em colaboração: *O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília (1994); *Relações Internacionais dos Países Americanos: vertentes da História* (1994); *Le Brésil et le Monde: pour une histoire des relations internationales des puissances émergentes* (1998); *Relações internacionais da América Latina* (2001), livro no qual voltou a tratar dos velhos e novos paradigmas das diplomacias da região; *O crescimento das relações internacionais no Brasil* (2005). Com o historiador argentino Mario Rapoport, ele organizou uma *História do Cone Sul* (1998), também publicado na Argentina como *El Cono Sur: una Historia común* (2002). Com o diplomata e historiador português, José Calvet de Magalhães, organizou o volume *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000* (2000), no quadro das comemorações pelos 500 anos do Descobrimento.

Uma de suas reflexões mais importantes, justamente elaborada a partir de seus muitos trabalhos anteriores de pesquisa em arquivos e com base na literatura secundária, foi oferecida neste livro, que ele mesmo considera um de seus mais importantes, antes da síntese mais recente, sobre a qual se falará ao final: *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros* (2008). Essa obra, à diferença dos livros mais empiricamente embasados, se dedica à elucidação de conceitos e paradigmas, com base na história, mas buscando transcender o fluxo descritivo daqueles outros trabalhos para penetrar nas continuidades e rupturas das grandes linhas da política externa brasileira em praticamente dois séculos de afirmação: 1808 foi o ano em que a política externa da “metrópole” – retirada da península ibérica pela invasão napoleônica do ano anterior, passa a ser feita a partir do Rio de Janeiro.

Ele está organizado em três partes distintas, mas que se complementam: a primeira se dedica a seguir as transições entre diferentes fases da política externa no plano histórico; a segunda se organiza tematicamente em torno das grandes questões do multilateralismo, da globalização, da defesa e segurança, assim como à integração das economias nacionais em blocos comerciais, no caso do Brasil representado pelo Mercosul; a terceira, finalmente, recolhe essas diferentes dimensões da política externa e das relações internacionais do Brasil para examinar as bases da atuação internacional do país, em tornos dos eixos de grandes parcerias (Estados

Unidos e grandes potências) e da projeção do país em outros continentes. O que faz Amado Cervo, de certo modo, é defender a ideia de que o Brasil, e os estudiosos nacionais (em especial os da UnB), já superaram a fase de “substituição de importações” – quando se analisava as relações exteriores do país com base em modelos analíticos importados – e passaram a construir uma disciplina dotada de escopo e métodos próprios.

Os artigos de Amado Cervo em revistas especializadas ou suas colaborações a obras coletivas são por demais numerosos para serem apresentados em sua totalidade neste espaço. Cabe mencionar, no entanto, dois deles: “Entre l’Europe et l’Amérique, la Politique Extérieure du Brésil au XIX Siècle (1808-1912)” (1999) e o capítulo em livro organizado por ocasião do centenário da posse do Barão do Rio Branco como chanceler: “O Barão do Rio Branco e a modernização da agenda brasileira” (2002). Vale também referir que grande parte dos ensaios mais recentes abordam temas de “histoire immédiate”, focando as relações internacionais do Brasil nos diversos governos brasileiros desde os anos 1990 até a atualidade, de que são exemplos artigos publicados na *Revista Brasileira de Política Internacional*: “Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina” (2000); “Relações Internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso”, (2002); “A política exterior: de Cardoso a Lula” (2003).

Não obstante importantes trabalhos de pesquisa e obras publicadas por historiadores de grande relevância na história da política externa e da diplomacia brasileira é forçoso reconhecer que poucos acadêmicos, no Brasil exibiram, como o professor Amado Cervo, uma tal relação de bons serviços prestados à causa do internacionalismo acadêmico e da pesquisa histórica de excelente qualidade, serviços sempre marcados pela honestidade intelectual, pela dedicação ao conhecimento exaustivo dessas questões e pelo compromisso didático sempre renovado a cada semestre de atividades docentes. Tais atributos projetaram sobre esse campo de estudos no Brasil uma marca de excelência que há muito ultrapassou as fronteiras do país. Suas muitas obras – livros, artigos, ensaios em volumes coletivos, participação em seminários acadêmicos e mesas redondas – constituem menções obrigatórias na bibliografia de referência.

Não sem méritos, quando foram transferidos do Rio de Janeiro para Brasília, em 1992-93, o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (fundado em 1954) e sua publicação central, a *Revista Brasileira de Política Internacional* (a mais antiga da área, criada em 1958), Amado Cervo foi unanimemente escolhido como editor do periódico, exercendo-se durante vários anos em sua primeira fase de Brasília. Não sem razão, tampouco, sua produção ocupou largo espaço num artigo de síntese bibliográfica elaborado para um dos primeiros números dessa revista em sua fase de Brasília: “Estudos de Relações Internacionais do Brasil: Etapas da produção historiográfica brasileira, 1927-1992” (Almeida, 1993). Também em função de sua vasta produção ele foi legitimamente homenageado com o título de Professor Emérito da UnB.

Aposentado, mas não inativo, ele continuou a produzir, e não só atualizando o manual com Clodoaldo Bueno (já em sexta edição; 2020), mas igualmente um livro síntese, quase que de inspiração hegeliana, em seu título: *O Espírito das Relações Internacionais* (2020). Os acréscimos efetuados por Amado Cervo ao manual conjunto sobre a *Política Exterior do Brasil* chegam a 2020, e cobrem, portanto, algumas das tomadas de posição da nova diplomacia bolsonarista, em grande medida influenciada pelas posturas claramente ineptas na área das relações internacionais daquele que passa por conselheiro ideológico do governo Bolsonaro, um sofista expatriado sem qualquer qualificação no setor: antiglobalismo, antimultilateralismo, impregnação religiosa na diplomacia, hostilização aberta a governos supostamente de esquerda, adesão subserviente ao governo do presidente Trump e outras do mesmo tipo. Os novos parágrafos são enfeixados por novos conceitos claramente expressados, enfeixados por um título absolutamente explícito a essa última parte: “Estagnação e atraso global: 2014-2020”, sendo que as novas considerações abrangem as questões mais relevantes da agenda diplomática do Brasil nas novas condições do sistema internacional: a estagnação econômica como tendência, o multilateralismo e comércio exterior, a vizinhança do Brasil e suas relações com as grandes potências.

As novas referências bibliográficas, correspondendo ao período recente coberto, e que foram acrescentadas ao final do livro, se referem mais exatamente a matérias da imprensa, mais até do que a livros ou artigos acadêmicos, sendo que diversas são até mais expositivas do que analíticas, dada

ao caráter de “história imediata” dos eventos selecionados como exemplos. Encontra-se nesse caso o assassinato de um general iraniano no Iraque, em janeiro de 2020, quando o Itamaraty – talvez não exatamente o ministério, mas seus controladores, amadores – lança uma nota confusa, condenando o terrorismo, não o atentado americano, contrário, em princípio, ao direito internacional; esse exemplo serve para apoiar, em seguida, a caracterização também feita por um jornalista, evidenciando o alinhamento cego do Itamaraty ao governo Trump. Também nesse impulso de história imediata, estão referidos equívocos do novo governo com os temas do meio ambiente, das relações com a China e outros, entre eles os atritos com os vizinhos, em primeiro lugar a Venezuela.

Já o novo livro, *O Espírito das Relações Internacionais*, em fase de publicação, se apresenta como uma espécie de síntese conceitual de todo o itinerário intelectual de Amado Cervo em sua condição de pesquisador das relações internacionais do Brasil, mas pode também servir de *locus* reflexivo sobre como ele concebe o sistema internacional de forma geral, o que já é evidente pelos títulos de seus onze capítulos: valores, segurança, defesa, interesses, sobrevivência, convivência, guerra, teorias, conceitos, “pedaços” (que se referem a países e regiões) e, finalmente, itinerários (ou seja, ritmos alternativos de desenvolvimento entre os países, os avançados e os que permanecem atrasados, aquilo que os economistas historiadores chamam de divergência e convergência na marcha das economias). Esse último capítulo se ocupa, portanto, das assimetrias entre os países – poder econômico e militar, autonomia tecnológica, etc. –, o que constitui o próprio núcleo das relações internacionais, e também dos intercâmbios globais. As “forças profundas” podem ser influenciadas por fatores contingentes, como se sabe.

A introdução ao livro (comunicada em seu formato pré-impressão) já abre por uma constatação que poderia ser de senso comum, mas que deve ser reafirmada, para quem pretenda escrever sobre as relações internacionais a partir das sólidas bases da história, da economia, das relações de poder, como elas se exercem na realidade, e não com base em modelos teóricos, por mais elegantes que eles possam ser: “As relações internacionais assentam sobre uma base empírica.” Ou seja, não se pode partir dos fatos concretos que subjazem às ações dos Estados. Mas, ele acrescenta logo em seguida:

Existem, contudo, impulsos que movem os Estados, as nações e os demais agentes da sociedade, quando agem externamente. Os impulsos correspondem a comandos superiores do movimento das relações internacionais. Esses comandos superiores pairam sobre a empiria, ou seja, pairam sobre os fatos, as tendências e as versões narrativas das relações internacionais. Os comandos superiores conferem inteligibilidade, portanto conduzem à compreensão do complexo movimento das relações internacionais.

Em outros termos, esses impulsos podem corresponder a motivações pessoais dos agentes primários das relações de poder, que podem ser dirigentes orientados por certas ideias, determinados objetivos, ambições ou até percepções ou reações a ações de países supostamente adversários ou concorrentes numa determinada esfera de influência. Confirmando, aliás, sua precoce adesão à visão francesa das relações internacionais – mais exatamente, às chamadas “forças profundas” sempre referidas por Renouvin – ele estabelece quais são as premissas que orientaram suas reflexões sobre o “espírito” dessas relações:

O estudo acerca do espírito das relações internacionais navega sobre águas profundas e horizontes longínquos, sobre aqueles componentes de percurso que imprimem à rota cuidados, rumo e orientação. O estudo mira a chegada, o destino: fornece explicação, inteligibilidade e compreensão para o movimento das relações internacionais.

Sua preocupação básica, nesta obra recente, talvez a última de uma longa carreira, é com o objetivo de “conferir inteligibilidade e explicação ao movimento dos agentes das relações internacionais”, o que nem sempre é possível, dada a multiplicidade de “impulsos” ou “opiniões” emergindo naturalmente em ambientes democráticos ou autoritários, o que redundaria, parafraseando um famoso economista, no aparecimento do equivalente político, ou geoestratégico, daqueles fatores contingentes, e inesperados, simbolizados pela figura dos “cisnes negros”. Daí as guerras, que podem surgir mesmo na ausência de algum planejamento de “conquista” ou “retaliação”, e sim por acidentes, como tantas vezes ocorrido na história: talvez a Grande Guerra, talvez a guerra de Tróia. O final de sua introdução expressa os seus objetivos principais nesta obra, que deve estar à disposição dos leitores dentro em breve:

As relações internacionais são complexas. Dar-lhes inteligibilidade e compreensão é o alvo dos estudos da área. Este livro lida com a pergunta essencial: quais são os comandos

superiores que agem como impulsos na origem e determinam ao termo o resultado da ação externa dos agentes que se movimentam pelo mundo?

O capítulo conclusivo retoma, ainda mais sinteticamente, cada um dos conceitos e caracterizações expressos nos onze capítulos substantivos sobre os grandes movimentos das relações internacionais, que Amado imputa aos “comandos superiores”, que orientam os agentes, justamente aqueles onze examinados ao longo do livro. Suas conclusões finais são uma condensação dos argumentos expostos, e podem ser reproduzidas aqui:

Os onze comandos superiores das relações internacionais encontram dois moderadores: o multilateralismo do direito internacional e as organizações governamentais e não governamentais internacionais.

Em suma: o espírito das relações internacionais é feito de comandos superiores que pairam sobre agentes e movimento, como causalidade e explicação soberanas do miúdo dos fatos e das tendências. Conduzem ao conhecimento e fundamentam a decisão certa dos agentes.

O fato de colocar o “multilateralismo do direito internacional”, bem como as organizações intergovernamentais, tanto quanto as ONGs da sociedade civil, na condição de “moderadores” dos “impulsos” dos agentes estatais de certa forma coloca Amado Cervo num terreno praticamente oposto aos princípios de atuação da diplomacia bizarra sendo atualmente implementada pelo governo Bolsonaro. A esse propósito, os “comandos superiores” que “pairam sobre agentes e movimento” dessa atual política externa e diplomacia não parecem ser aqueles que, segundo sua frase final, “conduzem ao conhecimento e fundamentam a decisão certa” desses agentes. A julgar pelos desatinos, equívocos e virtual rejeição universal tanto do presidente atual, quanto de seu chanceler acidental, assim como da política externa (ou falta de) que parece se contrapor a todas as tendências e padrões exibidos nos últimos dois séculos pela diplomacia brasileira – tal como exposta e analisada nas muitas obras de Amado Cervo e associados –, tais comandos que pairam sobre os atuais “agentes” não exibem absolutamente nada de superiores, apenas revelam certos preconceitos ultrapassados e péssimos instintos primários, não fundamentados em nenhum conhecimento ou dados da realidade. Possivelmente, numa sétima edição do manual a quatro mãos sobre a *Política Exterior do Brasil* ou numa segunda edição deste seu livro-síntese,

Amado Cervo exporá sua avaliação do momento presente da política externa e da diplomacia brasileira com base nos seus critérios analíticos já consolidados.

Referências:

ALMEIDA, P. R. “Estudos de Relações Internacionais do Brasil: Etapas da produção historiográfica brasileira, 1927-1992”, *Revista Brasileira de Política Internacional*, 36-1, 1993.

CALÓGERAS, P. A Política Exterior do Império (3 vols., 1929-1932); novas edições fac-similares: Brasília: Câmara dos Deputados, Introdução por João Hermes Pereira de Araújo. 1989; Brasília: Senado Federal, 1998, 3 vols.

CERVO, A. L. Contato entre civilizações. São Paulo, McGraw-Hill, 1975.

CERVO, A. L. “Os primeiros passos da diplomacia brasileira”, *Relações Internacionais*, 1-3, 1978.

CERVO, A. L. O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores, 1826-1889. Brasília, Editora da UnB, 1981.

CERVO, A. L. Relações Históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia. Brasília-São Paulo: Editora da UnB-Istituto Italiano di Cultura, 1992.

CERVO, A. L. “Estudos de Relações Internacionais do Brasil: Etapas da produção historiográfica brasileira, 1927-1992”, *Revista Brasileira de Política Internacional*, 36-1, 1993.

CERVO, A. L. “Entre l'Europe et l'Amérique, la Politique Extérieure du Brésil au XIX Siècle (1808-1912)”, In: MATTOSO, K. Q.; SANTOS, I. M.; ROLLAND, D. (orgs.), *Le Brésil, l'Europe et les Équilibres Internationaux*. Paris : Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1999.

CERVO, A. L. “Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina”, *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43-2, 2000; <https://doi.org/10.1590/S0034-73292000000200001>.

CERVO, A. L. “Relações Internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso”, *Revista Brasileira de Política Internacional*, 45-1, 2002; <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292002000100001>.

CERVO, A. L. “A política exterior: de Cardoso a Lula”, *Revista Brasileira de Política Internacional*, 46-1, 2003; <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292003000100001>.

CERVO, A. L. “O Barão do Rio Branco e a modernização da agenda brasileira” In: CARDIM, C. H.; ALMINO, J. (orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil*. Brasília: Funag, 2002.

- CERVO, A. L. Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros. Brasília, Editora da UnB, 2008.
- CERVO, A. L. O Espírito das Relações Internacionais. Brasília: Editora da UnB, em publicação; 2020.
- CERVO, A. L. (org.). O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília: Editora da UnB, 1994.
- CERVO, A. L. (org.). Relações internacionais da América Latina. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- CERVO, A. L.; BUENO, C. A Política Externa Brasileira, 1822-1985. São Paulo, Ática, 1986.
- CERVO, A. L.; BUENO, C. História da Política Exterior do Brasil 1ª. Ed.; São Paulo, Ática, 1992; 6ª. Ed.; Brasília: Editora da UnB, 2020.
- CERVO, A. L.; DÖPKE, W. (orgs.). Relações Internacionais dos Países Americanos: vertentes da História. Brasília: Editora da UnB, 1994.
- CERVO, A. L.; ROLLAND, D. ; SARAIVA, J. F. S. (orgs.). Le Brésil et le Monde : pour une histoire des relations internationales des puissances émergentes. Paris : L'Harmattan, 1998.
- CERVO, A. L.; SARAIVA, J. F. S. (orgs.). O crescimento das relações internacionais no Brasil. Brasília: Editora da UnB, 2005.
- CERVO, A. L.; MAGALHÃES, J. C. de (orgs.). Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000. Brasília: Editora da UnB, 2000.
- CERVO, A. L.; RAPOPORT, M. (orgs.) História do Cone Sul. Brasília: Editora da UnB, 1998; ed. argentina: El Cono Sur: una História común. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- DELGADO DE CARVALHO, C. História Diplomática do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959; nova edição pelo Senado Federal, 2016.
- HANDELMANN, H. Geschichte von Brasilien (1865); traduzido e publicado: Rio de Janeiro: IHGB, 1931.
- LIMA, M. O. O Reconhecimento do Império (História diplomática do Brasil). Paris-Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901.
- LIMA, M. O. D. João VI no Brasil. Prefácio de Octavio Tarquinio de Sousa. 2ª. ed.; Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1945, 3 vols.
- LIMA, M. O. O movimento da independência; O Império Brasileiro (1822-1889). 2ª. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.
- MOURA, G. Autonomia na dependência: a política exterior brasileira de 1935 a 1943. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MOURA, G. Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

RICUPERO, R. A diplomacia na construção do Brasil, 1750-2016. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

RIO BRANCO, B. *Esquisse de l'Histoire du Brésil*, in: NERY, S. A. *Le Brésil en 1889*.

RODRIGUES, J. H.; SEITENFUS, R. Uma História Diplomática do Brasil, 1531-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SEITENFUS, R. O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos: 1930-1942. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira, 1985.

SOARES DE LIMA, M. R. The Political Economy of Brazilian Foreign Policy: Nuclear Energy, Trade and Itaipu. Brasília: Funag, 2013.

SOUTHEY, R. History of Brazil. Londres: Longman; Hurst, Rees, and Orme, Paternoster-row, 1810-1819, 3 vols.

VARNHAGEN, F. A. História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal. Revisão e Notas de Rodolfo Garcia. 8ª. edição integral; São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975.

VARNHAGEN, F. A. História da Independência do Brasil, até o reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data (Anotada pelo Barão do Rio Branco, por uma Comissão do IHGB e pelo prof. Hélio Vianna). 6ª ed.; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972.

VIANNA, H. História da República; História Diplomática do Brasil. 2ª ed.; São Paulo: Melhoramentos, 1961.



ARTIGOS - ARTICLES

Algunos aportes teóricos y metodológicos de Amado Luiz Cervo al estudio de las relaciones internacionales de Brasil y América Latina

Raúl Bernal-Meza¹

Professor de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Humanas
Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires
bernalmeza@hotmail.com

Como citar este artigo: Raúl Bernal-Meza. “Algunos aportes teóricos y metodológicos de Amado Luiz Cervo al estudio de las relaciones internacionales de Brasil y América Latina”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº10, pp. 15-25. 2020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa

Resumo: El artículo presenta la obra del profesor Amado Luiz Cervo, citando sus trabajos sobre metodología de investigación, historia de las relaciones internacionales de Brasil y América y Latina y sus aportes teórico-metodológicos para el estudio de las relaciones internacionales y la política exterior. Se pone atención preferencial y específica en los aportes del profesor al desarrollo de un pensamiento teórico y analítico original, que sea propio de América Latina, a través de la elaboración de paradigmas, conceptos y categorías. El trabajo del profesor Cervo sobre la formulación de un pensamiento regional y brasileño para estudiar la inserción internacional, junto a otros profesores latinoamericanos, ha contrapuesto la visión dominante del pensamiento anglosajón con la elaboración la región para comprender la especificidad de las relaciones internacionales de nuestra región a partir de las condiciones que derivan de las características histórico-estructurales de la inserción internacional de América Latina. Después de presentar su metodología de trabajo, el texto analiza algunos de los aportes conceptuales más importantes, entre ellos la formulación de paradigmas y conceptos, poniendo de relevancia su aplicación e influencia sobre otras comunidades de pensamiento en Sudamérica.

Palavras-chave: Metodología; Paradigmas; Conceptos; Relaciones Internacionales.

¹ Raúl Bernal-Meza, Ph.D., es Profesor Titular de Relaciones Internacionales de la Facultad de Ciencias Humanas de la Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (Argentina) e Investigador del Instituto de Estudios Internacionales de la Universidad Arturo Prat (Chile, con la jerarquía de Profesor Titular. Email: bernalmeza@hotmail.com. OrCID: <https://orcid.org/0000-0003-3546-6137>.

*Some theoretical-methodological contributions of Amado Luiz Cervo to
the study of international relations of Brazil and Latin America*

Abstract: The article presents the work of Professor Amado Luiz Cervo, citing his works on research methodology, history of Brazilian and Latin American international relations and his theoretical-methodological contributions to the study of international relations and foreign policy. Preferential and specific attention is given to the professor's contributions to the development of original theoretical and analytical thinking, which is specific to Latin America, through the elaboration of concepts and categories. Professor Cervo's work on the formulation of a regional and Brazilian thought to study international insertion, together with other Latin American professors, has contrasted the dominant vision of Anglo-Saxon thought with the elaboration of the region to understand the specificity of our region's international relations based on the conditions derived from the historical-structural characteristics of Latin America's international insertion. After presenting its work methodology, the text analyzes some of the most important conceptual contributions, including the formulation of paradigms and concepts, highlighting their application and influence on other communities of thought in South America.

Keywords: Methodology; Paradigms; Concepts; International Relations.

Introducción:

El reconocido profesor Amado Luiz Cervo, Profesor Emérito de la Universidad de Brasilia y del Instituto Rio Branco del Servicio Exterior del Ministerio de Relaciones Exteriores del Brasil, ha realizado grandes aportes a la disciplina de las relaciones internacionales, tanto desde la historia como la metodología y los estudios epistémico-conceptuales. Muchos estudiantes y académicos lo conocen, en su país y en el exterior, por dos de las obras más difundidas y que han alcanzado muchas ediciones: la *História da política exterior do Brasil*, escrita con la colaboración de su colega Clodoaldo Bueno, y *Metodologia Científica*, en colaboración con Pedro Bervian y R. Da Silva.

Sin embargo, su obra es muy extensa. La contribución de Amado Luiz Cervo a las relaciones internacionales se puede clasificar en tres grandes líneas: 1) historia de la política exterior de Brasil; 2) historia de las relaciones internacionales de América Latina; 3) elaboración de conceptos y categorías analíticas para el estudio de las relaciones internacionales y de los tipos ideales

de Estado, de cuya abstracción derivaron interpretaciones sobre la praxis de la política exterior y la diplomacia correspondiente a cada modelo, en una perspectiva histórica que se articula con los estudios de las dos líneas precedentes. Entre las obras más difundidas de estas líneas se encuentran: *História da política exterior do Brasil* (en colaboración con Clodoaldo Bueno); *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias* (org.); *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*; *Depois das carabelas As relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000* (en colaboración con José de Magalhães); *A Parceria Inconclusa: As relações entre Brasil e Portugal*; *A política externa brasileira, 1822-1985* (en colaboración con Clodoaldo Bueno); *Imagens da Diplomacia Brasileira* (en colaboración con Carlos Cabral); *O crescimento das relações internacionais do Brasil* (organizador junto a José Flávio Saraiva); *Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*; *Relações internacionais dos países americanos; vertentes da História* (en colaboración con Wolfgang Döpcke); *História do Cone Sul e História del Cono Sur; una historia común* (ambos en colaboración con Mario Rapoport. *Inserção Internacional Formação dos conceitos brasileiros*; además de una extensa obra como editor y decenas de capítulos de libros y artículos en revistas científicas, publicados en diversos idiomas.

Aportes: paradigmas, conceptos y categorías analíticas:

De estas tres vastas líneas, me voy a referir en especial a la contribución de Amado Cervo al desarrollo de un pensamiento teórico y analítico propio de América Latina, a través de la elaboración de conceptos y categorías, con los cuales nuestro colega y amigo ha formado parte de un grupo de académicos y teóricos que no siendo muchos, han animado un debate, de proyección internacional, acerca de la no conveniencia del uso de la teoría formulada en la academia norteamericana para abordar el estudio de nuestras relaciones internacionales y la necesidad de elaborar un instrumental propio de la región para entender éstas, a partir de las condiciones que derivan de las características histórico-estructurales de la inserción internacional de América Latina.²

² Ejemplos de la proyección internacional de este debate son los trabajos de Amado Cervo, "Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático". *Revista Brasileira de Política Internacional*, Nº 46 (2): 5-25, 2003; *Inserção Internacional. Formação dos conceitos brasileiros*, São Paulo, Editora Saraiva, 2008 y "Conceitos em Relações Internacionais", *Revista Brasileira de Política Internacional*, 51 (2): 8-25, 2008. Raúl Bernal-Meza, *El pensamiento latinoamericano y la teoría*

Cervo comparte argumentos críticos sobre la validez de las teorías, principalmente norteamericanas, en asuntos internacionales, para interpretar la realidad de las relaciones internacionales en nuestra región y su inserción global. A través de sus obras –especialmente *Inserção Internacional. Formação dos conceitos brasileiros* (2008)- Cervo favorece la elaboración y reelaboración de conceptos propiamente latinoamericanos; es decir, elaborados por la inteligencia de nuestra región. Su interpretación sugiere que las teorías foráneas generan desconfianza porque sus raíces epistémico-eidéticas están relacionadas con intereses específicos de sociedades particulares en las cuales han sido formuladas (CERVO, 2008, p. 10). En consecuencia, llama a cambiar las teorías extranjeras por conceptos propios que reflejen y sean abstracción de la propia realidad histórica de nuestros países. Confronta las teorías y los conceptos a través de la hipótesis de que ambos tienen diferentes roles en el campo de los estudios de relaciones internacionales. Afirma que el alcance explicativo universal de las teorías se forja en contra de los conceptos, que tienen raíces nacionales o regionales y en ellas se basan. Cervo rechaza la idea de que estos conceptos tengan un alcance explicativo global, porque son abstracción de la propia realidad regional y nacional. Por tanto, en nuestros estudios internacionales, sugiere reducir el papel de las teorías y aumentar el papel de los conceptos. En su opinión, éstos serían mucho más explicativos e interpretativos de la realidad nacional, regional e internacional porque expresan la diversidad de intereses, valores, estrategias de acción y objetivos que las diversas sociedades transmiten cuando se proyectan internacionalmente, a través de la política exterior, el comportamiento diplomático y el movimiento de actores no gubernamentales, en pos del desarrollo económico y el bienestar social de sus propios ciudadanos. Opuestamente, las teorías extranjeras

de relaciones internacionales; Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, 2005; “Latin American Thinking in International Relations: Concepts in the Place of Theory”. In William R. Thompson (Ed.), *Empirical International Relations Theory*, The Oxford Encyclopedia, New York, Oxford University Press, Vol. 2, pp. 407-419. 2018; Raúl Bernal-Meza, “Contemporary Latin American Thinking on International Relations: Theoretical, Conceptual and Methodological Contributions”, *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol.59 N°1. 2016 y Arlene Tickner, Carolina Cepeda y José Luis Bernal, *Enseñanza, Investigación y Política Internacional (TRIP) en América Latina*. Documentos del Departamento de Ciencia Política, N° 16. Bogotá: Universidad de Los Andes, Diciembre, 2012.

transmiten intereses, valores y estrategias de acción internacional de las sociedades donde ellas son elaboradas y proyectan visiones del mundo que son funcionales a esos intereses.

Cervo teorizó sobre los conceptos estudiando la experiencia brasileña, porque los conceptos se basan en el conocimiento y acontecer histórico acumulado. Un conjunto de conceptos, entrelazados por el papel de dar comprensión a un objeto particular de estudio en el área de las ciencias humanas, conduce a la teoría; es decir, produce pensamiento abstracto. Aplicando este razonamiento a los asuntos internacionales, el argumento sostiene que los conceptos explicarían mejor la naturaleza de nuestras relaciones exteriores (CERVO, 2008, p. 1). Se basa en la convicción de que la aplicación de teorías de relaciones internacionales producidas en países centrales debe ser reemplazada por conceptos elaborados por la epistemología latinoamericana. Las teorías con pretensiones epistemológicas sistémicas falsifican la realidad, en la medida en que describen como universales ciertos intereses y valores que solo corresponden a aquellas sociedades de donde provienen. Para Cervo (2003), “toda teoria envolve uma visão de dentro das relações internacionais, porque veicula valores, desígnios e interesses nacionais.”

Indagando sobre las fuentes del pensamiento, brasileño, latinoamericano, y la reflexión en torno a los conceptos (CERVO, 2008; 2008a; 2003), el autor sostiene que dos son las variantes o fuentes del pensamiento latinoamericano aplicado a las relaciones internacionales: aquella que formularon los pensadores cuya preocupación se centró en el análisis de la realidad regional de las relaciones internacionales, es decir el estudio de la inserción en el sistema mundial y los problemas del desarrollo –cuya vertiente tiene su origen en los trabajos de Prebisch, Furtado, Pinto y otros intelectuales, en el marco de la CEPAL (de “la edad de oro” del pensamiento) y que dio origen a las diversas perspectivas de la Dependencia y al enfoque latinoamericano de economía política (BERNAL-MEZA, 2005; 2016; 2018)- y aquella variante que se ha elaborado al interior de los gabinetes de los formuladores de política y que han sido históricamente aplicados.

De la segunda corriente del pensamiento latinoamericano, los estudiosos deducen de la práctica política, extrayendo de ella conceptos, que en

casos son elaborados por estadistas y en otros casos implícitos en su praxis. El análisis paradigmático que Cervo aplicó en sus estudios sobre las relaciones internacionales del Brasil y de América Latina³, se rebeló para él en un método creador de conceptos instrumentales, cuyo conjunto conduce a la teoría. El análisis paradigmático que él aplicó corresponde antes que nada a un método, que lleva a la elaboración de conceptos por vía de la observación empírica.

Para Cervo, la historia constituye el campo de observación, el laboratorio de experiencias en el que nos apoyamos. Recopilamos experiencias históricas en tres niveles, relaciones diplomáticas, políticas e internacionales, porque el método presupone la articulación de estas tres dimensiones de la base empírica de observación. Así realizado, el análisis paradigmático evoca ciertos supuestos. En primer plano, detrás de un paradigma, verificamos la existencia de la idea de una nación que un pueblo, al menos sus líderes, hacen de sí mismos, la visión que proyectan del mundo y la forma en que perciben la relación entre estos dos elementos. Tales suposiciones nos llevan al conjunto de valores cultivados, es decir, a la identidad cultural que condiciona los diseños a largo plazo de la política exterior. En segundo plano, el paradigma comprende una cosmovisión, la imagen que una formulación conceptual dada proyecta de otros pueblos, naciones o el mundo entero. En el fondo, el paradigma tiene percepciones de interés. La lectura que los líderes hacen de los intereses nacionales - sociales, políticos, de seguridad, económicos, culturales - cambia con el cambio de paradigma. En el tercer plano, el paradigma implica elaboración política. En este sentido, condiciona las tendencias a medio o largo plazo, y explica sus rupturas. Es decir, implica la forma de relacionar lo interno con lo externo y la manipulación de la información para establecer el cálculo estratégico y la decisión.

Dos conceptos tienen importante capacidad explicativa de la praxis internacional contemporánea de la política exterior del Brasil: el “Estado logístico” y el “multilateralismo de la reciprocidad”.

Una proyección de esa búsqueda de conceptos que reflejen la propia realidad –nacional o regional- ha sido la descripción de los tipos ideales de

³ Cuyas obras están citadas al inicio.

Estado. El *Estado logístico* es un concepto ideal de Estado⁴ elaborado y utilizado como categoría analítica en estudios internacionales, desarrollado para interpretar las relaciones internacionales del Brasil. También puede aplicarse a otras experiencias, como la de Chile⁵, país en el cual se han dado las características fundamentales del modelo⁶.

A continuación de los paradigmas históricos de Estado -el “desarrollista” y el “neoliberal”- se construye en Brasil, según el autor, un paradigma para la era pos neoliberal. Éste corresponde al Estado logístico; que involucra pensamiento, designio nacional, lectura de intereses y líneas de fuerza de la acción externa, de carácter propio (CERVO, 2015, p. 164). Involucra sobretodo la evaluación de resultados.

Cervo utiliza la base empírica de la experiencia brasileña para teorizar sobre ella. Se trata de la experiencia hecha abstracción y síntesis explicativa. El sistema de ideas que representa el paradigma *logístico* brinda una orientación estratégica para la dinámica de Brasil en las arenas internacionales y fundamenta su expansión en términos de influencia.

En esencia, el paradigma logístico sostiene o justifica una nueva funcionalidad del Estado, diferente de las anteriores: Estado liberal-conservador, Estado desarrollista; Estado neoliberal. Involucra un conjunto de concepciones compartidas por los sectores dirigentes sobre los roles de la estructura estatal. En este sentido, el Estado, “ejerce la función de apoyo y legitimación de las iniciativas de los otros actores económicos y sociales” (CERVO, 2008; 2008a) y supone para éste una serie de tareas que le permitan transformarse en una plataforma de despegue —principalmente económico, pero también político- de los agentes públicos y privados del país. Se trata de concebir otra *funcionalidad* del Estado. La relación entre el Estado y la sociedad puede ser tanto positiva como negativa. Positiva es cuando hay ejemplos de confianza del Estado en la sociedad, pero pueden darse casos donde no hay

⁴ Desde una perspectiva weberiana sobre los modelos ideales.

⁵ Cfr. Bernal-Meza, R. 2015.

⁶ Entre ellas, el papel del sector privado en la dinámica del crecimiento económico y la generación de riqueza, la internacionalización de la economía, la internacionalización de grandes empresas de capital privado nacional, el papel de la política exterior y la diplomacia en la construcción de un entorno internacional favorable para los operadores económicos nacionales, por vía de las negociaciones internacionales que, en el caso chileno, se ha dado a través de la negociación de numerosos acuerdos de libre comercio, etc.

confianza, la cual reduce los resultados positivos del funcionamiento del paradigma, transformándose en desconfianza por parte de los actores sociales y económicos y genera resultados negativos en términos de desarrollo e inserción internacional.

El paradigma del *Estado logístico* tiene influencias profundas de los dos paradigmas anteriores, el desarrollista y el neoliberal. Del primero, mantiene la vocación industrial; del segundo, la concertación entre Estado y sociedad, cuyo diálogo permite hacer una redistribución del poder y de responsabilidades entre ambos actores y la articulación de lo interno con lo externo mediante la autonomía decisoria del Estado, el cual es responsable por la armonización de los intereses de los sectores dinámicos de la sociedad en el superior interés nacional. Tiene como objetivo superar las asimetrías entre las naciones; elevando la situación nacional al nivel de los países avanzados; transfiriendo a las sociedades las responsabilidades del anterior “Estado empresario”, ocupándose ahora de secundar a la sociedad en la realización de sus intereses. Su componente de política exterior, en el campo de las relaciones económicas internacionales, apunta a reducir la dependencia tecnológica y financiera, promover la innovación productiva y otras iniciativas que disminuyan la vulnerabilidad externa. Internamente, busca reforzar el núcleo económico estructural nacional para poder impulsar su internacionalización (CERVO, 2008).

El Estado *logístico* ve al sistema internacional como un juego de poder, una lucha entre los más poderosos jugadores del sistema. Prioriza las alianzas Sur-Sur y la firma de acuerdos comerciales basado en relaciones recíprocas mutuamente beneficiosas y en condiciones de interdependencia simétrica.

Es posible identificar dos dimensiones de este enfoque: a) como una serie de percepciones sobre las transformaciones recientes del sistema internacional y sobre el rol de Brasil en los escenarios mundiales y; b) como un grupo de políticas que orientan la estrategia de desarrollo interno y de relaciones internacionales. En su conjunto, el paradigma permite interpretar el proceso de transición hacia el siglo XXI, ocurrido en Brasil bajo los gobiernos de Lula da Silva, que transita desde la integración regional a la globalidad, por vía de agrupamientos como IBAS y BRICS.

El concepto de “multilateralismo de la reciprocidad” surgió como praxis de política exterior, bajo el gobierno del presidente Lula da Silva (CERVO e BUENO, 2015). Cervo teorizó sobre el concepto, señalando que el mismo se extrapola desde el comercio y la seguridad extendiéndose a todos los dominios de las relaciones internacionales del Brasil. De acuerdo a su interpretación (CERVO, 2015a, p. 497), se trata de un concepto elaborado por la diplomacia brasileña, que envuelve dos presupuestos: la existencia de reglas para componer el ordenamiento internacional, sin las cuales prevalecería la disparidad de poder en beneficio de las grandes potencias, y la elaboración conjunta de esas reglas, con el fin de garantizar reciprocidad de efectos para que no se realicen los intereses de unos en detrimento de otros. El concepto enuncia que Brasil actúa en los foros multilaterales con espíritu de reciprocidad; es decir que no se trata de acciones unilaterales brasileñas, sino que las concesiones que da el país, al negociar en las distintas agendas internacionales, deben ser recíprocas. El concepto consiste en la búsqueda de interdependencia real en las relaciones económicas internacionales; elevar la participación del comercio exterior en el PBI; desempeñar un papel relevante en la seguridad internacional; reciprocidad de efectos de los regímenes ambientales y un ordenamiento con reciprocidad sobre los derechos humanos y la salud.

Durante los años 2003-2010, el concepto se asoció al de “*autonomía por la diversificación*”, para enfatizar la cooperación Sur-Sur (VIGEVANI y CEPALUNI, 2007). De esta forma, los conceptos sirvieron para sustentar la praxis de relaciones internacionales del Brasil, poniendo de relevancia que su política exterior aplica una táctica de *linkage* entre las distintas agendas internacionales. Sin embargo, en la opinión de Amado Cervo, la actitud brasileña frente al multilateralismo no ha sido homogénea. En su convicción, el multilateralismo requiere de la intervención del Estado para dominar las fuerzas de un capitalismo sin control. Frente a la praxis del multilateralismo del presente, es necesario reformar el orden internacional para dirigir el multilateralismo hacia los fines que favorezcan el bienestar y el desarrollo de los pueblos.

Conclusión:

Como demostró Amado Cervo, la formulación de conceptos ha mostrado un potencial para generalizar, a partir de casos nacionales en los cuales se han aplicado, para explicar o interpretar sus respectivas praxis internacionales. Extraída la experiencia del análisis de la historia de la política exterior del Brasil, el concepto comporta tres roles: actúa como nueva categoría analítica de la realidad internacional, en la medida en que se centra en objetos limitados, pues responden a realidades nacionales concretas; la suma de los conceptos aplicados a los objetos restringidos confiere una nueva inteligibilidad sistémica a la esencia de las relaciones internacionales e implica un poder explicativo que no existe en las teorías sistémicas de origen anglosajón, aunque sí ha existido en el pensamiento latinoamericano de economía política con la tradición iniciada por Raúl Prebisch y su *Teoría del deterioro de los términos de intercambio*. Finalmente, los conceptos representan un progreso en la búsqueda de mayores capacidades analíticas e interpretativas de la realidad internacional, desde un enfoque propiamente latinoamericano. Tal como su metodología de análisis lo expuso, Amado Cervo construyó un andamiaje teórico a partir del estudio de un caso y éste ha podido ser extrapolado al análisis de la política exterior comparada de los países sudamericanos. En particular, si bien no todos los países de la región transitaron por la experiencia de los cuatro tipos ideales de Estado (liberal-conservador, desarrollista, neoliberal y logístico), el modelo de análisis permitió identificar las particularidades de los casos nacionales durante el tránsito histórico de algunos de ellos. Todos iniciaron su inserción internacional por medio del tipo ideal liberal-conservador y primario-exportador, pero sólo dos alcanzaron el estadio del modelo logístico: Brasil y Chile. Sin embargo, es el tránsito por el modelo desarrollista el que permite —a través de la continuidad de su vigencia, su abandono o porque la evolución del caso nacional nunca alcanzó a implementar dicho modelo— explicar gran parte de la historia contemporánea de las relaciones internacionales y la política exterior de esos países, así como permite comprender los momentos históricos de convergencias —también divergencias— y el destino de los proyectos

sucesivos de integración latinoamericana, regional y subregional, situación que describió como *la danza de los paradigmas*.⁷

Bibliografía:

BERNAL-MEZA, R. El pensamiento latinoamericano y la teoría de relaciones internacionales, Buenos Aires. Nuevohacer, 2005.

BERNAL-MEZA, R., “Pensamiento chileno en la política exterior y en las teorías de relaciones internacionales”, en C. Ross y M. Artaza (editores), La política exterior de Chile. Del aislamiento a la integración global 1990-2009; Santiago RIL Editores y USACH, 2015, Vol. 2; pp. 21-47.

BERNAL-MEZA, R. “Contemporary Latin American Thinking on International Relations: Theoretical, Conceptual and Methodological Contributions”, Revista Brasileira de Política Internacional, 2016, vol.59 no.1 Brasília, 2016 Epub 25-Jul-2016, versão On-line ISSN 1983-3121. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201600105>

BERNAL MEZA, R. “Latin American Thinking in International Relations: Concepts in the Place of Theory”. In William R. Thompson (Ed.), Empirical International Relations Theory, New York, Oxford University Press, The Oxford Encyclopedia, 2018, Vol. 2, pp. 407-419.

CERVO, A. Inserção Internacional. Formação dos conceitos brasileiros, São Paulo, Editora Saraiva, 2008.

CERVO, A. “Conceitos em Relações Internacionais”, Revista Brasileira de Política Internacional, 2008a., 51 (2): 8-25.

CERVO, A. “Estado logístico: la inserción internacional sistémica de Brasil en el siglo XXI”, in J. Briceño Ruiz y A. Simonoff (editores), Integración y cooperación regional en América Latina, Buenos Aires, Editorial Biblos, 2015a., p. 163-188,

CERVO, A.; BUENO, C. Histórica da política exterior do Brasil. Brasília, Editora UnB, 5ª edição revista e ampliada. 2015.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. “A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação”, Contexto Internacional, 2007, 29 (2): 273-335.

⁷ A. Cervo, “Parte III. Do projeto desenvolvimentista à globalização. A dança dos paradigmas”. En A. Cervo y C. Bueno, *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 2002, p. 455 y ss.; y A. Cervo, *Relações Internacionais da América Latina. Velhos e novos paradigmas*. Brasília: FUNAG e IBRI, 2001, p. 279 y ss.



ENTREVISTA - INTERVIEW

Amado Luiz Cervo: Os anos de formação na Europa, 1964-1970

Amado Luiz Cervo: The formative years in Europe, 1964-1970

Denis Rolland¹

Inspetor Geral, IGESR, ex-Reitor,
Universidade de Estrasburgo

Como citar este artigo: Denis Rolland. “Amado Luiz Cervo: Os anos de formação na Europa, 1964-1970”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº10, pp. 26-45. 2020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa

Como posso prestar homenagem ao meu colega e amigo, professor Amado Luiz Cervo, que, com a mediação de outros dois historiadores, Maria Eurídice de Barros Ribeiro, então sua nova colega em Brasília, e Paulo Knauss de Mendonça, jovem professor no Rio, foi um dos meus apresentadores no Brasil e na história das relações internacionais brasileiras?

Talvez evocando um momento de sua formação, na França e dentro da instituição que ainda é minha, a Universidade de Estrasburgo: onde retomou seus estudos superiores e obteve um mestrado e depois um doutorado entre 1964 e 1970. Seis anos de vida não é pouco! Por isso, pensei em pedir-lhe algumas informações e tentar incluí-las em um artigo sobre o mundo universitário de Estrasburgo antes e depois de 1968 e sobre a recepção nesse mundo intelectual de um estudante sul-americano. Por conveniência, enviei a ele um questionário para orientar nossa conversa por telefone no dia seguinte. Como ele me disse, “há

¹ Denis Rolland, professor titular da Universidade de Estrasburgo, especialista em Relações Internacionais e na América Latina (séc. 20). Criador e diretor do grupo FARE de pesquisa em Relações Internacionais (UMR7367 Dynamiques Européennes). Foi reitor das Academias da Guiana, de Dijon, de Caen e da Normandia (França). É atualmente Inspetor Geral da Educação Nacional. Publicou 10 livros autorais e organizou cerca de 50 livros coletivos em Relações Internacionais e História Contemporânea. Foi diretor científico adjunto no CNRS (INSHS) e membro junior e depois senior do Institut Universitaire de France.
Contato: denisrolland@gmail.com

muitas perguntas": ele finalmente respondeu ao questionário no dia seguinte - por escrito². Todo mundo conhece o profissionalismo e o perfeccionismo de Amado.

Portanto, o mais útil parece publicá-lo, como está, com alguns comentários.

O interesse de seu testemunho vai muito além do desejo de entender melhor seu itinerário e de completar um pouco a biografia de um grande professor. Este é um itinerário em meados do século XX: ser brasileiro na França após o golpe de Estado contra João Goulart, um "refugiado" sem status além do de estudante, sem dinheiro; um estudante estrangeiro na França em uma grande universidade do interior antes e durante 1968. Seja um sul-americano descobrindo, além da França, este Velho Mundo da Guerra Fria, as duas Europas, de ambos os lados do Muro, e o Oriente Médio...

Quando ele fala sobre suas viagens pela Europa durante seus anos de formação e seu interesse formativo, é difícil não lembrar que, durante minha segunda ou terceira estada na Universidade de Brasília, ele me disse um dia: "Denis: você não sabe nada sobre o Brasil, além do Rio e Brasília, de suas universidades e arquivos. Pare! Tire uma semana em sua viagem de pesquisa aqui e vá explorar o país. Você voltará depois para continuar sua pesquisa! Por enquanto, vá para onde quiser, mas descubra e aprenda sobre o país!" Então eu parti. E, graças ao Amado, comecei a realmente aprender o Brasil.

Amado já contou para o CPDOC seu itinerário, incluindo suas memórias de formação na França - mas brevemente³. Aqui, ele desenvolve em grande parte este momento de sua vida, o que lhe dá, em um Velho Mundo centrado na Alsácia, títulos de formação universitária, talvez também uma forma particular de rigor científico, mas também uma vida familiar e uma filha.

1. A viagem

Por que sair do Brasil, no seu caso, em 1964?

Em 1964 houve o golpe militar no Brasil, que duraria duas décadas. Eu saí do Brasil por duas razões: primeiramente, eu tinha medo do que poderia acontecer comigo; em segundo lugar, porque um amigo meu ganhou uma bolsa de estudo para a Universidade de Estrasburgo e eu decidi, simplesmente, que iria

² 23 de Julho de 2020.

³ Amado Luiz Cervo (depoimento, 2017). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas.

com ele. Nós estávamos fazendo o curso superior de filosofia. Falei com meu irmão, que trabalhava em uma fábrica de móveis, e ele concordou em me pagar a passagem de navio. Desde aquela época, sempre pensei que a gente faz a vida como quer. Basta ter força de vontade e alguma sorte.

Sair do país, só por pertencer a uma associação estudantil?

Não. Eu pertencia ao centro acadêmico da faculdade, o que existia em qualquer faculdade no Brasil. Mas os centros acadêmicos eram investigados pelos militares, que queriam saber se eram conduzidos por esquerdistas radicais, como comunistas. Ter medo, era natural nessas condições.

A associação era marxista ou só de esquerda?

Pode-se dizer que o Centro Acadêmico era uma organização de esquerda, não marxista. Mas a esquerda era também visada pelos militares. Todo o movimento estudantil se voltou contra a ditadura militar, que os próprios militares chamavam de revolução, sem contudo cativar os estudantes. Estudante é idealista: acha que o mundo deve ser perfeito. Vivem um pouco no mundo da lua, como se diz, porque o mundo nunca foi e nunca será perfeito, a não ser na cabeça cheia de teorias dos estudantes. A perseguição aos líderes estudantis era real, e causava medo.

Você tem uma lembrança da viagem?

Guardo boas lembranças dessa viagem, que durou 16 dias, de Santos ao Havre. O navio era francês e se chamava Louis Lumière. O Atlântico Sul e o Atlântico Norte estavam calmos. Só na costa de Portugal houve mar agitado e o navio balançou muito. Estômago embrulhado. A melhor lembrança da viagem foi um pequeno grupo de franceses, homens e mulheres, que se interessaram por mim, como se eu fosse um jovem esperto, e gostavam de falar comigo. Aproveitei para treinar meu francês. Só sabia o que aprendera na escola de segundo grau e nunca havia praticado a língua falada. Foi muito útil a aprendizagem da língua falada que pratiquei no navio. Eu os procurava nas refeições e eles gostavam de falar francês, apesar do meu mau jeito de falar. Sabiam que estavam me ajudando.

Qual é sua primeira lembrança da chegada ao Havre e à França?

O trem. Corria muito. Deixava ver a paisagem, que não era novidade, porque era parecida com paisagens do Brasil, onde eu andara muito de trem. Eram confortáveis.

Passou por Paris e visitou Paris no trânsito?

Passei por Paris, rapidamente, não visitei a cidade. Uma conexão de trem conduziu-me logo a meu destino, Estrasburgo.

E depois? Lembranças?

Quando o trem deixou Paris, minha ansiedade crescia. Que será a Universidade, que será a cidade, como será minha vida nova? Que significa ser estudante numa universidade francesa? Como vou sobreviver sem dinheiro? Tudo era novidade.

Amado Luiz Cervo, num itinerário de formação tradicional: os Latino-Americanos e a França

No século XIX e no começo do século XX, os ricos “fazendeiros, gaúchos, portenhos hacendados, científicos...” latinoamericanos eram onipresentes em Paris e nas margens da França ... Essas elites econômicas e políticas da América Latina para quem o partido *La Vie Parisienne* era a fonte necessária de uma verdadeira cultura - julgada por outros como cosmopolita - um espaço de identidade essencial, um tempo essencial no calendário da vida social. É o período, como François-Xavier Guerra escreveu, da "luz e seu reflexo", quando as elites da América Latina desejavam voluntariamente ser o "espelho de Paris". Se alguns, contra a má sorte, escolheram Paris como uma terra de exílio enquanto esperavam por possíveis tempos melhores (como o imperador Dom Pedro II⁴ ou o mexicano Porfirio Díaz, ambos morreram em Paris), muitos latino-americanos vieram buscar na França, no coração do referencial do Velho Mundo, uma atmosfera e uma cultura consideradas matriciais. Para muitos desses latino-americanos, brasileiros, mexicanos, argentinos ..., a França é então frequentemente vista como um "ser ideal", identificado a partir do

⁴ Carvalho, José Murilo de, *D. Pedro II: ser ou não ser*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

século XIX com um "novo sistema de valores, e esse novo sistema de valores, é de Paris que brilha" ⁵.

Essa presença predominantemente oligárquica, no entanto, deixou poucos vestígios na cultura francesa, além da imagem fútil, não muito gratificante, mas estereotipada, do rico brasileiro da opereta *La Vie Parisienne* d'Offenbach, levando um grande estilo de vida e dificilmente brilhando por sua própria cultura. Ao mesmo tempo e no mesmo período, muita literatura francesa é lida através do Atlântico, geralmente na versão original ou, posteriormente, traduzida, enquanto a iconografia "à francesa" está muito presente nas ruas dos centros monumentais das cidades latino-americanas; mas, até a segunda metade do século XX, a literatura latino-americana (e quase nada do idioma espanhol ou o português) atingiu apenas uma pequena fração do público francês ⁶.

Na segunda metade do século XX, as coisas mudaram gradualmente e a modificação do tipo de presença latino-americana na França fez parte desse desenvolvimento.

Após um lento declínio durante a primeira metade do século XX da presença tradicional latino-americana na França, chega a época dos exilados, oponentes aos regimes autoritários das décadas de 1960, 1970 e do início de 1980. Amado, sem ser ativista político, faz parte dos latino-americanos que escolhem o Velho Mundo como proteção - e oportunidade de formação. A maioria das jovens elites francesas, imbuídas dos valores de uma intelectualidade de esquerda muito dominante, se unem sob a bandeira romântica do Che guerrilheiro, este argentino cubanizado pelo gesto revolucionário ⁷, ou, mais

⁵. François-Xavier Guerra, « La lumière et ses reflets : Paris et la politique latino-américaine » in A. Kaspi et A. Marès (dir.), *Le Paris des étrangers*, Paris, Imprimerie nationale, 1989, pp.171-183.

⁶. Ver Miguel Rodriguez et Nestor Ponce, « Un livre d'histoire aux gravures de pierre : monuments latino-américains à Paris », Actes du colloque *L'Amérique latine et l'Europe*, ALMOREAL, Université d'Orléans, 1995.

⁷. Ver em francês Pierre Kalfon, *Che, Ernesto Guevara, une légende du siècle*, Paris, Seuil, 2007; Miguel Benasayag, *Che Guevara : du mythe à l'homme : aller-retour*, Paris, Bayard, 2003 ; Olivier Besancenot e Michael Löwy, *Che Guevara une braise qui brûle encore*, Paris, Mille et une nuits, 2007 ; Jeannine Verdès-Leroux, *La Lune et le Caudillo*, Gallimard, Paris, 1989 ; Daniel James, *Che Guevara*, New York, Cooper Square Press, 2001; cf. também a parte « Le culte du Che » da

tarde, no ano do retorno de Amado para o Brasil, por Salvador Allende e o Chile da Unidade Popular: esses dois líderes, heroizados, trazem para a juventude europeia duas modalidades de possível acesso ao poder, e o segundo a ideia de um "socialismo do possível".

2. Estrasburgo: chegada, instalação e estudos

Quando chegou?

Cheguei a Estrasburgo, não lembro mais do dia, nem do mês. Em 1964. Foi no início do ano letivo francês, após as férias de verão [Setembro?].

A primeira lembrança de Estrasburgo?

Fui alojado em um foyer estudantil dirigido por religiosos. Como meu amigo que recebera a bolsa. Era uma casa de estudantes, perto de l'Orangerie. Anos depois passei por lá como turista e o prédio havia sido demolido. Em seu lugar havia casas residenciais.

O bairro era de gente rica [e ainda é]. É o bairro perto das instituições europeias, porque as casas eram luxuosas, espaçosas, lindas. A cidade era bem diferente das brasileiras. Era uma cidade histórica, de prédios e casas antigas. No Brasil era tudo diferente: prédios novos, sem muito charme, menos em cidades mais antigas, como Rio de Janeiro, Salvador. Era o velho mundo. E eu deixara o novo mundo. O contraste era perceptível. A cidade era maravilhosa, com suas igrejas, seus palácios, uma estrada na beira do rio que cortava a cidade, estrada que servia para os carros e para passear. A catedral impressionava, com sua torre de 163 metros de altura, uma torre só. Tudo era bonito. Eu era feliz.

Foi acolhido bem ou não foi?

Tudo era novidade. Decidi me adaptar ao velho mundo. Sempre de acordo, sempre satisfeito, nada de querer mandar nas pessoas e nas instituições. Fui acolhido muito bem pelo serviço de acolhida aos estudantes estrangeiros da própria Universidade. Havia um senhor que o dirigia, que era muito simpático

página wikipedia dedicada a Che Guevara (http://fr.wikipedia.org/wiki/Che_Guevara 07-2010).

e dava risadas. Deixou-me muito à vontade, como se eu estivesse em meu país. Na Universidade, onde havia muitos estudantes estrangeiros, de diversos países, o pessoal de secretaria era gentil. Os professores eram um pouco distantes, não davam muita bola aos estudantes, davam boas aulas e iam embora.

Houve dificuldades?

A principal dificuldade era a falta de dinheiro. Meu irmão me dera um pouco de dinheiro, pouco, e o foyer era de graça, como também a Universidade. Mas nada de bares, restaurantes. Só passeios pelos cais, ver palácios, igrejas, a biblioteca, Biblioteca Nacional e Universitária de Estrasburgo: só havia em Paris e Estrasburgo com esse status de biblioteca nacional. Parece que a França queria prestigiar muito a Universidade de Estrasburgo, para arraigar a cultura francesa na cidade, sempre disputada com a Alemanha, durante as guerras. Conquistar o povo, aliás, de origem germana, pelo lado da cultura. Bom propósito, ao que parece aceito pelo povo local, de etnia germana, mas de coração francês. Essa era minha impressão de chegada.

A dificuldade era comprar livro. Eu queria, mas não tinha dinheiro. Certa vez, um professor, percebendo essa minha dificuldade, levou-me a uma livraria, perguntou que livros eu queria. Mostrei alguns, ele comprou todos, pagou e me deu de presente. Fiquei maravilhado.

Que o surpreendeu mais?

Nada me surpreendeu. Aceitei tudo como era, porque tudo era bom, eficiente, bonito. Eu era feliz, e sabia disso.

Diferente do Brasil?

Era tudo diferente. Mas adaptar-se é próprio do ser humano, como também é prova de inteligência prática. Então, adaptei-me à nova vida, à língua, à comida. E sem dinheiro.

Uma lembrança da primeira aula na Universidade?

Não guardei. Conservo lembrança das aulas. Os estudantes tomavam nota de tudo o que o professor dizia, depois estudavam nessas notas com outros

colegas da mesma classe para preparar as provas. Elas eram exigentes e requeriam muito estudo, tanto nas notas de aula, quanto na biblioteca, lendo livros sobre os temas da aula. Era uma vida de estudante bem séria.

O que achou do estilo de ensinar na Universidade?

Os professores davam suas aulas, os estudantes só podiam fazer perguntas quando ele permitia. Alguns permitiam facilmente, outros não. O professor era o dono da classe. Duas coisas se conjugavam: anotar e complementar o estudo com leituras na biblioteca. Conversas durante a aula provocavam o berro do professor. Todos ficavam em silêncio, anotando os ensinamentos.

Que professor o impressionou mais?

Nenhum. Eles tinham estilos próprios, uns mais alegres, outros mais carrancudos. Mas todos eram bons professores. Eu passei a me interessar mais pelas disciplinas que se baseavam na História. Percebi que teorias enchem a cabeça de confusão, mais que de conhecimento. Seria a História a substância do bom conhecimento? Parecia-me que sim. E eu aprendi isso com meus professores. Conhecimento objetivo, seguro, científico, somente com fundamento histórico. Isso na área das ciências humanas, não me refiro às exatas e outras, que não conheço.

Os professores que praticavam essa metodologia eram os que me impressionavam mais, e eram todos os que eu ouvia na Universidade.

Como foram suas relações com o orientador da tese?

Chamava-se François Châtillon, o meu orientador de doutorado⁸. O de mestrado, não lembro. Ao chegar, tive de pedir revalidação de disciplinas que cursara na faculdade no Brasil. Não foi fácil. Mas meu orientador era gentil. Além de ensinar, convidava-me para ir ao restaurante, por vezes até passear em cidadezinhas do Alto Reno. Um luxo.

⁸ “Eu saí da filosofia, tinha até começado uma faculdade lá de teologia, que fornecia bolsas e tal, mas... (eu terminei, inclusive, esse curso), mas eu fiz história; depois, eu fiz o mestrado em história e o doutorado em história, então a minha formação é realmente de história. A minha tese de doutorado foi sobre a conquista espanhola da América, que eu publiquei, Contato entre Civilizações: conquista [e colonização] espanhola[s] da América” (Cervo, Amado Luiz, depoimento, 2017, Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas).

Lembro de minha defesa. Um professor perguntou-me como escrevera minha tese em um francês tão intelectual e elegante. Ficou sem resposta. Tempos depois ocorreu-me o porquê. Eu só mantinha contato com aula, livros, biblioteca, ou seja a língua científica, não a língua falada, com seus vícios. Por isso meu texto ficou elegante, de bom francês. A tese tratava sobre a conquista da América pelos espanhóis [*Service de Dieu et Service de Sa Majesté : La justification espagnole de la conquête de l'Amérique 1492-1548*]. A biblioteca dispunha de uma grande quantidade de livros escritos desde o século XVI, em espanhol. Foi a matéria prima de minha tese, que versava sobre o choque de civilizações. Meu orientador parecia meio perdido, porque não conhecia esse material. Confiava em mim e me deu apoio na hora da defesa⁹.

Voce teve dificuldades administrativas?

Na Universidade de Estrasburgo não havia dificuldades administrativas. Estudar era tarefa desenvolta, ao alcance dos alunos.

As dificuldades administrativas foram as de reconhecimento dos diplomas, terminado o curso. Era preciso revalidar a assinatura do diretor, tanto por cartórios franceses como por autoridades do consulado brasileiro em Paris. Chegando ao Brasil, era preciso reconhecer as assinaturas das autoridades consulares. Uma burocracia da pesada. Além da revalidação dos diplomas. Muita burocracia. Coisa que sempre detestei.

Qual foi a sua impressão a respeito da maneira de apresentar na França o Brasil e a América Latina?

O conhecimento popular sobre Brasil e América Latina, nos anos 1960, na França, era precário. Ficaram os estereótipos de escritores franceses, como Montaigne. Nós seríamos meio naturais, selvagens, diferentes de civilizados. Por certo, os professores não pensavam assim, aliás, não pensavam nada. Não ensinavam mais do que liam em livros, franceses. O conhecimento erudito também era precário. Essa era minha impressão.

⁹ Amado Luiz Cervo, *Service de Dieu et Service de Sa Majesté : La justification espagnole de la conquête de l'Amérique 1492-1548*, Travaux universitaires papier – 1970, Bibliothèque des Facultés de théologie catholique et protestante, université de Strasbourg. Sob a direção do P. François Châtillon (1908-1994), historiador da Idade Média, professor na Faculdade de Teologia Católica de Estrasburgo, fundador e diretor da *Revue du Moyen Age latin*, publicado pelo CNRS (CNPq francês).

Durante a ditadura militar no Brasil, o país era ligado à tortura. A conexão cognitiva era simples: Brasil-tortura. A imprensa francesa parecia-me muito ignorante.

Quando cheguei de volta ao Brasil, em 1970, cheguei tremendo. Acreditava que ia passar por uma boa sessão de tortura, em razão da imagem que a imprensa francesa exibia do país. Nada disso aconteceu.

Um episódio, logo depois da chegada, revela isso. Apresentei-me ao quartel, em minha cidade, porque estudante brasileiro no exterior tinha o serviço militar adiado até o retorno. Eu precisava regularizar minha situação militar. Apresentei-me ao quartel e fui entrevistado por um coronel. Ele me deixou logo à vontade. Respondi a todas as suas perguntas. Quando falei da conexão Brasil-tortura que a imprensa francesa fazia, e de meu medo ao chegar, ele dava gargalhadas. E dizia: Paris é a capital do anti-Brasil. Brincou comigo: vou mandar você fazer o serviço militar, é só um ano. Na realidade era brincadeira. Passou-me o documento oficial de regularização de minha situação militar, que me serviu para sempre.

Você manteve contatos com o Brasil?

Eu tinha amigos brasileiros, estudantes. A gente conversava muito. Além disso, eu lia a imprensa francesa sobre o Brasil, diariamente.

E você recebia cartas do Brasil?

Eu recebia cartas de meus familiares, frequentemente. Na época era o único meio de comunicação. Eu me sentia bem informado. E nem estava preocupado com isso, estudos e pesquisas me absorviam e ocupavam minhas preocupações e meu tempo.

O que achava da censura?

Fiquei sabendo da censura no Brasil, durante o regime militar, anos depois de voltar. Na primeira universidade onde trabalhei, nada de censura. Quando me transferi para a Universidade de Brasília, fui convidado para ser professor do Instituto Rio Branco, a escola brasileira de formação de diplomatas. Fiquei então sabendo da censura praticada pelos militares. Minhas cartas enviadas aos familiares no Brasil eram todas abertas pela censura. Inclusive aquela em que

descrevia minha viagem à União Soviética, quando estudante em Estrasburgo. O diretor do Rio Branco leu-me que, segundo a consulta que fizera ao serviço de inteligência do regime militar, eu fiquei bem impressionado com o regime comunista, e falava dos benefícios dele para o povo, em termos de igualdade e justiça social. Assim mesmo, fui contratado e tornei-me professor da escola brasileira de diplomacia.

Na França, você tinha contatos com brasileiros, latino-americanos, associações políticas brasileiras e francesas, partidos políticos?

Em Estrasburgo eu mantinha muito contato com brasileiros e latino-americanos. Eles aliviavam minha saudade. Nós nos encontrávamos no restaurante universitário, nos bares, em viagens. Falar português era como sentir-me em casa. Quando estudante, nunca fui membro de associações políticas francesas ou brasileiras, tampouco de partidos políticos. Isso tudo não me interessava. Os estudos absorviam o meu tempo.

3. “Maio de 68” na França, viagens e volta ao Brasil

Qual era o ambiente universitário antes de 1968?

Era calmo, entre os estudantes, até 68. Nasceu então um movimento estudantil de esquerda, pendendo para o lado revolucionário.

E 68 em Estrasburgo?

As agitações nas universidades se esparramaram sobre a França e outros países europeus. Em Estrasburgo, havia um movimento bem radical de estudantes: eram os situacionistas. Até hoje não entendo por que se chamavam assim. Eu não me filiei a nenhum movimento organizado, mas era envolvido, como todos.

Lembra-se da ocupação do Palais Universitaire?

O Palais era a sede da Universidade, o palácio mais imponente e nobre da Universidade. Nele eram oferecidos alguns cursos. Os estudantes tomaram conta, fizeram uma barreira na entrada.

Que lhe pareceu 68 na França?

Uma festa. Era divertido.

Quando as aulas foram interrompidas, eu fui a Paris. A festa continuava. Os estudantes erguiam barricadas nas ruas da cidade, imitando as barricadas da época da Revolução Francesa: deste lado os revolucionários, do outro o inimigo. Apanhavam, se dispersavam em um lugar, se aglomeravam logo adiante, em outro. A mim parecia uma festa.

O movimento começou com os estudantes, mas logo os sindicatos de operários aderiram e uma greve geral, nacional, paralisou o país. Quer dizer: os estudantes triunfavam.

Se bem me lembro, o Presidente Charles de Gaulle cansou, não conseguia controlar a situação, que julgava poder enfrentar com a força. Demitiu-se no ano seguinte.

Os gaullistas?

Apareceu então o Primeiro ministro Georges Pompidou: mais cauteloso, inclinou-se para o lado da negociação. Os sindicatos logo apresentaram propostas e os salários dos operários melhoraram. Os estudantes não sabiam bem o que queriam, mas não viam mais os operários a seu lado, nas agitações sociais. Com o tempo, o movimento estudantil foi esfriando e a vida, depois de meses, voltou ao normal para todos.

Que foi então seu balanço do movimento?

Eu era estudante, não filiado a nada, a não ser a meus estudos. Mas envolvia-me no movimento social, que, para mim, estrangeiro cauteloso, era um movimento para ver, não para comandar. Creio que o movimento alcançou resultados concretos, tanto para os estudantes, que encurtaram a distância que os separava dos professores, quanto para os trabalhadores, que tiveram aumento de renda, quanto para os empresários, que passariam a vender mais e a fortalecer suas empresas.

Um ganho coletivo, uma segunda revolução francesa.

E um balanço hoje?

Vendo de longe, maio de 68 creio ter sido um movimento que, de certa maneira, trouxe resultados positivos, para toda a Europa e para outros países, especialmente os americanos. Os ganhos sociais, trabalhistas, a melhoria da igualdade social, a influência sobre a vida política, o maior cuidado com os interesses do povo, de seu bem estar.

Até que a corrupção dos dirigentes políticos, em países da América Latina, requeira outro movimento com senso de moral política, maio de 68 permanecerá uma advertência. A menos que seja esquecida por todos.

"Maio de 68": na Alsácia de Amado, uma universidade pioneira dos eventos, mas não revolucionária

Na década de 1960, para acomodar o crescente corpo estudantil dos Trinta Gloriosos, a Universidade de Estrasburgo se expandiu: novas instalações foram construídas no coração do distrito da Esplanada¹⁰, extensão dos edifícios construídos pelo Reich alemão após a guerra de 1870, incluindo o neoclássico e imponente Palais Universitaire. Assim, a Faculdade de Direito mudou-se em 1962 para a Esplanada. Aqui estão os lugares onde Amado chegou em 1964. O contexto é o dos anos 1960, jovem e efervescente mas numa atmosfera acadêmica ainda muito tradicional e magistral.

Dois anos antes dos “eventos”, a capital da Alsácia é um dos lugares privilegiados para a disseminação das ideias situacionistas e de suas críticas radicais. “Não é através da jovem Universidade de Nanterre que o movimento

¹⁰ <https://droit.unistra.fr/faculte/historique-de-la-faculte>. Veja também Jean-Claude Richez e Léon Strauss, « Le Mouvement social de mai 1968 en Alsace : décalages et développements inégaux », in *Revue des sciences sociales de la France de l'Est*, no 17, 1989-1990, p. 117-121 e « L'Alsace, une région décalée », in René Mouriaux (dir.), *1968, exploration du mai français*, t. 1, *Terrains*, Paris, L'Harmattan, 2000, p. 163-183.

de Guy Debord toca os estudantes, mas através da de Estrasburgo”¹¹. Prelúdio aos eventos de maio de 68, em 1966, um grupo de estudantes de Estrasburgo à frente da Associação Federativa Geral de Estudantes de Estrasburgo (AFGES)¹² “fizeram contato com a Internacional Situacionista”, que defende o marxismo e os conselhos, uma “forma de socialismo libertário, antiestado e antileninista”, com a perspectiva duma “revolução da vida cotidiana” que combina autogestão e abolição do “trabalho alienado”¹³. E na efervescência mundial da década de 1960, estoura “o escândalo de Estrasburgo”¹⁴: esses estudantes vão imprimir e distribuir 10.000 cópias de uma brochura, *Miséria no meio universitario, aspectos econômicos, políticos, psicológicos, sexuais e, em particular, intelectuais e alguns meios para remediá-la*. Logo, 300.000 cópias em 6 idiomas foram impressas e distribuídas por toda a França, criticando os defensores das críticas sociais da época, listadas numa desordem voluntária: “Althusser - Garaudy - Sartre - Barthes - Picard - Lefebvre - Levi Strauss - Halliday - Chatelet - Antoine. Humanismo - Existencialismo - Estruturalismo - Cientismo - Nova crítica - Dialecto-naturalismo - Cibernético - Planetismo - Metafilosofismo”. O panfleto acusa o estudante de “consumir” os livros dessa intelligentsia de esquerda que o fazem acreditar que é revolucionário, quando na verdade “a questão é sempre preservar sua posição cultural”¹⁵.

Em 1968, o movimento de greve estudantil de Estrasburgo começou em 6 de maio. No dia 8, um grande evento reuniu estudantes e funcionários na capital da Alsácia. Em 11 de maio, cerca de 6.000 estudantes e 150 professores

¹¹<https://lemediapresse.fr/politique/le-scandale-de-strasbourg-lorigine-trop-meconnue-de-mai-68/>

¹² O site Internet da AFGES, que fornece alguns antecedentes históricos (fundada em 1923, criação de uma restauração universitária em La Gallia em 1927...), não menciona nada disso hoje (<https://www.afges.org/qui-sommes-nous/> 28-07-2020). A AFGES era então filial local da grande união estudantil UNEF.

¹³<https://lemediapresse.fr/politique/le-scandale-de-strasbourg-lorigine-trop-meconnue-de-mai-68/>

¹⁴ André Bertrand, André Schneider [protagonistas dos eventos], *Le scandale de Strasbourg mis à nu par ses célibataires, même*, Montreuil, L'Insomniaque, 2018.

¹⁵ <https://lemediapresse.fr/politique/le-scandale-de-strasbourg-lorigine-trop-meconnue-de-mai-68/>

proclamaram a “autonomia” da Universidade de Estrasburgo no Palácio Universitário ocupado, acima do qual a bandeira negra tremulou por um momento¹⁶. O historiador tem muito poucos arquivos audiovisuais, porque existia apenas um canal de televisão na França; a censura proíbe transmitir imagens do evento universitário e, quando finalmente é autorizado, o pessoal do canal de televisão entra em greve!

Na Alsácia, os eventos de maio foram orientados por três movimentos estudantis: os situacionistas da AFGES, as Juventudes Comunistas Revolucionárias (JCR, trotskistas) e a UNEF¹⁷. Por meio dessa declaração de autonomia, os estudantes manifestam sua “recusa de um governo absolutamente incompetente em questões de educação nacional” e exigem “o reconhecimento do poder dos conselhos estudantis”; os mais moderados falam de “descentralização” ou mesmo de “cogestão” na vida universitária. Essa autonomia solicitada a partir de Estrasburgo torna-se rapidamente uma demanda nacional. Assim, quando três dias depois, o Ministro da Educação Nacional Alain Peyrefitte aceita que a Universidade de Estrasburgo experimente essa autonomia e faça propostas, apesar da intervenção nessa direção do reitor da academia, é tarde demais: outras universidades seguiram o exemplo e a resposta local moderada não é mais funcional. Naqueles dias, as universidades parisienses lideravam o protesto. Em Estrasburgo, como em outras partes da França, os estudantes expressam sua rejeição ao poder gaullista, denunciam a repressão policial e o controle da informação, pedem uma luta comum com os trabalhadores e exigem maior liberdade sexual¹⁸.

No 1º de junho, uma contrademonstração gaullista em Estrasburgo, dois dias após a grande em Paris nos Champs Elysées, tenta retirar os estudantes do Palácio Universitário.

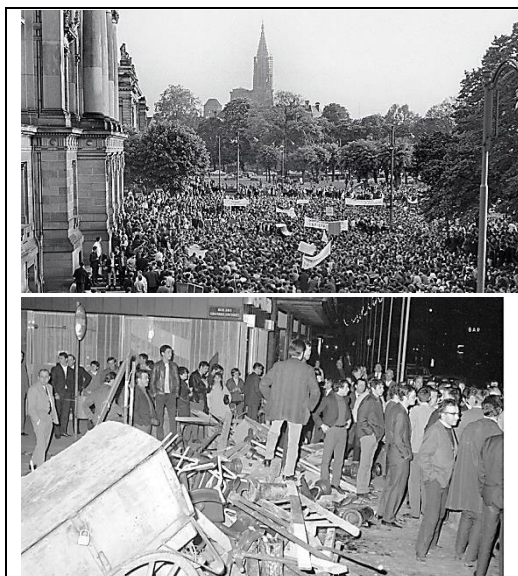
¹⁶ « Mai-68 à Strasbourg : pionnière mais pas révolutionnaire », 6-05-2018, Blandine Costentin, Patrick Genthon, France Bleu Alsace, Strasbourg <https://www.francebleu.fr/infos/societe/photos-mai-68-a-strasbourg-les-slogans-les-affiches-de-la-revolution-1524125793>.

¹⁷ Exposition « Mai 68 en Alsace », BNU, 2018. Voir et aussi <http://concours-alumni.unis-tra.fr/index.php?id=25479>

¹⁸ <https://www.francebleu.fr/infos/societe/photos-mai-68-a-strasbourg-les-slogans-les-affiches-de-la-revolution-1524125793>.



Folhetos de estudantes em Estrasburgo. Reações aos discursos do General de Gaulle, à repressão e ao apoio gaullista que tentaram invadir o Palácio da Universidade em 1º de junho de 1968. Exposição " Maio de 68 na Alsácia", BNU, 2018.



Maio de 68 em Estrasburgo: manifestação em frente ao Palácio da Universidade de Estrasburgo. A rua dos grandes arcadas, em Estrasburgo, no final do 24 de maio de 1968. © Maxppp - Archives DNA

Você fez viagens na Europa, antes de ir a Moscou?

Quando cheguei a Estrasburgo, eu era bem pobre, quase sem dinheiro. Só me restava estudar, estudar muito. A recompensa veio ao termo do primeiro ano de estudo.

Eu pedi bolsa de estudo para todo lado. Como minhas notas eram boas, recebi três bolsas ao mesmo tempo: do governo francês, do governo brasileiro e de uma instituição alemã! Fiquei rico! Além de continuar estudando muito, mesmo porque era a razão de minhas bolsas, também porque eu tinha juízo, podia ir ao restaurante, aos bares para tomar cerveja, namorar e viajar.

Viajar tornou-se um objetivo complementar à minha formação. Achei que conhecer outros povos, seus costumes, sua cultura, era parte da formação. Uma obrigação, pensava eu, para um estudante interessado em Relações Internacionais. Comecei a viajar. Além das bolsas, as quais eu queria utilizar para melhorar minhas condições de estudo, todos os anos, durante as férias de verão, eu trabalhava dois meses, ganhava um dinheiro a mais, depois viajava um mês. Trabalhei como vendedor de impermeáveis para chuva, no grande magazine de Paris, La Samaritaine. Trabalhei como garçon, em um restaurante de Kaisersberg. Nele aprendi, vendo franceses e alemães comer, a combinar bebida com comida. Trabalhei como garçon em restaurante de uma piscina em Estrasburgo!

Fiz muitas viagens, a lugares diferentes. Além de poder participar de cursos de aperfeiçoamento de francês, em Paris, estive em vários lugares no interior da França.

As viagens mais longas, verdadeiras aventuras, foram poucas mas boas.

Em uma, com colegas estudantes brasileiros, sempre de carro, atravessamos a Alemanha, a Tchecoslováquia, entramos na União Soviética por Usgorod, estivemos em Kiev, na Ucrânia e de lá tomamos o rumo de Moscou, dois mil quilômetros acima. Era engraçado. Não sabíamos uma palavra de russo e, no interior, ninguém falava outra língua. Para pedir comida, por exemplo galinha ou ovo, desenhávamos a coisa no papel e indicávamos para o garçon. Ou então apontávamos o dedo para o prato do vizinho: aquilo! Um dia, como quase não

achávamos restaurante na estrada, com fome, entramos em uma fazenda à beira da estrada. Serviram-nos muita comida, enchemos a barriga. Quando fomos pagar, mostramos o dinheiro, parecia que os russos viram o demônio: não quiseram saber de dinheiro. Mesmo para encher o tanque de gasolina, nada de dinheiro. Moscou era diferente. Além de um deslumbre. Igrejas, palácios, o Kremlin, restaurantes, muita cerveja, comida boa, gente simpática. De lá, regressamos por Varsóvia, Berlim, para chegar a Estrasburgo.

Em outra viagem, dessa vez com dois estudantes franceses, fomos ao Oriente Próximo. Tínhamos uma “4L”, com baixa potência de motor. Para subir montanhas, o motorista dirigia, os outros dois iam atrás, empurrando: uma ajudazinha para o motor! Chegamos a Istambul, outra cidade deslumbrante. Costumes diferentes. Atravessamos o Bósforo, fomos para o outro lado, o interior da Turquia. Lembro de Pamukale e de outras coisas. Passamos pela Síria, até Damasco, depois pela Jordânia. Fomos a Petra, antiga civilização que construía templos dentro das rochas. Estivemos no Líbano, uma joia de beleza, com gente de comportamento mais parecido com costumes europeus. De lá, fomos a Israel. Desse país, onde se podia entrar com o carro, só se saía pelo mar Mediterrâneo. Colocamos o carro em um navio, descemos na ilha de Chipre, fomos à Grécia e voltamos pela costa do Mediterrâneo. Entramos na Itália do Norte, até Veneza. Depois, Estrasburgo. Uma viagem que parecia uma aula.

Na Alemanha. O que mais o impressionou?

O muro de Berlim, a divisão da Alemanha, metade comunista, metade liberal, com costumes diferentes entre os dois lados. De resto, o que me agradava mesmo, quando estudante em Strasbourg, era a pequena cidade de Kehl, que ficava encostada a Estrasburgo, bastava atravessar a ponte sobre o Reno. Frequentemente eu ia a Kehl, comer e tomar cerveja, sempre de bicicleta e com algum colega estudante.

Com quem viajava?

Sempre com algum colega. Ou brasileiros ou franceses.

Você tem outras ideias ou lembranças?

Muito me lembro de minhas paqueras. Havia vários restaurantes universitários na cidade. Um era judeu, agregado a um colégio residencial, onde moravam estudantes judias que vinham de outros países. Elas eram muito lindas. Enamorei-me de uma judia, do Marrocos, que ficou grávida, e deu à luz a nossa filha. Os pais vieram do Marrocos, a sogra me deu uma bronca, mas aceitaram o casamento, entre uma judia e um católico, de origem italiana. Ficaram meus amigos. Até vieram ao Brasil, anos mais tarde, visitar a filha. Eu mesmo fui ao Marrocos, algumas vezes, e ficava na cidade de praia, Tanger. Assim que trago da França a melhor das lembranças: minha filha.

Como foi a volta ao Brasil?

Eu tomei o avião, cujo bilhete o governo francês pagou; minha esposa com o neném veio depois, de navio. Ela trazia a mudança, que eram sobretudo roupas e livros. Voltei ao Brasil sem hesitar, mesmo havendo recebido convites para lecionar em outros países, no Oriente Médio e na África.

Queria viver e trabalhar no Brasil, minha terra, meu povo. Cheguei e fui a Passo Fundo visitar meus pais e irmãos.

Um professor da Universidade ficou sabendo, veio à casa de meus pais, menos de um mês depois de minha chegada. Convidou-me para ser professor da Universidade. Fiquei perplexo. Na França, tornar-se professor de Universidade, era difícil e raro. Mesmo com doutorado. Lembro-me de haver encontrado por acaso, em Paris, anos mais tarde, um colega e amigo meu, doutor por Estrasburgo, e porteiro do hotel onde me hospedara.

Comecei a lecionar na Universidade de Passo Fundo e dei andamento à revalidação dos diplomas. Uma burocracia! Mas, já com emprego, aluguei um apartamento e lá fomos morar: nós três. A vida continuava muito boa.

Seis anos depois, estive em um encontro de professores em Brasília. Como acontecera em Passo Fundo, veio um professor da Universidade de Brasília e falou: o senhor não quer lecionar na Universidade de Brasília? Quero,

respondi. Achei que era uma promoção profissional. Um mês depois, estávamos morando em Brasília, onde permaneço até hoje.

Minha filosofia de vida não mudou: estudar bastante, trabalhar bastante, fazer amigos, divertir-se bastante, viajar bastante. Tudo deu certo em minha vida. Às vezes, brinco com amigos: tenho inveja de mim mesmo.



ARTIGOS - ARTICLES

História e Relações Internacionais: o caso do Brasil

Paulo Fagundes Visentini¹
Professor Titular de Relações Internacionais
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
paulovi@ufrgs.br

Como citar este artigo: VISENTINI, Paulo. "História e Relações Internacionais: o caso do Brasil", *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº10, pp. 46-69. 2020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa-

Resumo: Na historiografia brasileira e mundial, a História Diplomática deu lugar à História das Relações Internacionais. Todavia, ambas têm caminhado paralelamente, com periodizações próprias e dissociadas, sem dialogar apropriadamente. O presente artigo busca associar ambas as periodizações, posicionando o Brasil dentro da História das Relações Internacionais mundiais, desde a fase colonial até o século XXI.

Palavras-chave: Brasil; História; Relações Internacionais.

History and International Relations: the case of Brazil

Abstract: In both Brazilian and world historiography, diplomatic history gave rise to the History of International Relations. However, both are following parallel paths, with exclusive and dissociate periodizations, without establishing an appropriate dialogue. This article tries to associate both periodizations, positioning Brazil in the global History of International Relations, from the colonial period to the 21st Century

Keywords: Brazil; History; International Relations.

¹ Historiador e Professor Titular de Relações Internacionais da UFRGS, Doutor em História Econômica/USP, Pós-Doutorado em Relações Internacionais/London School of Economics e pela PUC-Rio, Coordenador do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais do CEGOV/UFRGS (paulovi@ufrgs.br).

Introdução

A História é, erroneamente, considerada dentro do campo das Relações Internacionais (RI) como uma sub-área de aplicação, a *História das Relações Internacionais*. Na verdade, a Geografia, a Ciência Política e a História constituem o tripé basilar das RI. Aspectos sociológico-culturais, jurídicos e filosóficos se encontram inseridos dentro das três áreas. O problema é que o desenvolvimento das RI tem se baseado na predominância de teorias e modelos da Ciência Política, com limitado conhecimento geográfico e quase completo desconhecimento histórico. O Sistema Internacional e Mundial é um fenômeno histórico em sua formação e evolução.

A formação social e nacional brasileira teve sua origem na expansão europeia dos séculos XV-XVI, através da “descoberta” e colonização portuguesas. Durante quase quatro séculos a inserção internacional da região processou-se através das potências europeias, inicialmente por meio do mercantilismo português e, posteriormente, via liberalismo inglês. Na passagem do século XIX para o XX, contudo, o eixo da diplomacia política e econômica do Brasil se voltou para os Estados Unidos, limitando-se ao âmbito do hemisfério. Desde o início dos anos 1960, na esteira do desenvolvimento industrial, a política exterior brasileira voltou-se para a busca de novos espaços, através da mundialização e da multilateralização. Sob os efeitos da globalização, no final do século XX, o país passou a também valorizar o espaço regional latino-americano.

A *História Diplomática* tradicional abarcava apenas o estudo das relações oficiais entre os Estados, expressa na atuação de agentes credenciados pelos governos. No Brasil, essa tendência atingiu o ápice nas histórias diplomáticas de Hélio Vianna e Delgado de Carvalho. Essa abordagem cedeu o seu lugar à mais complexa *História das Relações Internacionais*, desde a afirmação dos trabalhos de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, nas décadas de 1950 e 1960. No Brasil, a nova perspectiva teórica foi desenvolvida a partir dos estudos de José Honório Rodrigues, tais como *Brasil e África*, e *Interesse Nacional e Política Externa*, ambos dos anos 1960. (RODRIGUES,1964); (RODRIGUES, 1966)

A *política exterior* envolve aspectos mais determinados dentro do conjunto das Relações Internacionais. Ela enfoca a *orientação governamental* de determinado Estado a propósito de determinados governos e/ou Estados, ou ainda regiões, situações e estruturas, em conjunturas específicas. A interação, conflitiva ou cooperativa, das políticas externas deve ser considerada como parte de um sistema mundial, constituindo então em seu conjunto a *política internacional*.

Durante a fase colonial, o Brasil encontrava-se integrado ao mercantilismo português. Com o advento do processo de emancipação, nossa *dependência assimétrica* transferiu-se para a órbita do livre comércio hegemônico pela Inglaterra. Paralelamente, acentuou-se outra dimensão das Relações Internacionais do Brasil: a dos problemas regionais vinculados à construção do espaço geopolítico e nacional brasileiro, também enfocada como “questão de fronteiras”. Nesse contexto, a rivalidade com a Argentina fazia parte de uma *relação simétrica*, herdada dos antagonismos coloniais, a qual caracterizou-se como um campo de relativa autonomia para o exercício de nossa diplomacia.

A dupla problemática da *subordinação unilateral* ao capitalismo mediterrânico e norte-atlântico e da construção do espaço nacional, constituiu a primeira fase das nossas relações exteriores, a qual estendeu-se por quatro séculos. Durante o século XIX, esse processo configurou-se como uma unilateralidade sob hegemonia inglesa, segundo conceito de Silva e Gonçalves (1964). Já ao longo das últimas décadas desse século, afirma-se gradativamente a influência norte-americana, prenunciando o advento de uma nova fase.

A unilateralidade durante a hegemonia norte-americana representará um novo período das Relações Internacionais do Brasil. Nela, será concluído o traçado das fronteiras, o país voltar-se-á para um processo de inserção hemisférica e terá início uma vinculação mais estreita da política externa com o desenvolvimento econômico. A gestão Rio Branco (1902-12) representou um momento paradigmático dessa fase, pois concluiu a demarcação das fronteiras contestadas e estruturou a chamada *aliança não escrita* (segundo a clássica expressão de Bradford Burns) com os Estados Unidos da América. Coube a Vargas e aos governos populistas dos anos 1950, por sua vez, a vinculação

estratégica da política exterior às necessidades do processo de desenvolvimento econômico, fenômeno que Amado Cervo denominou de *política externa para o desenvolvimento*.

Durante todo esse período, que se estende até o fim da década de 1950, as relações exteriores do Brasil voltaram-se prioritariamente para os EUA, em busca do status de *aliado privilegiado*. Na medida, entretanto, em que esta relação se mostrava insuficiente como apoio ao desenvolvimento industrial, incrementado desde os anos 1930, a política externa brasileira viu-se na contingência de alterar o seu perfil. A *autonomia na dependência* (MOURA, 1980), que Vargas explorou às vésperas da Segunda Guerra Mundial, e o nacionalismo dos governos populistas dos anos 1950 representaram uma *estratégia de barganha* frente a Washington. Essa barganha visava redefinir os laços de dependência face aos EUA, de forma a obter apoio ao desenvolvimento industrial brasileiro.

A falta de uma resposta positiva por parte dos Estados Unidos convenceu lideranças brasileiras da época da necessidade de ampliar os vínculos internacionais do Brasil. Fazia-se necessário atuar num plano mundial, escapando à dependência hemisférica face aos EUA, não obstante isso permitisse ampliar a própria barganha com esse país. Embora esse processo começasse a emergir desde o segundo governo Vargas, foi com a Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart, entre 1961 e 1964, que ela se configurou de forma explícita em nossa agenda diplomática.

Inicia-se então o terceiro grande período das relações exteriores brasileiras, o da *multilateralidade na fase da crise de hegemonia no sistema mundial*, que se estende até a atualidade. Aprofundou-se a vinculação da política exterior com a estratégia de desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que se diversificavam os nossos parceiros internacionais. Apesar da manutenção de um *eixo vertical Norte-Sul*, em particular as relações com os EUA, a diplomacia brasileira passou a atuar também num *eixo horizontal Sul-Sul* e num *eixo diagonal Sul-Leste* (relações com o Terceiro Mundo e com os países socialistas, respectivamente). Isso tornou-se possível tanto pelas necessidades do desenvolvimento brasileiro quanto pelo advento de um sistema mundial de hegemonias em crescente desgaste.

Embora os três anos iniciais do regime militar tenham sido caracterizados por um retrocesso ao alinhamento automático com os Estados Unidos e o refluxo a uma diplomacia de âmbito hemisférico, e a década de 1964-74 fosse marcada pelas “fronteiras ideológicas”, a multilateralidade das relações exteriores e a busca do “interesse nacional do desenvolvimento” continuaram a aprofundar-se. Os novos interesses internos então configurados, bem como as alterações do cenário internacional após o primeiro choque petrolífero permitiram ao governo Geisel ampliar esse processo, através do “Pragmatismo Responsável e Ecumênico”. Nem mesmo o fim do regime militar em 1985 interrompeu esta estratégia diplomática, que prosseguiu até 1990.

O Brasil praticava, então, uma política exterior com o perfil de uma potência média e de abrangência planetária. As vigorosas alterações do cenário mundial, na passagem dos anos 1980 aos 1990, e a implantação de um modelo inspirado no neoliberalismo com o governo Collor, entretanto, configuram uma crise no processo de multilateralização, a qual ainda não foi superada. Nesse contexto, emerge a discussão acadêmica e política da inserção do Brasil no Globalismo Neoliberal pós-Guerra-Fria.

A unilateralidade durante a colonização portuguesa e a hegemonia inglesa

No tocante à diplomacia brasileira, é necessário balizar um marco fundamental da política externa: seu caráter estrutural e organicamente dependente, ainda que logrando relativa autonomia conjuntural e regional. Segundo Silva e Gonçalves (2009, p. 25):

A nossa própria *história geral* é, por hipótese, um capítulo da totalidade da história do capitalismo ocidental, norte-atlântico-mediterrâneo, em gradativa construção e reconstrução, na qual a totalidade da formação brasileira se colocou, historicamente, numa posição subordinada que cumpre sempre reavaliar e superar. Isto se reflete, evidentemente, nas Relações Internacionais.

A primeira fase da política externa brasileira abarca desde o Tratado de Tordesilhas até o início da gestão do Chanceler Barão de Rio Branco, no início do século XX. Como se pode ver, a existência legal do Brasil (1494) antecede sua existência real (1500). Esse longo período caracteriza-se pela problemática

dominante da definição do espaço territorial, um verdadeiro imperialismo geográfico luso-brasileiro (espécie de “destino manifesto”), e pela dependência primeiramente em relação ao mercantilismo português e, posteriormente, ao capitalismo industrial inglês em expansão, de viés liberal-concorrencial. Além dos vínculos com a Europa, a América Portuguesa também manteve relações expressivas com a África, onde eram apresados os escravos que constituíam a mão de obra das *plantations*. Assim, a História Econômica elaborou o conceito de triângulo comercial atlântico. De outra parte, durante a fase colonial os conflitos europeus repercutiam diretamente no Brasil, especialmente no tocante às guerras platinas.

O ciclo do ouro estabeleceu no Brasil do século XVIII os fundamentos de uma divisão da produção entre as diversas regiões, articulando-as entre si e acentuando o conflito de interesses com a metrópole. A crise do Antigo Sistema Colonial, por seu turno, enfraquecia o mercantilismo português, subordinando-se ao capitalismo inglês. Esse fenômeno acelerou-se na passagem do século XVIII ao XIX, com a Revolução Francesa.

As guerras napoleônicas representaram o apogeu do confronto entre dois modelos (e dois estágios) de capitalismo, o inglês e o francês, na disputa pela hegemonia mundial. Enquanto a França afirmava-se na Europa, através do Bloqueio Continental, a Inglaterra consolidava o seu domínio sobre os mares e sobre o mundo colonial, isto é, sobre o mercado global. Nesse quadro, ocorreu a invasão de Portugal por Napoleão, e a vinda da Corte e da administração lusitanas para o Rio de Janeiro, sob a proteção da armada britânica em 1808. A metrópole internalizava-se no Brasil, enquanto os portos eram abertos ao livre comércio inglês.

Com o fim da guerra na Europa e a restauração conservadora do Congresso de Viena, a situação altera-se. A constelação de Estados conservadores, da qual Portugal fazia parte, apostava num movimento recolonizador. Mas a dinastia dos Bragança encontrava-se no Brasil, na América em processo de emancipação, e a Inglaterra e os Estados Unidos opunham-se a qualquer forma de reação colonialista, além de apoiar o movimento de independência das possessões ibéricas. O dilema bragantino

logo teve de ser resolvido. A Revolução Constitucionalista do Porto de 1820 obrigou D. João VI a retornar a Portugal.

A conjuntura contraditória entre o reacionarismo na Europa, por um lado, e Revolução e livre comércio na América Latina, por outro, levaram os Bragança a uma solução ousada: dividir os domínios da família em dois, o Brasil de um lado do Atlântico e o Império Português de outro (1822). O acordo entre os dois ramos da dinastia foi avalizado pela Inglaterra (através do Tratado Luso Brasileiro de 1825), em troca de um acordo de livre comércio (renovação do de 1810) e o compromisso brasileiro de extinguir o tráfico negreiro. Assim, o I Reinado manteve a diplomacia bragantina e a acentuada continuidade com a etapa anterior. É importante destacar que o Brasil, por sua estrutura monárquica e escravista, procurava capitalizar o papel de *Europa nos Trópicos*, antagonizando-se com as Repúblicas formadas na Hispano-América. O Prata, onde prosseguiram as rivalidades entre Brasil e Argentina, bem como as intromissões da Inglaterra e da França, representou a principal área de atrito entre o Império e os demais países do continente. É nesse espaço que o Brasil defenderá seus interesses com relativa autonomia.

Com a renúncia de D. Pedro I e a instalação da Regência em 1831, iniciam-se lutas em torno da hegemonia político-econômica entre as diversas regiões do país. Isso implicou em um refluxo da política externa, com questões internas adquirindo primazia, e no Prata o Brasil adotava a atitude de *neutralidade paciente*. Apesar da momentânea e aparente perda de importância da diplomacia, é justo nessa etapa que se configura uma política externa propriamente brasileira, ainda que marcada pela herança bragantina. O Conselho de Estado constituiu, então, o primeiro núcleo formulador da diplomacia nacional.

A década de 1840 foi marcada pela implantação do II Reinado e pela consolidação política, econômica e diplomática do novo Estado. A partir daí abre-se uma fase de reações contra as pressões inglesas pela renovação do acordo de livre-comércio. Em 1844 são implantadas as Tarifas Alves Branco, de caráter protecionista, provocando a reação de Londres através do *Bill Aberdeen*, o qual visava impedir o tráfico de escravos. Desta forma, a extinção

do sistema dos tratados permitiu a criação de condições para a articulação de um projeto de política externa, apesar da persistência de uma relação de dependência assimétrica com a Inglaterra. Na década de 1850 inicia-se o apogeu da formação social representada pela monarquia, o que se refletiu na política externa. Os desacordos com a Inglaterra atingem o paroxismo com a questão Christie e a ruptura das relações diplomáticas entre o Rio de Janeiro e Londres, de 1863 a 1865. Obviamente, isso não significou a ruptura das relações comerciais e financeiras, as quais permaneceram intensas (CERVO; BUENO, 1992).

Outra dimensão fortalecida nessa época foi a política de força em relação ao Prata. Os interesses diplomáticos, econômicos e políticos levaram o Brasil a desencadear uma série de intervenções na região: Uruguai, 1851; Argentina, 1852; Uruguai, 1855-56; e, finalmente, Uruguai, 1864, que já vincula-se ao desencadeamento da Guerra da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) contra o Paraguai - 1865-70. O objetivo do Sistema do Império no Prata consistia na defesa dos interesses econômicos, livre-navegação, apoio aos colorados no Uruguai, mas, sobretudo, visava obstaculizar a construção de uma Argentina forte, capaz de rivalizar com o Brasil. Esse último princípio também foi aplicado ao Paraguai de Solano Lopez.

Após a guerra do Paraguai, de onde o Brasil retira-se em 1876, altera-se profundamente a situação nacional, regional e mundial. Com a transição do escravismo ao trabalho assalariado, entre outros fatores, a monarquia entra em contínuo declínio, o que traz consequências negativas para a política externa. No plano regional, a Argentina emerge fortalecida: em plena expansão econômica, logo ultrapassando o Brasil em dinamismo. Por outro lado, com a expansão das ferrovias brasileiras ao curso médio dos rios Uruguai, Paraguai e Paraná, a Bacia do Prata perde o interesse estratégico para a diplomacia do país.

A arrancada argentina, por sua vez, vincula-se também à rearticulação da economia mundial, com o desencadeamento da Segunda Revolução Industrial. Graças a ela, processava-se uma reorientação profunda nas relações entre o centro e a periferia do sistema mundial. A Argentina levava vantagens nesse

processo, recebendo capitais, imigrantes e novas tecnologias para adequar a estrutura produtiva do país às novas necessidades da Europa industrial.

Neste contexto, apesar de evoluir mais lentamente, o Brasil via valorizarem-se outros produtos e regiões, bem como configurarem-se novos parceiros externos. A economia primário-exportadora, orientada ao crescimento para fora, precisava modernizar-se e atender às novas demandas. A cafeicultura, progressivamente processada por trabalhadores assalariados, bem como a borracha explorada na Amazônia, destinavam-se cada vez mais aos mercados dos emergentes Estados Unidos da América. Reflexo dessa aproximação foi, inicialmente, o convite do Presidente Grant para que D. Pedro II abrisse a *Centennial Exposition* em 1876 na Filadélfia, e, posteriormente, a insistência norte-americana para que o Brasil apoiasse a criação de um *Zolverein* nas Américas (União Aduaneira Americana, 1886). Outra questão que marcou a política exterior brasileira na fase de transição da Monarquia à República, apesar do relativo retraimento diplomático, foi o esforço por continuar defendendo as fronteiras contestadas, processo que só culminará com a gestão Rio Branco, já no início do século XX.

Após 1876, envolvido com seus problemas internos, o Brasil conheceu um refluxo em sua política externa. Igualmente, a proclamação da República em 1889 faz com que a ênfase da ação governamental estivesse voltada aos aspectos internos. Apesar disso, em função também da ascensão da Argentina neste período, a diplomacia brasileira começa a voltar-se para os Estados Unidos, que, por seu turno, projetava sua economia para fora, especialmente em direção à América Latina.

Apesar das transformações que se operaram ao longo do século XIX, se afirmavam alguns elementos estruturais da diplomacia brasileira. O primeiro consiste na condição dependente de “país novo e atrasado”, graças à subordinação de uma economia primário-exportadora aos centros internacionais (na época, a Inglaterra hegemônica). Nesse plano, configurava-se uma *relação político-econômica assimétrica*, pois o Brasil se encontrava em posição de flagrante inferioridade. Entretanto, num segundo plano, o país conseguia

desenvolver uma diplomacia relativamente autônoma, na forma de uma *relação simétrica de poder*, representado então pela política no Prata.

É preciso considerar, também, que em certas conjunturas o Brasil desafiava, ainda que de forma parcial, certos aspectos da hegemonia inglesa. A defesa de determinados interesses socioeconômicos da elite brasileira fazia a diplomacia nacional buscar certa margem de manobra, perfilando-se igualmente aqui uma relativa autonomia. Mas também é necessário observar que esta mesma elite sofria de uma espécie de “síndrome do escravismo”. Para a manutenção da hierarquia social no país, esse grupo não hesitava em subordinar-se a interesses estrangeiros, assumindo conscientemente a posição de sócio menor. Neste sentido, o potencial diplomático do país resultará, então, bastante inferior ao volume de sua população, recursos econômicos, naturais e territoriais. Sempre haverá um “perigo interno” a ser priorizado. Esse elemento persistirá, mesmo após a abolição.

Finalmente, é importante salientar outro elemento duradouro da política internacional do Brasil. Trata-se da tendência em posicionar-se como rival dos Estados hispano-americanos. A política hegemônica em relação aos vizinhos, a ambição à liderança regional, o temor a determinadas configurações sociais reformistas do Republicanismo e do jacobinismo hispano-americanos, e a oposição às tendências integradoras do panamericanismo de orientação bolivariana fizeram muitas vezes o Brasil associar-se às grandes potências contra os países latino-americanos. Assim, o Brasil será considerado, e considerará a si próprio, como um “país diferente” do restante da América Latina.

A unilateralidade sob hegemonia norte-americana

A segunda fase da política exterior brasileira abrange desde a gestão Rio Branco (1902-12) até o fim do governo Juscelino Kubitschek (1956-61), e tem como temática principal as relações hemisféricas. A inserção brasileira no sistema interamericano nesta fase caracteriza-se por uma “aliança não-escrita” com os EUA, país em relação ao qual nossa economia passou a depender prioritariamente. Durante este período, variaram as formas dessa “aliança”: “de acordo, sempre que possível”, “nobre emulação”; “parceiros prediletos” ou

“satélites privilegiados”. Entretanto, não se duvidava que todas essas nuances se inseriram em uma mesma perspectiva, a de que a “aliança” com Washington constituía a espinha dorsal da política exterior brasileira.

Durante a primeira metade do século XX, como foi ressaltado, a diplomacia brasileira teve como tendência predominante a inserção no contexto hemisférico, onde o eixo principal era a relação com os Estados Unidos. Não se tratava apenas da dependência face aos EUA, mas do fato de o Brasil centrar sua política externa no estreitamento das relações com Washington, dentro da perspectiva da “aliança não escrita”, concebida durante a gestão Rio Branco. A dependência, enquanto tal, prosseguiu depois desta fase, mas a tônica não era mais essencialmente a busca de uma aproximação privilegiada com os Estados Unidos. Ao longo desta fase, houve momentos de busca de uma relativa “autonomia na dependência”, ou de barganha para a defesa de certos interesses brasileiros, como durante a gestão Rio Branco e o primeiro governo Vargas.

A gestão Rio Branco (1902-1912) foi marcante, uma vez que nela foram demarcadas vantajosamente as fronteiras amazônicas. Durante o auge do ciclo da borracha, o conflito do Acre evidenciou a determinação e a continuidade da política exterior brasileira. Além disso, Rio Branco desenvolveu uma política de defesa dos interesses nacionais, numa época de dificuldades devidas ao reordenamento mundial. A aliança com os EUA, a par da subordinação evidente, assinalava a busca de uma estratégia de barganha, com vistas ao fortalecimento da posição internacional do Brasil.

O restante da República Velha (1912-1930) e o mandato do presidente Dutra caracterizam-se, em oposição, por uma dependência relativamente passiva frente aos EUA. Após a morte de Rio Branco, e sobretudo com a Primeira Guerra Mundial, os interesses norte-americanos afirmaram-se de forma assimétrica. Nos anos 1920, o desgaste da República cafeeira fez inclusive com que a diplomacia brasileira refluísse. A crise de 1929, enfim, desarticulou ainda mais a capacidade do país em formular uma diplomacia positiva.

Todavia, devido à ascensão do projeto varguista de desenvolvimento, o período 1930-45 pautou-se por uma tentativa consciente de tirar proveito da conjuntura internacional e da redefinição da economia brasileira, através da utilização da política externa como instrumento estratégico para lograr a industrialização do país. É necessário ressaltar, entretanto, que o estágio embrionário do desenvolvimento brasileiro e as escassas possibilidades oferecidas pelo contexto internacional, a longo e médio prazos, limitaram o alcance desta inovação introduzida por Vargas. A diplomacia pendular do Brasil, entre Washington e Berlim, durante a preparação da Segunda Guerra Mundial buscava, em essência, reativar a velha “aliança privilegiada” com os EUA, inovando-a com outras formas de cooperação econômica. Em suma, Vargas ensaiava uma nova política externa em uma situação ainda dominada por velhas estruturas, de alcance regional.

A derrubada do ditador estadonovista e o caráter da política externa do governo Dutra evidenciaram esses elementos limitativos. Além do mais, a tendência a formas mais ou menos passivas de uma acomodação submissa aos EUA ainda se faziam sentir entre 1945 e 1964, especialmente durante o governo Dutra. Porém, a volta de Vargas ao poder vai significar uma importante mudança. É inegável que ainda iria persistir em larga medida a ilusão de que o Brasil poderia, através de uma barganha nacionalista, voltar a lograr estabelecer vínculos privilegiados com os EUA. A ilusão persistiu até o final do governo Kubitschek. Mas a situação nos anos 1950 era diferente. O desenvolvimento econômico e a progressiva afirmação de um novo perfil sociopolítico da sociedade brasileira impunham novas demandas à política exterior.

A década de 1950 abria-se com o avanço da urbanização e da industrialização, a afirmação de um empresariado industrial, de segmentos médios urbanos, de uma jovem classe operária e outros trabalhadores urbanos e rurais. O sistema político tinha de responder à crescente participação popular, enquanto as contradições da sociedade brasileira constituíam um terreno fértil para os conflitos sociais. Assim, Vargas viu-se na contingência de retomar o projeto de desenvolvimento industrial por substituição de importações, incrementando a indústria de base. O setor externo da economia

jogava, então, um papel fundamental para a obtenção de capitais e tecnologias, que só poderiam ser obtidas via cooperação econômica com a potência então hegemônica, os EUA. Mas no quadro da Guerra Fria o espaço de manobra era limitado para atrair a atenção americana (BANDEIRA, 1976).

Assim, Vargas procura implementar uma barganha nacionalista, a qual consistia em apoiar Washington no plano político-estratégico da Guerra Fria, em troca da ajuda ao desenvolvimento econômico brasileiro. Esta política, ao mesmo tempo, fortaleceria a posição interna do governo, obtendo apoio de diferentes forças políticas domésticas. As contradições internas cada vez mais pronunciadas e os magros resultados obtidos no plano externo atingiram um ponto grave, a partir de 1953, com a eleição do Republicano Eisenhower. Neste momento, Vargas viu-se na contingência de aprofundar sua barganha diplomática, visando a reverter um quadro crescentemente adverso. O problema, contudo, era que o cenário internacional não oferecia muitas alternativas, pois os países socialistas ainda eram considerados “inimigos”, a Europa ocidental e o Japão mal concluíam a reconstrução econômica, enquanto o Terceiro Mundo recém despertava como realidade política devido ao embrionário estágio da descolonização. A América Latina, por seu turno, encontrava-se sob forte pressão dos EUA, além de politicamente bastante dividida.

De qualquer forma, Vargas procurou tirar proveito dos limitados espaços, além de tentar criar outros. Todavia, mesmo este esboço de multilateralização, o qual visava mais a barganha com os EUA do que uma nova forma de inserção no plano mundial, viu-se obstaculizado pelos acirrados conflitos internos, onde a oposição articulava-se diretamente com Washington, isolando o governo e levando o presidente ao suicídio em 1954.

A derrubada do governo Vargas e a reação conservadora que se seguiu, tanto no plano interno como, sobretudo, externo evidenciaram que a barganha nacionalista havia se tornado uma política incômoda para o *status quo* internacional hegemônico pelos Estados Unidos. A tentativa precoce de promover uma diplomacia não linearmente subordinada a Washington apoiava-se em fatores objetivos em desenvolvimento, e não apenas na vontade

política de um líder populista. Por isso significou o esboço de uma nova política externa brasileira, que conhecerá seu amadurecimento com a Política Externa Independente.

Entre 1954 e 1958, essa linha política conheceu um sério retrocesso, e houve um autêntico hiato com relação às tendências marcantes do período. A gestão Café Filho caracterizou-se pela abertura econômica absoluta ao capitalismo internacional e pelo retorno do alinhamento automático em relação à diplomacia americana, tal como no governo Dutra. O projeto de desenvolvimento foi momentaneamente abandonado em nome de um liberalismo econômico extremado, enquanto a barganha nacionalista desaparecia das palavras e atitudes do governo. Tratava-se da afirmação da diplomacia da Escola Superior de Guerra e sua concepção de segurança e desenvolvimento.

Com a ascensão de Kubitschek ao poder, em 1956, a situação altera-se em certo sentido. O Brasil continua calcando sua política externa no alinhamento automático com relação aos EUA, concentrando-se na diplomacia hemisférica. Também prossegue a abertura ampla da economia ao capital internacional. Contudo, JK retomou o projeto de industrialização, só que agora calcado no setor de bens de consumo durável para as classes de média e elevada renda. Assim, Kubitschek conseguia conjunturalmente um espaço em que se harmonizavam os interesses da potência hegemônica e de um projeto de industrialização alterado. É necessário salientar, todavia, que tal política foi possível, entre outros fatores, pelo retorno pleno da Europa ocidental às relações econômicas internacionais, fornecendo alternativas comerciais e financeiras ao Brasil, sem confrontação com Washington.

Esse hiato, com suas duas fases distintas, no entanto, encerra-se em 1958, com a retomada da barganha nacionalista por JK, em termos muito semelhantes à de Vargas. A crise dos milagrosos “50 anos em 5” e determinadas alterações internacionais, como a criação da Comunidade Econômica Europeia, a reeleição de Eisenhower num quadro de crise e descontentamento latino-americano, bem como as pressões do FMI, levaram o governo a retomar uma ativa barganha nacionalista através da Operação Pan-

americana (OPA). Esta objetivava atrair a atenção dos EUA para a América Latina e obter maiores créditos nos marcos do sistema interamericano, comprometendo a Casa Branca num programa multilateral de desenvolvimento econômico de largo alcance.

A OPA pretendia não só incrementar os investimentos nas regiões economicamente atrasadas do continente, compensando a escassez de capitais internos, mas também promover a assistência técnica para melhorar a produtividade e garantir os investimentos realizados, proteger os preços dos produtos primários exportados pela América Latina, bem como ampliar os recursos e liberalizar os estatutos das organizações financeiras internacionais. Ao contrário da Aliança para o Progresso, que priorizava os capitais privados e as relações bilaterais, a OPA enfatizava a utilização de capitais públicos e a multilateralização das relações interamericanas. Paralelamente, JK buscou expandir a barganha para a área socialista e terceiro-mundista, mas de forma extremamente acanhada. A economia brasileira internacionalizava-se progressivamente, e os conflitos sociais exacerbavam-se, enquanto as repercussões da Revolução Cubana criavam problemas adicionais. Não podendo agir além do que lhe permitiam suas bases de sustentação política, a diplomacia de JK permanecerá no meio do caminho, empurrando para seus sucessores decisões que não podia ou não estava disposta a tomar.

A multilateralidade durante a *détente* e a tendência à multipolaridade

A terceira fase da política externa brasileira abarca o período que se inicia com a Política Externa Independente e vem até nossos dias. As características básicas do período são a multilateralização das relações exteriores e os componentes ideológicos nacionalistas, onde o alinhamento automático em relação aos EUA passa a ser questionado. Ainda que a dependência face ao Norte industrializado persista, o aprofundamento do caráter multinacional do capitalismo permite a introdução de elementos novos. Conforme Silva e Gonçalves (2009, p. 31):

Até este terceiro ‘momento’ o eixo Norte-Sul dominava as diretrizes que formulavam a nossa política externa, configurando-se uma dependência tão forte e exclusiva ao mundo Norte-atlântico nas Relações Internacionais, que elas ficaram marcadas pelo traço da *unilateralidade*. Neste terceiro ‘momento’, extremamente polêmico e diversificado nas nuances conjunturais, começamos a praticar, no possível, a *multilateralidade*. Vislumbra-se a primeira oportunidade de *horizontalizar* (eixo Sul-Sul) ou de *diagonalizar* (eixo Sul-Leste) nossa política externa, mas isto sem negar totalmente a *verticalização* (eixo Norte-Sul). Com a *horizontalização* passaríamos a valorizar mais as nossas relações com a América Latina e a África. (...) Ora, para que ocorra este reposicionamento nos sistemas interamericano e mundial, é preciso discutir a liderança dos EUA.

Em 1961 Jânio Quadros e seu Chanceler, Afonso Arinos, lançaram a *Política Externa Independente* (PEI), que tinha como princípios a expansão das exportações brasileiras para qualquer país, inclusive os socialistas, a defesa do direito internacional, da autodeterminação e a não-intervenção nos assuntos internos de outras nações, uma política de paz, desarmamento e coexistência pacífica, apoio à descolonização completa de todos os territórios ainda dependentes e a formulação autônoma de planos nacionais de desenvolvimento e de encaminhamento da ajuda externa. A raiz de tal diplomacia encontrava-se nas necessidades do desenvolvimento brasileiro, que sinalizavam para a mundialização e autonomia da política externa face aos EUA, que não contribuíam economicamente, como desejavam as elites em troca de seu alinhamento com Washington.

Tentando agradar o capital internacional pelo programa de austeridade, os setores populares pela reforma e a pequena-burguesia através da onda moralizadora com que enfrentava os escândalos de corrupção, Quadros ia ampliando o descontentamento e a oposição a seu governo. A direita e os EUA reprovavam sua política externa, enquanto a esquerda e os segmentos populares criticavam duramente o programa econômico-financeiro. Enquanto o presidente, com seu estilo personalista, isolava-se das diversas forças políticas, os atritos se multiplicavam. As iniciativas para estabelecer relações diplomáticas com os países socialistas (URSS e leste europeu), o apoio à luta pela independência das colônias africanas de Portugal, a defesa da não-ingrerência em relação à Revolução Cubana, a aproximação e cooperação com a Argentina (Tratado de Uruguiana) e a retórica nacionalista e terceiro-mundista descontentaram os EUA e as Forças Armadas.

Marcado pela suspeição ideológica, o governo Goulart será caracterizado pela instabilidade e imobilismo. No plano diplomático, o novo Chanceler, San Tiago Dantas, aprofundou a PEI como “defesa do interesse nacional”, voltada ao desenvolvimento, à soberania e, explicitamente, à reforma social. Apesar de não conseguir implementar-se plenamente, a Política Externa Independente gerou atritos crescentes com os EUA, devido à recusa brasileira quanto à expulsão de Cuba da OEA (Punta del Este, 1962), à política de encampação de empresas estrangeiras por Brizola e outros governadores e o restabelecimento de relações com a URSS em 1962. Além dos caminhos e descaminhos da política do regime populista preocuparem a Casa Branca, a PEI, especialmente, encontrava-se sob a mira do governo norte-americano.

Com o golpe de 1964 tem início o regime militar e uma nova fase da política externa, ainda que marcada por traços de continuidade. O governo Castelo Branco representou um verdadeiro recuo, abandonando o terceiro-mundismo, o multilateralismo e a dimensão mundial da Política Externa Independente, regredindo para uma aliança automática com os EUA e para uma diplomacia de âmbito hemisférico e bilateral. O que embasava tal política era a geopolítica típica da Guerra Fria, teorizada pela Escola Superior de Guerra, com seu discurso centrado nas fronteiras ideológicas e no perigo comunista. Em troca da subordinação a Washington e do abandono da diplomacia desenvolvimentista, o Brasil esperava receber apoio econômico. O Chanceler Juracy Magalhães chegou a afirmar que “o que é bom para os EUA é bom para o Brasil”. Como prova de lealdade ao “grande irmão do norte”, o Brasil rompeu relações com Cuba em maio de 1964 e enviou tropas à República Dominicana em junho de 1965 sob a bandeira da OEA, onde também apoiava os EUA na tentativa de constituir uma Força Interamericana de Defesa.

No governo Costa e Silva, as Relações Internacionais representaram uma ruptura em relação ao governo anterior, contrariando frontalmente Washington. A *Diplomacia da Prosperidade*, do Chanceler Magalhães Pinto, enquanto política externa voltada à autonomia e ao desenvolvimento, assemelhava-se muito à PEI, embora sem fazer referência à reforma social. Ressaltava que a *détente* entre os EUA e a URSS fazia emergir o antagonismo

Norte-Sul, e em função disso definia-se como nação do Terceiro Mundo e propugnava uma aliança com ele, visando a alterar as regras injustas do sistema internacional. Tal foi a tônica na II UNCTAD, onde o discurso do representante brasileiro valeu-lhe sua indicação para o recém criado Grupo dos 77, bem como na recusa em assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP).

Na análise da política externa do regime militar é possível identificar fases bem definidas, com características próprias, apesar da existência de diversidades internas e de determinados traços comuns entre elas. A primeira fase, o governo Castelo Branco (1964-1967), constituiu um período atípico, com alinhamento automático face aos Estados Unidos, formalmente dentro da concepção de fronteiras ideológicas da Doutrina de Segurança Nacional anti-esquerdista. Houve um nítido refluxo diplomático para o âmbito hemisférico, recuando das iniciativas esboçadas pela Política Externa Independente, com a primazia da ordem interna e saneamento econômico nos moldes do FMI. Durante esta fase foi dominante a concepção “liberal-imperialista”, calcada no princípio de uma diplomacia interdependente (ou dependente). Contudo, é preciso reconhecer que o alinhamento brasileiro foi menos profundo do que se pode pensar, pois muito da subserviência externa foi resultante de problemas internos. Durante a “correção de rumos” de Castelo Branco, igualmente estavam sendo lançadas as bases de um novo ciclo de desenvolvimento. Portanto, muito das características de sua política externa podem ter sido conjunturais.

A segunda fase foi constituída pelos governos Costa e Silva e Médici (1967-1974), caracterizando-se pelo retorno a uma diplomacia voltada ao “interesse nacional” do desenvolvimento, embora ainda marcada por um discurso aparentemente voltado às fronteiras ideológicas. Este último aspecto deveu-se, sobretudo, a elementos de política interna, como os confrontos com setores de oposição e, inclusive, luta armada. Consistia, pois, uma forma de legitimação política interna. Iniciando com uma série de confrontos com a Casa Branca (governo Costa e Silva), houve posteriormente uma relativa margem de iniciativa autônoma nas relações com os EUA, mas ainda situadas no âmbito regional. A conjuntura interna, marcada pela luta contra os grupos

de esquerda, fez do Brasil um “problema” e permitiu certa convergência com Washington, ao mesmo tempo em que o “milagre econômico” era impulsionado. Esta *aliança com autonomia* foi também possível devido à nova estratégia americana da administração Nixon-Kissinger, apoiada em aliados regionais, delegando-lhes papel de “potência média”.

A terceira fase abrangeu os governos Geisel e Figueiredo (1974-1985). O Pragmatismo Responsável retomou as linhas gerais da PEI e, embora adotasse uma postura menos politizada e mais conservadora (ausência de referência a reformas sociais internas), avançou muito mais em termos práticos. Trata-se do apogeu da multilateralização e da mundialização da política externa brasileira. A redemocratização pouco viria a alterar a linha diplomática implantada por Geisel, embora a segunda metade dos anos 80 tenha presenciado a afirmação de uma conjuntura internacional adversa, que desembocará na *crise do multilateralismo* a partir de 1990. Nesta terceira fase, bem como na segunda, prevaleceu a concepção “nacional-autoritária”, de viés autonomista e desenvolvimentista.

A política externa do período, salvo o hiato de Castelo Branco, constitui como um instrumento de apoio ao desenvolvimento econômico industrial e da construção do *status de potência média*, representando o ponto alto de uma estratégia iniciada com Vargas, mas cujas origens mais remotas encontram-se na ideologia tenentista. Tal política, ao longo do regime militar, visou a maior autonomia na cena internacional, produzindo-se uma crescente multilateralização e mundialização, de dimensão tanto econômica como política. Neste processo, o país necessitava exportar produtos primários de colocação cada vez mais difícil no mercado mundial, e para tanto as relações com as Europas capitalista e socialista, com a China Popular e com o Japão foram particularmente importantes.

Mas a recente industrialização tornava necessário buscar mercados também para os produtos manufaturados e serviços, e para tanto as relações com a América Latina, África, Oriente Médio e Ásia foram decisivas. Contudo, o país necessitava também importar capital, tecnologia e máquinas, fazendo-se necessário manter boas relações com o Norte capitalista, especialmente com os

pólos emergentes europeu e japonês, mas também com o Campo Soviético. Com o primeiro choque petrolífero, também a importação de petróleo tornou-se uma questão estratégica, implicando em estreitamento de relações com os países produtores, especialmente do Oriente Médio.

A utilização da política externa como instrumento de desenvolvimento, aliada às consequências do desgaste das hegemonias no sistema mundial, configuram a necessidade de redefinir as relações com os EUA, imprimindo maior autonomia à diplomacia brasileira frente ao “aliado privilegiado”. Para escapar à acentuada dependência frente aos EUA e para barganhar termos mais favoráveis para essa relação, o Brasil ampliou sua diplomacia para outros pólos capitalistas (Europa Ocidental e Japão), aprofundou sua atuação nas Organizações Internacionais e buscou estreitar ou estabelecer vínculos com o Terceiro Mundo e com o mundo socialista. Assim, a *verticalidade Norte-Sul* passou a coexistir com a *horizontalidade Sul-Sul* e a *diagonal Sul-Leste*. Era o apogeu da multilateralização. Ultrapassando a dimensão de mero campo de barganha, a multilateralidade conduziu efetivamente à mundialização da diplomacia brasileira, introduzindo mudanças qualitativas. Os vínculos com alguns países socialistas, com a China Popular e com países-chave do Oriente Próximo, constituíram relações autônomas e equitativas entre potências de porte médio, contrariando pressupostos do sistema mundial sob hegemonia do Norte industrial (VISENTINI, 2020).

Apesar do inegável avanço que esta política representou, ela ficou aquém de suas possibilidades, considerando-se as brechas existentes no sistema internacional de então e as potencialidades político-diplomáticas do país. Acreditamos que tal “timidez” deveu-se principalmente às decorrências de uma estrutura social profundamente excludente, o que limitou e entorpeceu a ação internacional do país. Aliás, o adjetivo “responsável” agregado ao pragmatismo, também pode ser interpretado como um elemento de política interna conservadora (modernização econômica sem reforma social), ao contrário da Política Externa Independente, que teria sido “irresponsável” por associar a diplomacia autônoma a mudanças sociais domésticas. Mais ainda, muito da mobilização externa de recursos deveu-se à tentativa de manter uma

Pax conservadora internamente. Dialeticamente, era preciso ser ousado externamente para conservar internamente.

Por outro lado, o elevado grau de internacionalização da economia brasileira fez com que muitos setores empresariais, governamentais e políticos preferissem apostar em vínculos dependentes, inclusive como condição para manter intocadas as estruturas sociais internas. Além disso, quando as dificuldades externas cresceram na passagem dos anos 1970 aos 1980, muitos tentaram negociar uma acomodação com o hegêmona, em lugar de prosseguir numa estratégia autonomista cada vez mais onerosa.

Contudo, é forçoso reconhecer que o paradigma das relações exteriores voltadas a dar suporte ao desenvolvimento econômico-industrial logrou alcançar grande parte de seus objetivos. O Brasil, ainda que marcado pelas deficiências sócio-políticas bem conhecidas, converteu-se no único país ao sul do Equador a possuir um parque industrial completo e moderno, posicionando-se entre as dez maiores economias do mundo. Este sucesso do nacional-desenvolvimentismo foi, todavia, obscurecido pelas transformações do cenário mundial nos anos 1980, bem como por suas repercussões internas. Mesmo assim, o modelo resistiu durante o primeiro governo pós-regime militar.

Com o encerramento do regime militar em 1985, a política externa da Nova República apresentou uma evolução singular. O Ministro Olavo Setúbal mostrou-se determinado a romper com a linha diplomática do Pragmatismo Responsável e do Universalismo. Argumentava que o Brasil era um país Ocidental, que deveria maximizar suas oportunidades individuais, em cooperação com os EUA, para chegar ao Primeiro Mundo. Obviamente sua ênfase foi no afastamento do Terceiro Mundo e de suas reivindicações. Sua política baseava-se em larga medida na situação internacional, caracterizada pela relativamente bem sucedida tentativa norte-americana de reafirmar sua liderança, pela crise e reforma do socialismo (a ascensão de Gorbatchev foi praticamente simultânea ao início da Nova República) e pelas crescentes dificuldades do Terceiro Mundo, pois em 1985, na Reunião de Cúpula do G-7 em Cancun, o diálogo Norte-Sul foi abandonado. Contudo, o Itamaraty resistiu

a esta nova orientação, que se assemelhava à diplomacia de Castelo Branco. Assim, no início de 1986 o Chanceler era substituído por Abreu Sodré. Uma de suas primeiras medidas foi o reatamento de relações diplomáticas com Cuba, que fora até então obstaculizada por Setúbal e pelo Conselho de Segurança Nacional.

A cooperação com a URSS cresceu, especialmente com as esperanças despertadas pela *Perestroika*, mas logo a crise soviética e a convergência entre Moscou e Washington frustraram-na. Em relação à China, intensificou-se o comércio e desenvolveram-se projetos tecnológicos, especialmente na área espacial. Com relação ao Terceiro Mundo e aos organismos internacionais, Sarney conservou a mesma linha que iniciara com Geisel, mantendo atitudes que foram apoiadas até pela esquerda. Com relação à África, ao Oriente Médio, à Europa Ocidental e ao Japão, a política foi igual à de Figueiredo, só que marcada por maiores dificuldades. Também permaneceu inalterada a diplomacia centro-americana do Brasil, com apoio ativo ao Grupo de Contadora e crítica à atuação dos EUA.

Quanto mais se estreitavam as possibilidades de atuação do Brasil no plano global, mais a América do Sul foi valorizada como alternativa estratégica, tendo seu eixo centrado na cooperação e integração com a Argentina, com problemas semelhantes aos do Brasil. O retorno da democracia, com os presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney, se deu numa conjuntura adversa do ponto de vista econômico e diplomático. A crise da dívida fez com que os países latino-americanos ficassem extremamente vulneráveis às pressões do FMI e do Banco Mundial, enquanto o conflito centro-americano permitia ao governo Reagan trazer a Guerra Fria para o âmbito hemisférico, o que lhe possibilitava também utilizar instrumentos diplomáticos e militares para exercer uma pressão suplementar sobre a América Latina. Os dois países haviam aderido ao Grupo de Apoio à Contadora.

Em 1985, através da Declaração de Iguaçu, foi estabelecida uma comissão para estudar a integração entre os dois países e em 1986 foi assinada a Ata para Integração e Cooperação Econômica, que previa a intensificação e diversificação das trocas comerciais. Fruto deste esforço, em 1988 foi firmado

o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento Brasil-Argentina, que previa o estabelecimento de um Mercado Comum entre os dois países num prazo de dez anos. O que estava por trás desta cooperação era a marginalização crescente da América Latina no sistema mundial, a tentativa de formular respostas diplomáticas comuns aos desafios internacionais, a complementação comercial, a criação de fluxos de desvio de comércio e um esforço conjunto no campo tecnológico (particularmente nuclear). Era o caminho que conduziria, em 1991, à criação do Mercosul.

A Globalização neoliberal marca a abertura de um novo período, que não será analisado nesse artigo, mas, no caso Brasileiro, ela é marcada pela alternância de uma adesão mais passiva (aceitação quase incondicional das regras) e de outra mais interativa (negociando e propondo). A primeira foi a marca da diplomacia das presidências Collor, Cardoso e Temer. A segunda foi a marca de Itamar Franco, Lula da Silva e Dilma Rousseff, cuja diplomacia se caracterizou por uma *Continuidade sem Prioridade*. O caso de Bolsonaro, de viés ideológico, marca uma ruptura com a tradição diplomática nacional, em um mundo dividido e em crise (agravado pela Pandemia Covid-19). A Globalização é, hoje, combatida por aqueles que a criaram, e o futuro nunca foi tão incerto, mas a História segue sendo ferramenta indispensável aos analistas de RI. (junho de 2020).

Referências

- BANDEIRA, M. Presença dos Estados Unidos no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- CERVO, A.; BUENO, C. História da política exterior do Brasil. São Paulo: Ática, 1992.
- MOURA, G. Autonomia na dependência. a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- RODRIGUES, J. H. Interesse Nacional e Política Externa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966
- RODRIGUES, J. H. Brasil e África, um novo horizonte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. (2 vols.)
- SILVA, J. L. W. da; GONÇALVES, W. Relações Internacionais do Brasil I (1808-1930): a diplomacia da agroexportação. Petrópolis: Vozes, 2009.

VISENTINI, P. F. O Regime Militar e a projeção mundial do Brasil (1964-1985). São Paulo: Almedina/ Edições 70, 2020.



ARTIGOS - ARTICLES

**Política externa do Brasil desde a redemocratização:
evolução, mudanças e perspectivas futuras.¹**

Eiiti Sato²

Professor de Relações Internacionais
Universidade de Brasília - UnB
irel.sato@gmail.com

Como citar este artigo: SATO, E.. “Política externa do Brasil desde a redemocratização: evolução, mudanças e perspectivas futuras”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº10, pp. 70-90. 2020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa-

Resumo: Este ensaio tem por objetivo apresentar uma reflexão sobre as perspectivas do Brasil no cenário internacional. O ensaio faz um balanço resumido da política externa brasileira após os governos militares revelando que os sucessivos governos eleitos pelo voto desde 1989 procuraram estabelecer prioridades e objetivos na política externa presumivelmente baseados na busca por uma coerência entre as demandas internas e as mudanças em curso no cenário internacional. Apesar de tudo, o pouco dinamismo na ordem interna e a ausência de uma visão mais orgânica e estruturada da nação no cenário internacional têm comprometido o desempenho do país tanto em termos econômicos quanto político. A conclusão é que os dados mostram que a estagnação tem sido a nota marcante da relevância do Brasil no cenário internacional tanto em termos regionais quanto globais. O ensaio é dedicado a Amado Luiz Cervo, notável professor de política externa brasileira na Universidade de Brasília, que agora completa oito décadas de uma vida produtiva e inspiradora.

¹ Este ensaio foi escrito em homenagem ao notável historiador Amado Luiz Cervo, Professor Emérito da Universidade de Brasília que completa 80 anos de uma vida extremamente produtiva. Formou toda uma geração de estudiosos e suas obras tornaram-se referência para todos aqueles que se interessam por relações internacionais e, mais especificamente, pela trajetória do Brasil no cenário internacional.

² EIITI SATO é professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL/UnB). Foi Diretor do IREL/UnB de 2006 a 2014. Foi Chefe da Assessoria Internacional da UnB (2014-2016). Foi o primeiro Presidente da Associação Brasileira de Relações Internacionais – ABRI (2005-2007). Tem ministrado regularmente cursos sobre Economia Política Internacional e Política Internacional, Teoria e História. Ref.: irel.sato@gmail.com <http://lattes.cnpq.br/8614060463115652>.

Palavras-chave: Política externa brasileira; redemocratização no Brasil; multilateralismo e regionalismo.

Brazilian foreign policy since re-democratization: main developments, changes and perspectives for the near future

Abstract: The purpose of this essay is to present some remarks, which seem relevant to capture some current perspectives to Brazil in the world scene. The essay starts with a brief account of the Brazilian foreign policy along the period since the militaries have left power in Brazil. The account reveals that the successive presidents elected democratically since 1989 have developed foreign policy trying to match domestic demands and international trends. Nevertheless, figures show that in general terms the achievements were rather poor due to the fact that there was not enough dynamism in the domestic business environment which combined with a short sighted view on world affairs. The essay concludes that unfortunately an overall balance shows that Brazil has remained stagnated in political and economic terms along the last quarter in both global and regional levels. The essay pays tribute to Amado Luiz Cervo who is an outstanding professor of Brazilian foreign policy at the University of Brasília who is now completing four scores of a very productive and inspiring life.

Keywords: Brazilian foreign policy; re-democratization in Brazil; multilateralism and regionalism.

Nas relações exteriores, o fim dos governos militares marcou também o fim do projeto “Brasil Potência”. Os equívocos e, por fim, o fracasso na administração da crise do petróleo levaram o país a um pesado endividamento que se revelaria um fardo cujo peso seria decisivo para impedir qualquer possibilidade de dar continuidade a um projeto como o “Brasil Potência”, que demandaria taxas de crescimento econômico consistentes e mais elevadas do que a média mundial, além de investimentos pesados em infraestrutura econômica e estratégica para servir de base para um longo período de crescimento consistente. Em outras palavras, a manutenção de um tal projeto exigiria capacidade para atuar em consonância com as lideranças inovadoras em escala mundial, além de condições econômicas para participar com desenvoltura dos mercados comerciais e financeiros, que se ampliavam e se tornavam cada vez mais competitivos, o que seria impossível com uma economia debilitada como era o caso do Brasil do início da década de 1980.

O fim dos governos militares também coincidiu com mudanças substanciais no cenário internacional, onde a guerra fria perdia seu papel e a crise do petróleo mudava de forma bastante radical as condições econômicas internacionais, inviabilizando a continuidade das políticas que o país vinha praticando inclusive na esfera das relações exteriores. Em consequência, após a década de 1980, os governos não tinham outra opção a não ser buscar novos caminhos para a inserção do Brasil no cenário internacional. O caminho escolhido foi o de passar a olhar mais para a vizinhança e para as economias em desenvolvimento e menos para as grandes potências. Nesse quadro, algumas opções encontradas foram investir na integração regional e no multilateralismo e, de uma forma geral, procurar construir novas alianças, em especial com os países em desenvolvimento. O problema é que nessa busca, os sucessivos governos, preocupados com a retomada da democracia entendida apenas como voto e representação, não conseguiram imprimir o necessário dinamismo e a integração das forças econômicas e políticas da nação. O resultado tem sido o baixo desempenho da economia e a consequente estagnação da posição brasileira no cenário internacional.

Assim, neste breve ensaio, esse processo de mudança será analisado resumidamente para construir algumas especulações sobre as perspectivas do Brasil no futuro próximo, no âmbito das relações internacionais neste primeiro quarto do século XXI já notavelmente marcado por turbulências, transformações e por muitas incertezas.

Uma visão renovada da integração regional

A orientação da política exterior do Brasil no sentido da formação de um sistema regional viveu seu momento de maior interesse na década de 1990. Após a transformação da ALALC em ALADI pelo Tratado de Montevideo em 1980, entre outras disposições, incorporou uma cláusula semelhante à cláusula XXIV do GATT, permitindo que as diferenças sub-regionais fossem levadas em conta em projetos de integração na América Latina. Tratava-se de uma disposição importante pois, como argumentavam analistas e observadores como Hélio Jaguaribe, uma das grandes dificuldades de um processo de integração na América Latina formando um só bloco, como se pretendia com a ALALC, eram as enormes disparidades econômicas, culturais e sociais,

formando um “aglomerado excessivamente heterogêneo e desequilibrado de países”, e fazendo com que uma integração horizontal de toda a região fosse completamente inviável (JAGUARIBE, 1992, p.31). Nesse sentido, um arranjo sub-regional como o MERCOSUL, ao reunir apenas quatro países vizinhos no sul do continente apresentava chances bem maiores de constituir um arranjo regional de sucesso.³ Por meio do MERCOSUL, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai podiam fazer avançar um sistema regional sem precisar preocupar-se em acomodar problemas e demandas de nações tão distantes e díspares como Guatemala, Equador ou México. Vale notar também que o fim do ciclo dos governos militares na região fazia com que os governos eleitos se aproximassem mais do mercado e de sua mecânica tornando esses governos mais previsíveis, especialmente no que tange a políticas de estabilização econômica.

Uma característica da época era o entendimento de que o mundo vivia a era dos blocos econômicos. O sucesso da Comunidade Econômica Europeia (CEE), que acabava de evoluir para uma união econômica, completando assim, o ciclo da integração econômica previsto na teoria, exercia grande influência sobre o ambiente político e intelectual especialmente na América Latina. Entre outros fenômenos notáveis da época, o fim da guerra fria trouxe como um dos efeitos mais imediatos a corrida frenética dos países que integravam o bloco soviético no sentido de se tornarem membros da União Europeia. Em outras palavras, em muitos sentidos, essa corrida para a União Europeia confirmava com fatos a hipótese extremamente atraente de que a formação de blocos era não apenas um arranjo comercial que podia promover o desenvolvimento econômico, mas também um arranjo político capaz de promover a paz, como haviam argumentado os “pais fundadores” da integração europeia como Maurice Schumann, Konrad Adenauer, Paul-Henri Spaak, Jean Monnet e todos os líderes que, no pós-guerra imediato, faziam parte das várias associações voltadas para a promoção da unidade da Europa em torno de um grande projeto comum. Nesse quadro, a formação de blocos emergia como

³ Mesmo antes da transformação da ALALC em ALADI, já existiam iniciativas de integração sub-regional como o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), de 1951, e o Pacto Andino ou Grupo Andino criado em 1969, reforçando a importância de facilitar a formação de arranjos sub-regionais.

alternativa para as nações em toda parte e não apenas para o Brasil, que buscava uma alternativa para sua política exterior.

De fato, o interesse pela integração regional motivava até mesmo uma nação poderosa como os EUA – à época considerada a única superpotência após o colapso da União Soviética. Com efeito, o governo dos EUA concebeu a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que deveria englobar os países das três Américas.⁴ Houve muitas resistências, inclusive dentro dos EUA, e a proposta não prosperou. Em seu lugar, sob a liderança dos EUA foi criado em Janeiro de 1994 o NAFTA (North American Free Trade Agreement) como bloco sub-regional reunindo EUA, Canadá e México. Foi nesse ambiente que surgiu o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), estabelecido pelo Tratado de Assunção assinado em Março de 1991, formando uma união aduaneira que, mais tarde, poderia evoluir para formas mais completas de integração econômica.

Na realidade, no Brasil, o interesse pela integração regional, assim como as bases para a formação do MERCOSUL emergiram ainda na década de 1980, em grande medida como resultado de mudanças no ambiente político e econômico ocorridas na região. Com efeito, do ponto de vista econômico, a década de 1980 ficou conhecida como a década perdida para boa parte dos países da América Latina, que saíram da crise do petróleo endividados e impossibilitados de continuar com as estratégias de desenvolvimento que haviam permitido elevadas taxas de crescimento na década de 1960 e início dos anos 1970 (PEARSON COMMISSION, 1969).⁵ As duas nações de maior peso econômico e político na região – Argentina e Brasil – viviam as frustrações e o declínio dos governos militares, que deixavam o poder melancolicamente. Na Argentina a nação ainda cuidava das feridas físicas e morais da derrota dos governos militares na Guerra das Malvinas enquanto, no Brasil, o sonho de um “Brasil Potência” havia se desfeito num pesado endividamento que deixava

⁴ A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) foi uma iniciativa dos EUA proposta formalmente durante a Cúpula das Américas, realizada em Miami, no dia 9 de dezembro de 1994. Nesse arranjo seriam eliminadas as barreiras alfandegárias entre os 34 países americanos, com exceção de Cuba.

⁵ Ver o relatório da PEARSON COMMISSION, que proporciona uma visão panorâmica do desempenho econômico da economia mundial na década de 1960. No Brasil o período compreendido entre 1967 e 1973 ficou conhecido como os anos do “milagre brasileiro” devido às elevadas taxas de crescimento superiores a 10% ao ano.

exposta a incômoda e impopular dependência externa e cujos efeitos para a sociedade se traduziam em aumento da pobreza e da inflação. Em 1982 realizou-se uma grande operação diplomática e financeira para evitar o *default*, mas cinco anos depois, o governo brasileiro declarou uma moratória unilateral para evitar o esgotamento das reservas internacionais e forçar uma renegociação das dívidas com credores externos.

Tanto na Argentina quanto no Brasil, que passavam a ser comandados por governos civis, foram deixados de lado os sonhos de projeção de poder internacional e passou-se a buscar alternativas para suprir as necessidades de suas economias e de suas sociedades. Em 1985 os presidentes Alfonsín e Sarney assinaram a Declaração de Iguazu com o propósito de aprofundar as relações econômicas e comerciais entre os dois países. Além disso, esses presidentes fizeram avançar as negociações que culminariam com o acordo de cooperação nuclear entre Argentina e Brasil criando, em 1991, a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares. Na realidade, ainda sob os governos militares, em 1979, houve a assinatura do Tratado Tripartite (Argentina, Brasil e Paraguai) sobre o aproveitamento dos recursos energéticos das usinas de Corpus e de Itaipu, dando sinais de que a cooperação regional não era apenas viável e nem uma opção ideológica, mas uma necessidade para a região. Desse modo, a assinatura do Tratado de Assunção que estabelecia em seu Artigo 1 que “*Os Estados Partes decidem constituir um Mercado Comum, que deverá estar estabelecido a 31 de dezembro de 1994, e que se denominará "Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)"*” foi um passo natural no processo de integração real que avançava na região.⁶

Em fins da década de 1990, o MERCOSUL atingiu seu auge no que tange à sua importância para o comércio exterior de seus integrantes. Apesar de tudo, essa evolução jamais representou sucesso semelhante ao da integração europeia. Enquanto na Europa o comércio intra-bloco sempre fora de grande importância para todos os integrantes do sistema europeu, na América Latina, o comércio dentro da região sempre fora secundário para a maioria dos países.

⁶ A integração real é feita de formas de interação como o aumento do fluxo internacional de pessoas ou a construção de uma obra como a usina de Itaipu que afeta os interesses de mais de um país normalmente leva a acordos e tratados. Em larga medida, pode-se dizer que a formação da CEE em 1957 foi um arranjo necessário para organizar uma Europa onde a integração real já existia desde a Idade Média.

Em 1990, as exportações brasileiras para os países do MERCOSUL representavam apenas 4,2% do total exportado e em 1998 esse percentual havia evoluído para 17,37%, e o mesmo aconteceu com a Argentina que passou de 14,84% em 1990 para 35,64% em 1998. Também cabe notar que, nessas cifras, inclui-se o fato de que a maior parte dos produtos comercializados eram de manufaturados enquanto as exportações tanto do Brasil quanto da Argentina para outros países de fora do bloco eram de produtos primários. Por outro lado, na Europa, o comércio intra-bloco historicamente tem representado, na média, sempre mais de 50% do comércio exterior de seus integrantes.

Desde os fins da década de 1990 a importância do MERCOSUL passou a declinar diante da evolução do quadro internacional. No caso do Brasil, o destino das exportações brasileiras para o MERCOSUL caíra pela metade entre 1998 e 2004, enquanto no caso da Argentina esse percentual se reduzira de 35,64% em 1998 para 18,59% em 2004. Essa tendência, em alguma medida, foi resultado também de mudanças que ocorriam no cenário mais geral do comércio internacional, mas foi também influenciado por mudanças na orientação da política externa tanto brasileira quanto argentina, que passaram a enfatizar o lado mais ideológico das relações externas que resultaria na criação em 2008 da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) e no interesse crescente por novas alternativas que emergiam no cenário internacional como o G-20 e o BRICS. Com efeito, no caso do Brasil, a política exterior do governo Lula passou a concentrar suas atenções no multilateralismo, que era o lado mais pragmático da política exterior, e no globalismo, que consistia exatamente no lado mais ideológico, ao entender que o país deveria participar como ator ativo de um presumido grande jogo de poder no cenário mundial.

O multilateralismo e o globalismo

Multilateralismo é uma expressão que, em sentido genérico, se refere a iniciativas nas quais vários países trabalham de forma cooperativa sobre um ou mais assuntos. Tecnicamente, significa que vários países procuram construir regimes internacionais de forma institucionalmente organizada. Em larga medida, o termo se confunde com organizações internacionais e, por essa razão, quando se fala em multilateralismo é difícil não associar o termo

organizações como a OMC, em assuntos de comércio, ou a ONU para as questões de segurança internacional. Assim, embora o multilateralismo na política internacional seja antigo, foi transformado em experiência prática na política entre as nações apenas há cerca de um século com o surgimento da Liga das Nações. Assim, o Brasil tem uma tradição de atuação em instâncias multilaterais desde a primeira hora uma vez que sua participação na Liga das Nações foi bastante expressiva e, assim, trata-se de um fato dizer que desde o surgimento da prática do multilateralismo, a diplomacia brasileira sempre atuou nessas instâncias.⁷ Também na criação e consolidação do Sistema Nações Unidas a participação da diplomacia brasileira foi expressiva, inclusive na composição de órgãos e de comissões criadas logo após a criação da ONU.

Dessa forma, no início do século XXI, parece até natural o reavivamento do interesse da diplomacia brasileira pelo multilateralismo. Nas duas administrações do Governo Lula, esse movimento foi caracterizado pelos historiadores Amado Cervo e Clodoaldo Bueno como multilateralismo de reciprocidade e tinha por pano de fundo a orientação geral do Brasil no sentido de integrar-se a um mundo onde a globalização comercial e financeira se tornara uma realidade após o fim da polarização imposta pela guerra fria que condicionava a ação dos países no cenário internacional (CERVO & BUENO, 2011, p 530-544). Entre as iniciativas do período estava a expansão da rede de representações diplomáticas especialmente no Caribe e no continente africano. A abertura de representação diplomática em países de pouca expressão internacional era uma forma de obter apoio desses países em foros internacionais, isto é, à prática do multilateralismo (OLIVEIRA; DUCHIADE, 2019).⁸

Na aposta no multilateralismo durante os dois mandatos do presidente Lula ganhou destaque a demanda por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Os argumentos eram variados, mas se

⁷ Há várias obras e artigos que discutem essa participação, entre essas obras o *livro O Brasil na Liga das Nações. 1919-1926*, de autoria de EUGÊNIO VARGAS (Editora Funag/Editora UFRGS, 2000) faz um balanço dessa atuação brasileira.

⁸ Em 2019, o Brasil tinha 223 representações no exterior, entre embaixadas, consulados e missões em organizações internacionais. Destas, 72 (32,3%) foram criadas por Lula e Dilma, incluindo-se um escritório de representação em Ramallah (sede de Autoridade Nacional Palestina) e cinco missões e delegações em organizações internacionais como a AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica) e a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).

concentravam em algumas hipóteses ou pressupostos que acabaram por se revelar pouco eficazes em termos de resultados esperados. A primeira era a de que a estrutura do processo decisório da ONU havia sido concebida quando a Segunda Guerra Mundial chegava ao fim. Meio século mais tarde, o cenário havia mudado substancialmente, dizia o argumento. Entre essas mudanças, a supremacia americana, embora ainda permanecesse, o diferencial de poder em relação a outras grandes potências havia se reduzido de maneira substancial (KENNEDY, 1988, p. 475).⁹ Além do mais Japão, Alemanha e Itália – a aliança contra a qual EUA, Grã-Bretanha e seus aliados lutaram na Segunda Guerra Mundial – haviam se tornado democracias ativas e aliados importantes dos EUA e da Europa na construção e na manutenção da ordem internacional enquanto, por outro lado, a posição internacional da URSS e da China também havia mudado ao longo da segunda metade do século XX. O desaparecimento do bloco socialista e o colapso da URSS trouxeram um novo papel para a Rússia na ordem internacional enquanto a China que agora se fazia representar na ONU, não era mais a China de Chiang Kai-Shek, aliada do Ocidente, mas a República Popular da China, criada pela revolução comunista de Mao Tsé-Tung. Assim, eram muitos os fatos que justificavam o entendimento de que a composição do Conselho de Segurança não mais refletia a ordem vigente no cenário mundial e, em consequência, acreditava-se que uma reforma da ONU seria necessária para torná-la mais representativa da ordem mundial. O fato é que na política internacional a concretização de reformas das instituições sempre se revelou um passo muito mais difícil do que a criação de uma nova entidade, como havia ocorrido com a própria ONU que, apesar de ser bastante semelhante à Liga das Nações em termos de objetivos e até de procedimentos, ao final da Segunda Guerra Mundial preferiu-se criar a nova entidade e, em seguida, transferir o patrimônio material e político da Liga das Nações para a ONU.

A segunda ordem de argumentos para a diplomacia brasileira investir na obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU era o entendimento de que, politicamente, o Brasil era um “candidato natural” dos países em desenvolvimento e, geograficamente, um representante também

⁹ Em 1950 o PNB dos EUA era maior do que a soma das demais grandes potências (Reino Unido, França, Alemanha, Itália, Japão e URSS).

natural dos países latino-americanos, por suas dimensões e por seu peso político internacional que se refletia, por exemplo, no papel que desempenhara na criação, juntamente com outros países em desenvolvimento, do G-20, que podia servir de contraponto ao grupo dos 8 países mais ricos do mundo (G-7+1).¹⁰

Um outro argumento da diplomacia brasileira era o de que sua participação no Conselho de Segurança da ONU seria vista pelas potências como um reforço para os objetivos centrais da ONU, que eram o de promover a paz e o entendimento pacífico entre as nações. O argumento considerava que a longa tradição diplomática brasileira seria uma forte credencial para qualificar o país para um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Essa tradição apontava para uma história do país predominantemente pacífica em relação à convivência com seus vizinhos e apontava também para a índole e a competência da diplomacia brasileira, marcada pela preferência permanente pela solução pacífica das controvérsias e pela ênfase e no desenvolvimento da capacidade de negociação. É curioso notar que esses argumentos eram bastante semelhantes aos que haviam sido utilizados na década de 1920, quando a diplomacia brasileira se empenhara em obter um assento permanente do Conselho da Liga das Nações.

É notável que no início do século XXI os governantes e responsáveis pela política exterior não prestassem atenção à experiência vivida oito décadas antes quando, de um lado, as grandes potências se revelaram muito mais preocupadas com seus interesses individuais e com o jogo de poder na política internacional, enquanto de outro lado, as nações periféricas, sobretudo nas vizinhanças do Brasil, observavam a demanda brasileira por um assento permanente no Conselho da Liga das Nações como uma iniciativa para reforçar a posição brasileira diante delas e não como uma força emergente para, eventualmente, defendê-las contra políticas de poder das grandes potências.¹¹

¹⁰ Neste caso trata-se do G-20 dos países em desenvolvimento criado em Cancún (México) em 2003, na esteira da conferência da OMC e não do G-20, criado em 1999, reunindo as 19 maiores economias do mundo e mais a União Europeia, cujo propósito mais imediato era o de discutir e encaminhar soluções para os problemas financeiros globais.

¹¹ No capítulo 3 do livro *O Brasil na Liga das Nações* (op. cit.) Eugênio VARGAS discute as várias iniciativas tomadas pelo governo Arthur Bernardes entre 1922 e 1925 no sentido de qualificar a demanda brasileira por um assento permanente no Conselho da Liga. O livro relata também a

No curto prazo, talvez o efeito mais importante da orientação da política exterior do Brasil no sentido de obter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU tenha sido a de comprometer o MERCOSUL e o projeto de integração regional. Tal como ocorrera na época da Liga das Nações, os países vizinhos no continente sul-americano jamais viram o Brasil como “representante”, mas sim como rival nessas instâncias multilaterais, especialmente em relação à demanda por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Vale notar que essa demanda tinha pouco respaldo até mesmo junto à população brasileira. Com efeito, um trabalho de pesquisa realizado por Amaury de Souza na época em que a demanda brasileira por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU estava no auge, revelava esse descompasso entre a diplomacia e a opinião pública. Amaury de Souza consultou a opinião de profissionais de várias categorias, entre os quais executivos empresariais, professores, jornalistas e integrantes das áreas técnicas do Legislativo e do Executivo a respeito da política externa do governo Lula e os resultados revelaram que, entre 18 prioridades sugeridas pela pesquisa, a demanda por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU tinha muito pouca aprovação, ficando em 16º. lugar, superando apenas “*controlar e reduzir a imigração ilegal para o País*” (13%) e “*fortalecer a CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa*” (12%) (SOUZA, 2009).

Como já mencionado, a vertente “globalista” do pensamento em política exterior considerava que havia um jogo mundial do poder e que o Brasil deveria atuar ativamente nesse jogo. Esse pensamento coincidia com a eleição em outros países da região de governos de esquerda dentro do espectro político, para quem os EUA eram um dos grandes obstáculos a serem contornados. Cabe notar que o termo “globalismo” é bastante vago e controvertido. Na presente análise o termo é entendido como uma alternativa à expressão “globalização”, uma espécie de versão conceitual do que ocorrera em 2001, quando foi criado o Fórum Social Mundial como alternativa ao Fórum Econômico Mundial de Davos. O destino dessa visão do globalismo parece ter sido o mesmo do Fórum Social Mundial, que perdeu completamente o interesse enquanto, por outro lado, o Fórum de Davos continuou muito

oposição ou a indiferença dos países vizinhos à demanda brasileira que acabou com a retirada do Brasil como membro da Liga das Nações em 1926.

ativo como uma instância efetiva de debates para autoridades políticas e empresariais das nações mais influentes do mundo, que podiam expor suas preocupações e ouvir propostas em estágio preliminar para as grandes questões da economia mundial.

Política e economia no Brasil depois da redemocratização

A projeção de qualquer país no cenário internacional tanto no âmbito regional quanto no cenário global depende fundamentalmente do desempenho da nação. As dimensões geográfica e demográfica podem ser condições necessárias da posição internacional do país, mas estão longe de ser suficientes. A China, apesar de suas dimensões continentais, só se tornou uma nação realmente relevante na cena internacional após o longo período de crescimento iniciado com Deng Xiaoping na década de 1980. Até então, a China não passava de uma nação fechada, com todos os indicadores do ‘subdesenvolvimento’, sem qualquer expressão internacional, na realidade, uma verdadeira incógnita para a política internacional. Por outro lado, uma economia como a da Suíça, reconhecidamente estável e confiável de longa data, capaz até mesmo de transpor sem abalos as grandes crises do século XX, jamais teve sua moeda sequer cogitada para desempenhar papel de relevância no sistema monetário internacional em virtude das limitadas dimensões de sua economia. Além desses, existem muitos outros casos que ilustram essa relação entre as dimensões de uma nação, seu desempenho econômico e político e sua relevância no cenário da política e da economia mundial.

Nas últimas décadas, efetivamente o Brasil teve algum papel de relevância no cenário internacional apenas em uns poucos momentos. Em larga medida, na maior parte do tempo seu desempenho econômico e político tem ficado muito aquém de suas dimensões geográficas e demográficas e de seu potencial econômico. Os governos militares ensaiaram um processo de aglutinação dos recursos e das energias sociais e econômicas em torno de um projeto de âmbito nacional nesse sentido, mas o projeto que ficou conhecido como “Brasil Potência” apresentava muitos problemas e foi alvo de muitas críticas que, em geral, principiavam com a crise de um regime autoritário que perdia sustentação política rapidamente reduzindo muito o espaço para enfrentar quaisquer dificuldades que eventualmente emergissem. Nesse quadro,

as turbulências e as pressões geradas pela crise do petróleo da década de 1970 foram fatais para a estabilidade do regime político bem como para as estratégias de desenvolvimento. Na realidade, a crise do petróleo era apenas a parte mais visível e ruidosa das grandes mudanças em curso na ordem econômica internacional, entre as quais destacava-se a substancial redução das tradicionais fontes oficiais de financiamento, notadamente governos, Banco Mundial e as várias agências oficiais de fomento ao desenvolvimento internacional.

A substituição do regime autoritário por uma ordem democrática, apesar do grande entusiasmo – ou talvez em razão do grande entusiasmo – foi realizada de forma que alguns problemas de governabilidade e de eficiência iriam emergir na ordem econômica e política nas décadas seguintes. É certo que as virtudes da democracia são indiscutíveis. A história mostra que os regimes democráticos são aqueles que, como nenhum outro, têm garantido valores essenciais como a liberdade e a dignidade do cidadão. Apesar de tudo, "democracia" é apenas um conceito abstrato. No mundo real o termo só existe no plural. No mundo real o que existe é a "democracia inglesa", a "democracia americana", a "democracia francesa", a "democracia holandesa", entre outras. O que é comum nessas "democracias" é que, além de garantir valores essenciais como a liberdade, essas democracias procuram adaptar-se suas instituições políticas às tradições e às peculiaridades culturais nacionais e, ao mesmo tempo, procura organizar e regular a ordem social e econômica de forma que ajudem a promover o progresso e a prosperidade da nação. O desejo de prosperidade está presente não apenas nas chamadas sociedades ocidentais, mas na grande maioria das sociedades espalhadas pelos cinco continentes. Nesse ambiente marcado pela diversidade, a qualidade do regime pode variar de lugar para lugar e também ao longo do tempo significando que o fato de haver democracia não significa que haverá progresso e prosperidade. Os *surveys* periodicamente produzidos por organizações internacionais como o Banco Mundial e a Organização para Cooperação Econômica e o Desenvolvimento apontam essas diferenças de desempenho, ou seja, há sociedades democráticas que inovam e prosperam mais do que outras. Esse aspecto revela-se especialmente importante para as economias em desenvolvimento como o Brasil para quem prosperar significa corrigir

desigualdades sociais e qualificar-se para levar para considerável parte da população os benefícios das modernas tecnologias.

Com o retorno da democracia, desde 1989 o Brasil tem realizado ininterruptamente eleições livres e o estado de direito passou a regular a vida dos indivíduos e das organizações públicas e privadas. Com efeito, o voto livre – um dos quesitos essenciais dos regimes democráticos – tem sido praticado em todos os rincões deste Brasil de dimensões continentais. Na realidade, a tradição de democracia no Brasil não remonta apenas ao estabelecimento da República há exatamente um século antes da redemocratização. Mesmo nos tempos do Império, a democracia era uma prática vivenciada notavelmente até pelo próprio Imperador Pedro II na forma de uma monarquia constitucional. Apesar de tudo, o estado de direito e o funcionamento livre e regular das instituições democráticas, embora importantes, são apenas parte da história.

Com efeito, de uma forma geral, a história recente mostra que os sucessivos governos brasileiros, embora democraticamente constituídos, têm negligenciado o fato de que o sucesso econômico constitui fator essencial tanto para a melhoria das condições sociais internas quanto para a própria ordem internacional. Uma nação pobre não contribui em nada para a comunidade internacional, na realidade torna-se um peso e uma fonte de problemas para seus vizinhos e para a comunidade internacional como um todo. Uma visão de conjunto da posição brasileira no cenário internacional revela que a incapacidade de buscar o progresso, associada a algumas escolhas equivocadas têm produzido a estagnação dessa posição internacional. Por vezes, ao invés de preocupar-se com posturas e alianças de inspiração mais ideológica e de sonhos de poder, a nação deveria estar mais adequadamente preparada tanto para enfrentar com sucesso os problemas que surgem de tempos em tempos na esfera internacional quanto para captar positivamente as oportunidades que também emergem na política e nas relações econômicas internacionais. Objetivamente, a nação precisa tanto de instituições que proporcionem segurança jurídica e estabilidade política – ou seja, obter a confiança internacional – quanto de uma economia suficientemente robusta e saudável capaz de assegurar que o país fique ao menos razoavelmente alinhado com os padrões mundiais. As tabelas a seguir mostram que o crescimento da economia

brasileira tem ficado bem abaixo da média mundial, ou seja, tem se empobrecido em termos relativos. As tabelas mostram também que há pelo menos duas décadas as taxas de investimento têm ficado substantivamente abaixo das taxas praticadas por outros países. Essas taxas de investimento são importantes porque refletem a parcela do PIB que o país destina não apenas à inovação tecnológica e ao aumento da produtividade e da capacidade de produção de bens e de serviços, mas refletem também os investimentos feitos em educação, nos serviços de assistência médica e em outros serviços sociais, assim como na ampliação e manutenção da infraestrutura de esgotos, saneamento, comunicações e em todos os modais de transporte, ou seja, portos, aeroportos, estradas, ferrovias e transporte urbano. Um país como a China, que vem apresentando taxas elevadas e consistentes de crescimento econômico investe, proporcionalmente, mais do que o dobro do Brasil e até mesmo países “prontos” como a França, que têm toda a infraestrutura social e econômica madura, investe significativamente mais do que o Brasil, como mostra a tabela 2. O fato é que esses investimentos são cumulativos e cada ano com baixos investimentos significa instalações industriais deterioradas ou não construídas, rodovias que deixaram de ajudar a dinamizar a economia, alguns milhares de jovens que não terão boas escolas ou cidades que continuarão com boa parte da população sem acesso aos benefícios da água encanada e dos esgotos tratados, além e muitos outros elementos de infraestrutura econômica e social deteriorados dificultando o bem estar do cidadão em suas rotinas diárias e também fomentando a criminalidade em todas as suas formas. Em valores, de acordo com a tabela 2, significa que o Brasil (setor público + setor privado) deixou de investir algo em torno de US\$ 100 bilhões por ano ao longo de duas décadas.¹²

¹² Em valores de Dezembro/2019.

Tabela 1 – CRESCIMENTO ECONÔMICO, PAÍSES SELECIONADOS

País / região	ANOS RECENTES 2007 – 2018 (%)							2013-2018 (média anual)
	2007	2010	2013	2014	2015	2016	2018	
Brasil	6,07	7,52	3,00	0,50	-3,54	-3,27	1,31	-0,40
Argentina	9,00	10,12	2,40	-2,51	2,73	-2,08	-2,48	0,38
Chile	4,90	5,84	4,04	1,76	2,30	1,67	4,02	2,75
Colômbia	6,84	4,34	4,56	4,72	2,95	2,08	2,56	3,37
México	2,29	5,11	1,35	2,80	3,28	2,91	2,13	2,49
Peru	8,51	8,33	5,85	2,38	3,25	3,95	3,97	3,88
A. Latina e Caribe	5,51	5,84	2,75	1,00	0,08	-0,33	1,57	1,01
China	14,23	10,63	7,76	7,30	6,90	6,73	6,56	7,05
Mundo	4,31	4,29	2,65	2,83	2,85	2,58	3,05	2,79

Fonte: *World Bank*.

Tabela 2 – INVESTIMENTO BRUTO DO PAÍS COMO PROPORÇÃO DO PIB

Ano	Brasil	Mundo	China	França	Chile
2000	16,8	24,3	34,4	22,5	22,1
2002	16,4	23,2	37,0	21,3	22,3
2004	16,1	24,5	42,8	21,9	19,8
2006	16,4	25,3	40,9	23,2	20,8
2008	19,1	25,5	43,2	24,1	23,5
2010	19,5	24,2	47,6	21,9	26,8
2012	18,1	24,3	47,2	22,6	23,1
2016	16,4	23,8	44,2	22,7	26,5

Fonte: OCDE. National Accounts Data Files

Em resumo, a trajetória recente da política exterior do Brasil tem apresentado poucos resultados, em grande parte por estar desconectada das bases econômicas, sociais e políticas da nação. O Brasil pode ter um grande potencial de *soft power*, mas para realizar esse potencial será preciso que a nação inspire confiança na comunidade internacional em todos os sentidos, a começar por uma taxa de crescimento econômico ao menos mais elevada do que a média mundial. Escolher opções como integração econômica regional, até pelas dimensões do país, o que se espera é que o país contribua para que esse arranjo floresça e não seja um verdadeiro “peso morto” nesse empreendimento, isto é, que se torne um fator de estímulo e de canalização positiva das energias para todos os demais parceiros. Na realidade, a condição

necessária (embora não suficiente) para que um arranjo como o MERCOSUL avançasse efetivamente é que o integrante de maior peso (no caso o Brasil) apresentasse esse desempenho positivo, consistente e construtivo.

Brasil um país do futuro, até quando?

Desde que Stefan Zweig publicou em 1941 seu livro “*Brasil, um País do Futuro*”, cada geração experimentou a sensação de que haveria de ver esse futuro chegar pensando em um Brasil próspero e poderoso no concerto das nações (ZWEIG, 2013).¹³ Na realidade, o sentido que Zweig dava a esse futuro não era esse. Sua experiência de vida era o de sua terra natal, a Áustria, e do continente europeu, que vivenciaram ao longo da primeira metade do século XX o sofrimento e a destruição das duas guerras mundiais e a perseguição implacável aos judeus pelo nazismo – uma perseguição que afinal trouxera Zweig para o Brasil em 1940. Para Stefan Zweig, o futuro promissor que antevia para o Brasil era o de um país pacífico e isento dessas loucuras coletivas que marcaram seu país e a Europa de seu tempo. Na introdução do livro escreve Zweig: “*Por isso, é sobre a existência do Brasil, cujo único desejo é a construção pacífica, que repousam nossas maiores esperanças de uma civilização futura e de pacificação do nosso mundo devastado pelo ódio e pela loucura ... É por isso que escrevi este livro*”.

Apesar de tudo, é parte da natureza humana a permanente busca pelo progresso e pela prosperidade individual e coletiva e, nesse quesito, as esperanças da nação brasileira têm sido sistematicamente frustradas, geração após geração, por muitas razões que, neste ensaio, não cabe discutir (MOURA, 2017).¹⁴ Um ponto que parece oportuno analisar nestas considerações que devem servir de conclusão sobre as perspectivas para a política exterior do país é o fato de que, aparentemente, os sucessivos governantes e as forças políticas no país não têm levado na devida conta o fato de que, na essência, progresso e prosperidade são a base sobre a qual se assentam a posição de uma nação no cenário internacional. Na realidade, a política exterior de qualquer país depende essencialmente de duas ordens de variáveis: de um lado, as variáveis que

¹³ A primeira edição de 1941 de *Brasil um País do Futuro*, foi lançada simultaneamente em alemão, inglês, sueco e francês, além do português.

¹⁴ Em seu livro Sérgio MOURA (2017) *Podemos ser Prósperos. Se os Políticos Deixarem* discute essa questão de forma bastante exaustiva e interessante, lembrando o *Brasil, o País dos Coitadinhos*, de Emil FARHAT (1966), de grande sucesso na época.

conformam o meio internacional, sobre as quais até mesmo grandes potências têm pouca influência; de outro lado, as capacidades nacionais em termos de recursos econômicos sobre as quais se assentam tanto o *hard power* quanto o *soft power*. Na essência, orquestrar essas capacidades constitui uma das missões essenciais e intransferíveis dos governos.

Nestas reflexões conclusivas, portanto, cabe apontar o fato de que, virtualmente, os sucessivos governos no Brasil têm buscado alternativas de política exterior como integração regional, investimento em instâncias multilaterais, ou em tópicos como alianças com grandes potências ou com nações em desenvolvimento, mas têm descuidado da construção de uma base social e econômica nacional que, efetivamente, são capazes de tornar o país um ator capaz de se beneficiar dos fluxos internacionais de comércio e de capital e também de exercer alguma influência positiva na ordem internacional. Com efeito, o meio internacional continua a ser eminentemente anárquico no sentido de que as nações podem construir, modificar ou mesmo eliminar regimes, mas a história tem mostrado que qualquer dessas possibilidades, ocorrem *a posteriori*, isto é, os desenvolvimentos ocorrem e, em seguida, procura-se estabelecer algum referencial normativo para esses desenvolvimentos. Mesmo em casos como o da integração europeia as instituições foram criadas para ordenar e dar segurança à integração comercial, social e política que, de muitas maneiras, já existiam há séculos na Europa.

Em termos gerais, o caso do desenvolvimento tecnológico é bastante ilustrativo da dimensão anárquica do meio internacional. De muitas formas a tecnologia desempenha um papel central nas relações interacionais da atualidade uma vez que influencia diretamente os padrões de produtividade e a capacidade das nações transformar seus recursos naturais e humanos em riqueza. Por exemplo, os desenvolvimentos ocorridos no mundo das tecnologias de informação, processamento e transmissão de dados e de imagens, abriram um novo mundo de oportunidades para os negócios em toda parte e não apenas em tradicionais centros dinâmicos da economia mundial. A globalização financeira e comercial só foi possível por meio de tecnologias como essas, que permitiram a integração internacional da produção industrial assim como dos mercados financeiros ajudando, dessa forma, a promover uma

verdadeira redistribuição mundial da atividade econômica e da riqueza (ZAKARIA, 2008).¹⁵ No caso recente mais notável, a ascensão da China ao status de segunda maior potência mundial, deu-se por meio do enorme fluxo de capitais e de tecnologia oriundos dos EUA, do Japão e da Europa. Um processo que foi motivado não pela disposição deliberada desses centros de poder e de riqueza mundial no sentido de fortalecer a economia chinesa, mas em decorrência dessa característica intrínseca do meio internacional que os analistas chamam de “condição anárquica”, isto é, sem uma autoridade central e um ordenamento formalmente estabelecido, e onde cabe a cada ator escolher a forma e as estratégias de se relacionar com as forças em ação no meio internacional para obter benefícios ou, por vezes, simplesmente para contornar problemas. Nesse sentido, de uma forma geral, a história recente mostra que os sucessivos governos brasileiros têm negligenciado esses fatos. Objetivamente, pode-se afirmar que uma nação como o Brasil precisa tanto de democracia quanto de instituições robustas que proporcionem segurança jurídica e estabilidade política em condições de contar com a confiança internacional para ser um participante ativo e capaz de, em condições de razoável igualdade, compartilhar da grande aventura da ordem internacional na busca do progresso espiritual e material.

Em resumo, a trajetória recente da política exterior do Brasil tem apresentado poucos resultados, em grande parte por estar desconectada das bases econômicas, sociais e políticas da nação. O Brasil pode ter um grande potencial de *soft power*, mas para realizar esse potencial será preciso que a nação inspire confiança na comunidade internacional em todos os sentidos, a começar por uma taxa de crescimento econômico mais elevada do que a média mundial para indicar claramente que a nação está efetivamente reduzindo sua pobreza relativa e melhorando consistentemente seus indicadores sociais. Uma análise mais acurada mostraria que, em larga medida, o BRICS só existe em razão da China e do que ela representa, especialmente em termos simbólicos

¹⁵ Em *O Mundo Pós-Americano*, Fareed ZAKARIA faz um balanço de longo prazo da ordem mundial, desde que se tornou visível no século XVI. O autor chama de “movimentos tectônicos” as transformações que levaram ao centro dessa ordem primeiro a Europa, depois os EUA e finalmente o que ele chama de “ascensão do resto” num processo movido muito menos por guerras do que pelo gênio humano e pela criatividade que incrementa a produção e a produtividade.

como nação, cuja relevância no mundo em termos econômicos, tornou-se indiscutível e cujo desempenho ao longo de três décadas tornou-se uma verdadeira inspiração para substancial parte das nações do mundo.

Ella Wilcox, escritora e poetisa norte-americana fez sucesso em seu tempo, mas tornou-se conhecida universalmente por uma frase que se transformou em adágio popular em muitos lugares: “*Ria e o mundo rirá com você. Chore e você chorará sozinho*”.¹⁶ Rubens Ricúpero ainda no início da década de 1990, de certa forma, deu a esse fato uma interpretação teórica argumentando que nas relações entre os países da América Latina predominavam as relações triangulares, isto é, não se podia entender as relações entre os países da região a não ser por meio de triângulos onde sempre há um vértice ocupado pelos EUA ou, em tempos mais recentes, por outra potência de sucesso de fora da região (RICÚPERO, 1996). A verdade é que países de sucesso, que inspiram e transmitem confiança, não precisam buscar parceiros – têm o privilégio de os escolher. Mesmo na esfera do comportamento humano pode-se dizer que o sucesso atrai enquanto o fracasso afasta ou nos torna indiferentes. Nos últimos anos as agências de classificação de risco financeiro tornaram-se populares na literatura de relações internacionais. Apesar de tudo, pouca gente tem prestado a devida atenção para o fato de que os grandes fluxos migratórios de pessoas, mesmo aqueles causados por motivações dramáticas e trágicas, instintivamente, tendem a seguir as mesmas direções recomendadas pela Standard & Poors e por outras agências de classificação de risco financeiro, isto é, a preferência dos migrantes é, notavelmente, pelos países “*Triple A*”. De fato, nestes tempos, um dos indicadores mais expressivos do desempenho econômico e social de um país é o movimento migratório. Segundo notícias recentes divulgadas pelo Ministério das Relações Exteriores, o número de brasileiros vivendo no exterior é de cerca de 3 milhões de pessoas, enquanto o número de estrangeiros vivendo no Brasil não chega a 750 mil, ou seja, é 4 vezes menor. Vale notar que esse número de estrangeiros vivendo atualmente no Brasil é menor do que o de estrangeiros vivendo em países próximos como a Argentina

¹⁶ *Rejoice, and men will seek you;
Grieve, and they turn and go;
(...)
Be glad, and your friends are many;
Be sad, and you lose them all.*

e o Paraguai. Certamente que um tal quadro não poderá ser revertido apenas pela política exterior, será preciso que o próprio Estado brasileiro reveja suas prioridades e o funcionamento de suas instituições. Não basta ser uma democracia, é preciso ser uma democracia eficiente, capaz de atender os desejos mais profundos e mais elevados da nação, os quais, na maioria das vezes, não são expressos em manifestações ruidosas.

Referências

- BATISTA JR, P. N. *A Moratória de 1987*. Folha de S. Paulo, 20/Fev./1997.
- CERVO, A. L.; BUENO, C. *História da Política Exterior do Brasil* de (Editora UnB, 4ª. Edição, 2011.
- FARHAT, E. *Brasil, o País dos Coitadinhos*. Cia. Editora Nacional, 1966.
- JAGUARIBE, H. *Significação de Mercosul*. In *Mercosul, Sinopse Estatística*. Vol. I, IBGE, Rio de Janeiro, 1992.
- KENNEDY, P. *The Rise and Fall of the Great Powers*. London: Fontana Press, 1988.
- MOURA, S. *Podemos ser Prósperos. Se os Políticos Deixarem*. R. Janeiro, 2017.
- OLIVEIRA, E.; DUCHIADE, A. O Globo, 5/Junho/2019.
- PEARSON COMMISSION ON INTERNATIONAL DEVELOPMENT, *Partners in Development*, The World Bank, Washington, D.C., 1969.
- RICÚPERO, R. *O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 Anos de uma Relação Triangular*. Pub. em J. G. ALBUQUERQUE (Org.) *60 Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*. NUPRI/USP, 1996. Vol. 2 pp. 37-60.
- SOUZA, A. de. *A Agenda Internacional do Brasil: a Política Externa Brasileira de FHC a Lula*. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 2009.
- VARGAS, E. *O Brasil na Liga das Nações. 1919-1926*. Editora Funag/Editora UFRGS, 2000.
- WILCOX, E. W. *Solitude*, The Sun, May, 1883
- ZAKARIA, F. *O Mundo Pós-Americano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ZWEIG, S. *Brasil. Um País do Futuro*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2013.



ARTIGOS - ARTICLES

Discutindo conceitos para uma escola brasileira de relações internacionais: um debate epistemológico - Audrey Alejandro e as formulações de Amado Cervo

Andre Sanches Siqueira Campos¹
Universidade Estadual Paulista – UNESP
andresanches41@gmail.com

Tullo Vigevani²
Universidade Estadual Paulista - UNESP
vigevanit@uol.com.br

Como citar este artigo: CAMPOS, A. S. S.; VIGEVA, T. “Discutindo conceitos para uma escola brasileira de relações internacionais: um debate epistemológico - Audrey Alejandro e as formulações de Amado Cervo”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº10, pp. 91-110. 2020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa-

Resumo: Este artigo parte de uma proposta de resenha do livro *Western Dominance in International Relations? The Internationalisation of IR in Brazil and India*, escrito por Audrey Alejandro. Nosso objetivo é discutir suas ideias sobre a possibilidade da internacionalização da produção do conhecimento das ciências sociais do Sul Global, particularmente da teoria de Relações Internacionais (RI), não ser condicionada pelo domínio Ocidental. Paradoxalmente, para ela, a reprodução dos discursos críticos e anti-eurocêntricos reforçam a própria teorização eurocêntrica que vem sendo criticada. Nesse sentido, a contribuição intelectual de Amado Cervo sobre a relação entre conceitos e teorias no ensino das relações internacionais no Brasil colabora para dialogar com o paradoxo

¹ Andre Sanches Siqueira Campos é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC/SP). Pesquisador Visitante no Leuven Centre for Global Governance Studies (2020-2021), Jean Monnet Centre of Excellence, da Katholieke Universiteit Leuven (KU Leuven). Email: andresanches41@gmail.com Lattes: <http://orcid.org/0000-0002-7314-0819>

² Tullo Vigevani é Professor de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU). Email: vigevanit@uol.com.br Lattes: <http://orcid.org/0000-0001-6698-8291>

levantado por Alejandro. Neste artigo, colocamos o debate de ambos os autores em perspectiva analítica e comparativa. Se para Alejandro, a ideia de uma teoria brasileira (e indiana) não é explícita, ao mesmo tempo sugere existirem elementos importantes para sua existência. De acordo com a interpretação de Amado Cervo, concluímos que teoria tem uso instrumental, mas isso não elimina a necessidade de fundar teorias explicativas, diferentemente do que ele sugere. Ao mesmo tempo, reconhecemos a importância dos conceitos formados a partir da história cognitiva. No que se refere a uma teoria brasileira de RI, afirmamos que a resposta de Alejandro seria intermediária, não há um corpo teórico pleno, mas há bons fundamentos para avançar.

Palavras-chave: Teoria Crítica; Conceitos; Eurocentrismo; Brasil; Produção Científica, Internacionalização.

Discussing concepts for a Brazilian school of international relations: an epistemological debate - Audrey Alejandro and Amado Cervo's formulations

Abstract: This article starts from a review proposal of the book “Western Dominance in International Relations? The Internationalisation of IR in Brazil and India”, written by Audrey Alejandro. The aim of this article is to discuss some ideas related to the possibility of the internationalisation of the Social Sciences of the Global South knowledge. We focus on IR theory and the fact that it would not be conditioned by Western dominance. Paradoxically, for her, the reproduction of critical and anti-Eurocentric discourses reinforces the very Eurocentric theorization that has been criticized. In this sense, Amado Cervo's intellectual contribution on the relations between concepts and theories in the teaching of IR in Brazil can help to reflect on the paradox raised by Alejandro. In this article, we put the debate of both authors in an analytical and comparative perspective. According to Alejandro, the idea of a Brazilian (and Indian) theory is not explicit, but she also suggests that there are important basis for its developments. According to Amado Cervo's interpretation, we conclude that theory has instrumental use, but this does not eliminate the need to develop explanatory theories, differently from what he suggests. At the same time, we recognize the importance of concepts originating from cognitive history. Regarding a Brazilian theory of IR, we consider that Alejandro's answer is a middle way. There is not a full theoretical design, but there are good backgrounds to progress.

Keywords: Critical Theory; Concepts; Eurocentrism; Global South; Scientific Research, Internationalisation.

Introdução

A sugestão de escrever este texto tem duas origens. Uma é o pedido para resenhar o livro de Audrey Alejandro (2019) *Western Dominance in International Relations? The internationalisation of IR in Brazil and India*. A outra é o convite de Estevão de Rezende Martins e Sara Albieri para contribuir à homenagem a Amado Luiz Cervo em ocasião de seus 80 anos. No livro organizado por Martins (2003), *Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina*, ele conclui a introdução, referindo-se a Amado Cervo dizendo “Bem na linhagem dos grandes, como Pierre Renouvin, Jean-Baptiste Duroselle e René Giraud, que se encontra predicados adequados à qualidade pessoal e profissional de Amado Cervo” (MARTINS, 2003, p. 16). Professores de história das relações internacionais (RI) da UnB e outros reconhecem em Amado Cervo um dos fundadores de sua área e do campo de relações internacionais, junto a José Carlos Brandi Aleixo, filosofia, e Antônio Augusto Cançado Trindade, direito.

Nosso objetivo é muito mais restrito, não será o de avaliar o conjunto da obra de Amado Cervo, até por nossa incapacidade para isso. O objetivo é discutir, a partir das publicações mencionadas por ele mesmo (CERVO, 2012, 50m45s) como as mais importantes de sua carreira, a sua contribuição intelectual para o estudo das RI no Brasil e na América Latina, concentrando-nos na compreensão crítica de como Amado Cervo estabelece a relação entre conceito e teoria.

Para isso, além da leitura feita por Alejandro (2019) a este respeito, consideramos em particular, como citados em sua entrevista de 2012, (a) o artigo publicado na Revista Brasileira de Relações Internacionais (RBPI) em 2008, “Conceitos em Relações Internacionais”, e (b) o livro “Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros” de 2008. E também, (c) a entrevista concedida a Audrey Alejandro em 2012, e (d) a entrevista por ele concedida a Celso Castro do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2017.

Amado Cervo é tipicamente um autor de história das RI, foi um dos importantes construtores do campo acadêmico desta área na Universidade de Brasília (UnB) com *spill over* nacional e latino-americano. Tanto na UnB quanto nas demais instituições, houve intenso debate sobre a relação entre história e ciência política. Os cursos de graduação e de pós-graduação de RI originaram-se de diferentes campos do conhecimento. No caso do Brasil, história e ciência política têm papel relevante, mas também economia, direito e sociologia. Como discutimos em outra ocasião (VIGEVANI; THOMAZ; LEITE, 2016), a expansão da área de RI no Brasil, tema discutido no livro (ALEJANDRO, 2019, p. 62), ainda que com origens remotas, amplia-se no período da ditadura, mas ganha efetiva relevância com a redemocratização, sobretudo a partir dos anos 1985.

Alejandro (2019, p. 37) lembra que a diversidade da produção acadêmica em RI costuma resultar de dinâmicas geográficas e culturais específicas de um país ou região, reforçando o caráter da existência de uma pluralidade de visões (PUCHALA, 2002) e heranças nacionais de RI, como é aceito por diferentes escolas de pensamento. Segundo ela (ALEJANDRO, 2019, p. 25), utilizando Tickner e Blaney (2013), a pluralidade de visões existentes não se traduziu em relações internacionais mais plurais. A autora também lembra que essa prática é denominada por Tickner e Ole Wæver (2009) como “epistemologias geoculturais”, ao apontar que a especialização de domínios de pesquisa está relacionada aos interesses nacionais dos acadêmicos.

Esse interesse para Alejandro (2019, p. 51), é acompanhado pela percepção do “*illusio* acadêmico”, ideia desenvolvida por Pierre Bourdieu. O *illusio* refere-se a como o tipo de produção acadêmica está relacionado aos seus objetivos de publicação e relevância prática. É, portanto, a escolha do meio pela qual o pesquisador apresenta o resultado de sua análise à comunidade epistêmica e à sociedade. Segundo Desch (2019), a profissionalização científica assumiu a forma de uma busca por um *status* científico ilusório, tornando-se, muitas vezes, inacessível e pouco prática. Entendemos que Alejandro (2019), conforme apontado no capítulo *Regarding Internationalisation*, utiliza o ‘objetivo de publicação’ como um dos elementos que contribui para a identificação dos caminhos da emancipação intelectual teórica na área das RI, tal como

diferenciada por ela, em relação ao Brasil e à Índia. Também mencionada por Cervo (2012, 1h7min.), em relação à China.

Wang e Buzan (2014, p.18-19; p.44-45) ao compararem a Escola Chinesa e a Inglesa de RI, explicitam estas ideias relativas às “epistemologias geoculturais”, mostrando que o surgimento da primeira é determinado pela capacidade de estabelecer generalizações a partir da própria experiência e de seus valores:

We can conclude that the English School does not make the case for national approaches to IR theory. Indeed, a good part of the explanation for its success is precisely that it eschewed parochial concerns and aimed to construct theory at the global level. Along the way it generated a characteristic taxonomy and set of concepts. Linked to its validation of history is its validation of an explicit turn to classical political theory as a source for normative IR theory...Perhaps these intertwinings and synergies will develop as the Chinese School becomes global...It is already apparent that more and more foreign scholars are joining in the Chinese discussions on Chinese history and political theory (WANG e BUZAN, 2014, p. 44-45).

Entre as conclusões da comparação desenvolvida por Wang e Buzan (2014) está expressa a ideia de que o crescimento da importância da China no sistema internacional aumenta o interesse pela sua filosofia do conhecimento, portanto pelos fundamentos de seus conceitos e teoria de RI. Acharya e Buzan (2017, p.361-362) reforçam essa visão ao apontar para a relação entre o poder do Estado e o papel global no pensamento em relações internacionais:

We conclude by looking more closely at one specific example of the kind of theorizing from Asia that might have wider application: the hierarchical traditions and models of Confucian Northeast Asia. There may well be other hierarchical traditions from Asia that can be used in this way. [...] China has spent the last few years increasing its military strength, being increasingly assertive toward its neighbors, and throwing its newly acquired weight around. Japan has turned toward reacquiring the characteristics of a 'normal' state. [...] In some ways, this matters to what we said above about national schools of IR and the role of Asia in making Global IR (ACHARYA e BUZAN, 2017, p. 361-362).

De acordo com Alejandro (2019, p. 25), o grau de diversidade teórica, temática e demográfica atua como um marcador do domínio Ocidental exercido por mecanismos de *Gate-Keeping* (teoria das ciências sociais aplicada à comunicação, esta prática refere-se à forma como os fluxos de informações são controlados, filtrados e reproduzidos no sistema social). Segunda ela, não há preocupação sistemática em países não-Ocidentais para adensar conceitos ou teoria em RI. Ou melhor, há pressupostos para a teorização, mas não um

esforço integrado, nem um diálogo rigoroso entre *scholars* que consiga agrupar o conjunto dos conhecimentos. Para Lima (2020), no Brasil não havia experiência de “imersão total”, ainda que houvesse estudos básicos sofisticados. Alejandro mostra interesse em compreender as razões desta situação. Por isso, ao fazermos a resenha de seu livro, surge natural destacar e procurar entender como ela o faz, o reiterado argumento de Amado Cervo de que a preocupação pela teoria no estudo das RI no Brasil seria uma preocupação desnecessária. Segundo Alejandro (2019):

The book Inserção internacional: Formação dos conceitos brasileiros *written by Amado Cervo offers an overview of IR concepts used in Brazil (2008a). It aims at showing the contribution of Brazilian academic and non-academic analysts in the context of the country's history* (ALEJANDRO, 2019, p. 25).

Neste texto, não é nosso objetivo dialogar em geral sobre conceitos e teorias de RI no Brasil. Como dissemos, o objetivo é discutir as ideias de Amado Cervo a este respeito, partindo de sua interpretação por Alejandro no seu livro. Destacamos, porém, que no campo dos *scholars* brasileiros há outros e importantes, apenas, parcialmente, considerados pela autora. Em seu livro, o foco são os pesquisadores ligados à história das relações internacionais. Ao comparar Amado Cervo com o indiano Sarkar (1919), ela mostra que também na Índia não haveria uma teoria de RI, ainda que o tema não deixasse de preocupar alguns intelectuais desde o início do século XX. Em outras palavras, o que procuramos fazer é ver como a análise da obra de Amado Cervo contribui para entender suas razões. A partir do destaque que dá ao argumento de que o debate, a pesquisa e o ensino sobre Teoria de RI no Brasil não são centrais, Amado Cervo interroga-se a respeito de quais seriam as diferenças entre a escola brasileira de RI e a francesa, italiana, alemã ou americana, utilizando argumento semelhante ao desenvolvido por Bernal-Meza (BERNAL MEZA, 2005).

Em sua entrevista ao CPDOC (Amado CERVO, 2018, p.22) afirma:

O confronto epistemológico acadêmico (é) entre teoria das relações internacionais e conceitos aplicados às relações internacionais. Essa foi a grande contribuição de Brasília, justamente. É o que eu fiz muito na minha obra acadêmica. Fulminar as teorias de relações internacionais. Eu não sei por que, até hoje, essas teorias têm tanta importância nos currículos de graduação. Graduação tem duas ou três disciplinas de teorias....As

teorias de relações internacionais são uma formulação epistemológica do mundo anglo-saxônico, Estados Unidos e Inglaterra. Essas teorias embutem, imbricam interesses, valores e padrões de conduta daquelas sociedades, como se fossem universais. Como se o interesse americano, inglês, fosse igual ao argentino, ao chinês, ao paquistanês, ao brasileiro, ao chileno. Está errado. Quer dizer, é uma deturpação mental, que as teorias impõem. Por isso que, até hoje, eu brigo sempre, sou muito conflitivo nesse aspecto. As teorias são nocivas e nefastas (CERVO, 2018).

Na sua perspectiva, os pesquisadores são integrados às agendas de pesquisa impostas pelo Ocidente, diminuindo a sua representatividade acadêmica. Em alguma medida, isso reforça a ideia de que a elaboração de conceitos teóricos exige conhecimentos que sejam corretamente temperados pela captação da experiência, coincidindo, nesse aspecto, com algumas das ideias de Wang e Buzan (2014). Para Amado Cervo a própria teoria não está afastada do processamento da história; muitas vezes, para ele, a teoria é construída de acordo com os interesses dos Estados nacionais ou dos grupos sociais de pertencimento.

Para o melhor entendimento da interpretação de Alejandro (2019, p. 25) e do pensamento de Amado Cervo, a respeito das reflexões brasileiras produzidas, optou-se pela subdivisão da análise em três pontos de observação, sendo: (1) As Diversidades Teóricas e Potenciais; (2) As Contribuições Intelectuais Nacionais; e (3) As Limitações do Processo de Internacionalização.

As Diversidades Teóricas e Potenciais

A autora parece absorver a ambiguidade de alguns intelectuais brasileiros sobre os estudos de RI. Afirmar que *“If a specifically Brazilian or Indian theoretical approach to IR exists, this tradition remains implicit”* (ALEJANDRO 2019, p. 25). Isto é, há, no caso do Brasil, teoria, mas ela não é explícita. Para nós, resta a pergunta: pode haver teoria se não é explícita?

Na resposta, Alejandro (2019), no capítulo *Diversity*, afirma existir potencial para teoria visto o acervo cultural e histórico existente no Brasil, e também na Índia. Concorde, ao menos parcialmente, com Amado Cervo no sentido de que não há teoria plenamente formulada. Ainda assim, devemos precisar melhor: Amado, segundo ela, é o único entrevistado no Brasil que defende a existência de um desenvolvimento nacional teórico/conceitual no

país (ALEJANDRO, 2019, p. 26). Ao que ela acrescenta que há potencialidade. Ideia semelhante à de Wang e Buzan (2014) ao buscarem os potenciais fundamentos de uma escola chinesa de RI. Nesta mesma linha, Lessa (2005) diz que no Brasil a teoria permanece implícita, pois não haveria uma escola brasileira de RI, mas um repositório civilizacional de ideias sobre a política e suas relações inter-estatais.

A teoria não é apenas um problema de formulação e diversidade. Nesse sentido, a preocupação por ela tem consequências importantes. O exame das teorias de RI *mainstream* é visto por Alejandro (2019) como um dos maiores desafios, uma vez que a própria teoria é identificada como Ocidental. Lembra que Aydinli e Matthews (2008) mostram que a elaboração teórica tem relação direta com o controle da agenda. Nesse sentido Amado (2008b, p. 8) coincide:

O passo seguinte consiste em afirmar que o alcance explicativo universal das teorias é forjado, visto que se vinculam a interesses, valores e padrões de conduta de países ou conjuntos de países onde são elaboradas e para os quais são úteis, contrariamente aos conceitos, que expõem as raízes nacionais ou regionais sobre as quais se assentam e se recusam estar investidos de alcance explicativo global (CERVO, 2008b).

No debate teórico de RI este tema é bem conhecido. As teorias não surgem abstratamente. Resultam de fenômenos que necessitam de novas explicações. Isso vale desde as teorias pacifistas (ANGELL, 2002), até às resultantes da necessidade de reformular teorias de RI à luz de novos acontecimentos (CARR, 2001). Igualmente para as formulações pós-1945, até as teorias chamadas pós-modernas. O que importa aqui sinalizar é que autores como Cox (1986, p. 211) e Rosenberg (1994), sem qualquer tipo de relação com os temas de Alejandro (2019) e Amado Cervo (2008a, 2018), reportam-se à teoria da mesma forma como o faz este último. Cox é textual:

Since the Second World War, some American scholars, notably Hans Morgenthau and Kenneth Waltz, have transformed realism into a form of problem-solving theory. Though individual of considerable historical learning, they have tended to adopt the fixed ahistorical view of the framework for action characteristic of problem-solving theory, rather than standing back from this framework, in the manner of E. H. Carr, and treating it as historically conditioned and thus susceptible to change (COX 1986, p. 25).

Ainda que Alejandro e Amado Cervo não se refiram a este ângulo analítico, há coincidência entre o que diz este último e Rosenberg em aspectos específicos. O que queremos ressaltar é que a respeito das ideias pelas quais Amado Cervo se bate - o da matriz instrumental da teoria desenvolvida sob o patrocínio de Estados ou por grupos sociais - há autores que elaboraram sua perspectiva teórica a partir deste mesmo ângulo:

Any theory of international relations therefore needs to begin by grasping the historical uniqueness of both sovereignty and anarchy as social forms arising out of the distinctive configuration of social relations which Marx called the capitalist mode of production and reproduction of social life (ROSENBERG 1994, p. 172).

Tudo isto justifica a interpretação de Amado Cervo de que “o alcance explicativo universal das teorias é forjado”? Mesmo reconhecendo, como Cox e Rosenberg o fazem, a possível formulação e uso instrumental das teorias, fica uma séria dúvida sobre a questão de sua inutilidade. Amado Cervo afirma retoricamente não saber porque se dá tanta importância às teorias. Reconhece, no nosso entendimento corretamente, que seu uso não é neutro e que é funcional a interesses. Cabe agora outra pergunta: isso significa inutilidade da teoria? Vejamos de perto como responde o próprio Amado Cervo (2012, 33m00s) a isso:

A teoria das relações internacionais tem uma função cognitiva, explicativa e introdutória ao passo que o exercício do ensino abre novas visões de mundo...Venho me dedicando à formação de conceitos com base social empírica e produzida a partir da história cognitiva e com maior capacidade sobre a investigação, como forma de diminuir os vícios da formação (CERVO, 2012).

As Contribuições Intelectuais Nacionais

Alejandro (2019, p. 111) identifica a falta de interesse em tradições nacionais de RI nas universidades brasileiras. Por exemplo, pergunta em sua pesquisa: “*Q: And between this potential Brazilian tradition and what is done in the United States, for example... what would you prefer?*”

A autora constata a baixa presença de autores brasileiros nas ementas de disciplinas dos cursos de RI, particularmente nas de teoria. Portanto, um reconhecimento, não explícito, de que a produção teórica, como diz Amado Cervo (2018), seria atributo de autores anglo-saxões. Alejandro identifica

também o baixo índice de adaptação dos conceitos e potenciais teorias construídas no Brasil para a interlocução com o público acadêmico internacional, como discute no capítulo *The national and the international*. Segundo Alejandro (2018, p. 105), provavelmente em função do viés de algumas entrevistas, pesquisadores brasileiros argumentam que toda teoria parte de uma natureza semelhante internacionalmente. Isto é, aceita-se o pressuposto da não existência de densidade para uma escola brasileira de RI. Para o Brasil, o resultado da pesquisa da autora, aponta à não identificação de programas que colocam como seu próprio eixo abordagens teóricas desenvolvidas no país. Isso resulta da não identificação de parte dos professores de uma teoria brasileira, ou de uma escola brasileira de RI. A preocupação sobre a ausência existe, Amado Cervo (2008b, p. 24) as explicita:

Contribuir para o fim das teorias de relações internacionais e para sua substituição por conceitos aplicados às relações internacionais propõe-se como caminho para transição do sistema internacional posto a serviço de interesses, valores e padrões de conduta das velhas estruturas do capitalismo para outro que acolha interesses, valores e padrões de conduta dos países emergentes. Propõe-se evolução mental correspondente à evolução material em curso (CERVO, 2008b).

Discussões no Brasil a este respeito vão crescendo de importância, mesmo depois da pesquisa realizada por Alejandro. Mas ainda é incorreto dizer que há uma teoria de RI ou uma Escola brasileira. Tanto é verdade que, como faz constar a autora, pesquisadores brasileiros situam nos anos 60, com a Teoria da Dependência, a oportunidade perdida para um perfil universal da elaboração teórica brasileira. Importante reconhecer a existência de tentativas de debate a esse respeito. Como o diálogo específico desenvolvido por pesquisadores brasileiros de diferentes universidades (UnB, PUC/MG, PUC/RJ), entre outras instituições. Em outra oportunidade, discutimos que há avanços promissores em curso em diferentes instituições (VIGEVAANI; THOMAZ; LEITE, 2016).

O livro de Alejandro (2019) volta-se à tentativa de interpretar, por vezes explicar, as razões pelas quais os pesquisadores brasileiros e indianos de RI atribuem parte da responsabilidade pelas dificuldades de inserção internacional à *Western dominance*. Disso surgem consequências e interpretações da baixa presença da produção intelectual brasileira no exterior, além da

indiana. Na perspectiva da autora, o risco deste diagnóstico é o de ser circular, de não resolver o problema, incidindo no risco de ser auto-complacente. Há dificuldades concretas. Alejandro (2019, p. 108) sugere haver autocensura. Para ela, examinada a produção brasileira em RI, há constante busca de legitimação nos autores do *mainstream*, sobretudo os anglo-saxões. Resulta desta forma de busca de legitimação, a baixa preocupação pela fundamentação das pesquisas em base à própria tradição e conhecimento acumulado. A esse respeito (ALEJANDRO, 2019, p. 163, 181) afirma:

The criteria organising the legitimation of models of publications are not 'neutral' techniques but social practices that naturalise a certain vision of social sciences and relationships with work. As such, both dynamics enable ethnosciences to reproduce a relationship between European and non-European scholars: European scholars operate as subjects capable of establishing criteria of legitimation, while non-European scholars are objectified as narrated alternative Others (ALEJANDRO, 2019, p. 163).

Portanto trata-se também de falta de valorização consistente da própria produção. A este respeito, deve-se reconhecer que Amado Cervo tem insistido, como mencionamos. Na entrevista concedida por ele ao CPDOC (2018), lembra que Bernal-Meza (2005) criou o termo Escola de Brasília. É neste ponto que Amado Cervo discorre sobre a singularidade desta Escola em relação às outras. Amado Cervo, aproveita o reconhecimento de Bernal-Meza para reiterar o que seria o sinal específico dessa escola, o que a diferencia de outro “o confronto epistemológico acadêmico entre teoria das relações internacionais e conceitos aplicados às relações internacionais” (CPDOC, 2018).

Para Amado Cervo, deve-se “contrapor o conceito de relações internacionais às teorias universalistas. Os conceitos brotam de... interesses, valores e padrões de conduta de outras sociedades” (CPDOC, 2018). Percebemos aqui mais uma vez a crítica das teorias, identificadas para ele como expressão da hegemonia, ainda que amparadas pelo guarda-chuva do universalismo. Valoriza, mais uma vez, os conceitos. Provavelmente, a partir do diagnóstico sobre as origens multifacetadas e nacionalmente diversificadas dos conceitos, brotam, segundo ele, elaborações que permitem avançar formulações abrangentes criadas pela soma desses mesmos conceitos. Um exemplo, por ele mesmo citado, é “o paradigma do Estado logístico, que vem

substituir o paradigma dos anos 90, o neoliberal, fosse um paradigma mais autêntico e mais adequado ao modelo brasileiro de inserção internacional” (CPDOC, 2018)

Amado Cervo de certo modo radicaliza ao afirmar que suas ideias a respeito da teoria de RI estão vinculadas ao combate às armadilhas que possam ser colocadas para o conhecimento. Percebe-se em Amado Cervo, nesta mesma entrevista, algo que podemos interpretar como instrumental. Quando ele afirma que desta forma “a Escola de Brasília procura desenvolver conceitos, alicerçar o conhecimento, o processo decisório, o movimento dos agentes sociais em outras bases. E nós podemos, com isso, corrigir o próprio processo decisório”. Paradoxalmente aponta para a utilização normativa/instrumental da teoria. Nestas últimas afirmações, evidencia-se o reconhecimento normativo que os conceitos têm como objetivo intervir no processo decisório.

As Limitações do Processo de Internacionalização

A obra de Amado Cervo, seu livro de 2008a e seu artigo na RBPI de 2008b também, tem escopo abrangente. Ao discutir sua contribuição intelectual para o estudo das RI no Brasil e na América Latina nos deparamos com tema que o preocupa fortemente, e que também é aspecto central do livro de Alejandro (2019), a questão da internacionalização da produção brasileira nesta área de conhecimento e os motivos de seus limites.

A internacionalização, destaca Alejandro (2019, p. 146), dialogando com Habermas (1971), tem um componente que classifica como de tecnificação, *standardisation* e naturalização da ciência. Precisamente:

I argue that this process of standardisation in IR is an instance of the naturalisation of the political order through the technicisation of scientific knowledge as described by Jürgen Habermas in ‘Technique and Science as Ideology’ (1971)....This denaturalisation highlights how the perception of such criteria as ‘technical standards’ rather than ‘social practices’ enables the diffusion of social hierarchies that happen to be Eurocentric (ALEJANDRO, 2019, p. 146).

Portanto, conforme Alejandro (2019), utilizando a referência de Tickner e Waever (2009), o discurso crítico que denuncia o eurocentrismo é eurocêntrico e precisa ser estudado em relação ao contexto social em que emerge. Nesse sentido, a tecnicização das ciências sociais não está concentrada

na questão “Ocidental” enquanto europeu ou não europeu, mas no modelo acadêmico “Anglo-Saxão” de publicação. Os efeitos sociais implícitos da narrativa do domínio ocidental não seriam meros efeitos do passado, mas a naturalização da dinâmica do poder e das práticas desleais que moldam os atuais processos de globalização das relações internacionais (ALEJANDRO, 2019, pp.138-139). Utiliza o método indutivo. Isto é, parte da consideração geral do que seriam os processos contemporâneos de globalização e de relações internacionais.

The narrative of Western dominance is Eurocentric and naturalises technical criteria of publication that condition the internationalisation of publications. It imposes meaning and interpretations on the question of the internationalisation of IR and participation to ‘Global IR’, which protect pre-defined identities from being challenged by empirical findings and counter-perform its explicit emancipatory objectives (ALEJANDRO, 2019, p. 159).

Este debate sobre o Eurocentrismo e, mais em geral, sobre a hegemonia, não é novo. Não pode se limitar ao plano da verificação num determinado campo científico. Certamente, se refere a todos eles, e, mais geralmente, à histórica forma de consolidar hegemonias. No plano universal há avanços na busca de análises consistentes, inclusive de parte *scholars* brasileiros da área de RI: refletindo e avançando na compreensão das razões da predominância. Velasco e Cruz (2004, p. 13) argumenta:

O antagonismo em torno do qual se constituíram as relações internacionais como campo diferenciado de atividade acadêmica, [...] vem se reproduzindo nas ilhargas dos departamentos de Ciência Política e múltiplos *think-tanks* com conexão estreita com os órgãos encarregados da formulação e implementação da política internacional do Estado norte-americano (VELASCO e CRUZ, 2014).

Embora as contribuições acadêmicas de grupos intelectuais tenham marcado a reflexão brasileira e latino-americana no campo de relações internacionais - Teoria da Dependência, ISEB, Escola de Sociologia de São Paulo, CEPAL - com significativa relevância para o desenvolvimento intelectual da área, suas interpretações, por várias razões, não tiveram a possibilidade de elevar-se a referência teórica com impacto universal. Tampouco tiveram -talvez com a parcial exceção das concepções teóricas que deram base à Política Externa Independente (Revista Política Externa Independente, n. 1, 2, 3, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1964 e 1965) -

condições para alcançar o estágio de formulações conhecidas e aceitas no plano universal. Em outras palavras, pela vida conturbada de seu país e pela escassez de recursos, não puderam criar, definitivamente e em sentido pleno, uma Escola Brasileira de relações internacionais.

A produção no campo de RI, brasileira e indiana, emerge no cenário universal, segundo Alejandro (2019, p. 41), num contexto que ela chama “*academic tokenism*”. Isto é, há reconhecimento desta produção, de fora para dentro, mas não pleno. Há livros e artigos aceitos por *Publishers* e *Journals*, enquanto reflexões competentes e ponto de partida para o adensamento teórico das relações internacionais brasileiras e indianas. A idéia de *tokenism* tem a ver com simbolismo, isto é, há reconhecimento na medida que são aceitos determinados *standards* e porque estes e outros países têm real papel no sistema internacional e na produção intelectual. Mesmo assim, a aceitação tem, para Alejandro (2019), significado simbólico. Ela sugere que a maior inserção internacional da produção intelectual no campo dos estudos de RI de países como Índia e Brasil se, por um lado exige maior reconhecimento, por outro passa pela autovalorização e rigor.

Na interpretação de Brito Cruz (2019), que defende a internacionalização da ciência brasileira, há responsabilidades nacionais por insuficiente inserção universal. Para ele, há “necessidade de aprofundamento teórico baseado nas ideias mais bem estabelecidas para criar nova ciência; o ponto era, a partir de fatos locais passar a conclusões universais...”. Trata-se de valorizar o interesse pelas tradições nacionais de RI não no sentido de auto-apologia, mas visando fortalecer seu adensamento, contribuindo para o campo teórico universal. Sistematizando a pesquisa acumulada no tempo, pode-se colocar como objetivo uma Escola Brasileira que tenha como fundamentos a elaboração da experiência nacional, utilizando os conceitos desenvolvidos em outros campos do conhecimento, como direito e economia internacional, e particularmente a própria experiência de política externa. No caso da Índia, Alejandro (2019) considera um dos fundamentos essenciais, a literatura pré-colonial.

Na perspectiva de Acharya e Buzan (2017) ao analisar os motivos pela qual não há um *Non-Western International Relations Theory*, focalizados no caso

asiático, estes autores afirmam que a generalização a partir das singularidades históricas, culturais e identitárias, embora valiosa, não é suficiente para gerar a universalização necessária. Seria preciso enriquecer as teorias de RI com ideias e conceitos, a fim de construir o caminho para um universalismo pluralista. Isto é, ideias e conceitos enquanto fundamentos universais necessários para a compreensão de uma realidade determinada. Para eles, este é o principal desafio intelectual que os estudiosos de RI enfrentam.

Pensando em termos de tokenismo, há aproveitamento do conhecimento desenvolvido no Brasil em RI de parte da comunidade científica internacional, há estudos reconhecidos. Evitar sua atomização no Brasil exige avanço na sua articulação e sofisticação e, no nosso modo de ver, definições precisas das correntes, inclusive maior rigor no diálogo crítico interno e com a ciência universal. Por exemplo, elaborar temas como nacionalismo, desenvolvimentismo, multilateralismo, política externa independente, latino-americanismo e sul-americanismo, de modo a que essa mesma elaboração venha a fazer parte do acervo universal, pela sua capacidade explicativa. Isto não quer dizer que não haja ideias e teorias que apenas podem explicar questões específicas. O “Destino Manifesto” norte-americano do século XIX não tem aplicabilidade direta para outros países, mas faz parte do acervo universal na medida em que seus fundamentos permitem a compreensão da política externa dos Estados Unidos.

Amado Cervo afirma, como mostramos, que a contribuição da Escola de Brasília é a crítica do papel que a teoria anglo-saxã de RI ganhou nos cursos brasileiros. No artigo da RBPI de 2008b, ele sinaliza duas questões principais, a diferença entre teoria e conceito e dá importância ao enfoque nacional e regional. O que queremos ressaltar é que ele de forma direta ataca o papel das teorias. Lembremos que Cox mostra como as teorias além de resultarem de necessidades explicativas de fatos novos, são essencialmente *problem-solving*. Não hesitamos em afirmar que a formulação de Amado Cervo, provavelmente elaborada sem qualquer vínculo com a obra do Cox, tem certamente coincidências :

[...] o alcance explicativo universal das teorias é forjado, visto que se vinculam a interesses, valores e padrões de conduta de países ou conjuntos de países onde são elaboradas e para os quais são úteis, contrariamente aos conceitos, que expõem as raízes nacionais ou regionais sobre as quais se assentam e se recusam estar investidos de alcance explicativo global (CERVO, 2008b, p. 8).

Nessa perspectiva, este autor insiste na valorização dos conceitos. Além de evidenciar que sua elaboração parte de uma cultura e de uma visão de RI específica, qual seja brasileira e latino-americana, sua crítica à teoria vai no sentido de que a palavra teoria implica, por ter como pressuposto sua condição universal, elevado grau de abstração. Para quem pesquisa RI numa perspectiva histórica, o valor dos fatos é a matéria-prima essencial. Por isso, o papel que atribui aos conceitos, “seja no sentido de produzir compreensão, seja no sentido de subsidiar processos decisórios nas relações internacionais” (CERVO, 2008b).

Para Amado Cervo há forte preocupação com a necessidade de ver o conjunto da teoria *mainstream* com olhos críticos. Ele mesmo insiste que deste modo se cria o *environment* que enfraquece o prestígio das teorias de RI nos programas de ensino e assim se fortalecem o que define como conceitos produzidos nacional ou regionalmente. Alejandro (2019, p. 198) em seu livro ao comparar os pesquisadores acadêmicos de RI na Índia e no Brasil, mostra como a inserção na política do país é menor no Brasil. Amado Cervo, com sua reiteração sobre a importância dos conceitos e sua crítica às teorias nos programas dos cursos universitários, tem como objetivo criar as condições para influenciar no processo decisório nacional.

Amado Cervo (2012) como professor universitário com destacado papel no Brasil e no exterior, ao mesmo tempo em que critica as teorias *mainstream*, valoriza o intercâmbio acadêmico. No sentido de compreender a formação dos conceitos gerados nas diferentes sociedades, visto que valoriza a diversidade dos padrões de conduta e não sua padronização.

Ele próprio tem parte importante de sua formação no exterior, sobretudo francesa. Por isso reconhece, questão que Alejandro identifica como especificidade brasileira da maior importância, a experiência que dá aos pesquisadores a oportunidade de estudo e diálogo com outras escolas. Amado

Cervo (2012) identifica no intercâmbio um melhor patamar para que o pesquisador brasileiro avalie a qualidade da própria pesquisa, inclusive fortalecendo seu senso crítico. E complementa seu raciocínio ao afirmar que a ampliação dos contatos internacionais aumenta as possibilidades de internacionalizar a produção nacional e o reconhecimento da publicação no âmbito de sua comunidade epistêmica.

Conclusões

1. Quanto à pergunta que fizemos: pode haver teoria se não é explícita? tentando compreender as colocações de Alejandro (2019) no capítulo *Diversity*, podemos agora responder dizendo que, no seu livro, a questão tratada refere-se à proto-teoria. Isto é, ela sugere que a ciência, os conhecimentos, a própria forma de pensar o mundo e a política externa constituem elementos suficientes para formular uma teoria explícita de RI brasileira, mas também indiana, generalizante, mas que ainda não existe. Sugerimos ser isto “teoria não explícita”.

2. Justifica-se a interpretação de Amado Cervo de que o alcance explicativo das teorias é forjado? Acreditamos que não. Nossa leitura de sua obra e de seus textos especificamente utilizados aqui, remete à crítica da teoria ao possível uso instrumental que dela pode ser feito. Sua vinculação a interesses, valores e padrões de países tem fundamento e encontra respaldo, como vimos, em outras leituras teóricas de relações internacionais. Portanto seu alcance explicativo, como ele afirma, é funcional à reprodução da dominação. Isso não elimina a necessidade de fundar teorias explicativas.

3. A teoria é inútil? Amado Cervo afirma que a teoria de RI tem uma função cognitiva, explicativa e introdutória. Portanto, é útil. A teoria certamente não explica tudo. “*A theory may help us to understand and explain phenomena and events yet not be a useful instrument for prediction*” (WALTZ, 1986, p. 335). Amado Cervo, acreditamos poder afirmar, apresenta respostas não definitivas. Insiste na vantagem dos conceitos, opondo-os à teoria. Mas ao reconhecer-se na Escola de Brasília, aceita que os conceitos são formados a partir da história cognitiva. A leitura de Alejandro sobre a teoria não explícita,

mas sugere que os conceitos não estão em oposição à teoria, mas constituem um de seus fundamentos.

4. A pergunta de Alejandro (2019, p. 111), procurando compreender o baixo interesse pela teoria de RI desenvolvida no Brasil, não alcançou um conjunto suficientemente representativo dos *scholars* do país. Parte das respostas que reconhecem o desenvolvimento teórico anglo-saxão devem ser complementadas pelo reconhecimento dos esforços visando o desenvolvimento de uma Escola de RI já existente. Não se trata de reconhecer que os fundamentos epistemológicos de uma teoria não necessitam ter origem nacional, mas de captar o aprofundamento teórico no Brasil já em curso.

5. Há uma teoria brasileira de RI? Dissemos que a resposta de Alejandro seria intermediária, não há um corpo teórico pleno, mas há boas fundações para avançar. Amado oferece outra resposta: a Escola de Brasília representa a tradição brasileira em RI, para ele reconhecida por *scholars* como Bernal-Meza e Mario Rapoport.

6. Continuidade e ruptura na política exterior brasileira é um tema também discutido por Amado Cervo no conjunto de sua obra. Em entrevista à Revista Exame (novembro 2018), depois do segundo turno das eleições presidenciais no Brasil, afirma que “não haverá ruptura na política exterior. [...] A política exterior brasileira apresenta há séculos três traços que compõem a estratégia de longo prazo: universalismo, cooperação e pacifismo”. Nesse caso, apesar da crítica de Amado Cervo à teoria, parece confirmar-se que, como escreveu Waltz, ela explica os fenômenos, mas não ajuda nas previsões.

7. Como pode-se notar, a discussão do livro “*Western Dominance in International Relations?*” de Alejandro (2019) e dos escritos de Amado Cervo relativos à teoria e conceitos de RI foi importante e ilumina a respeito de temas fundamentais no mundo e no Brasil. Reconhecemos que o *Gate-Keeping* é efetivamente existente. Essa nossa resenha do livro e a análise da obra de um historiador-intelectual que comemora 80 anos, o incorpora. Também utilizamos teorias eurocêntricas, sobretudo anglo-saxãs.

Referências

ACHARYA, A.; BUZAN, B. Why Is There No Non-Western International Relations Theory? An Introduction. *International Relations of the Asia-Pacific*, 2017.

ALEJANDRO, A. Western Dominance in International Relations? The Internationalisation of IR in Brazil and India. London/New York: Ed. Routledge, Taylor and Francis Group, 2018.

ANGELL, N. A Grande Ilusão. Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais. São Paulo, 2002.

AYDINLI, E.; MATHEWS, J. Periphery Theorising for a Truly Internationalised Discipline: Spinning IR Theory out of Anatolia. *Review of International Studies* 34 (4): 693–712, 2008.

BERNAL-MEZA, R. América Latina en el Mundo: El Pensamiento Latinoamericano y la Teoría de Relaciones Internacionales. Nuevohacer, 2005.

BRITO-CRUZ, C. H. de. Ajuda Acadêmica [Mensagem Pessoal]. Mensagem recebida pelos autores em 14 julho 2019.

CERVO, A. L. Entrevista concedida a Celso Castro (2007) para a Memória das Ciências Sociais no Brasil, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, 2018.

CERVO, A. L. Entrevista concedida a Audrey Alejandro, Professora de Metodologia da *London School of Economics and Political Science (LSE)*, em virtude da pesquisa para o livro *Western Dominance in International Relations? Internationalisation of IR in Brazil and India*. Brasília, 2012.

CERVO, A. L. Inserção Internacional: Formação dos conceitos brasileiros. Editora Saraiva, 1 ed., 2008a.

CERVO, A. L. Conceitos em Relações Internacionais. *Rev. Bras. Polít. Int.*, 51 (2), 2008b.

CERVO, A. L. Política exterior e relações internacionais do Brasil : enfoque paradigmático. *Rev. Bras. Pol. Int.*, vol. 46, n. 2, 2003.

COX, R. W. Social forces, States and world order: beyond international relations theory. In: Keohane, Robert. (org.) *Neorealism and its critics*. Columbia University Press, 1986.

CRUZ, S. C. V. e. Um outro olhar sobre a análise gramsciana das organizações internacionais. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 15, n. 42, 2000.

DESCH, M. C. Cult of the irrelevant: the Waning Influence of Social Science on National Security. Princeton University Press, 2019.

HABERMAS, J. Technology and Science as Ideology. In Toward a Rational Society. London: Heinemann, 1971.

LESSA, A. C. O Ensino de Relações Internacionais no Brasil. In O Crescimento Das Relações Internacionais No Brasil, edited by José Flávio Sombra Saraiva and Amado Luiz Cervo, 33–50. Brasília: IBRI, 2005.

LIMA, M. R. S. de. Entrevista concedida ao episódio 4 do programa Caminhos, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2020.

MARTINS, E. C. de R. Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Fundação Alexandre de Gusmão, FUNAG, 2005.

PUCHALA, D. Visions of International Relations. Columbia, SC: University of South Carolina Press, 2002.

ROSENBERG, J. The empire of civil society: a critique of the realist theory of international relations. Londres: Verso, 1994.

TICKNER, A. B; WEAVER, O. International Relations Scholarship around the World. Abingdon, New York: Routledge, 2009.

TICKNER, A. B; BLANEY, D. L. Thinking International Relations Differently. Worlding Beyond the West. Routledge, eds. 2012.

VIGEVANI, T.; THOMAZ, L. F.; LEITE, L. Pós-Graduação em Relações Internacionais no Brasil: Anotações sobre sua institucionalização. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.31, n.91, 2016.

WANG, J.; BUZAN, B. The English and Chinese Schools of International Relations: Comparisons and Lessons. The Chinese Journal of International Politics, 1-14, 2014.



ARTIGOS - ARTICLES

História das Relações Internacionais do Brasil: uma aventura metodológica

Adilson Franceschini¹

Professor de Relações Internacionais e Administração
ceschiniaula@gmail.com

Como citar este artigo: FRANCESCHINI, Adilson. “História das Relações Internacionais do Brasil: uma aventura metodológica”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº10, pp. 111-126. 2020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa

Resumo: O campo de estudo da História das Relações Internacionais apresenta evolução e dinâmica próprias que precisam ser revisitadas. Nesse logo processo, podem ser observados a ascensão e o declínio da história nacionalista do século XIX, os fundamentos teóricos e os caminhos institucionais da hegemonização da *École des Annales* e, em uma dinâmica quase que paralela, as resistências para a formação e institucionalização da História das Relações Internacionais. Precursores desta última, Pierre Renouvin e Jean Baptiste Duroselle estabeleceram as bases do senso epistemológico da disciplina. No Brasil, Amado Cervo ampliou esses termos ao desenvolver ferramentas metodológicas para abordar e sustentar a inserção internacional brasileira de forma autônoma. Esses movimentos no tabuleiro do estudo e ensino das Relações Internacionais são importantes para que professores, pesquisadores, tomadores de decisão e estudantes não venham a reproduzir a cronologia dos eventos do Estado mascarada de História das Relações Internacionais.

Palavras-chave: Teoria da História das Relações Internacionais; Pierre Renouvin; Amado Cervo.

¹ Professor de Relações Internacionais e Administração; Doutor em História Social – USP - 2014; Mestre em Ciência Política – USP - 2003; Bacharel em Relações Internacionais – UnB – 1999; e, Graduado em Ciências Náuticas – EFOMM – RJ – 1991. Email: ceschiniaula@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0990324129712854>

History of International Relations in Brazil: a methodological adventure

Abstract: The field of study of the History of International Relations has its own evolution and dynamics that need to be revisited. In this long process, the rise and decline of nationalist history of nineteenth century, the theoretical foundations and the institutional paths of the hegemonization of *École des Annales* and, in an almost parallel dynamic, the resistance to the formation and institutionalization of the History of International Relations can be seen. Precursors of the latter, Pierre Renouvin and Jean Baptiste Duroselle laid the epistemological bases of discipline. In Brazil, Amado Cervo expanded these terms by developing methodological tools to approach and sustain Brazilian international insertion autonomously. These movements on the board of the study and teaching of International Relations are important so that teachers, researchers, decision makers and students do not come to reproduce the chronology of State events masked as History of International Relations.

Keywords: Theory of History of International Relations; Pierre Renouvin; Amado Cervo.

A formação do campo de estudo da História, com a sistematização de um conjunto de autores, obras, temas, referências a métodos e formas de abordagem, não pode passar despercebida por aqueles que assumem a responsabilidade de fazer, pesquisar e ensinar a História. Tal preocupação precisa ser o pano de fundo da atividade do historiador. De fato, é com alguma noção das dimensões que levaram à formação do seu campo de estudo que o historiador poderá pensar suas ações e consequências para os estudantes e para a sociedade em geral, à medida que a apreensão do seu discurso, seja na versão oral ou na versão escrita, implicará bases referenciais para as decisões futuras dos ouvintes e dos leitores. No campo da História das Relações Internacionais, essas considerações são definitivas para que seus operadores não caiam na armadilha ingênua de certas credulidades acerca da história política episódica, da cronologia dos eventos do Estado e de suas racionalidades, transformando a História das Relações Internacionais em um mero conjunto de fatos justapostos no tempo. Por tais razões, vale a pena lembrar sua origem e evolução.

No século XIX, os gêneros do fazer histórico eram diversos. Desde os tempos mais antigos, de Heródoto e Tucídides, crônicas, memórias, testemunhos, tratados, entre outros, compuseram o rol de fontes que serviram aos historiadores de base para seu ofício. Entretanto, apesar da diversidade de gêneros, era indubitável

que a narrativa dos acontecimentos políticos e militares tivesse grande proeminência, relatando a história dos líderes militares, dos reis, barões e aristocratas (BURKE, 1997, 1997, p. 17). Todavia, naquele século, as considerações acerca da história política ganharam outra dimensão, e até mesmo, outra natureza. A consolidação dos Estados e a organização de seus documentos em arquivos chamaram a atenção do historiador alemão Leopold von Ranke (1795-1886). Mesmo não sendo seu interesse *a priori* a narrativa política, suas observações acerca do documento como fonte da história e sua proposta de método impactaram as gerações de historiadores que se formavam em toda a Europa, conferindo ao documento o *status* de verdadeiro objeto da ciência histórica (BURKE, 1997, 1997, p. 18). Além do mais, o século XIX marcou o triunfo da ciência da natureza, revestida de objetividade, de método, reconhecido e aceito em sua prática, e, por conseguinte, por ser ciência, afastando qualquer forma de juízo moral sobre o objeto estudado. Daí decorreu o desejo dos historiadores de encontrar um objeto de análise sobre o qual pudessem exercer a prática histórica nos mesmos moldes das ciências naturais.

Assim, buscando realizar o desejo de fazer da história uma disciplina científica, tal qual as ciências da natureza, ou seja, apontando um objeto de estudo externo ao sujeito, os historiadores daquela época deram notoriedade ao documento. Todavia, na construção e adoção de procedimentos metodológicos, mergulharam em um empreendimento de aprimoramento e, sobretudo, de apologia das narrativas acerca do Estado e da política. Dessa forma, o resultado da ascensão do documento como objeto da história implicou a marginalização de práticas historiográficas que não tinham por fundamento as narrativas extraídas da interpretação daquela fonte. Em outras palavras, com o tempo, deu-se o alijamento das formas de história não política pelo fato de não atenderem às supostas exigências científicas.

No âmbito desse processo, as revistas de produção histórica na Europa foram inundadas pelo tema do Estado. É o caso das revistas na Inglaterra e na França, cujas publicações, ao final do século XIX, concentravam-se na história dos eventos políticos. A *English Historical Review*, por exemplo, em seu primeiro volume, lançado em 1886, apresentou prefácio que não deixava dúvida quanto ao seu conteúdo: política e Estado (BURKE, 1997, 1997, p. 18). O mesmo deve ser comentado da francesa *Revue Historique*, lançada em 1876, que, ao mesmo tempo, participando das disputas políticas entre monarquistas e republicanos, fazia não só a

apologia destes, mas, ainda, propunha-se a desenvolver “uma ‘ciência positiva’ para escapar do subjetivismo” (DOSSE, 2003, pp. 58 e 59).

Esse longo processo do século XIX não pode ser explicado sem levar em conta a profissionalização do historiador. Como efeito direto da Revolução Francesa, a institucionalização da educação pública e gratuita demandava historiadores, pesquisadores e professores, os primeiros para criar os compêndios de história da França e os segundos para ensiná-la aos jovens. O financiador de tal empreendimento era o próprio Estado francês. “No século XIX, o Estado facilita as pesquisas ao financiar numerosas instituições históricas. Assim, aumenta o número de historiadores remunerados, funcionários do Estado” (DOSSE, 2003, p. 57). O historiador Charles Carbonell (1930-2013) foi mais enfático quanto a esse processo: “o próprio Estado torna-se historiador” (CARBONELL *apud* DOSSE, 2003, p. 57).

No que diz respeito às preocupações entre nacionalismo e Estado, vale a pena registrar o papel do historiador na arquitetura da imbricação desses dois fenômenos, pois teve como missão cívica

[...] reconciliar a nação, superar as clivagens nascidas da Revolução de 1789 para legitimá-la e instituí-la como fundadora de tempos novos, aliás, tempos esses em que as contradições, os conflitos desaparecem por detrás da concretização das aspirações do povo reunificado (DOSSE, 2003, p. 57).

Assim, à medida que o objeto histórico foi ganhando seu contorno e definição, alavancado pelas demandas do próprio Estado na construção de suas representações e simbologias nacionais, fez-se necessário, então, um método, ou seja, a descrição pormenorizada dos procedimentos a serem adotados ao abordar o documento. No caso da França, a idealização do método como elemento credenciador da prática científica foi concebida pelos historiadores Charles Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942) que, em 1898, redigiram o manual *Introduction aux études historique*, cujo conteúdo não só foi difundido e amplamente recebido pelas escolas francesas, mas também o levou a se tornar o “texto-manifesto da escola metódica”, transformando a história em ferramenta de “instrução cívica” (DOSSE, 2003, p. 62). As impressões do próprio Seignobos acerca do evento político permitem entender a função patriótica do ensino da história, o qual se tornará perigosamente proeminente no amanhecer do século XX: “os acontecimentos são bons instrumentos da educação cívica, instrumentos mais eficazes do que o estudo das instituições” (SEIGNOBOS *apud* DOSSE, 2003, p. 62). Logo se vê que história política,

identidade nacional, interesse do Estado são fenômenos que foram caminhando *pari passu* com a formação da história como campo de estudo, e que deram os parâmetros para a constituição dos sentimentos e das mentalidades nacionais.

Entretanto, a função cívica da história só teria de fato seu papel definido e alcançado adequadamente, se tivesse um manual a ser utilizado pelos professores na educação das vindouras gerações de alunos. Um manual em que fossem tratadas as glórias nacionais, o papel dos soldados, o derramamento do sangue patriótico na construção das instituições francesas, ou seja, os itens que deveriam ser devidamente ensinados para os alunos, futuros soldados cidadãos. Tal empreendimento foi realizado pelo historiador Ernest Lavisse (1842-1922), refletindo em grande medida seu desgosto pelos resultados da Guerra Franco-Prussiana (DOSSE, 2003, p. 64). Seus livros, *Histoire de France* e sua versão reduzida, *Petit Lavisse*, redigidos nos primeiros anos do século XX, eram carregados de apologia e de sentimento cívico-nacional, comprovados no prefácio de sua última edição, onde Lavisse informa o leitor do papel da história na construção do espírito nacional.

Se o aluno não carregar consigo a lembrança viva de nossas glórias nacionais, se não souber que seus ancestrais combateram em mil campos de batalhas por causas nobres; se não aprender que custou sangue e esforços fazer a unidade de nossa pátria e em seguida resgatar do caos nossas instituições envelhecidas, as leis que nos fizeram livre; se ele não se tornar o cidadão compenetrado de seus deveres e o soldado que ama seu fuzil, o professor primário terá perdido seu tempo (LAVISSE apud DOSSE, 2003, p. 64).

Não há dúvida de que os termos e procedimentos para a edificação da atmosfera intelectual, do contexto das ideias, a partir da qual decorrerão as referências discursivas para o plano das ações concretas, foram desenvolvidos dentro de um clima de sentimento cívico-patriótico. Primeiro foram as revistas, em seguida, o método e os protocolos de pesquisa, e, na etapa final, gloriosamente, vieram os manuais de ensino. Dessa forma, cada vez mais, pesquisadores e professores de história se inclinaram para a história política, baseada na narrativa de eventos cuja cronologia é representação idealizada da evolução e triunfo do Estado-nação. Os apontamentos de François Dosse acerca desse período do fazer a história advertem para suas consequências. “*Sob a grande quantidade de arquivos do historiador, a bandeira tricolor. A história do fim do século XIX e do início do século XX serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*” (DOSSE, 2003, p. 60). Visivelmente, o autor sugere que o

desenvolvimento da “*ciência histórica*”, nacionalista, documental e cronológica, ocupou dimensão importante na causação da Primeira Guerra Mundial.

Diante de tais constatações, vale a pena pensar as palavras de Robert Cox (1926-2018), ao dizer que “*theory is always for someone and for some purpose*” (COX, 1981, p.128). Algumas vezes o propósito da teoria pode ser desconhecido e incerto, só sendo percebido e notado adequadamente *ex post*, ou seja, depois que os efeitos do conjunto de recursos lexicais dessa teoria, muito bem disseminados entre professores, pesquisadores, homens de Estado, estudantes e pessoas em geral, alcançaram efetivamente a sua ocorrência, alterando drasticamente o curso da vida, para o bem ou para o mal. É o caso do positivismo nacionalista por trás da história política e metódica na Europa do século XIX. Embora seus operadores pensassem estar fazendo ciência propriamente, desenvolvendo reflexões que, em seu juízo, ajudariam as pessoas e os governantes a tomarem as decisões corretas para o bem geral da nação, seus efeitos foram devastadores no início do século XX. A situação vivida durante e depois da Primeira Guerra Mundial levou alguns historiadores, ao sentirem na própria pele suas consequências, a buscarem formas de superar a prática historiográfica dominante.

Entretanto, a teoria enquanto ideia, espaiada nas mentalidades, não é imediatamente abandonada, apesar dos seus efeitos sombrios. Na verdade, o plano das mentalidades e das identidades tem sua própria historicidade quando cotejado com o plano das experiências. A crença ingênua na expressão da ciência declina da obrigação de autocrítica, mergulhando na ilusão da verdade científica. A assunção da verdade ilude o crédulo, imputando o equívoco no objeto e não no sujeito. Este, ou seguro de haver encontrado a verdade e a forma válida de argumentar, ou pela necessidade de subsistir materialmente a partir da atividade de pesquisador e professor, ou, ainda, em função dos limites etimológicos estabelecidos pelos conceitos, mantém a prática em uma reprodução mecânica, e, assim, os procedimentos e os padrões comportamentais perduram, apesar dos resultados danosos na experiência vivida.

Dessa forma, a narrativa da política nacional, a história episódica, persistiria mesmo no pós-Primeira Guerra. De maneira que, na primeira metade dos anos vinte, dois terços dos artigos da *Revue Historique* ainda enfocavam temas ligados ao “*biográfico, político ou militar*”, dos quais grande maioria tratava da história da França.

Situação que persistirá até o início dos anos 30, evidenciando de “*maneira caricatural o culto dos ídolos que François Simiand questiona*” (DOSSE, 2003, p. 61).

François Simiand (1873-1935), em livro publicado em 1903, *Méthode historique et science sociale: étude critique d'après les ouvrages récents de M. Lacombe et M. Seignobos*, teceu crítica ao culto dos três ídolos - político, individual e cronológico – que fora professado pelos historiadores da história cívico-nacional. O ídolo político implicava a predominância dos fatos políticos e a preocupação com as guerras, dando-lhes verdadeira precedência ontológica (SIMIAND, 2003, p. 111). Quanto ao segundo, dizia respeito à assunção de que a organização e a condução das pesquisas enfatizavam fatos ligados a uma personalidade particular, marginalizando o papel das instituições e dos fenômenos coletivos. (SIMIAND, 2003, p. 112). Por fim, o ídolo cronológico tratava de que, perdidos na busca das origens, os historiadores cientistas concebiam a história como um relato sequencial ininterrupto (SIMIAND, 2003, pp. 113 e 114).

É exatamente a partir de tais críticas, ao político, ao factual e ao cronológico, que dois historiadores franceses, Lucien Febvre (1878-1956) e Marc Bloch (1886-1944), promoveram uma verdadeira revolução na historiografia, ao abandonar a narrativa política e focar sua atenção nos eventos coletivos, sociais e econômicos. Foi na cidade de Estrasburgo, capital da Alsácia, reconquistada na Primeira Guerra Mundial, que os dois historiadores, ao longo da década de 1920, desenvolveram um trabalho que propiciaria novos rumos para a historiografia francesa e mundial. Ambos haviam sido designados para assumir postos na Universidade de Estrasburgo, alçada, então, em função da sua geografia, a uma condição estratégica pelo governo francês (DOSSE, 2003, p. 72). Em grande medida, a cidade já guardava atmosfera dual devido às várias escaramuças entre França e Alemanha e às consequências sofridas em decorrência delas. Atmosfera que pode muito bem ser representada pelo Monumento aos Mortos, localizado na Praça da República, onde se vê a escultura de uma mãe alsaciana, cujos braços sustentam dois filhos mortos, um lutando pela França e outro pela Alemanha. Imersos nesse clima, Bloch e Febvre, ocupando salas contíguas, tiveram encontros diários, compartilhando suas preocupações com a escrita da história, e não só entre eles, mas também com professores de outras áreas, psicologia e sociologia, por exemplo (BURKE, 1997, p. 27).

Naquele ambiente repleto de preocupação acerca dos limites da narrativa histórica, entre trocas de ideias e propostas metodológicas para efetivação de pesquisa interdisciplinar, ocorreu a descompartmentalização política da história. Os trabalhos de Bloch, *Os Reis Taumaturgos*, de 1924, e de Febvre, *A religião de Rabelais*, que seria publicado em 1942, foram produtos de tais preocupações. Ambos tratam de fenômenos sociais de representação coletiva, fenômenos que foram designados como psicologia coletiva e psicologia histórica, respectivamente por Bloch e Febvre (BURKE, 1997, p. 31). Além disso, suas concepções de pesquisa histórica não se limitavam às abordagens decorrentes da periodização das narrativas convencionais. As datas, os reis e os governos passam, e as representações coletivas duram no tempo. Em outras palavras, as manifestações da ordem política apresentam existência efêmera diante da perenidade das mentalidades e identidade sociais.

Portanto, visando a superação dos parâmetros da periodização da história política, estabeleceram questionamentos diante do delineamento do tempo, surgindo assim a percepção da longa duração. Ademais, a preocupação centrada em fenômenos coletivos propiciou a relevância do mundo da economia e do social, os quais haviam sido aliados da história metódica do período anterior. Decorrente dessa nova concepção historiográfica, em janeiro de 1929, foi lançada a revista que acolheria a produção intelectual do grupo, cujo nome tem servido para designá-lo até as discussões do presente: *Annales d'histoire économique et sociale*. A grande diferença desse novo modo de fazer história consistiu em elaborá-la a partir de um problema propriamente, uma questão social, um aspecto coletivo, e que pode envolver condicionantes estruturais, ou seja, forças coletivas que não se reduzem à cronologia dos fatos. Por essa razão, apresentam um plano temporal próprio, contínuo e durável. Os fatos passam e essas forças coletivas permanecem. Logo, não mais o factual, o episódico, o *événementielle*, como fora designado por Simiand, não mais o político, mas o estrutural, o social, o econômico, enfim, o coletivo.

Nos anos 30, a dupla deixou Estrasburgo a caminho de Paris. Ambos assumiriam postos de relevância na vida intelectual e acadêmica da França (BURKE, 1997, p. 37). A Segunda Guerra levou Marc Bloch. Entretanto, após o seu desfecho, Lucien Febvre alcançou de fato o poder, transformando os *Annales* na visão hegemônica da escrita da história, ao participar da reorganização da *École Pratique des Hautes Études*, e se tornando o representante francês junto à UNESCO. Nesta, assumiu a responsabilidade de organização de uma coleção sobre a História Cultural

e Científica da Humanidade (BURKE, 1997, 42). De um grupo marginal e herético, os *Annales* transformaram-se em uma verdadeira igreja ortodoxa cuja extensão é marcada por importância não alcançada pelo grupo anterior.

Herdeiro do legado de Febvre, Fernand Braudel (1902-1985) foi o responsável não só pela consolidação da hegemonia dos *Annales*, mas também pela marginalização de outras correntes que também contribuíram para a discussão historiográfica. No momento de criação dos *Annales*, em 1929, Braudel tinha vinte e sete anos e trabalhava, desde 1923, como professor em uma escola na Argélia, onde ficou até 1932, quando veio para o Brasil a fim de lecionar na Universidade de São Paulo, retornando, então, em 1937 (BURKE, 1997, p. 46).

Objetivando dar tratamento precedente ao contexto em que se encontram os indivíduos, Braudel torna-os insignificantes. “*A história dos eventos, ele sugere, embora ‘rica em interesse humano’, é também a mais superficial*” (BURKE, 1997, p. 47). Para Braudel, fazia-se necessário tomar consciência da pluralidade de tempos que deveriam ser percebidos pelo historiador. “*Quer se trate do passado, quer da atualidade, uma consciência nítida desta pluralidade do tempo social é indispensável a uma metodologia comum das ciências do homem*” (BRAUDEL, 1965, p. 263).

Portanto, Braudel chamava a atenção para uma perspectiva que levasse em conta temporalidades distintas. A factual, a cíclica e, sobretudo, a longa duração, quase imutável, de ritmos lentos e profundos em que se dilui e se dispersa o fato político. No plano da longa duração, a história torna-se despolitizada, no sentido em que se dissipa a iniciativa dos homens de Estado. O tempo breve, para ele, que trata do cotidiano, é o tempo das ilusões, “*do jornalista*” e das “*rápidas tomadas de consciência*” (BRAUDEL, 1965, p. 264).

Depois de dez anos, desde que havia conhecido Lucien Febvre, Fernand Braudel assumiu, em 1947, a direção da Revista dos *Annales*. Um novo nome já vigorava, desde o ano anterior, com a seguinte designação: *Annales: économies, sociétés, civilisations* (DOSSE, 2003, p. 151). No pós-Segunda Guerra, fundos de instituições americanas iriam financiar programas de pesquisa gerenciados por Febvre e Braudel. Com a reorganização institucional da academia francesa, ocorreu a profusão de campos de estudo que passaram a ser designados como ciências. Assim, os *Annales* tiveram a oportunidade de se institucionalizarem, projetando-se via criação de universidades, escolas superiores e seus departamentos, programas de bolsa e fundos de pesquisa (DOSSE, 2003, p. 194).

Entretanto, nesse processo, não poderiam deixar de ocorrer, por um lado, relações e vínculos de lealdade, e, por outro, antipatias, rejeição e desprezo. Na dinâmica da superação da condição herética, passando para a posição hegemônica, o grupo dos *Annales* acabou por deixar de lado alguns processos em curso no âmbito da crítica do fazer a história. A interdisciplinaridade primordialmente proposta pelos *Annales* foi perdida ao longo da sua ascensão e não abriu espaço e oportunidade para outras formas de questionamento e empreendimento historiográficos. Dentro desse quadro, importante para o estudo das relações internacionais, um caso que deve ser lembrado diz respeito às reflexões da filosofia crítica de Raymond Aron (1905-1983) acerca do conhecimento histórico, as quais foram marginalizadas, ainda nos anos de 1930, por parte dos autores dos *Annales*, (BAVEREZ, 2006, p. 173). Posteriormente, no pós-Segunda Guerra, dentro da produção da história envolvendo as questões internacionais, houve, da parte de Braudel, o despreço deliberado do enfoque historiográfico de Pierre Renouvin (1893-1974), que viria a ser reconhecidamente o fundador da História das Relações Internacionais (FRANK, 2003, p. 43).

Renouvin foi verdadeiramente um sobrevivente da Primeira Guerra Mundial, testemunhando, juntamente com aqueles de sua geração, o declínio da Europa nas questões mundiais. Sem sombra de dúvida, para ele importava em tais questões o papel das mentalidades, dos sentimentos de diferenciação em relação ao outro, e que parametrizavam o espectro de opções no campo da política exterior. De forma que propunha e experimentava novas explicações, novas causalizações, as quais fundaram a História das Relações Internacionais (SARAIVA, 1997, p. 19). Portanto, Renouvin advogava outra dimensão de crítica aos limites da história tradicional, a qual, estando alicerçada nas ações das chancelarias, conformava as narrativas de uma história diplomática com perfil cívico e patriótico e que “*fora insuficiente para explicar as catástrofes do século XX, as relações entre a guerra e a paz e o diálogo dos homens de Estado com a sociedade nas relações internacionais*” (SARAIVA, 1997, p. 21).

Diante desse tipo de história, decorrente de modelos historiográficos desenvolvidos no século XIX, Renouvin sustentava que “*para compreender a ação diplomática, é preciso procurar penetrar as influências que lhe orienta o curso*” (RENOUVIN & DUROSELLE, p. 6. 1967). Para ele, “*as relações entre os governos cessam de ser o centro de interesse; aquilo que importa é a história das relações entre os povos*” (RENOUVIN apud FRANK, 2003, pp. 42 e 43). Entretanto, não desconhecia o papel do Estado nas explicações das questões internacionais, mas defendia que a exclusividade dessa

abordagem não permitia o desenvolvimento de considerações acerca das “*relações estabelecidas entre os povos e entre os indivíduos*” e suas “*manifestações de simpatias ou de antipatias*” (RENOUVIN & DUROSELLE, 1967, p. 5). Indubitavelmente, sua inspiração girava em torno da prática historiográfica dos *Annales*. Contudo, suas preocupações tinham por centralidade não necessariamente as questões de ordem econômica e ordem social, como haviam sido desenvolvidas por Bloch e Febvre, em que os elementos da ordem política tinham sido intencionalmente rejeitados. A perspectiva de Renouvin levava em conta as questões direcionadas ao campo da política como produto da influência das mentalidades, sobretudo nas decisões que correspondiam aos fenômenos internacionais. (FRANK, 2003, pp. 43 e 44).

Todavia, em seu primeiro livro, *Les origines immédiates de la guerre*, de 1925, Pierre Renouvin redigiu um trabalho bem diverso das bases que pensaria nos anos de 1930 e, posteriormente, assumiria como uma nova forma de explicação para História das Relações Internacionais (PROST, 2013). Mas o título já deixava transparecer sua preocupação em termos do recorte temporal. Ora, se há origens imediatas, é porque também há origens mais profundas.

A principal contribuição teórica de Renouvin para o entendimento da História das Relações Internacionais pode ser encontrada em seu livro de 1934, *La crise européenne et la Première Guerre mondiale*. Trata-se da expressão “*forças profundas*”, com a qual intentava caracterizar um aspecto da mentalidade coletiva na causação da Primeira Guerra, representado pelo sentimento nacional (FRANK, 2003, p. 43). Posteriormente, em 1964, apontou com mais detalhes, em *Introduction à l'Histoire de Relations Internationales*, a definição da expressão, ao dizer que no estudo das forças profundas, embora de difícil responsabilidade, não se pode declinar de avaliar criticamente o impacto das “*formas do sentimento nacional ou as relações entre o nacionalismo e o sentimento religioso*” (RENOUVIN & DUROSELLE, p. 8, 1967). Nesse empreendimento, contou com o auxílio inestimável de Jean Baptiste Duroselle (1917-1994), cuja vivência nos estudos americanos acerca do processo decisório trouxe sensibilidade para o papel do homem de estado e suas escolhas (FRANK, 2003, p. 43).

Renouvin e Duroselle, por questões pessoais e institucionais, afastaram-se do grupo dos *Annales*. Embora as relações entre Renouvin e Braudel fossem muitas vezes pautadas por vaidades pessoais, aquele não deixou de reconhecer os avanços da visão da história baseada nos fenômenos coletivos, na psicologia histórica e nas

mentalidades. Todavia, não se dispôs, juntamente com Duroselle, a recusar o papel do homem nas decisões que concernem ao mundo da política, o qual havia sido profundamente marginalizado tanto por Bloch e Febvre quanto por Braudel (FRANK, 2003, p. 43).

Indubitavelmente, as reflexões de Renouvin e Duroselle chegaram ao Brasil pelas mãos do Professor Amado Luiz Cervo. Preocupado com a ascendência das visões anglo-saxãs sobre as formas de análise, estudo e ensino das relações internacionais no Brasil, as quais ainda reverberam visões majoritariamente dentro desse viés, Amado Cervo entrincheirou-se epistemologicamente, fazendo uso, em um verdadeiro sentido antropofágico oswaldiano, do enfoque dos dois professores franceses de História das Relações Internacionais. É visível, na diversidade de seus trabalhos, a defesa e a utilização de conceitos que remetem à ideia de forças profundas, ou seja, mentalidades e sentimentos de coletividade que se impõem às decisões tomadas no âmbito do processo decisório da política exterior brasileira.

Nas páginas introdutórias do seu livro de 1981, *Parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)*, é possível observar essa influência ao deixar claro que, em seu desenvolvimento, foi evitada “a reconstrução factual da História das relações exteriores do Brasil”, e ainda teve como objetivo “desmistificar o personalismo das decisões e fatos históricos em regime representativo” (CERVO, 1981). Ao apresentar consideração dessa envergadura, ou seja, com a obrigação de afastar a cronologia dos eventos e a dimensão da voluntariedade nas decisões dos indivíduos, parece razoável notar que sua inquietação gira em torno de não só fazer uma história distinta da história episódica, mas também pensar os condicionantes das decisões de política exterior, em conjugação, por conseguinte, com as visões de Renouvin.

Suas preocupações de ordem metodológica com a História das Relações Internacionais do Brasil estão presentes no livro *O desafio internacional*, de 1994, cuja organização coube ao próprio Amado Cervo. Em seu primeiro capítulo, aponta que as relações internacionais do Brasil, quando são pensadas em termos de “bases conceituais ou explicativas”, foram movidas por um “pensamento sem teoria”. Porém, reconhece que o “pensamento brasileiro acerca das relações internacionais” teve em sua composição algumas vertentes distintas: intelectuais, meio político e diplomático, entre outros (CERVO, 1994, p. 17). É interessante observar quem, ao longo do texto, Cervo explora a caracterização da formação das referências no plano das ideias para esses grupos. Autonomia, nacionalismo e desenvolvimento foram compondo o

conjunto de termos que deram os parâmetros para as decisões ligadas ao campo externo brasileiro. Pensamento sem teoria, é verdade, porém, coberto pelas forças mentais que regem os condicionantes analíticos e decisórios.

Em um de seus livros indubitavelmente mais celebrados, *História da política exterior do Brasil*, de 1992, cuja autoria foi compartilhada com o Professor Clodoaldo Bueno, as primeiras páginas deixam clara a influência sobre o trabalho.

O historiador transita, constantemente, das condições objetivas, estabelecidas pelas forças profundas, aos fins da política, passando pela análise das decisões de Estado [...]. Com efeito, é no processo decisório que se digere a causalidade histórica (CERVO & BUENO, 1992, p. 10).

Não há dúvida de que estão declaradamente presentes nessa obra, que tem sido proficuamente usada tanto no ensino como no estudo da História das Relações Internacionais do Brasil, a concepção de forças profundas e sua relação causal com o processo decisório.

Mas a análise, perscrutando sentimentos e referências coletivas que influenciaram os tomadores de decisão no campo das relações internacionais do Brasil, não esgota a condição do intelectual engajado. De forma que, consciente do papel das referências conceituais e teóricas que alimentam os parâmetros das mentalidades, ou seja, da relação de causalidade entre forças profundas e processos de decisão, Cervo, em *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*, livro de 2008, propõe, ao que parece, senão construir, pelo menos sistematizar, o arcabouço conceitual a fim de estabelecer as referências determinantes não só para o estudo e o ensino da História das Relações Internacionais do Brasil, mas, sobretudo, para aqueles que participam do processo decisório. Dessa maneira, elabora os recursos lexicais necessários para condicionar um modelo próprio e autônomo de atuação brasileira no plano internacional.

As relações internacionais compreendem três categorias de agentes: a diplomacia, o governo com sua política e a sociedade com suas forças. Esses agentes das relações internacionais se relacionam entre si de forma a se poder vislumbrar um esquema de influências recíprocas (CERVO, 2008, p. 11).

Ao longo do desenvolvimento do estudo das relações internacionais, a disciplina que tem por foco o objeto histórico ganhou mudanças epistemológicas significativas, as quais demandaram a revisão de sua nomenclatura. A partir da

História da Diplomacia, assentada nas ações das chancelarias, passando pela História da Política Exterior que adiciona a atuação de outros agentes públicos, chega-se então à História das Relações Internacionais a qual recepciona os três agentes sociais fundamentais apresentados por Amado Cervo. É claro que a História Diplomática tem seguido seu próprio curso pelo fato, sobretudo, de que a abertura dos arquivos de guerra tem permitido analisar as *“atividades dos Estados e dos governos, incorporando novas problemáticas e recursos documentais”* (SANTOS, 2005, p. 14). Entretanto, a História das Relações Internacionais coexiste com um aspecto relativamente novo do estudo das relações internacionais, ou seja, a questão da cultura e das ideias. Aqui, cabe destacar que *“no nível mais fundamental, ideias dizem respeito ao universo de possibilidades de agir”* (MARTINS, 2007, p. 15). Logo, da constatação de que as ideias constituem elemento importante para a composição das referências ligadas às mentalidades, tanto dos tomadores de decisão, como dos intelectuais e da opinião pública, Amado Cervo propõe, então, os fundamentos que servirão de base para não só a apropriação discursiva, mas também, para ação concreta da inserção internacional brasileira. Não há como deixar de notar, mesmo que de forma especulativa, que Amado Cervo elaborou aspectos basilares que, inclusive, já foram integrados às forças profundas e, portanto, já marcam, e ainda marcarão, as causalidades das relações internacionais do Brasil. Declaradamente, para ele não basta ser uma testemunha de gabinete, é preciso participar de alguma forma. Vê-se, portanto, que abandonou a mera condição de espectador e analista, e assumiu o engajamento intelectual, próprio da coragem dos grandes mestres.

Em uma visão incauta e superficial, poder-se-ia pensar que o engajamento e a defesa dos alicerces conceituais de um modelo de inserção internacional autônoma estejam retomando, em alguma dimensão, as noções de história cívica e política do século XIX. Todavia, é preciso ter prudência e algum grau de meticulosidade, pois é observável que as condições de análise, entendimento e suporte teórico são evidentemente distintas. Logo, os propósitos são diametralmente diferentes. Se, no século XIX, o interesse nacional representava o interesse do Estado, em termos dos seus operadores, burocratas e diplomatas, no século XXI, Amado Cervo propõe concepção nacional de caráter societário, em que as forças que envolvem a atuação internacional se fundam na diversidade da sociedade brasileira. Mais diretamente, pode-se dizer que navega das relações internacionais interestatais para as relações internacionais intersociais.

Se, por um lado, há patente conexão entre a postura epistemológica e ontológica de Amado Cervo e a visão de Pierre Renouvin, o que indica, por conseguinte, evitar a história política factual e intentar abarcar as correlações causais no plano das ideias, por outro, ao verificar a profusão dos cursos de Relações Internacionais no Brasil, a evolução da historiografia no campo, tão importante para subsidiar o entendimento e o ensino das ações brasileiras no sistema internacional, tem sido deixada de lado ou mitigada. Professores advogados, filósofos, geógrafos, politólogos, economistas e mesmo bacharéis em Relações Internacionais, desconhecendo a história da História das Relações Internacionais, sua origem e dinâmica, suas influências, mentalidades e resistências, inadvertidamente assumem a narrativa política, factual e cronológica, e acabam por cair na armadilha do interesse nacional do Estado monolítico. Contudo, esse cenário aos poucos vai se alterando à medida que as concepções renouvianas introduzidas por Amado Cervo vão ganhando capilaridade e sustentando os embates metodológicos da disciplina.

Referências

- BAVEREZ, N. (2006). Raymond Aron: un moraliste au temps des idéologies. Paris: Éditions Perrin.
- BRAUDEL, F. (1965). História e Ciências Sociais: a longa duração. Revista de História, Vol. XXX, nº 62, Abril-Junho, Ano XVI.
- BURKE, P. (1997). A Escola dos Annales (1929 – 1989): a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- CERVO, A. L. (2008). Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros: São Paulo: Saraiva.
- CERVO, A. L. (Org.). (1994). O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- CERVO, A. L.; BUENO, C. (1992). História da política exterior do Brasil. São Paulo: Editora Ática.
- CERVO, A. L. (1981). O Parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889). Brasília: Ed. da Universidade de Brasília.
- COX, R. W. (1981). Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. Millennium – Journal of International Studies; 10; 126.
- DOSSE, F. (2003). A História em Migalhas: dos Annales à nova história. Bauru: Edusc.

DUROSELLE, J. B. (2000). *Todo império perecerá: teoria das relações internacionais*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

FRANK, R. (2003). 'Penser historiquement les relations internationales' in *Annuaire français de relations internationales*, Vol. IV, pp. 42-65. Bruxelles: Bruylant. Disponível em: <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/FD001267.pdf>. Acessado: 04/09/2012.

MARTINS, E. de R. (2007). *Cultura e poder*. 2ª ed. rev. e at. São Paulo: Saraiva.

RENOUVIN, P. ; DUROSELLE, J. B. (1967). *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

SANTOS, N. B. dos. (2005). *História das Relações Internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área*. História, São Paulo, Vol. 24, nº 1, pp. 11-39.

SARAIVA, J. F. S. (Org.). (1997). *Relações internacionais contemporâneas: da construção do mundo liberal à globalização*. Brasília: Paralelo 15.

SIMIAND, F. (2003). *Método histórico e ciência social*. Bauru: Edusc.

VIGEZZI, B. (2000). 'Teóricos' e 'historiadores' das relações internacionais *in* DUROSELLE, J. B. *Todo império perecerá: teoria das relações internacionais*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

PROST, A. (2013). *1925: Renouvin et les origines de la première guerre mondiale*. Disponível em: https://www.lemonde.fr/livres/article/2013/11/04/1925-renouvin-et-les-origines-de-la-premiere-guerre-mondiale_3507594_3260.html. Acessado em: 18/07/2020.



ARTIGOS - ARTICLES

Ser historiador das relações internacionais.
Diálogos com as escolas francesa e italiana¹

Alexandre Moreli²
Universidade de São Paulo
alexandre.moreli@usp.br

Carlo Patti³
Universidade Federal de Goiás
carlo.patti@ufg.br

Como citar este artigo: MORELI, Alexandre; PATTI, C.. "Ser historiador das relações internacionais. Diálogos com as escolas francesa e italiana", *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº10, pp. 127-139. 2020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa:

Resumo: O percurso do professor Amado Cervo alinha-se à construção de um perfil internacionalizado, que experimentou diversas colaborações e alimentou múltiplas influências. Pretendemos, neste texto, lembrar essas circulações e apropriações evocando duas tradições historiográficas caras ao professor Cervo: a francesa e a italiana. Buscamos, assim, mapear uma tradição partilhada de pesquisa sobre a história das relações internacionais, apresentando brevemente aos leitores o estado da arte hoje resultante.

Palavras-chave: Historiografia; História das Relações Internacionais; Amado Cervo; René Girault; Brunello Vigezzi

A Historian of International Relations. Dialogues with the French and the Italian Schools

¹ As contribuições a este texto dividem-se entre a responsabilidade de Alexandre Moreli pela parte introdutória e a d' "A escola francesa" e de Carlo Patti pela parte d' "A escola italiana" e da conclusão.

² Alexandre Moreli é Professor do IRI/USP e Vice-Diretor da Biblioteca Brasileira/USP. Moreli é também coordenador do Labmundi (Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundo/USP), da Área Temática "História das Relações Internacionais e da Política Externa", da ABRI, e possui doutorado pelo *Institut Pierre Renouvin* da *Université Paris I - Panthéon-Sorbonne*. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7215-8566>. Email: alexandre.moreli@usp.br

³ Carlo Patti é Professor de Relações Internacionais da Universidade Federal de Goiás e Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na mesma instituição. Patti é doutor em História das Relações Internacionais pela *Università di Firenze*. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3265-8686>. Email: carlo.patti@ufg.br

Abstract: Professor Amado Cervo international experience was built on many collaborations, resulting in a diffused influence. In this text, we intend to remember these circulations and appropriations, evoking two important historiographical traditions to Professor Cervo: the French and the Italian. We thus seek to map a shared tradition on the history of international relations, briefly presenting readers with the state of the art resulting today.

Keywords: Historiography; History of International Relations; Amado Cervo; René Girault; Brunello Viguzzi.

“Ser historiador das relações internacionais”. Assim se intitula o livro reunindo diversos textos do historiador francês René Girault publicado em 1998 (GIRAULT, 1998). Organizado por seus discípulos, tratou-se tanto de uma homenagem quanto de um manifesto: não bastaria apenas “o fazer” para que alguém fosse reconhecido como um historiador das relações internacionais; “ser” demandava o ato contínuo de problematizar, como um abalizado historiador deve fazer, e uma permanente reflexão sobre a validade e os métodos que formam a disciplina e que indagam o objeto de pesquisa. O percurso do professor Amado Cervo, saudado neste volume especial, alinha-se à construção de tal perfil, mas também à própria trajetória de Girault e seus discípulos, colegas e mentores. Pretendemos, nestas curtas linhas, relembrar esses paralelismos evocando duas tradições historiográficas caras ao professor Cervo: a francesa e a italiana. Nosso propósito é demonstrar o quão árduo, muitas vezes conturbado, pode ser um trabalho pioneiro, de afirmação de um campo disciplinar, como Girault experimentou ao lutar pela sedimentação da história das relações internacionais na França, assim como Cervo aqui no Brasil ou ainda Brunello Viguzzi e Ennio Di Nolfo na Itália. Girault, Cervo, Viguzzi e Di Nolfo foram todos contemporâneos e colegas; todos experimentaram e alimentaram transferências metodológicas e a circulação de problemas de pesquisa entre seus grupos (CERVO, 2017, p. 25). Entender seus legados de forma combinada é entender a própria evolução do campo entre o Brasil e a Europa. Um objetivo derradeiro deste texto, por conseguinte, será o de mapear uma tradição partilhada de pesquisa sobre a história das relações internacionais, que esses nomes ajudaram a construir, apresentando brevemente aos leitores o estado da arte hoje resultante.

Sem menosprezar a importância da empiria, tão cara para tais pesquisadores, este texto se constrói tendo como referência a entrevista de história oral que o professor Cervo concedeu ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas em 2017, bem como se apoia em importantes obras de síntese sobre os celeiros acadêmicos francês e italiano, verdadeiros documentos historiográficos sobre o campo e que revelam inspirações e influências.

A escola francesa

Em seu último seminário na Sorbonne antes da aposentadoria, em 1994, René Girault lembrou seu itinerário como historiador. A consolidada carreira que ali palestrava, observou ele, teve um início pouco evidente nas décadas de 1950 e 1960, quando era instigada pelo contexto em que a sociedade francesa se inseria no mundo naquele momento, mas também ameaçada pela tradição historiográfica que se praticava então. Nesse período, a História Econômica e a História Social conheciam o apogeu na França, mantendo sob descrédito a História Política. Entretanto, a publicação de *Paix et Guerre entre les Nations*, de Raymond Aron, em 1962, projetava para a vanguarda da disciplina mais do que a própria obra. Tratava-se de um lembrete, à academia, de que se vivia um tempo clamando por um melhor entendimento de para onde a França *gaullienne* rumava no novo mundo da *détente*. Girault encontrava-se, nesse momento, em pleno desenvolvimento de seus estudos doutorais, representando a primeira verdadeira geração de historiadores das relações internacionais no país (que contava também com nomes como Pierre Guillen, Raymond Poidevin, Jacques Thobie e Pierre Milza), embora seu mestre Pierre Renouvin, desde os anos 1930, já estivesse reformando profundamente a velha História Diplomática.

Ainda que seus passos não tivessem se cruzado nesses anos, o professor Cervo, benjamim dessa geração, também fazia seus estudos pelas terras francesas de Girault. Em 1964, o brasileiro iniciava sua formação superior em Estrasburgo, retornando ao Brasil com o doutorado já no início da década de 1970. Ao lado de contemporâneos como Gerson Moura, Moniz Bandeira e Ricardo Seintenfus, Cervo então constituía a geração pioneira deste lado do Atlântico, sobretudo quanto às empreitadas institucionais; sua presença seria fundamental no desenvolvimento dos estudos sobre relações

internacionais na Universidade de Brasília, impulsionando a academia brasileira a igualar o ensino, a reflexão, mas também o nível das produções sobre a história do Brasil no mundo que ainda permaneciam fortemente nas mãos dos diplomatas.

Enquanto outros textos já fizeram referência a esse particular percurso (como SARAIVA, 2003), cabe-nos, neste espaço, lembrar que os diálogos de Cervo com escolas estrangeiras tanto alimentaram os caminhos trilhados cá, quanto interpelaram o que, no além-mar, se produzia⁴. As palavras que anunciam a obra de 1985, que assina com Clodoaldo Bueno, dão importantes pistas sobre essas transferências e circulações:

A antiga história diplomática, descritiva e jurídica, mas carente de explicação, foi de muito superada pela nova história das relações internacionais. Estabelece essa dois parâmetros de análise, que levam o historiador, constantemente, das forças profundas, que são determinações históricas, ao processo decisório, próprio dos homens de Estado e vice-versa. Tal dialética tende a fornecer explicação à rede dos fatos que compõem o jogo internacional, pela vinculação entre a ação internacional e as variáveis econômicas, sociais, geográficas, psicológicas e espirituais que determinam seu curso (CERVO e BUENO, [1985], p. 5)

O entendimento sobre esses contornos do passado em uma obra de síntese, que revelava a maturidade da academia brasileira para pensar o Brasil no mundo, somente se faz possível quando tais palavras são cotejadas com a trajetória da História das Relações Internacionais na França e na Itália.

De fato, sobre a historiografia francesa, enquanto trabalhos como *Manuel historique de politique étrangère*, de Emile Bourgeois, *Europe et la Révolution française*, de Albert Sorel, ou ainda *Histoire Diplomatique de l'Europe*, de Antonin Debidour ainda marcavam a literatura sobre o que se denominava História Diplomática na primeira metade do século XX, os oito volumes de *Histoire des relations internationales* publicados por Pierre Renouvin entre 1953 e 1958 vieram à luz para problematizar a concepção de um campo preocupado, até então, apenas com uma factual história das relações interestatais. Renouvin, já na Introdução dessa obra, alertava que:

⁴ Em seu livro sobre o estado da arte da tradição francesa em 2012, Robert Frank (sucessor de Girault na Sorbonne) destaca a influência não somente dos trabalhos de Cervo, mas também da, segundo ele, “riquíssima” Revista Brasileira de Relações Internacionais (FRANK, 2012, p. 33-34).

As novas tendências da pesquisa histórica, que valorizam o estudo da vida material ou espiritual das sociedades humanas, sugerem, na área das relações internacionais, uma nova orientação. Nessa perspectiva, as relações entre os governos deixam de ser o centro de interesse; o que importa é a história das relações entre os povos. [destaque no original] (RENOUVIN, 1994 [1953], p. 8)

Na década seguinte, mais precisamente em 1964, exatamente quando o professor Cervo chegava à França para seus estudos superiores, a publicação de *Introduction à l'Histoire des Relations Internationales* consolidava a maturidade da disciplina e detalhava o novo método. Tratava-se de reconhecer uma complexidade nas relações internacionais que antes escapava àqueles que apenas seguiam os passos e as vozes dos diplomatas. Para além de se dever esmiuçar o aparelho do Estado e a personalidade de seus agentes na pesquisa sobre relações internacionais (contribuição distinta do discípulo de Renouvin, Jean-Baptiste Duroselle), era preciso considerar como sobre eles agiam os fatores geográficos, as condições demográficas, as forças econômicas, as questões financeiras, o sentimento nacional, os nacionalismos e o sentimento pacifista (as tais “forças profundas” evocadas por Cervo) (RENOUVIN e DUROSELLE, 1964). Tratava-se, certamente, de uma mudança paradigmática, construída desde o trauma geracional provocado pela guerra de 1914-18⁵, revelando um passado ainda mais complexo para aqueles interessados nas relações que ultrapassam ou desconsideram fronteiras.

A evolução da escola francesa, no entanto, não cessou com a obra fundamental de 1964. As gerações seguintes continuaram a interpelar limites, particularmente ao questionar a demasia das perspectivas históricas das elites e certa concepção determinista das causalidades múltiplas que Renouvin e Duroselle haviam identificado⁶. Tratava-se, então, da contribuição do grupo composto por René Girault e por seu sucessor, Robert Frank, com quem o professor Cervo mais travou diálogo e cooperação (CERVO, 2017, p. 25).

Na virada do século XXI, passam a ganhar destaque reflexões que relativizam ainda mais o papel do Estado, que valorizam os diferentes tempos

⁵ Para as primeiras reflexões críticas de Renouvin para com a antiga História Diplomática, ver (RENOUVIN, 1931).

⁶ Na Introdução do quarto volume de sua coleção, publicado em 1954, Renouvin chega, de fato, a afirmar que as forças profundas contribuem fortemente para “determinar” a política externa dos Estados (RENOUVIN, 1994 [1954], p. 336). Ver, também (TOURNÈS, 2012, p. 170).

históricos, que tomam em conta culturas e representações e que adotam uma perspectiva de análise das relações internacionais a partir de circulações e apropriações. Nesse contexto, por exemplo, Robert Frank e seus colaboradores tornaram mais complexos os entendimentos sobre as imaterialidades nas relações internacionais, passando das discussões sobre “psicologia coletiva” para outras que preferem uma abordagem destacando os sistemas de representações e os imaginários sociais no que antes era apenas a identificação da “imagem do outro” (FRANK, 1994)⁷. No mesmo tempo, enquanto a história cultural sobressaía-se, foi fundamental o papel de René Girault ao incentivar estudos que mantivessem a preferência por atores econômicos, mas que também questionassem as agências de tais atores como não necessariamente operando por lógicas nacionais, revelando redes e sociabilidades transnacionais (FRANK, 2012, pp. 17-20)⁸.

Finalmente, a atual geração à frente da tradição francesa, com a liderança da historiadora Laurence Badel desde 2012⁹, parece oferecer uma síntese para o futuro de tal centenário legado através de uma abordagem culturalista das estruturas estatais e de uma sociologia dos atores e dos ambientes em que atuam. Para além das relações sistêmicas entre povos e sociedades, sempre atual como enquadramento teórico-metodológico, as estruturas institucionais que servem de vetores a tais dinâmicas voltam ao escrutínio dos pesquisadores, mas, agora, entendidas de forma não compartimentada e estanque, com destaque para suas internas relações entre ordens políticas, econômicas e culturais (BADEL, 2019, pp.38-39)¹⁰.

A escola italiana

As reflexões e contribuições historiográficas de Amado Cervo não se reduziram ao contato com a escola inaugurada por Pierre Renouvin. Foram também influenciadas pelo debate com outros historiadores das relações internacionais, o que se tornou mais claro a partir de setembro de 1989, quando o historiador brasileiro participou do Congresso de História e

⁷ Ainda sobre a influência da história cultural na tradição francesa, ver (DULPHY et alii, 2010).

⁸ Ver, também (GIRAULT, 2004).

⁹ Com a aposentadoria de Pierre Renouvin da cadeira de História das Relações Internacionais na Sorbonne, em 1964, foram seus sucessores: Jean-Baptiste Duroselle (1964-1983), René Girault (1983-1994), Robert Frank (1994-2012) e Laurence Badel (desde 2012).

¹⁰ Ver, também (BADEL, 2014).

Metodologia de Relações Internacionais, organizado nas cidades italianas de Perugia, Trevi e Spoleto pela Comissão de História das Relações Internacionais, pelo Comitê Internacional de Ciências Históricas, pelo Departamento de Ciências Históricas da Universidade de Perugia e pelo Centro de Estudos da Política Externa e da Opinião Pública da Universidade de Milão (BONA, 1989, p. 653).

O encontro, que ocorreu poucas semanas antes da queda do muro de Berlim, conheceu a participação de historiadores provenientes da Europa Ocidental (especialmente da França, mas, sobretudo, da Itália), da União Soviética, dos Estados Unidos, do Egito, da Austrália e de dois países latino-americanos, Brasil e Argentina. O intuito do congresso foi debater as diferentes escolhas metodológicas ligadas aos contextos nacionais de estudo das relações internacionais e os desafios existentes na área de História das Relações Internacionais. Segundo Enrica Bona, foi nesse evento que Cervo acabou se aproximando dos colegas italianos com os quais estabeleceria sólidas parcerias e também frutuosa e intensos debates metodológicos (BONA, 1989, p. 652).

Dispersos, os historiadores italianos desenvolveram suas análises sobre as relações internacionais não somente em diferentes universidades do país, mas também apresentando entre si profundas divergências de caráter metodológico e de escolha de objetos estudo¹¹. Tendo iniciado sua tradição simultaneamente aos historiadores diplomáticos franceses antecessores de Renouvin, e influenciados pela tendência presente em outros jovens estados nacionais do velho continente de fins do XIX, os italianos dedicaram-se, inicialmente, ao estudo da história da política externa do período de pós-unificação. Participaram, então, ativamente do debate sobre as ciências históricas a partir da área da História Diplomática, que assumiria no início do século XX, no período fascista, a denominação de História dos Tratados e da Política Internacional.

Nascida inicialmente também como ciência ligada ao Direito Internacional (na Universidade de Pádua, por exemplo, um mesmo docente era responsável pelas duas disciplinas), essa História dos Tratados evoluiu para

¹¹ Atualmente, cerca de oitenta pesquisadores (distribuídos pelos vários níveis da hierarquia acadêmica) pertencem ao corpo docente da área de História das Relações Internacionais na Itália, repartidos em várias universidades do país, sobretudo nas regiões centrais e setentrionais.

uma análise da atuação diplomática dos atores internacionais, dando centralidade ao documento diplomático como fonte principal de indagação. Parte dessa tradição acabaria se renovando no período posterior à Segunda Guerra Mundial, quando Mario Toscano, catedrático da disciplina na Universidade “La Sapienza” de Roma e organizador da primeira edição dos “Documentos Diplomáticos Italianos”, firmou-se como um dos novos protagonistas da História Diplomática italiana. Um dos períodos de maior atividade de Toscano, portanto, deu-se paralelamente aos anos de publicação de *Histoire des Relations Internationales*, de Renouvin, que acabou sendo fortemente criticado pelo italiano.

Além de obstinar-se quanto à proeminência do documento diplomático como fonte para a análise das relações entre os Estados, método então em pleno questionamento pelos franceses, Toscano ressaltou o que entendia como tendência exagerada em ampliar “o campo de indagação da nossa disciplina para colocar em evidência maior os fatores materiais e espirituais que influenciam na formação de uma política externa e nos relacionamentos entre os Estados”. Ir além da análise das decisões que determinam as relações entre os Estados constituía, para ele, a perda da autonomia da História Diplomática como história particular, transformando-a em uma “história sem adjetivos” (TOSCANO, 1963, pp. 11-12)¹². Entretanto, ainda que a História Diplomática continue representando uma influência viva no estudo da história da política externa italiana – recentemente, expoentes como Pietro Pastorelli, discípulo de Toscano, encontravam-se à frente dessa escola em “La Sapienza” – outras tendências contribuíram para a evolução da historiografia italiana.

Contemporaneamente à obra de Toscano, a corrente dita da “nova historiografia”, com primórdios no período do entreguerras, teve em Federico Chabod um dos expoentes, em sintonia com os colegas franceses. Como se pode claramente apreender do prefácio de *Storia della politica estera italiana dal 1870 al 1896*, publicada pela primeira vez em 1951, certa intolerância em

¹² Interessante observar que tal perspectiva continuaria atravessando diversas escolas europeias nas décadas seguintes, como se pode perceber, por exemplo, na obra de Adam Watson de 1984, *The Evolution of International Society*, sobretudo em sua página 7, onde se lê que: “...many histories of international events concentrate on the narrative and on the policies and motives of individual states and personalities, from which it is difficult to disentangle the operation of the system as a whole” (WATSON, 1984, p. 7).

relação à História Diplomática levou Chabod a destacar “as bases materiais e morais [, assim como] o complexo de forças e sentimentos” da iniciativa diplomática (CHABOD, 1971 [1951], pp. 4-5). Em obra elogiada por Fernand Braudel que, em revisão crítica, a tomou como “um novo esforço para repensar a História Diplomática fora das normas clássicas de análise” (BRAUDEL, 1952, p. 259), Chabod se colocava em pleno diálogo com Renouvin e com a História das Relações Internacionais que então se fortalecia.

A tendência de consolidação dos novos métodos da História das Relações Internacionais na Itália tornou-se mais evidente duas décadas mais tarde, a partir dos anos 1970, sobretudo graças aos trabalhos de Ennio Di Nolfo que, primeiramente na Universidade de Pádua e, posteriormente, na Universidade de Florença, criou centros de estudo e pesquisa (culminado com a criação do doutorado em História das Relações Internacionais em 1985) permitindo aos seus membros adotarem perspectivas de análise e temas totalmente novos em relação a outras tradições italianas. Tal renovação, não limitada à escola florentina, foi ditada pela relativização da política externa italiana como objeto de estudo e por um diálogo cada vez mais profundo com a historiografia francesa, anglo-saxã e, mais recentemente, não europeia. Apesar de algumas críticas feitas aos discípulos de Renouvin sobre certa compartimentalização das narrativas, Di Nolfo ressalta a retomada das reflexões sobre novos temas e novas abordagens metodológicos propostas por René Girault, “ampliando a visão para horizontes mais vastos”¹³. O trabalho de Di Nolfo, entretanto, tardaria a marcar o ensino da disciplina na Itália. Ainda que, a partir da década de 1960, as aulas tenham sido renomeadas para “História das Relações Internacionais”, na maior parte das universidades italianas, continuou a prevalecer a abordagem didática da História Diplomática¹⁴. Foram novos manuais propostos por Di Nolfo e por outros

¹³ Di Nolfo nota que “quando se abrem algumas obras inspiradas no mestre francês, não se pode não perceber um sentimento de incômodo perante uma preordenada colocação da matéria. Como em uma litania, apresentam-se de maneira unilateral os esquematismos à Renouvin: no primeiro capítulo a situação financeira, no segundo, a comercial, no terceiro, a demográfica, no quarto, a opinião pública e assim por diante, seguindo uma sequência repetitiva que provoca o desvio da atenção da mudança da estrutura de fundo; assim, não se evidenciam as ‘forças profundas’, mas os ‘hábitos enraizados’” (DI NOLFO, 2006, p. 68).

¹⁴ Uma das razões foi a adoção, pela maioria dos docentes, da obra *Storia Diplomatica dal 1919 a oggi*, de Jean-Baptiste Duroselle, publicada originalmente em 1953, quando Duroselle tinha 36 anos e apenas iniciava a cooperação com Renouvin. Apesar do pertencimento do autor à

colegas italianos nos últimos anos que trouxeram às salas de aula italianas abordagens e perspectivas mais ricas, com conteúdo que tomassem em consideração também aspectos econômicos, sociais e culturais das relações internacionais¹⁵.

Atualmente, historiadores como Leopoldo Nuti, Antonio Varsori e Silvio Pons dão seguimento à iniciativa de Di Nolfo, contribuindo ativamente para uma historiografia mais internacionalizada e levando em conta os novos desafios que as mudanças do sistema internacional impôs para a disciplina. Como observou recentemente Varsori, o campo de estudo antes limitado à dinâmica do relacionamento entre Leste e Oeste, sobretudo na Itália, precisa considerar também o conflito entre Norte e Sul em diferentes níveis de análise. Para o italiano, a complexidade de um ator internacional e seu lugar no mundo revelam-se pela forma como reflete a interação entre diferentes “forces profundes”, tanto em suas dimensões político-diplomáticas como nas culturais, de gênero e ainda outras (VARSORI, 2018).

Apesar da força dessa nova geração, a escola italiana recentemente enfrentou grandes dificuldades ligadas a uma reorganização de suas universidades, que relegou o campo a uma área minoritária nos departamentos de Ciência Política e extinguiu programas de doutorado especializados que, desde 1985, haviam formado dezenas de pesquisadores. Além disso, a revista *Storia delle Relazioni Internazionali*, da Universidade de Florença, cessou suas publicações, privando os especialistas italianos de uma importante plataforma de debate e divulgação das pesquisas. Mesmo diante de tais dificuldades, em um esforço comum, historiadores das relações internacionais criaram recentemente a Sociedade Italiana de História Internacional (*Società Italiana di Storia Internazionale – SiSi*), com o objetivo de revigorar e ampliar um campo de estudo que parecia fadado à marginalização (VARSORI, 2016, p. 282).

escola *renouvinienne* e de uma vasta produção posterior adotando as mais diversas perspectivas de história das relações internacionais, esse particular manual, que apresenta um enfoque eminentemente político e mais factual em sua estrutura, fora tomado como próximo a uma mais tradicional História Diplomática e ainda hoje encontra-se presente na bibliografia de muitos programas da disciplina no país.

¹⁵ Como, por exemplo, seu extenso livro (DI NOLFO, 2018a) e sua versão mais sintética (DI NOLFO, 2018b) ou ainda (VARSORI, 2015), de Antonio Varsori, discípulo de Di Nolfo. Ainda que outros manuais de autores italianos tenham também surgido, interessante notar o cada vez mais frequente recurso a (BEST et alii, 2014).

Finalmente, faz-se importante ressaltar que a escola italiana, que tem participado ativamente de importantes redes de colaboração internacional de pesquisa nos últimos anos, está fortemente envolvida na superação de novos desafios metodológicos criados pelo retorno de análises sistêmicas sobre o passado (ditas em alguns círculos como de História Global), mas também pela possibilidade de se criar uma história informada e enriquecida pela Teoria das Relações Internacionais. Ainda que a interação entre a História das Relações Internacionais e a Teoria das Relações Internacionais possa parecer, hoje, inovadora e de difícil realização, representava uma das maiores tentativas de inovação metodológica na época do primeiro encontro do professor Cervo com os colegas italianos em 1989. Em particular Brunello Vigezzi, da Universidade de Milão e com o qual Amado Cervo estabeleceu uma sólida amizade e colaboração (CERVO, 2017, p.25), aparece como um dos que, com mais força, tenta, já desde a época do congresso de Perugia, criar um diálogo entre as duas ciências, abrindo a História para a Teoria das Relações Internacionais. Enquanto nas tradições anglo-saxãs, sobretudo norte-americana, nota-se a tentativa de se criar uma *International History* como fruto de profunda interação e amálgama entre cientistas políticos e historiadores, na Itália, Vigezzi propôs uma colaboração que não alterasse as características das duas disciplinas (BONA, 1989, p. 653). Nesse sentido, a escola italiana não se distanciou do posicionamento de Cervo, assumindo uma postura de interesse crítico em relação às Teorias das Relações Internacionais.

Conclusão

Relembrando o livro de Girault, que inicia este texto, e o diálogo travado com as escolas francesa e italiana que visitamos brevemente, ao observarmos o conjunto da obra do professor Cervo, notamos que constitui clara marca de reconhecimento de como “ser” um historiador das relações internacionais. Independentemente das escolhas temáticas e de objeto de estudo, que muitas vezes refletem anseios e conjunturas locais, ao se observar como esses historiadores problematizaram seus objetos e como refletiram sobre o fazer História, o espírito de permanente questionamento é o que parece ter mais circulado entre o velho continente e o Brasil, provocando múltiplas influências e colaborações. Ainda que tenham evoluído juntos nesse

sentido, importante ressaltar na trajetória do professor Cervo uma particularidade. Ciente de que as teorias das relações internacionais carregam e veiculam “valores, desígnios e interesses nacionais” e de que, demasiadas vezes, faz-se uma recepção acrítica de tais modelos no Brasil, Cervo também se lançou no difícil e arriscado exercício de reflexão sobre modelos de análise das relações internacionais (CERVO, 2017, 22 e CERVO, 2008). O fez sempre, porém, a partir da História, pois a entendendo como conhecimento científico legítimo e base empírica necessária.

Referências

- BONA, E. "Storia e metodologia delle relazioni internazionali", *Il Politico*, vol. 54, n. 4 (152), 1989, p. 651-656.
- BADEL, L. "Conflicting Identities. French Economic Diplomacy between the State and the Companies in the Twentieth Century", *Diplomacy & Statecraft*, n. 25, vol. 3, 2014, p. 432-452.
- BADEL, L. "Diplomacy and the History of International Relations: Redefining a Conflictual Relationship", *Diplomatica*, n. 1, 2019, p. 33-39.
- BEST, A. et alii (org.). *Storia delle relazioni internazionali. Il mondo nel XX secolo e oltre*. UTET, 2014.
- BRAUDEL, F. "Chabod, Storia della politica estera italiana dal 1870 al 1896", *Annales. Economies, sociétés, civilisations*, ano 7, n. 2, 1952, p. 259.
- CERVO, A. e BUENO, C. *A política externa brasileira: 1822-1985*. São Paulo: Ática, 1986 [1985].
- CERVO, A. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Editora Saraiva, 2008 .
- CERVO, A. *Amado Luiz Cervo* (depoimento, 2017). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV.
- CHABOD, F. *Storia della politica estera italiana dal 1870 al 1896*, Roma: Laterza, 1971 [1951].
- DI NOLFO, E. *Prima lezione di Storia delle Relazioni Internazionali*. Roma, 2006.
- DI NOLFO, E. *Storia delle relazioni internazionali*. 3 Vol., Laterza, 2018a.
- DI NOLFO, E. *Dagli imperi militari agli imperi tecnologici: la politica internazionale dal XX secolo a oggi*. Laterza, 2018b.
- DULPHY, A et alii (org.). *Les relations culturelles internationales. De la diplomatie culturelle à l'acculturation*. Bruxelles. Paris: PIE-Peter Lang, 2010.
- FRANK, R. (org.). « Images et imaginaires dans les relations internationales depuis 1938 », *Cahiers de l'Institut d'histoire du temps présent*, n. 28, 1994.
- FRANK, R. (org.). *Pour l'histoire des relations internationales*. Paris: PUF, 2012.

- GIRAULT, R. *Être historien des relations internationales*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1998.
- GIRAULT, R. *Diplomatie européenne. Nations et imperialismes (1871-1914)*. Paris: Payot, 2004.
- RENOUVIN, P. “La publication des documents diplomatiques français, 1871-1914”, *Revue historique*, t. CLXVI, ano 56, 1931, p. 266-273.
- RENOUVIN, P. (org.). *Histoire des Relations Internationales*. 3 vol., Paris: Hachette, 1994 [8 vol, 1953-1958].
- RENOUVIN, P. e DUROSELLE, J.B. *Introduction à l'histoire des relations internationales*. Paris: A. Colin, 1964.
- SARAIVA, J. “Um percurso acadêmico modelar: Amado Luiz Cervo e a afirmação da historiografia das relações internacionais no Brasil”, MARTINS, Estevão (org.). *Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina*. Brasília. IBRI, 2003, p. 17-36.
- TOSCANO, M. *Storia dei trattati e della politica internazionale*. Torino: Giappichelli, 1963.
- TOURNÈS, L. “Relire Pierre Renouvin”, GUIEU, J. e SANDERSON, C. (org.). *L'historien et les relations internationales autor de Robert Frank*. Paris: Publication de la Sorbone, 2012.
- VARSORI, A. *Storia internazionale dal 1919 a oggi*. Il Mulino, 2015.
- VARSORI, A. “Dalla storia delle relazioni internazionali alla storia globale? Il caso italiano fra tradizione e cauta innovazione”, *Ricerche di storia politica*, ano 19, n. 3, 2016, p. 269-283.
- VARSORI, A. “Introduction”, VARSORI, A. e ZACCARIA, B. *Italy in the International System from Détente to the End of the Cold War*. Palgrave MacMillan, 2018.
- WATSON, A. *The Evolution of International Society*. Londres: Routledge, 1984.



ARTIGOS - ARTICLES

Revisitando a escola inglesa – da velha via média das relações internacionais à nova escola inglesa

Raquel de Caria Patrício ¹

Professora no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Universidade de Lisboa
raquelpatricio@iscsp.ulisboa.pt

Como citar este artigo: PATRICIO, R. “Revisitando a escola inglesa – da velha via média das relações internacionais à nova escola inglesa”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº10, pp. 140-161. 2020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa-

Resumo: Este capítulo procura posicionar a Escola Inglesa na via intermédia entre o Realismo e o Idealismo, focando-se no pensamento de Hedley Bull e Martin Wight, e analisar a evolução da Escola Inglesa após o derrube do muro de Berlim, quando novas problemáticas foram agregadas ao estudo da sociedade internacional e das instituições internacionais. Pretende-se ainda demonstrar como a Escola Inglesa, fundada nas normas e nos padrões regulares de comportamento, é uma grande influência para a abordagem construtivista. Frente a estas realidades, surge a grande pergunta de partida: por que razão, apesar dos estudos de Hedley Bull e de Martin Wight sobre a sociedade internacional e as instituições internacionais, a Escola Inglesa se manteve, à época, marginalizada frente à Escola Norte-Americana de Relações Internacionais? a qual origina objetivos, alguns dos quais já mencionados, e hipóteses de trabalho, que serão alcançados e comprovadas.

Palavras-chave: Escola Inglesa, sociedade internacional, instituições internacionais, Hedley Bull, Martin Wight, Nova Escola Inglesa.

¹ Doutora em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (2005). Professora no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Universidade de Lisboa) desde 2007. Áreas de Pesquisa: Estudos Latinoamericanos, Política Externa Brasileira, União Europeia, Teoria das Relações Internacionais.
Email: raquelpatricio@iscsp.ulisboa.pt ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0001-8630-0677>.

Revisiting the English school - from the old middle way of international relations to the new English school

Abstract: This chapter intends to position the English School between the middle ground between Realism and Idealism, focusing on the thought of Hedley Bull and Martin Wight, as well as analyzing the evolution of the English School after the fall of the Berlin Wall, when new issues were added to the study of international society and international institutions. It is also intended to demonstrate how the English School, founded on norms and regular patterns of behavior, is of great influence for the constructivist approach. Faced with these realities, the big question arises: why, despite the studies by Hedley Bull and Martin Wight on international society and international institutions, the English School remained, at the time, marginalized in face of the North American School of International Relations? This gives rise to objectives, some of which have already been mentioned, and working hypotheses, which will be achieved and proven throughout this chapter.

Keywords: English School, international society, international institutions, Hedley Bull, Martin Wight, New English School

Introdução

Procurando fugir à hegemonia das Escolas norte-americanas de Relações Internacionais, Franceses e Britânicos vieram propor, com especial ênfase a partir da década de 1960, terceiras vias, alternativas, quer aos extremos do debate metateórico entre Realistas e Idealistas, quer ao debate metodológico, também extremado, entre Realistas e Behavioristas.

Neste sentido, procurar-se-á, com este capítulo, deixar claro o posicionamento de Hedley Bull e de Martin Wight – autores-chave da Escola Inglesa – nesta terceira via, transpondo aquilo que são as coincidências e as divergências do pensamento internacionalista de cada um, particularmente ao redor da grande herança da Escola Inglesa: o conceito de sociedade internacional, agregado ao conceito de instituições internacionais. Uma vez expostas estas ideias centrais, torna-se interessante avaliar a evolução da própria Escola Inglesa, que esteve em período de decadência nas décadas de 1980 e 1990, e analisar como e em torno de que problemáticas se erige a Nova Escola Inglesa. Afinal, se a sociedade internacional e as instituições internacionais continuam a serem conceitos fundamentais em torno dos quais

gira a Escola Inglesa renovada, outros processos se agregam aos seus estudos, enriquecendo-os e tornando mais robustas as próprias análises sobre a sociedade internacional e as instituições internacionais, que ganham uma nova dinâmica, incluindo a da regionalização da sociedade internacional. Torna-se ainda interessante verificar como a Escola Inglesa, ao fundar-se nas normas e padrões regulares de comportamento, pode ser considerada uma precursora ou grande influenciadora das abordagens, que já então se faziam, mas totalmente marginalizadas, do Construtivismo.

Neste âmbito, a pergunta de partida deste capítulo, que guiará toda a investigação, é: por que razão, apesar dos estudos de Hedley Bull e de Martin Wight sobre a sociedade internacional e as instituições internacionais, a Escola Inglesa se manteve, à época, marginalizada frente à Escola Norte-Americana de Relações Internacionais?

Para dar resposta a esta pergunta de partida, diversos objetivos se colocam, para além dos enunciados acima. Desde logo, ter-se-á por objetivo avaliar as novas perspectivas e instituições, sua hierarquização, mudança e evolução, por parte da Nova Escola Inglesa. De seguida, procurar-se-ão distinguir as novas funções e o conceito de regionalização da sociedade internacional propostos pela Nova Escola Inglesa, para finalmente avaliar-se se a Escola Inglesa está na base do pensamento do Construtivismo aplicado às Relações Internacionais.

Diretamente relacionadas aos objetivos, surgem as hipóteses de trabalho desta pesquisa, sendo certo que, frente aos objetivos, podemos dividi-las em três:

- A Nova Escola Inglesa apresenta novas perspectivas e instituições internacionais, acrescentadas de estudos sobre a sua hierarquização, mudança e evolução;
- A Nova Escola Inglesa distingue novas funções para a sociedade internacional e propõe, com êxito, a sua regionalização;
- A Escola Inglesa, em função dos seus fundamentos teóricos, está na base do pensamento construtivista aplicado às Relações Internacionais.

Vale notar que a Escola Inglesa se apresenta com esta designação porque, embora muitos dos acadêmicos que, durante os anos de formação da Escola, não fossem ingleses, a maioria trabalhava em Inglaterra, especialmente na London School of Economics e nas Universidades de Oxford e de Cambridge. Assim, foram particularmente Martin Wight (1913-1972), Hedley Bull (1932-1985) e Adam Watson (1930-...) que formaram a Escola Inglesa, embora também nomes como Richard Little (1938-...), R.J. Vincent (1943-1990), James Mayall, Robert Jackson e, mais recentemente, Barry Buzan (1946-...), Tim Dunne e Nicholas J. Wheeler se dediquem aos estudos centrais da Escola Inglesa (BROWN & AINLEY, 2009, p. 96), cuja história aparece muito bem documentada em Tim Dunne (DUNNE, 1998).

Assim sendo, este capítulo, após esta breve introdução, aborda um segundo ponto sobre a sociedade internacional e as instituições internacionais nos pensamentos de Bull e Wight. A estes pontos segue-se um terceiro e último sobre a Nova Escola Inglesa, finalizando este capítulo com as conclusões e as respectivas referências bibliográficas.

A sociedade internacional e as instituições internacionais nos pensamentos de Hedley Bull e Martin Wight

É neste sentido que, em *A Política do Poder*, de 1946, Martin Wight (1985 [1946]) trata da política entre os Estados, mas rejeita a política do poder de Morgenthau, já que rejeita os pressupostos realistas, embora não apresente uma alternativa utópica da política internacional. Se Wight não ataca o moralismo, também não apresenta lições práticas realistas, colocando a obra no centro do debate entre grocianos, kantianos e realistas e defendendo um meio-termo de ordem, numa abordagem normativista.

Marcada pelo normativismo de origem grociana, a Escola Inglesa considera que as relações internacionais decorrem em condições de anarquia, porém numa sociedade anárquica, na qual os Estados atuam no âmbito de um sistema de normas que se consideram moderadoras (BROWN & AINLEY, 2009, p. 97) e que são por eles criadas.

Com efeito, num ambiente internacional onde não existe uma autoridade superior aos Estados soberanos, estes vivem em anarquia. Porém, o seu relacionamento é pautado por determinadas práticas recorrentes que compõem padrões legítimos de interação, as instituições, que são o elemento de ordem que confere ao sistema internacional a sua característica de sociedade internacional.

Na verdade, e segundo Hedley Bull (2002 [1977], p. 8), todas as sociedades procuram a ordem, mas a ordem procurada na vida social não é simplesmente um padrão de regularidade nas relações entre indivíduos ou grupos; é antes uma ordem que se caracteriza por ser “uma estrutura de conduta que leve a um resultado particular, um arranjo da vida social que promova determinadas metas ou valores”. Neste sentido, todas as sociedades reconhecem ter, como objetivos gerais, “garantir que a vida seja protegida de alguma forma contra a violência”, garantir que “as promessas feitas sejam cumpridas e que os acordos ajustados sejam implementados” e “garantir que a posse das coisas seja em certa medida estável, sem estar sujeita a desafios constantes e ilimitados” (BULL, 2002, p. 8).

Assim, a ordem na vida social surge, para Bull (2002, p. 13), como um “padrão de atividade humana que sustenta os seus objetivos elementares, primários ou universais”, de onde resulta que a ordem internacional se refere a “um padrão de atividade que sustenta os objetivos elementares ou primários da sociedade de Estados ou sociedade internacional”.

Neste contexto, a sociedade internacional ou sociedade de Estados aparece, para Bull (2002, p. 19), quando “um grupo de Estados, conscientes de certos valores e interesses comuns, formam uma sociedade, no sentido de se considerarem ligados, no seu relacionamento, por um conjunto comum de regras e participam de instituições comuns”, sendo certo que, por instituição, Bull (2002, p. 88) não pretende referir-se “necessariamente a uma organização ou mecanismo administrativo, mas a um conjunto de hábitos e práticas orientados para atingir objetivos comuns. Essas instituições não retiraram do Estado o seu papel principal de implementar as funções políticas da sociedade internacional, ou de substituir no sistema internacional a inexistente autoridade

central”. Para Bull (2002, p. 89), as instituições compõem o elemento de colaboração entre os Estados no desempenho da sua função política, constituindo ao mesmo tempo o meio para suportar essa colaboração. Ademais, as instituições simbolizam a existência da sociedade internacional, que representa mais do que a mera soma dos seus membros, conferindo substância e permanência à colaboração entre os Estados no exercício das funções políticas da sociedade internacional, moderando ainda a tendência dos Estados de perder de vista os seus interesses comuns.

Ao executar estas funções (BULL, 2002, pp. 85-88), os Estados colaboram entre si em vários níveis no âmbito das instituições da sociedade internacional que Bull (2002, p. 88) identifica como sendo cinco: o equilíbrio de poder, o Direito Internacional, os mecanismos diplomáticos, o sistema administrativo das grandes potências e a guerra.

Neste sentido, a existência de uma sociedade internacional pressupõe a existência prévia de um sistema internacional, embora um sistema internacional não seja necessariamente uma sociedade internacional. Afinal, os Estados podem interagir entre si sem que tenham consciência da existência, entre si, de interesses e valores comuns, estando apenas envolvidos num sistema internacional. Mas quando percebem que estão sujeitos a um conjunto de regras comuns e cooperam para o funcionamento das instituições comuns, então aí passam a estar envolvidos numa sociedade internacional (BULL, 2002, p. 88).

Deste conceito de sociedade internacional pode verificar-se que o estudo de Hedley Bull se centra sobre os Estados e não sobre outro tipo de atores, sejam eles entidades subestatais ou supraestatais. Por outro lado, é notório que a sociedade internacional e as instituições de Bull têm uma função ordenadora do internacional, que assenta na preservação do próprio sistema e da sociedade de Estados e no objetivo de manter a independência e a soberania externa dos Estados individuais (BULL, 2002, p. 23). É assim que se corporiza o conceito de ordem internacional de Hedley Bull.

Assim, as instituições de Bull estruturam-se na base da soberania como princípio ordenador da sociedade internacional, materializando regras de

coexistência que enformam uma sociedade internacional mínima, pluralista, diversificada e evolutiva, diferente do que seria uma sociedade internacional solidária, assente num consenso mais abrangente sobre as regras de cooperação (BULL, 1966).

Efetivamente, para Bull (2002, p. 78), “as forças favoráveis à coesão social e à solidariedade são muito mais fortes nas sociedades anárquicas primitivas do que na sociedade internacional”, já que a natureza menos exclusivista e menos interiorizada das unidades políticas que compõem as sociedades primitivas, a sua homogeneidade cultural e as suas crenças mágicas e religiosas compõem o substrato das suas regras. Logo, nessas sociedades, apesar da ausência de governo, existe um elevado grau de solidariedade social. Na sociedade internacional, a manutenção da ordem tem de funcionar, quer na ausência, permanente, desse governo, autoridade superior aos Estados, quer na ausência da solidariedade social. Nesta sociedade, a ordem é consequência, não só de factos contingentes como o sistema de equilíbrio de poder, a ausência de qualquer crença que sirva para embasar os interesses comuns, ou qualquer tentativa de regular ou institucionalizar o sistema internacional, mas também da existência de um sentido de interesses comuns nos objetivos mais elementares da vida social, da existência de regras que prescrevem a conduta dos Estados tendo esse objetivo em vista e da existência de instituições que ajudam a tornar efetivas essas regras (BULL, 2002, pp. 78-79).

Ora, ao vincular as instituições da sociedade internacional aos objetivos mais elementares dos Estados e às regras que prescrevem a ordem em qualquer sociedade, Bull estabelece uma perspectiva funcional sobre as instituições assente, não propriamente na análise histórica, mas numa teoria sociológica que ele próprio desenvolveu, no âmbito do classical approach da Escola Inglesa. As cinco instituições identificadas por Bull surgem, assim, não por serem produto de uma unidade cultural entre os Estados, mas antes do desejo coletivo da manutenção da ordem, de tal forma que a lógica da anarquia, buscando uma lógica de ordem, substitui a lógica da cultura na constituição das instituições (WILLIAMS, 2006, pp. 13-34), exatamente numa perspectiva contrária à interpretação que Martin Wight dá às instituições em *Systems of States*, de 1977.

Para Wight (1977, p. 33), os sistemas de Estados apenas surgem se houver algum “grau de unidade cultural entre os seus membros”, já que as instituições surgem como produto da cultura comum entre os membros de um sistema de Estados e os elementos culturais são anteriores à cooperação racional que leva à formação desse sistema. Isto significa que, diferentemente da concepção de Bull, para Wight a lógica da cultura sobrepõe-se à lógica da anarquia no âmbito da constituição histórica das instituições, pois estas resultam da unidade cultural, isto é, de práticas culturalmente afins, e não do desejo dos Estados em manter a ordem internacional (STIVACHTIS, 2003, pp. 137-164).

Na base desta consideração está o conceito wightiano de sistema de Estados: Estados soberanos que se organizam, no plano internacional, por meio de um sistema através do qual mantêm interações mútuas mais ou menos permanentes, isto é, sistemáticas (WIGHT, 1977, p. 22), sendo certo que estes Estados soberanos são autoridades políticas que não reconhecem poder superior e para as quais o sistema significa, não apenas a reivindicação da sua soberania frente a qualquer autoridade política superior, como também o reconhecimento da validade da mesma reivindicação por parte dos restantes membros, o que representa o reconhecimento mútuo da soberania e independência dos Estados entre si (WIGHT, 1977, p. 23).

Segundo Wight (1977, p. 29), as relações mais ou menos permanentes entre os membros de um sistema de Estados processou-se através de mensageiros, de conferências e instituições internacionais, da linguagem diplomática e do comércio (WIGHT, 1977, pp. 29-33), que acabam por ser as instituições identificadas pelo autor. Ainda que não sejam categorias fixas, pois não aplicáveis a todos os sistemas de Estados que o autor estuda no período histórico que delimita, os mensageiros, as conferências e instituições internacionais, a linguagem diplomática e o comércio acabam por se constituir em instituições, na medida em que surgem como práticas e interações fundamentais e duradouras que os atores estabelecem entre si, dentro de um determinado sistema, dando conteúdo e ordem às relações entre esses atores dentro desse sistema.

Neste sentido, enquanto Martin Wight fornece uma abordagem histórica, de caráter civilizacional das instituições, Hedley Bull apresenta uma visão mais funcional e teórica do conceito, consolidando o debate sobre as instituições no seio da sociedade internacional da Escola Inglesa (BUZAN, 2006, p. 79).

A Nova Escola Inglesa

Não obstante a importância da Escola Inglesa no posicionamento terceirista frente ao grande debate que então decorria na teoria das Relações Internacionais, entre idealistas e realistas, com estes sendo também metodologicamente fustigados pelas críticas behavioristas, a verdade é que a Escola Inglesa permaneceu sempre na sombra da Escola Norte-Americana de Relações Internacionais. Na realidade, e como observa Farias Ferreira (2007, p. 35), ao apelidar as Relações Internacionais de ciência social norte-americana, Stanley Hoffmann não tinha, em 1977, em conta a dimensão dos desenvolvimentos académicos da disciplina na Europa após a II Guerra Mundial. Isto contribuiu para que os trabalhos da Escola Inglesa fossem votados a uma invisibilidade, “ora totalmente esquecidos na contabilidade das perspectivas e paradigmas relevantes, ora mergulhados indistintamente na amálgama de um vago realismo anglo-saxónico”.

Jim George (1994, pp. 59-60) chega a referir, a este propósito, que os norte-americanos consideraram irrelevantes a mais abrangente tradição europeia de reflexão filosófica sobre as questões internacionais, o que fez com que muitas questões fundamentais relativas ao internacional nem sequer fossem levantadas. Estas questões não foram, todavia, esquecidas e, na Europa, foram sendo estudadas nas margens da teoria social norte-americana embasada na perspetiva clássica de Grocius, nos teóricos do direito natural e nos fundadores do Direito Internacional em geral. A sua importância reside, fundamentalmente, no desenvolvimento de uma metodologia de pesquisa que contrasta com a tendência quantitativa que crescentemente envolvia os internacionalistas norte-americanos em plena Revolução Behaviorista (FARIAS FERREIRA, 2007, p. 36).

Ademais, a Escola Inglesa produzia apenas como legado os conceitos de sociedade internacional e instituições internacionais, tornando muito débil a sua agenda de pesquisa, por muito relevantes que tais conceitos fossem para as Relações Internacionais. Para já não falar do fato de a Escola Inglesa se ter tentado desenvolver num momento de predominância do Realismo, que abafava qualquer hipótese de pensamentos alternativos surgirem, sobretudo quando, na década de 1980, Kenneth Waltz (2002 [1979]), lança o Neorrealismo.

Verdade é que, em função de tudo isso, a produção teórica da Escola Inglesa conheceria um interregno durante os anos 1980 e 1990, quando a teoria das Relações Internacionais se voltaria para o debate entre o Neorrealismo e o Institucionalismo Neoliberal. A partir dos anos 1990 começariam a surgir os primeiros trabalhos, mas muito lentamente, como os de James Mayall, em 1990, de Adam Watson, em 1992, de Barry Buzan, em 1993, e de Barkin & Cronin, em 1993, mas pouco mais viria a ser feito.

É Barry Buzan o grande responsável pela revitalização da Escola Inglesa, após o fim da Guerra Fria, com uma agenda de pesquisa já de acordo com as novas prioridades de investigação das Relações Internacionais. Afinal, Buzan viria a motivar jovens académicos a refletir sobre os conceitos de Wight, Bull e Watson e a aplicá-los à nova realidade internacional. Neste sentido, Buzan traz a Nova Escola Inglesa, caracterizada pelo trabalho feito por aqueles jovens académicos sobre os conceitos clássicos da Escola Inglesa.

Assim, se um traço que marca os autores da Escola Inglesa reside na identificação das possibilidades de evolução da sociedade de Estados e a consequente repartição do sistema, ou sociedade internacional, em fronteiras políticas entre Estados, nas quais também participam as instituições internacionais, a Nova Escola Inglesa traz perspectivas novas sobre a identificação de mais instituições, bem como a sua hierarquização, mudança e evolução, procurando ainda distinguir-lhes novas funções e trabalhando sobre o conceito de regionalização da sociedade internacional.

Neste contexto, as instituições identificadas por Martin Wight e Hedley Bull são reequacionadas e novas são identificadas, sobretudo pelo trabalho de James Mayall (1990), de K. Holsti (2004) e de Barry Buzan (2004).

Em *Nacionalismo e Sociedade Internacional*, de 1990, Mayall analisa a influência do nacionalismo sobre a evolução da sociedade internacional, clarificando o desafio que o princípio da autodeterminação nacional dos povos coloca às concepções tradicionais de sociedade internacional e de ordem. Mayall (1990) conclui que o nacionalismo é uma instituição da sociedade internacional no sentido em que transforma a soberania na era moderna.

Do mesmo modo, Mayall (2000, p. 94) identifica o Direito Internacional como uma das principais instituições internacionais, ao referir-se ao mesmo como “a instituição essencial sobre a qual a ideia de sociedade internacional assenta ou cai”, uma visão aliás apoiada por Kratochwil (1989, p. 251), para quem “a ordem internacional legal existe simplesmente por causa do seu papel em definir o jogo das relações internacionais”, já que a “sociedade internacional não é meramente regulada pelo Direito Internacional, é também constituída por este” (NARDIN, 1998, p. 20). De salientar, ainda, para Mayall, a diplomacia e a balança de poder enquanto instituições da sociedade internacional (2004, p. 174).

Holsti (2004, p. 18), por seu lado, analisando a mudança nas relações internacionais, refere que as instituições internacionais são os grandes marcadores da mudança na política internacional porque elas compõem “o contexto no qual os jogos da política internacional são jogados. Elas representam os padrões (típicos) de ações e interações dos Estados, as normas, as regras e os princípios que guiam (ou falham em guiar) essas ações e interações e as principais ideias e crenças de uma era histórica. Em segundo lugar, [as instituições internacionais] são críticas quanto à política internacional – as relações entre os Estados – enquanto as mudanças sociológicas globais têm enormes consequências na política entre os Estados. As instituições internacionais contêm as regras essenciais da coexistência entre os Estados e as sociedades”, o que significa que, sendo as instituições internacionais a primeira ordem estabelecida, grande parte da mudança social global ocorre no âmbito e,

por conseguinte, na dependência das regras e normas criadas pelos próprios Estados entre si para regular as suas transações.

Se Holsti segue o conceito de Bull de instituições internacionais (HOLSTI, 2004, p. 20), acrescenta-lhe as ideias e as crenças que escapam ao conceito de Bull, referindo que, além de práticas padronizadas, rotineiras, típicas e recorrentes, as “instituições internacionais baseiam-se, normalmente, em conjuntos coerentes de ideias e/ou crenças que descrevem as necessidades das práticas comuns e referem como determinados objetivos sociais podem ser alcançados através [dessas ideias e crenças]. As ideias referem-se ao entendimento do que “é”, tanto de fato como hipoteticamente (...), assim como ao (melhor) estado imaginado das negociações entre os Estados”, sendo por isso uma “forma de poder e frequentemente uma composição de outras formas de poder”. “As crenças, normas baseadas nas ideias, contêm as justificações para essas ideias e afirmações normativas objetivando a necessidade de determinadas formas de comportamento (normas) e/ou alterações de comportamento”. As instituições, assim, “refletem normas, que incluem regras e etiqueta. Elas prescrevem como os atores críticos deveriam comportar-se, sob que condições eles podem fazer determinadas coisas, que tipos de atividades e ações são proscritas e que protocolos e etiquetas deveriam ser observados em determinadas circunstâncias” (HOLSTI, 2004, pp. 21-22).

No entanto, as instituições alteram-se ao longo do tempo, “através de uma variedade de meios e de numerosas fontes, incluindo as ideias e as crenças”. Apesar de estarem sujeitas à mudança, as instituições internacionais também são passíveis de sobreviver a grandes transformações. Assim, se a instituição do colonialismo desapareceu, isso ocorreu quando o comércio internacional se transformou, na era moderna, num comportamento que evita a guerra e, portanto, se institucionalizou. Holsti recupera o comércio como instituição, já referida por Wight como uma instituição fundamental da sociedade internacional, assim como a diplomacia, a guerra, o Direito Internacional, a soberania e a territorialidade (BUZAN, 2004, p. 174).

Barry Buzan, considerando a soberania, a territorialidade, a diplomacia, a balança de poderes, a igualdade entre os povos, a desigualdade entre os

povos, o comércio, o nacionalismo e o meio-ambiente como instituições mestras da sociedade internacional (BUZAN, 2004, pp. 182-183) pondera como instituições derivadas, resultantes das primeiras, a não-intervenção, o Direito Internacional, os direitos humanos, a intervenção humanitária, o colonialismo, o mercado, a autodeterminação, a estabilidade hegemónica, a democracia, dentre muitas outras, cada qual associada a uma instituição mestra (BUZAN, 2004, p. 183).

Ao apontar instituições mestras ou primárias e instituições derivadas ou secundárias da sociedade internacional, Barry Buzan está a hierarquizá-las, na base das duas interpretações que podem ser conferidas às instituições, sendo certo que nenhuma delas se exclui nem nenhum dos dois significados é contestado (BUZAN, 2004, p. 166).

Com efeito, diferentemente das instituições teorizadas pelos regimes internacionais – para cuja teoria as instituições são produto de determinadas sociedades internacionais, em geral liberais, mas sem excluir outros tipos de sociedades, e são na sua maioria racionalmente construídas pelos Estados – as instituições internacionais da Escola Inglesa “são constitutivas, quer dos Estados, quer da sociedade internacional, no sentido em que definem o carácter e o objetivo básicos de qualquer sociedade. Por sociedades de segunda ordem (nas quais os membros são atores coletivos), tais instituições definem as unidades que compõem a sociedade” (BUZAN, 2004, pp. 166-167). Neste sentido, as instituições internacionais refletem algo de muito fundamental e, tal como os factos sociais, estão hierarquicamente estruturados naquilo que a Escola Inglesa chama de “instituições secundárias” (BUZAN, 2004, p. 167).

Sendo o foco central da Escola Inglesa, as instituições primárias ou mestras definem-se como sendo “práticas relativamente fundamentais e duradouras que são evolutivas mais do que desenhadas estaticamente e que são constitutivas dos atores e dos seus padrões de atividade legítima na relação uns com os outros” (BUZAN, 2004, p. 167). “Sendo padrões de práticas partilhadas assente em valores tomados comumente pelos membros das sociedades interestatais, e envolvendo uma mistura de normas, regras e princípios”, as instituições internacionais podem por vezes ver estas práticas e

estes valores aceites mesmo por atores não-estatais. Mas para serem instituições primárias ou mestras, “as práticas têm de desempenhar um papel constitutivo na relação, quer entre as peças/jogadores, quer entre as regras do jogo”. No entanto, conquanto sejam “duradouras, as instituições primárias não são, nem permanentes, nem fixas. Elas seguem tipicamente um padrão histórico de aparecimento, evolução e declínio que acompanha os padrões da vida humana” (BUZAN, 2004, p. 181), o que significa que as mudanças nas práticas dentro das instituições podem ser um sinal de vigor e de adaptação, ou de declínio, o que torna necessário distinguir entre as alterações nas instituições primárias e as alterações nas instituições secundárias (BUZAN, 2004, p. 182).

Já Holsti (2004, p. 24) hierarquiza as instituições da sociedade internacional em instituições fundacionais e instituições procedimentais. As instituições fundacionais definem a sociedade internacional como um tipo específico de arranjo social, com os seus princípios, normas e regras fundamentais, sobre os quais as relações mútuas entre os Estados assentam e se baseiam. Assim surgem formas de ação altamente padronizadas, diferentes de qualquer outra sociedade internacional (HOLSTI, 2004, p. 25).

As instituições procedimentais são “compostas por essas práticas repetitivas, ideias e normas que sublinham e regulam as interações e transações entre os atores individuais”. Estas instituições não definem, como as fundacionais, quem são os membros das instituições, no que estas se transformam ou na forma como elas reclamam estatuto ou legitimidade, mas respondem apenas a questões de carácter mais instrumental, como a forma como os atores se comportam uns em relação aos outros na condução do conflito ou das interações pacíficas. Estas instituições procedimentais, ainda que com um carácter secundário relativamente às instituições fundacionais, não deixam de ser importantes por estas razões; elas são importantes na medida em que ajudam a descrever as características essenciais do sistema internacional. Assim pode suceder à instituição procedimental guerra, que pode desaparecer, sem que isso provoque qualquer alteração fundamental nas instituições fundacionais como a soberania ou o Direito Internacional (HOLSTI, 2004, p. 25).

Neste sentido, se as instituições fundacionais são a soberania, a territorialidade e o Direito Internacional, as instituições procedimentais incluem a diplomacia, o comércio, o colonialismo e a guerra, podendo acrescentar-se o mercado, o sistema monetário internacional e a ajuda externa, já que muitas destas instituições são subcategorias de formas institucionais mais amplas (HOLSTI, 2004, pp. 26-27).

Olhando mais de perto as instituições primárias da sociedade internacional, Buzan considera necessário seguir o caminho aberto por Bull e Mayall no sentido de se compreender a funcionalidade dessas instituições.

Jack Donnelly (2002, pp. 21-23) fez um trabalho preliminar neste âmbito, através de uma lógica funcional construída, tanto sobre o entendimento de Bull de sociedade internacional, quanto sobre os resultados da Escola Inglesa em termos de identificação das instituições internacionais. Assim, Donnelly oferece cinco tipos de funções políticas que são desempenhadas por qualquer sociedade internacional, ao mesmo tempo que a cada função agrega instituições da sociedade internacional já existentes: comunicação e interação (diplomacia e mensageiros), regulação do uso da força (guerra, regras da guerra e práticas específicas que regulam o uso das armas), agregação de interesses e poder (alianças, esferas de influências, instituições governamentais, obrigações feudais e solidariedade religiosa) e alocação e estabelecimento de estatuto (soberania, suserania e império universal).

Mais do que útil para compreender as funções da sociedade internacional, o trabalho de Donnelly parte das sociedades de segunda ordem, daí que seja mais restrito do que a própria tentativa funcional de Bull, que parte de pressupostos para o estabelecimento de funções para qualquer sociedade internacional de primeira ordem.

Tendo em vista esta profusão de estudos sobre os conceitos da Escola Inglesa clássica, a Nova Escola Inglesa também vem questionar se as instituições internacionais seriam afetadas pela mudança de escala geográfica, no caso de se passar a considerar as instituições numa sociedade internacional, não à escala global, mas à escala regional, em função do avanço do regionalismo em várias partes do mundo.

É assim que a Nova Escola Inglesa vem aplicar os conceitos de instituição e de sociedade às regiões, pois tais conceitos tratam dos valores comuns e das relações permanentes que se estabelecem no âmbito de um grupo de Estados soberanos. Trata-se, pois, de conceitos aplicáveis, tanto ao sistema de Estados que precederam a expansão global da sociedade internacional, como fez Wight, quanto ao plano global, como fez Bull, quanto ainda à escala regional (ZANG, 2014, p. 51), trazendo a geografia de volta à Escola Inglesa (BUZAN, 2004, p. 205).

O próprio conceito de região, trabalhado por alguns acadêmicos, sugere uma aproximação às ideias de sociedade e instituições da Escola Inglesa, já que além da proximidade geográfica, as regiões têm um maior nível de coesão social quando comparadas ao plano global em diferentes áreas (BUZAN, 2012, p. 22). Ademais, um subsistema de Estados geograficamente agrupado tem a sua própria estrutura interna e os seus próprios processos, o que o diferencia da sociedade internacional em que se encontra inserido. Ora esta coesão social e esta capacidade de interação no plano regional permitem que se fale em sociedade, em função da existência de normas, regras, padrões de conduta e instituições regionais (BUZAN, 2012, p. 24), o que leva ao aprofundamento dos estudos sobre as sociedades internacionais regionais.

Neste sentido, o choque entre a lógica da cultura e a lógica da anarquia, apontado por Wight, parece subversivo. As instituições regionais vêm, afinal, reforçar e aprofundar as instituições globais como a diplomacia, o comércio e o Direito Internacional, havendo, antes, uma complementaridade entre a lógica da cultura e a lógica da anarquia. Operando no sistema internacional, a lógica da anarquia levou os Estados à sociedade internacional, enquanto a lógica da cultura acaba por determinar o nível de integração que existe dentro dessa sociedade (RIEMER & STIVACHTIS, 2002, p. 27).

Conclusões

As abordagens internacionalistas de Hedley Bull (2002) e de Martin Wight (1977), no âmbito da terceira via da Escola Inglesa, ainda que tenham produzido como resultados os conceitos de sociedade internacional e de instituições internacionais, fundamentais para a evolução da disciplina das

Relações Internacionais, assentam numa base profundamente distinta. Enquanto o conceito de sociedade internacional de Bull busca a ordem – procura substituir o caos pela ordem através da criação de laços que unam os Estados e que os levem, voluntariamente, a criar princípios, normas, regras e padrões comuns de comportamento para cumprirem voluntariamente, em nome da ordem (BULL, 2002, pp. 8, 13) – o conceito de Wight assenta na cultura. Somente quando existe uma estreita ligação cultural entre os Estados é que se torna possível criar uma sociedade internacional com as suas instituições internacionais (1977, p. 33).

Não obstante esta distinção, a Escola Inglesa firmou, de alguma forma, o seu lugar na Europa, todavia nunca chegou a deter adeptos suficientes para fazer frente à Escola Norte-Americana de Relações Internacionais, face à qual esteve sempre marginalizada, chegando as Relações Internacionais a ser mesmo consideradas uma ciência social norte-americana, enquanto os estudos da Escola Inglesa eram levados a efeitos à margem, através de uma metodologia que divergia da metodologia behaviorista dos estudos norte-americanos. Ademais, não obstante a solidez dos estudos conduzidos pela Escola Inglesa, a sua agenda de pesquisa conseguiu apenas, como resultados concretos, obter a conceitualização de sociedade internacional e de instituições internacionais. Por outro lado, e fundamentalmente, os autores da Escola Inglesa trabalhavam num período de dominância, ainda que menor, porém considerável, do Realismo e da Guerra Fria, que abafava todas as hipóteses de surgimento de outros pensamentos, razão pela qual a Escola viria a entrar em período de decadência nas décadas de 1980-1990, até que o derrube do muro de Berlim e a dissolução da URSS abrissem espaço a novas e velhas formas de pensamento. Responde-se, desta forma, à pergunta de partida desta pesquisa, objetivo essencial da mesma e, por conseguinte, deste capítulo.

Ademais, verifica-se, pelo exposto em todo o capítulo, que, se a Escola Inglesa clássica não veio fazer nenhuma hierarquia das instituições – pese embora a maior importância conferida por Bull à soberania, dentre as suas cinco instituições, em virtude de corresponder ao princípio ordenador da sociedade internacional – a Nova Escola Inglesa vem hierarquizar as várias (e novas) instituições que identifica. Do mesmo modo, enquanto os novos

estudos apresentam uma perspectiva evolutiva das instituições da sociedade internacional, os textos clássicos de Bull e Wight apresentam uma visão estática das instituições da sociedade internacional, já que qualquer evolução das mesmas não é considerada como possível. Nos novos trabalhos, ao contrário, as instituições aparecem como evolutivas, sujeitas ao surgimento, evolução e declínio (BUZAN, 2004, p. 182).

Desta forma, James Mayall (1990) analisa a influência do nacionalismo sobre a evolução da sociedade internacional, concluindo que esta é uma nova instituição internacional no sentido em que transforma a soberania na era moderna. Kratochwill (1989, p. 251) e Nardin (1998, p. 20) consideram, por sua via, que a ordem internacional legal existe em função do seu papel definidor do jogo das relações internacionais, já que a sociedade internacional não é apenas regulada pelo Direito Internacional, é também constituída por este.

Se Holsti (2004, p. 20), por seu lado, segue o conceito de Bull de instituição internacional, acrescenta-lhe as práticas padronizadas, rotineiras, típicas e recorrentes, sendo certo que tais instituições internacionais se alteram ao longo do tempo em função de numerosos meios e fontes, que incluem as ideias e as crenças. Para o autor (2004, p. 26), as mudanças nas instituições da sociedade internacional, seja por transformação, inovação ou obsolescência, alteram a configuração de toda a sociedade internacional.

Barry Buzan (2004, pp. 182-183) hierarquiza as instituições internacionais em instituições mestras e instituições derivadas. Já Holsti (2004, p. 24) hierarquiza-as em instituições fundacionais e instituições procedimentais, sendo que as primeiras definem a sociedade internacional como um tipo específico de arranjo social, com os seus princípios, normas e regras fundamentais, sobre os quais assentam as interações entre os Estados. Neste sentido, fica claro ter-se alcançado o primeiro objetivo desta investigação, que procurava avaliar as novas perspectivas e instituições, sua hierarquização, mudança e evolução, elaborada por parte da Nova Escola Inglesa. Simultaneamente, comprova-se a primeira hipótese de trabalho, em ligação direta com este objetivo.

Jack Donelly (2002, pp. 21-23) trabalha, por seu lado, sobre as funções da sociedade internacional, indicando-lhe cinco novas funções, a saber: comunicação e interação, regulação do uso da força, agregação dos interesses e poder e alocação e estabelecimento de estatuto, conforme analisado ao longo do capítulo.

Finalmente, e tendo em consideração o avanço dos processos de regionalização um pouco por todo o mundo, a Nova Escola Inglesa questiona se as instituições internacionais seriam afetadas pela alteração da escala geográfica, chegando à conclusão que não – e que, por conseguinte, os conceitos de sociedade internacional e de instituições internacionais podem ser aplicáveis à escala regional (ZANG, 2014, p. 51). Assim se alcança o segundo objetivo proposto e se valida a segunda hipótese de trabalho.

Na verdade, a coesão social que existe numa região é maior do que a que existe no plano internacional, de modo que a interação no plano regional permite que se fale em sociedade, até pela existência de normas, regras, padrões comuns de comportamento e instituições regionais (BUZAN, 2012, p. 24).

Interessante notar, ainda, que, tal como os realistas, a Escola Inglesa acredita na importância da anarquia, da guerra e da balança de poderes. Mas apenas enquanto ideias que moldam a prática política internacional e não enquanto leis fundamentais do sistema internacional ou fenômenos imutáveis enraizados na estrutura do sistema internacional (DOUGHERTY & PFALTZGRAFF, 2003, p. 216). Isto porque, além do sistema internacional, pode existir a sociedade internacional, ainda que um sistema internacional possa existir sem a existência de uma sociedade internacional (DOUGHERTY & PFALTZGRAFF, 2003, p. 153). O estudo da sociedade internacional é, como ficou claro, o ponto de partida da Escola Inglesa, sendo certo que as sociedades, em termos gerais, são “mecanismos cooperativos para garantir vantagens mútuas aos seus membros” (DUNNE, 1998, p. 10). Assim, uma sociedade internacional existe enquanto tal porque os agentes dos Estados interagem em nome dos seus Estados concebidos como membros dessa sociedade, o que significa que a sociedade internacional é uma realidade socialmente construída. A sociedade internacional parte da premissa da

igualdade soberana dos Estados, mas inclui uma estrutura com princípios legais e normas ou padrões de conduta (DOUGHERTY & PFALTZGRAFF, 2003, pp. 153-154).

Neste sentido, as estruturas moldam as normas de conduta que governam a sociedade, de tal modo que qualquer sociedade internacional é caracterizada por padrões normativos ou regras de conduta partilhados (DOUGHERTY & PFALTZGRAFF, 2003, p. 154). Nesta base, a Escola Inglesa viria a influenciar profundamente e a estar na base do pensamento dos teóricos construtivistas, para os quais a sociedade internacional é fundada em estruturas intersubjetivas que são, elas próprias, resultado de ideias e crenças que produzem condutas baseadas em regras e valores comumente aceites e firmemente arraigados nas instituições e práticas internacionais, alcançando-se desta forma o último objetivo desta pesquisa e validando-se, por conseguinte, a terceira e última hipótese.

Referências

- BROWN,C.; AINLEY,K. (2009) Compreender as Relações Internacionais. Gradiva: Lisboa.
- BULL, H. (2002 [1977]) A Sociedade Anárquica. Imprensa Oficial do Estado-UnB-IPRI: São Paulo.
- BULL, H. (1966) «The Grotian Conception of International Society». Diplomatic Investigations. George Allen & Unwin: London.
- BUZAN, B. (2012) «How Regions were Made and the Legacies for World Politics: an English School Reconnaissance». International Relations Theory and Regional Transformation. Pp. 22-48. Cambridge University Press: Cambridge.
- BUZAN, B. (2006) «Rethinking Hedley Bull on the Institutions of International Society». The Anarchical Society in a Globalizing World. Pp. 75-96. Palgrave Macmillan: New York.
- BUZAN, B. (2004) From International to World Society? English School Theory and the Social Structure of Globalization. Cambridge University Press: Cambridge.
- BUZAN, B. (2001) «The English School: an Underexploited Resource». IR Review of International Studies, Vol. 27, N. 3, 2001, pp. 471-488.
- BUZAN, B. ; GONZALEZ-PELAEZ, A. (eds.) (2009) International Society and the Middle East: English School Theory at the Regional Level. Palgrave Macmillan: New York.

DONNELLY, J. (2002) The Constitutional Structure of Ancient Greek International Society, paper presented at BISA Conference, London, December, 2002, 39p.

DOUGHERTY, J. ; PFALTZGRAFF, R. (2003) *Relações Internacionais – As Teorias em Confronto*. Gradiva: Lisboa.

DUNNE, T. (1998) *Inventing International Society: A History of the English School*. Saint Martin's Press: New York.

FARIAS FERREIRA, M. (2007) *Cristãos e Pimenta – a Via Média na Teoria das Relações Internacionais de Adriano Moreira*. Almedina: Coimbra.

GEORGE, J. (1994) *Discourses of Global Politics: a Critical (Re)Introduction to International Relations*. Boulder: Lynne Rienner.

HOLSTI, K.J. (2004) *Taming the Sovereigns: Institutional Change in International Politics*. Cambridge University Press: Cambridge.

KINGSBURY, B. (1999) «Grotius, Law, and Moral Scepticism: Theory and Practice in the Thought of Hedley Bull». *Classical Theories of International Relations*. Pp. 42-70. St. Martin's Press: New York.

KRATOCHWIL, F. (1989) *Rules, Norms and Decisions: On the Conditions of Practical and Legal Reasoning in International Relations and Domestic Affairs*. Cambridge University Press: Cambridge.

MAYALL, J. (2000) *World Politics: Progress and Its Limits*. Polity Press: Maiden, USA.

MAYALL, J. (1990) *Nationalism in International Society*. Cambridge University Press: Cambridge.

NARDIN, T. (1998); «Legal Positivism as a Theory of International Society» in *International Society: Diverse Ethical Perspectives*. Pp. 17-35. Princeton University Press: Princeton.

RIEMER, A. K. & STIVACHTIS, Y. A. (2002) «European Union's Enlargement, the English School and the Expansion of Regional International Societies». *Understanding EU's Mediterranean Enlargement: The English School and the Expansion of Regional International Societies*. Peter Lang: Frankfurt.

STIVACHTIS, Y. A. (2003) «Europe and the Growth of International Society: Anarchy More than Culture». *Revista Global Dialogue*, Vol. 5, N. 3-4, 2003, pp. 137-164.

WALTZ, K. (2002 [1979]); *Teoria das Relações Internacionais*. Gradiva: Lisboa.

WIGHT, M. (1985 [1946]) *A Política do Poder*. Editora Universidade de Brasília: Brasília DF.

WIGHT, M. (1977) *Systems of States*. Leicester University Press: Leicester.

WILLIAMS, J. (2006) «Order and Society». *The Anarchical Society in a Globalized World*. Pp. 13-34. Palgrave MacMillan: New York.

ZANG, Y. (2014) «Towards a Regional International Society: Making Sense of Regionalism in East Asia». *Regions in International Society: The English School at the Sub-Global Level*. Mazarik University, 2014, pp. 45-67. [Consultado em Dezembro de 2015] Disponível em www.globalpolitics.cz/en.



ARTIGOS - ARTICLES

Tornar-se um Historiador das Relações Internacionais no Brasil

Thiago Gehre Galvão¹

Professor do Instituto de Relações Internacionais - UnB
gehre.unb@gmail.com

Como citar este artigo: GALVAO, Thiago Gehre. "Tornar-se um Historiador das Relações Internacionais no Brasil", *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº10, pp. 162-177. 2020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa:

Resumo: As vivências, intersubjetividades e intertextualidades entre o autor e Amado Luiz Cervo constituem o fio condutor desta narrativa que visa reafirmar ao mesmo tempo a relevância da História para o estudo das Relações Internacionais, o lugar do historiador como internacionalista; bem como o fato de que nos tornamos parte do tecido social, com representatividade, significância e identidade, na medida em que vivemos em um emaranhado complexo de relações emocionais, psicológicas e institucionais. Amado Cervo é o personagem principal desta narrativa que o entende como um tipo ideal que inspira gerações. Ao mesmo tempo, auxilia na tarefa de esquematizar alguns elementos definidores da trajetória e do ofício de historiador de Relações Internacionais, tais como viver o internacional, delinear um mapa de ações, olhar o mundo por lentes críticas, capturar os tempos, preservar as memórias e pensar o futuro.

Palavras-chave: História das Relações Internacionais; História dos conceitos; História das ideias; Relações Internacionais.

¹ Thiago Gehre é coordenador do Programa Estratégico UnB2030: Sustentabilidade e Desenvolvimento Inclusivo. Doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e Professor do Instituto de Relações Internacionais da UnB. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9951-288X>; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0445717686469340>; E-mail: gehre.unb@gmail.com

Becoming a Historian of International Relations in Brazil

Abstract: Experiences, intersubjectivities and intertextualities between the author and Amado Luiz Cervo constituted a guiding thread in this narrative that aims to reaffirm at the same time the relevance of History for the study of International Relations and the historian's place as an internationalist. Another main objective is to demonstrate the fact that we become part of the social fabric, with representativeness, significance, and identity, only by living in a complex entanglement of emotional, psychological, and institutional relationships. Amado Cervo is the main character of this narrative, an ideal type that inspires generations of intellectuals. From an autobiographical point of view it is possible to shade some light on defining elements of the trajectory and career of the historian of International Relations in Brazil, such as living the international, drawing up a map of actions, looking at the world through critical lenses, capturing times, preserving memories and thinking about the future.

Keywords: History of International Relations; History of concepts; History of ideas; International Relations.

Este artigo tem o objetivo de aportar algumas reflexões sobre os desafios de se tornar um Historiador das Relações Internacionais (RI) no Brasil. Trata-se de reflexão sobre como o encontro de gerações suscita forças criativas e de continuidades em um contexto de permanente questionamento da relevância da História para o estudo das Relações Internacionais (GILBERT, 1968). O texto foi desenhado como uma narrativa autobiográfica a partir dos encontros do autor com Amado Luiz Cervo², no escopo de constituição de uma família intelectual de Historiadores das RI.

O campo das RI embarcou tardiamente na jornada de integrar narrativas como parte da empreitada de entendimento científico e com uma linguagem clara. As abordagens autobiográficas e autoetnográficas continuam sendo incompreendidas nas RI “como uma maneira de conhecer o mundo”,

² Amado Luiz Cervo pode ser considerado figura emblemática em guiar uma “locomotiva de produção do conhecimento” e inspirador de importante “família intelectual”, a da História das Relações Internacionais (HRI) de tradição brasileira. Uma comunidade conectada por suas pesquisas de iniciação científica, dissertações de mestrado, teses de doutorado, conformada de internacionalistas que se tornaram professores, pesquisadores, servidores públicos (gestores e diplomatas) e que transitaram entre os mundos das ideias e da prática. Amado Cervo foi meu professor na Universidade de Brasília nos cursos de graduação em Relações Internacionais (RI), mestrado em História e doutorado em RI. Participou nas minhas bancas de qualificação de mestrado e doutorado e na minha defesa de mestrado. Nos tornamos bons amigos.

talvez porque tenham como ponto de partida o “eu” e suas singularidades, particularidades e peculiaridades nascentes no “mundo interior de uma mente que compartilha [suas] experiências” (INAYATULLAH, 2020).

O argumento central deste artigo é que ninguém é, mas se torna um Historiador das RI, o que significa dizer que se estabelece uma teia complexa de relações emocionais, psicológicas e institucionais que são responsáveis pela tessitura de múltiplas camadas de identificação e representação atreladas a um ofício (BLOCH, 2002). Procurei estabelecer um diálogo entre o foco em personagens históricos, a emergência da história global e o repensar a história para as relações internacionais, particularmente pela valorização da narrativa autobiográfica como instrumental epistemológico.

Como resultado, criei um enquadramento (*framing*) ancorado em torno de três categorias analíticas: vivências, intersubjetividades e intertextualidades. Acessei uma miríade de fontes históricas para a consecução desta empreitada intelectual, desde memórias pessoais e da época de aluno na UnB (vivências), lembranças da convivência como colega, colaborador e frequentador do círculo pessoal de Amado Cervo (intersubjetividade), bem como pela apreciação das ideias e crenças contidas em sua obra (intertextualidade).

Organizei o artigo em cinco partes principais. Na primeira, discuto a ideia de que o Historiador de RI é um internacionalista, olhando para a influência de Amado Cervo e sua obra na constituição de uma família intelectual; na segunda, mergulho em algumas vivências que construíram o meu caminho como internacionalista em contato com a História; na terceira, pondero sobre alguns elementos marcantes para o ofício de Historiador das RI; na quarta parte comento sobre as origens do projeto “espírito das Relações internacionais”; e concluo com algumas palavras finais sobre a empreitada de se tornar um Historiador das RI.

O Historiador é um internacionalista³

Como um tipo ideal (WEBER, 2001) de Historiador das RI, Amado Luiz Cervo pode ser entendido, decifrado e questionado como um “tipo

³ Por internacionalista podemos conceber aquele/a que construiu sua carreira e formação na ciência política e relações internacionais estudando e pesquisando temas da política internacional ou aquele/a proveniente de outras áreas do conhecimento e que aprecia temáticas diversas (saúde, pobreza, urbanização) olhando para as dinâmicas e conexões com o internacional (regional, mundial e global).

ideal”⁴, um internacionalista que enfrentou resistências originadas no império cognitivo da politologia ocidentalista (SANTOS, 2019). Em sua trajetória, fortaleceu o sentido de que o historiador como internacionalista se legitima ao voltar-se aos elementos identitários das RI, totalmente atrelados à História (GEHRE & ARRAES, 2013).

De fato, o Historiador das RI precisa desenvolver habilidades comuns e diferenciadas de outros internacionalistas, mas que, sem dúvida, perfazem um processo de constante aprendizagem: das noções básicas de escrita (que estabeleça um diálogo entre explicação científica e narrativa literária) (GADDIS, 2003); do pensar os regimes de temporalidade e as conexões entre passado-presente-futuro (HARTOG, 2017); da escolha e delimitação dos objetos de estudo, seus significados e representatividades pessoais e profissionais; das habilidades com o uso do ferramental analítico, alguns deles ligados ao uso de métodos qualitativos e quantitativos (REUS-SMIT & SNIDAL, 2008); instrumentalização de teorias, conceitos, e de uma infinidade de técnicas de pesquisa (KNUTSEN & MOSES, 2012). Particularmente o mergulho nos arquivos talvez seja uma das vivências mais desafiadoras e formadoras de um Historiador das RI. A paciência da coleta, seleção, leitura, separação, categorização e organização das fontes primárias. Da releitura, mineração de informações valiosas à tessitura de um texto coerente, uma narrativa (TRACHTENBERG, 2006).

O ofício de Historiador das RI se define, ademais, pela capacidade de interlocução com uma literatura de múltiplas áreas. A intertextualidade é eixo estruturante do modo pelo qual é possível compreender uma das trajetórias possíveis para tornar-se um internacionalista. Por um lado, as intertextualidades se referem à construção de um conhecimento na área da História das RI que se vale de leituras e releituras da massa de conhecimento produzida desde o século 19 – particularmente sobre História – e com maior força e clareza a partir dos anos 1940 sobre História e Relações Internacionais. Os entendimentos extraídos dos textos produzidos por Amado Luiz Cervo ao

⁴ Pensar mediante o conceito de “tipo ideal” gera inteligibilidade nesta simbiose entre racionalidade e subjetividade, entre realismo e utopia na produção de um “conceito histórico-concreto”.

longo de sua vida acadêmica são fontes legítimas e seguras para suscitar reflexões sobre passado, presente e futuro.

Por um lado, Cervo abriu o caminho para a construção de uma obra duradoura sobre a História da Política Externa Brasileira, agregando às diferentes edições de seu manual, entre 1992 e 2020⁵, novas reflexões sobre o passado e as continuidades em sua narrativa sobre a história do presente. Por outro, abriu uma trilha para se discutir os “desafios internacionais” (CERVO, 1994) e, com especial atenção à América Latina e ao Cone Sul (CERVO; RAPOPORT, 1998; CERVO, 2001) desde uma perspectiva histórica. Ao mesmo tempo, estabeleceu pelo menos dois eixos essenciais da tradição brasileira de estudos internacionais: 1) estudos sobre relações bilaterais (CERVO, 1992), que evoluíram para o estudo das parcerias estratégicas (LESSA, 2013); 2) o foco nos conceitos, mais do que nas teorias internacionais, especialmente na construção de conceitos a partir de uma perspectiva histórica (CERVO, 2008).

Outra dimensão do internacionalista historiador advém das intersubjetividades, dos encontros e desencontros entre pessoas e seus objetos de estudo, assim como a maneira que encontramos para lidar com os desafios pessoais e profissionais que cruzam nossas trajetórias. Encontrei Amado Cervo muitas vezes ao longo de minha vida, o que moldou minha conexão com esta família intelectual e me desafiou a me tornar um historiador das RI que pudesse ter uma marca própria em termos de estilo de escrita, inclinações ideológicas, visão de mundo e inspirações.

Encontros e desencontros me tornaram o Historiador de RI que sou. Para aquelas gerações que se interessem em ter na História a plataforma de lançamento para suas empreitadas científicas e acadêmicas, é válido compreender o tamanho da obra que esta família intelectual já produziu no Brasil. Neste contexto, Cervo seria responsável por estimular uma certa “reciprocidade” no processo de associação das pessoas em torno de um sistema de crenças (ideias) (MARTINS, 2002), fortalecendo a consciência de pertencimento à área da História das RI no Brasil e na América Latina (PAUGAM, 2017).

⁵ Vale menção que no prelo da Editora da UnB a nova edição da obra História da Política Exterior do Brasil, 2020.

Vivências na História das Relações Internacionais no Brasil

Desde o ingresso na universidade como graduando do curso de Relações Internacionais na Universidade de Brasília e durante toda minha formação, como mestrando e doutorando, e já como professor de uma Universidade pública no norte do Brasil pairava aquela dúvida existencial: como seria de fato meu futuro profissional?

Minhas vivências junto à História das RI foram decisivas em encontrar uma resposta a esta questão. A partir de 1997, ainda como calouro do curso de RI na UnB, timidamente fomos eu e alguns colegas de grupo procurar material de referência⁶ para um trabalho da disciplina de Introdução ao Estudo das Relações Internacionais (IERI), do então jovem professor Danilo Von-Sperling, que exigiu bastante trabalho de pesquisa. Encontramos, então, na figura de Amado Cervo a primeira acolhida, quando nos emprestou material sobre a história de grupos terroristas, objeto de nosso seminário naquele semestre.⁷ Nos anos seguintes, criei dois elos acadêmicos de proximidade com o grupo de Historiadores de RI: o interesse por América Latina⁸ e ao seguir os passos de José Flávio Sombra Saraiva (então pupilo de Amado Cervo), primeiro como aluno e monitor na disciplina de História das Relações Internacionais Contemporâneas (HRIC), e logo como tutor de pesquisa no Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI). Em seguida J. F. S. Saraiva se tornaria meu orientador de dissertação de mestrado.⁹

⁶ Naquela época o uso do computador e da internet como ferramentas de pesquisa ainda eram bastante limitados, o que nos deixava como alternativa a busca física/presencial no catálogo da BCE e a solicitação de livros e material dos nossos professores.

⁷ Alguns de meus colegas de curso passaram a seguir mais de perto a trajetória daquele grupo de professores do Departamento de História (Amado Cervo, Estevão Rezende Martins, J.F. S. Saraiva, Wolfgang Döpcke, Albene Miriam Meneses, Norma Breda dos Santos) que viriam a contribuir com a criação do primeiro curso de Doutorado em RI no Brasil, no IREL da UnB.

⁸ Vale o registro que meus pais Maely Santos Costa Gehre e Homero Filgueiras Galvão, que foram alunos da UnB nos anos 1960, influenciaram esta inclinação especial pela América Latina ao me proporcionar a vivência em casa, das histórias contadas e da cultura (cinema, música e literatura) latino-americana.

⁹ Com importante influência de J F S Saraiva, curiosamente minha dissertação de mestrado, defendida em 1º de julho de 2003, e transformada em livro logo depois, seria um dos primeiros esforços intelectuais de entendimento da América do Sul como conceito da política externa brasileira, abrindo uma avenida para outros estudos como “A América do Sul no Discurso Diplomático Brasileiro” (Funag, 2005), de Luís Cláudio Villafañe G. Santos, e “O Horizonte Regional do Brasil”, de Leandro Freitas Couto (Juruá, 2009).

Desta trajetória recordo vivamente que todas as terças e quintas, a partir das 14h, assistíamos às aulas de Amado Cervo sobre a HPEB. Em um tom monotônico, intercalado por uma piada que poucos entendiam, e sempre atento àquelas folhas amareladas que retirava de sua pasta estilo 007: “eram os originais do seu livro”, sussurravam na sala, ao se referirem a sua obra de referência com Clodoaldo Bueno (CERVO; BUENO, 2008).

Amado Cervo seria capaz de capturar “*the sense of sea change*”, como diria Lynn Hunt (2014), fazendo evoluir o ensino da História para as RI, da cadeira de História Diplomática nos anos 1980, da HPEB nos anos 1990, a HRIB nos 2000 e nos últimos anos já considerando que o que estava ensinando seria uma História da Inserção Internacional/Global do Brasil (GALVAO ; MROS, 2017).

As escolhas de disciplinas optativas, a redação de minha monografia de final de curso, bem como minha pesquisa e colaboração no IBRI iriam definir meu relacionamento com vários colegas professores e pesquisadores. Todos eles estiveram presentes em momentos significativos da minha transformação em um historiador das RI, na figura de orientadores, em mesas de discussão, bancas de qualificação e defesa, como colegas de trabalho e em parceria em publicações.¹⁰

Um texto simples sobre a integração regional e o relacionamento entre Brasil, Argentina e Venezuela tornou-se uma dissertação de mestrado sobre a Política Externa Brasileira no tempo longo, das suas origens no século 19 à Reunião de Presidentes de Brasília de 2000. A América do Sul marchou comigo e continuou como referência em minha tese de doutorado – o primeiro estudo sistematizado e de esforço de compreensão histórica das relações bilaterais Brasil e Venezuela. As convivências de uma experiência completa de quatro anos de pesquisas, leituras, análises e interpretações – que refletiam o crescimento do campo de estudo da história das relações internacionais no Brasil (SARAIVA ; CERVO, 2005) – impactariam na minha transformação como Historiador das RI.

¹⁰ Compilo destacadamente meus encontros com alguns dos principais personagens de minhas vivências como Historiador de RI: Estevão Martins, Albene Maria, Antônio Carlos Lessa, Virgílio Arraes, Carlos Vidigal e Pio Penna Filho, além de colegas latino-americanos, como Raul Bernal-Meza e Alejandro Mendible.

Tornar-se Historiador de RI¹¹

As vivências dentro e fora do campo acadêmico subsidiaram na construção das minhas habilidades gerenciais, cognitivas e psicossociais como um internacionalista. Por isso não podemos dizer que alguém simplesmente “é algo”. Quando se vive em sociedade, você “se torna algo”, justamente pelos encontros e desencontros, pelo acumulado de episódios e contatos estabelecidos na sua trajetória pessoal e profissional.

Da minha graduação ao mestrado foi o caminho de formação inicial: dominar as ideias, conceitos e o ferramental metodológico de Historiador das RI. Na defesa de minha dissertação, Cervo chamaria atenção sobre a relevância de se ter um argumento sólido e consistente quando se trabalha com o chamado “tempo longo” (BRAUDEL, 2005). O risco era perder o “fio da meada” e não conseguir produzir uma narrativa elegante. A transposição de minha dissertação em um livro (GEHRE, 2009) foi fruto de um trabalho de síntese e reorganização de ideias, especialmente de categorização e conceituação, que se tornou marca registrada da História das RI no Brasil e em Brasília (CERVO, 2008).

Do mestrado ao doutoramento foi o momento de amadurecimento. Intercalado com o exercício da docência – desde julho de 2001 – o espaço de experiência da tese é marcado pelas diferentes formas de contato com o orientador: alguns mais próximos – praticamente guiando seus orientandos consoante suas agendas e interesses de pesquisa – outros mais distantes ou dando mais liberdade para que os orientandos realizem seu trabalho em seu tempo e velocidade. A banca de qualificação torna-se o ponto médio nesta trajetória. Amado Cervo foi contundente: “aonde estão as fontes primárias, aonde está a empiria?” Seriam elementos que respaldariam a densidade e o ineditismo do meu trabalho doutoral como “um esforço intelectual marcante”.

Tornar-se Historiador de RI é uma imersão na complexidade do mundo: de encontros intergeracionais que suscitam continuidades e

¹¹ O tema central do artigo é inspirado no livro de Rene Girault “Etre historien de RI” que conheci pela primeira vez como aluno de graduação, fitando curiosamente a estante de livros de Amado Cervo em sua sala no Departamento de História, no ICC, Campus Darcy Ribeiro da UnB. A obra de Girault se debruçava evidentemente sobre a França e, em uma perspectiva eurocêntrica, procurava pontuar o que seria um Historiador de RI. Desde aquele dia permaneceu em mim esta grande inquietação de como seria escrever texto similar pensando a realidade brasileira e de um Historiador das RI no Brasil. GIRAULT, René. **Être historien des relations internationales**. Université de Paris I – Sorbonne, 1998.

descontinuidades; dos diálogos, conexões, amizades e rivalidades entre todos aqueles e aquelas que de alguma forma fizeram e fazem parte da sua vida pessoal e profissional; de adensamento de um laborioso trabalho de construção de um campo do conhecimento muito particular para a realidade brasileira; da construção de valores e virtudes especiais para este ofício. Nada obstante, é possível sistematizar algumas das características definidoras de um Historiador das RI em seu papel social.¹²

Viver o internacional tem relação direta com o Ensinar História para as Relações Internacionais. Uma destas dimensões é sem dúvida o acesso ao internacional por meio de filmes, livros, arte em geral, pesquisa de campo e viagens de trabalho e culturais. Portanto, um historiador de RI deve estar antenado à nova produção de conhecimento da área. O advento da sociedade da informação iria facilitar este acesso a novas obras e pesquisas (publicadas em revistas científicas internacionais). Mas permanece valiosa a prática de garimpar livros em viagens internacionais. Apontava Cervo, “Acabei de chegar de Paris, de onde trouxe 5 livros para saber o que eles estão pensando e produzindo em relações internacionais”.¹³ Cervo sabia da importância de um internacionalista se apresentar na “vida internacional”. Contara a ele sobre minha recente jornada como pesquisador visitante na Suécia, na Universidade de Lund. Ele replicou: “gostei de saber que está nesse país, Suécia, onde estive em seminários internacionais. Você está no caminho certo: professor de Relações internacionais deve viajar.”¹⁴

Delinear um mapa de ações é um artifício importante para o historiador de RI executar seu trabalho. Cervo acumulara durante anos de carreira uma visão sobre grandes projetos (editoriais ou desenho de pesquisas), o que lhe permitia enxergar lacunas na produção do conhecimento e atalhos às dificuldades institucionais e burocráticas para a concretização de propostas e ideias.¹⁵ O caminho para Cervo seria “primeiro definir o escopo do projeto” e,

¹² Nesta parte da narrativa, com autorização de Amado Cervo, fiz uso de e-mails trocados no período recente de 2015 a 2020, como uma forma de capturar alguns elementos importantes que constituem esta ideia de “se tornar um historiador de RI”.

¹³ E-mail, Cervo para Gehre. qui. 8 de jun. de 2017. 9:26.

¹⁴ E-mail, Cervo para Gehre. sex. 21 de fev. de 2020. 8:56.

¹⁵ Cervo ponderou sobre dois projetos que eu lhe apresentei: um livro sobre as RI na Amazônia” e a criação de um centro de pesquisa denominado *Global Politics, Historical International Relations*. Por um lado, saudou as possibilidades do livro, por seu potencial; por

consoante sua vasta experiência como pesquisador, pensar em termos de “bolsas de produtividade no CNPq, para fins de criar uma rede de debates acadêmicos”. A relevância e força de uma empreitada como a criação de um Centro de Pesquisa especializado demandaria a liderança de um acadêmico com perfil de coordenador para assumir as seguintes funções: “a) definir o projeto de modo concreto, com o tema de cada pesquisador, que iria elaborar o projeto-aspecto de sua responsabilidade; b) convidar os colaboradores para integrar o grupo, com todo o cuidado; c) encaminhar o conjunto dos projetos, porém de forma individualizada, semelhante a antiga modalidade de projeto integrado; d) acionar tarefas operacionais de apoio logístico ao desempenho do grupo: seminários, artigos prévios, debates em rede etc.”

Ver o mundo por lentes críticas respalda a seriedade do labor de um Historiador de RI, que deve trabalhar com diferentes perspectivas embasadas na empiria. Em episódio recente, Cervo reagiu à entrevista de Steven Levitsky sobre o governo Bolsonaro.¹⁶ Não escapa ao olhar crítico e atento de Cervo análises superficiais e historicamente descontextualizadas. Cervo opunha-se a qualquer interpretação “idiota de um americano ignorante, que não sabe nada sobre o Brasil e sobre nosso sistema político. Mas que gosta de ganhar dinheiro com leitores também ignorantes, americanalhados”.¹⁷

Amado Cervo construiu uma obra entremeada por narrativas criticando os compromissos internacionais assumidos por governos sem qualquer preocupação com os interesses nacionais, dos tratados desiguais assinados durante o Brasil Império aos mais recentes acordos de livre comércio com norte-americanos e europeus; destacou os projetos abortados de industrialização e a própria industrialização tardia e dependente do capital estrangeiro; condenou as tentativas de espoliação dos bens públicos e das riquezas naturais do país, da abertura à navegação do Amazonas no século 19 à instalação de um modelo de Estado Normal ideologicamente associado ao neoliberalismo (CERVO; BUENO, 2008); assim como – em total alinhamento à objetividade do ofício de historiador que marcou sua geração e formação –

outro foi realista quanto ao centro de estudos: “Creio que este projeto não está maduro: genérico e ainda pouco operacional”. E-mail, Cervo para Gehre. Seg. 21 de set. de 2015. 9:55.

¹⁶ LEVITSKY, Steven. **Como as Democracias Morrem**. RJ: Zahar. Entrevista Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2019/08/28/O-estado-da-democracia-no-governo-Bolsonaro-segundo-este-autor?utm_campaign=sds&utm_source=Newsletter

¹⁷ E-mail, Cervo para Irelstaff. dom. 1 de set. de 2019. 9:55.

registrou o declínio da política externa no período do Partido dos Trabalhadores no poder (CERVO; LESSA, 2014).

Capturar os tempos (suas diferentes representações) e decifrar seus mistérios é o motivador do historiador das RI. O tempo em si apresenta-se como aliado do Historiador de RI, em seu objetivo de “tornar-se”. Amado Cervo construiu uma obra ao longo dos vários anos de sua carreira sendo que “seu legado nas Ciências Humanas no Brasil” transcendeu os campos da História e das RI ao versar sobre múltiplas temáticas ontológicas, metodológicas e epistemológicas. Tão importante como reagir de maneira quase que instantânea às demandas, urgências e emergências que muitas vezes pautam a vida dos cientistas sociais, é preciso construir um entendimento mais profundo sobre a complexidade da vida internacional. O seu acumulado de conhecimento, refletido em seus livros, artigos, teses e dissertações orientadas, intervenções em bancas e seminários, confluía para a vasta seleção de fontes arquivísticas coletadas e de obras que fizeram parte da sua biblioteca, cuidadosamente edificadas ao longo do tempo, “sem pressa”!¹⁸

Preservar as memórias, pessoais e institucionais, é uma das tarefas-chave de um Historiador das RI (LE GOFF, 2001). Além dos arquivos é possível acessar informações pelo uso da História Oral (entrevistas e depoimentos), resgatando traços que vivifiquem personagens marcantes em seus contextos. A preservação das memórias relaciona-se ao legado a ser deixado para gerações futuras. As teses e dissertações orientadas por Cervo seriam sem dúvida “um bom acervo de pesquisa” e a possibilidade de que gerações futuras pudessem fazer este “exercício de revisitar sua obra.”¹⁹

Em 8 de julho de 2019 Amado Cervo já estava empacotando todo aquele material, “cerca de 200 [teses e dissertações] “em cujas bancas participei no Brasil e no exterior, desde os anos 1970”. Quando cheguei ao “Quintas da Alvorada”, residência de Cervo, 26 pacotes de textos impressos me esperavam. Começamos a colocar no meu carro para levá-los a uma sala do IREL-UnB. Cervo sabia se tratar de “um material precioso e original sobre relações internacionais, que o pesquisador pode consultar, citar e aproveitar em suas

¹⁸ E-mail, Gehre para Cervo. ter. 5 de fev. de 2019. 11:18.

¹⁹ E-mail, Cervo para Gehre. qua. 4 de jul. de 2019. 8:30. E-mail, Gehre para Cervo. qua. 3 de jul. de 2019. 12:44

publicações”.²⁰ Além disso, estava bastante contente em doar sua coleção de livros à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) “que vai colocar minha biblioteca em uma sala própria e exclusiva, com uma placa de entrada: Ao Filho de Santos Anjos - Amado Luiz Cervo, biblioteca particular”.²¹

Pensar o futuro é cada vez mais uma das principais elaborações para um Historiador das RI. Segundo Margareth Macmillan (2010, p.9) “melhor compreende o que está por vir, o tempo futuro, aquele que entende bem o passado”. Em um dos últimos e-mails trocados com Amado Cervo, onde ele contava como estava convivendo com esta “praga” (Covid-19) e o isolamento e distanciamento sociais necessários nesta situação.²² As grandes epidemias criam contextos de crise que nos remetem não apenas ao passado como nos fazem reimaginar o futuro, justamente para não deixar que os fardos cotidianos bloqueiem os esforços “*to build for the future*” (PACKARD, 2016).

Mas como as universidades públicas brasileiras poderiam responder, não apenas na área das *Hard Sciences*, mas também das Humanidades à crise do COVID-19? Cervo foi coordenador do Laboratório do Futuro na UnB²³ o que me “parece um capítulo bastante interessante da sua carreira” e bastante pertinente para o momento que estamos vivendo. Explicava a Cervo que se a UnB tivesse uma instância pensando o futuro da Universidade, certamente estaria mais bem preparada para enfrentar crises como esta do COVID-19.

²⁰ A UFSM não poderia receber teses e trabalhos orientados por Cervo “porque não pode registrar em seu acervo, uma vez que os direitos autorais e outros registros não estão definidos ainda”. E-mail, Cervo para Gehre. sab. 20 de abr. de 2019. 10:09. E-mail, Cervo para Gehre. qua. 9 de jul. de 2019. 9:53.

²¹ Um dos idealizadores e articuladores da realocação da biblioteca pessoal de Cervo de sua casa na Quintas da Alvorada, Brasília, para a UFSM foi “nosso amigo de Santa MARIA”, professor Günther Mros que lembrara que Cervo havia nascido em Santos Anjos, perto de Vale Vêneto, no município de Silveira Martins. “O novo Campus da UFSM fica na encosta da montanha, depois da qual está Santos Anjos no vale”. Este aspecto animou Cervo a doar sua coleção de livros. E-mail, Cervo para Gehre. seg. 18 de jun. de 2018. 10:06; E-mail, Cervo para Gehre. qua. 6 de fev. de 2019. 9:53.

²² Diria Cervo: “Que bom que você está de volta. Logo que acabar essa praga vamos nos ver, saborear um Whisky e conversar. Por enquanto só uso esse mail. Aqui estamos bem. Eu, Cacá e o gato. Dou minhas caminhadas todos os dias, mas só falo com caminhantes de longe. Estou com saudade. Forte abraço. Amado”.

²³ Laboratório de Estudos do Futuro (LEF) foi pensado por Cervo como uma plataforma de pesquisa avançada usando a metodologia da prospectiva para enfrentar alguns grandes desafios ou questões a partir de tendências históricas para traçar possibilidades de evolução no tempo futuro: “o que vai acontecer com o futuro das águas, florestas, cidades, população”. O LEF fora desenhado aproveitando o capital humano e a diversidade de expertise dos pesquisadores e professores da UnB. Entretanto, o projeto original de Cervo seria dobrado aos desígnios políticos do reitor da ocasião, professor Lauro Mohry.

Havia necessidade e possibilidade de uma resposta não apenas sobre o tempo presente, mas como pensar a partir do passado e olhando para o futuro.²⁴

O espírito das Relações internacionais

“Agora quero descansar e me preparar para o céu, com muita cerveja, é claro.” (E-mail, Cervo para Gehre. ter. 5 de fev. de 2019. 11: 05)

Cervo queixava-se não da idade, mas talvez das limitações que foram se impondo à sua rotina bastante sistemática de trabalho.²⁵ Mas restava fôlego para um último empreendimento, um livro para o qual ele me convidara a contribuir: venha “conversar sobre nosso *Espírito*”.²⁶ Explicara a Cervo meus interesses neste projeto. “primeiro porque é uma honra poder escrever ele com vc. Segundo porque gostaria de poder carregar a herança do seu pensamento para as próximas gerações participando diretamente deste processo”.²⁷ Cervo avançava aos poucos tentando resistir ao tempo e continuar empreendendo. “O Espírito das Relações Internacionais” seria um manual, a princípio, de “como pesquisar e escrever”. No planejamento original, a primeira parte seria um diálogo com as teorias internacionais. Mas Cervo mudou os planos: “Desenvolvi um pouco mais a primeira parte, que ficaria sob sua responsabilidade, já que você molha a barba nas teorias. Fi-lo apenas com o fim de indicar meu modo de ver sobre as linhas de fundo do argumento, que deve ser inovador”.

De fato, Cervo mostrara-se impaciente com o ritmo que tomara a produção do livro, demorando longos dois anos da sua estruturação inicial até a escrita. Precisava, na verdade, de um parceiro mais ativo que pudesse impulsionar seu trabalho. Em certo ponto desabafou: “quero informar que o Espírito das Relações Internacionais anda muito devagar” e “o capítulo que

²⁴ E-mail, Gehre para Cervo. qui. 20 de fev. de 2020. 12:06. E-mail, Gehre para Cervo. qua. 15 de abr. de 2020. 16:42

²⁵ Amado tem o costume de logo cedo subir para seu escritório, de onde despachava seus e-mails, fazia suas leituras e escrevia seus manuscritos. Bem como mantinha religiosamente os momentos de distração, da feijoada aos sábados no Gilberto Salomão, aos almoços e jantares festivos com seu grupo mais próximo de amigos.

²⁶ E-mail, Cervo para Gehre. qui. 8 de jun. de 2017. 9:26. E-mail, Cervo para Gehre. ter. 5 de fev. de 2019. 11:05

²⁷ E-mail, Gehre para Cervo. qua. 7 de jun. de 2017. 15:58.

havíamos pensado para você, sobre as teorias, será outra coisa, não uma exposição das teorias”. Concluiu: “Por isso, Thiago, acho melhor você esquecer esse projeto e tocar os seus próprios, que são bons e muitos, como poucos colegas nossos trabalham”. Cervo fez do Espírito das RI sua maneira de resistir e empreender de maneira criativa e inovadora, assim como de resistir ao tempo. Explicava o novo sentido dado ao livro: “andei pensando e escrevendo alguma coisa a mais. Especialmente reformulei todo o esquema. De fato, será um livro bem diferente. Apenas exponho meu pensamento sobre... não descrevo, nem arrolo conclusões alheias”.²⁸

Palavras finais

Este texto, uma narrativa política que conecta teorias, conceitos, história e o pessoal, ganha vida nos aniversários de Amado Cervo (80 anos) e de Brasília (60 anos). Ambos continuam sendo icônicos para as leituras cruzadas de História e Relações Internacionais: Cervo por inspirar gerações no espírito internacionalista e Brasília por albergar as principais instituições de relações internacionais do país: o Ministério das Relações Exteriores e o Instituto Rio Branco, as embaixadas e legações diplomáticas e o Instituto de Relações Internacionais da UnB.

As vivências com Amado Cervo e o grupo da História das RI, bem como o fato de eu ter vivido em Brasília e levado Brasília comigo em todas as viagens de trabalho e minhas missões acadêmicas, de Boa Vista (Roraima) a Lund (Suécia), foi algo particularmente decisivo em minha trajetória. Ao me tornar Historiador de RI entendi que seguimos nos trilhos das gerações que nos antecederam, que moldamos nossa identidade e significação nos encontros e reconhecimento como parte de uma família de pesquisadores e intelectuais, cujas trajetórias convergem em vivências. Mas aprendi que precisamos ser autênticos e buscar mudanças de foco e atualizações tão necessárias aos estudos, pesquisas e ensino da História para as RI no século 21.

Como um rio, o Historiador de RI vai recebendo e cedendo partículas de ideias, valores, virtudes e experiências daqueles/as que cruzam nossos caminhos. As vivências são parte muito importante da formação do

²⁸ E-mail, Cervo para Gehre. qua. 7 de jun. de 2017. 15:10. O “Espírito das Relações Internacionais” já se encontra no prelo e deverá ser publicado em breve pela Editora da UnB.

Historiador de RI por levarem ao crescimento pessoal, amadurecimento intelectual e compreensão de nossa pequenez neste imenso universo. As vivências pessoais, institucionais, acadêmicas e culturais desembocaram em experiências adquiridas e trocadas ao longo da formação nos diferentes níveis, da graduação, mestrado e doutorado, responsáveis por moldar minha visão de mundo, mas especialmente minha destreza em usar as ferramentas a disposição para realizar pesquisa, escrever e ensinar sobre a HRI. Logo, me tornei Historiador das RI.

Referências

BLOCH, M. *Apologia da História: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CERVO, Amado Luiz. 1992. *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

_____, A. L., org. *O Desafio internacional*. Brasília: EDUNB, 1994.

_____. & RAPOPORT, M., orgs. *História do Cone Sul*. RJ: Revan, 1998.

CERVO, A. L. "Os grandes eixos conceituais da política exterior do Brasil". *RBPI*, ano 41, Número Especial, 1998, pp. 66-84.

_____. *Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: IBRI, 2001.

_____. & BUENO, C. *História da Política Exterior do Brasil*. 3ª Ed, Brasília: Editora UnB, 2008.

_____. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. & LESSA, A. C. 2014. *O Declínio: Inserção Internacional Do Brasil (2011–2014)*. *RBPI* 57 (2): 133–151.

GADDIS, J. L. *Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GALVÃO, T. G.; MROS, G. *A genealogia do ensino da História para as Relações Internacionais*. *Meridiano* 47, 18: e18014, 2017.

GEHRE, T. **América do Sul: a ideia brasileira em marcha**. Curitiba: Juruá, 2009.

GEHRE, T.; ARRAES, V. *Introdução ao estudo das relações internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2013.

GILBERT, A. N. International Relations, and the Relevance of History. *International Studies Quarterly*, Vol. 12, No. 4 (Dec., 1968), pp. 351-359.

HARTOG, F. *Crer em História*. São Paulo: Autêntica, 2017.

HUNT, L. *Writing History in the Global Era*. NY/London: WW Norton &Company, 2014 (Kindle Edition).

INAYATULLAH, N. Opinion - Internal Simultaneity: A Science of Autobiography. May 4 2020. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2020/05/04/opinion-internal-simultaneity-a-science-of-autobiography>. Acessado: 21/05/2020.

LE GOFF, J. (org.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LESSA, A. C. *Parcerias Estratégicas do Brasil*. Volume 1. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

MACMILLAN, M. *Usos e Abusos da História*. Editora Record, 2010.

_____. *People, personalities, and the past*. London: profile Books, 2016.

MARTINS, E. C. de R. *Relações Internacionais: cultura e poder*. Brasília, IBRI, 2002.

MOSES, J. W; KNUTSEN, T. L. *Ways of Knowing: competing methodologies in Social and Political Research*. London: Palgrave Macmillan. 2nd Edition, 2012.

PACKARD, R. M. *A History of Global Health: Interventions into the Lives of Other Peoples*. Baltimore: JHU Press, 2016.

PAUGAM, S. Durkheim e o vínculo aos grupos: uma teoria social inacabada *Sociologias* vol.19 no.44. Porto Alegre, Jan./Abr. 2017.

REUS-SMIT, C.; SNIDAL, D. *The Oxford handbook of international relations*. Oxford University Press, 2008.

SANTOS, B. de S. *O fim do império cognitivo: A afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SARAIVA, J. F. S; CERVO, Amado Luiz. *O crescimento das Relações Internacionais no Brasil*. Brasília: IBRI, 2005.

TRACHTENBERG, M. *The Craft of International History: A Guide to Method*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2006

WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.



ARTIGOS - ARTICLES

O desafio de ensinar história em cursos de relações internacionais

Günther Richter Mros¹

Professor no Departamento de Economia e Relações Internacionais
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM
gunther.mros@ufsm.br

Como citar este artigo: MROS, Günther R.. “O desafio de ensinar história em cursos de relações internacionais”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº10, pp. 178-190. 2020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa-

Resumo: O presente artigo aborda o desafio que existe no ensino de História para cursos de Relações Internacionais. Trata-se de uma breve reflexão sobre conceitos-chave da disciplina de História das Relações Internacionais e de sua aplicabilidade em uma disciplina oferecida no curso de graduação da Universidade Federal de Santa Maria. As reflexões aqui contidas foram inspiradas na carreira exemplar do Professor Emérito da Universidade de Brasília, Amado Luiz Cervo, a quem o autor deve muito de sua formação e escolhas profissionais.

Palavras-chave: Educação superior; História; Relações Internacionais; Metodologias de ensino.

The challenge of teaching classes of history for undergraduate courses of international relations

Abstract: This article addresses the challenge that exists in teaching classes of History for International Relations courses. This is a brief reflection on key concepts of the discipline of History of International Relations and its

¹ Günther Richter Mros é doutor em História e professor adjunto no Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Lidera o Grupo de Estudos em Instituições e Processos Decisórios nas Relações Internacionais (GEIPRI), registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. E-mail: gunther.mros@ufsm.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1111-0956>.

applicability in a discipline offered in the undergraduate course at the Federal University of Santa Maria. The reflections contained here were inspired by the exemplary career of Professor Emeritus of the University of Brasília, Amado Luiz Cervo, to whom the author owes much of his training and professional choices

Keywords: Higher education; History; International Relations; Teaching methodologies.

Introdução

O estudo sistematizado das relações internacionais (RI) nas universidades brasileiras teve início com o curso de graduação da Universidade de Brasília (UnB), em 1974. Desde os primeiros anos, a área de História tem contribuído como pilar de sustentação — junto com outras áreas como Direito, Economia, Ciência Política e Geografia — para as pesquisas e a consolidação do campo de conhecimento das RI. As disciplinas de História são parte relevante dos cursos de RI, presentes nas diretrizes nacionais por meio de ao menos duas nomenclaturas: História das RI (HRI) e História da Política Externa Brasileira (HPEB).

O desafio de um professor dessas disciplinas, porém, é o de superar a factualidade cronológica herdada da educação básica, com que chega a maior parte dos estudantes ao ensino superior. O pensar histórico é percebido, em geral, como acumulação de fatos e datas. A desmistificação do tempo histórico ocorre com maior tranquilidade em cursos de graduação em História, mas nas RI, assim como em outras áreas, há equívoco em perceber a História como ciência auxiliar para comprovação de hipóteses e legitimar deduções, como se meros prólogos do presente fossem as vozes do passado.

Destarte, o que propomos neste artigo é refletir sobre uma experiência adotada no curso de RI da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no ano de 2019. O curso da UFSM existe desde o ano de 2009, mas passou por ampla reforma do Projeto Pedagógico (PPC), em 2018, dividindo a disciplina de Política Externa Brasileira (PEB) em duas: HPEB e Política Externa no Brasil Contemporâneo (PEBC). Nessa reforma do PPC as duas disciplinas que existiam de HRI se transformaram em três, sendo duas com caráter mais

cronológico e factual, e uma novidade, uma disciplina totalmente voltada à discussão epistemológica da História das RI.

Conquanto nas duas primeiras disciplinas de HRI haja a preocupação com o caráter holístico da História, o andamento da disciplina com conteúdo que se estende desde a Paz de Vestefália, em 1648, até o fim da URSS, em 1991, obriga o docente a seguir um padrão já conhecido pelos estudantes de absorção do conhecimento histórico. A terceira disciplina, entretanto, chamada HRI C, possibilita a ressignificação do saber histórico por parte dos jovens profissionais em formação na área de RI.

O artigo está dividido em duas partes. Primeiramente vamos estabelecer os marcos conceituais e as categorias analíticas apresentadas aos alunos, bem como os questionamentos-chave na relação entre o que conheciam e uma nova forma de leitura do tempo.

Na segunda e última parte de nossa breve reflexão sobre o ensino de História em um curso de RI, trataremos da resposta à disciplina por parte dos estudantes, por meio da análise de suas escolhas de pesquisa para o trabalho final da disciplina. De maneira geral, apresentaremos a forma como a disciplina foi organizada e o trabalho que foi feito para estimular debates e novas formas de pensar os nexos causais de tempo e espaço.

Um apanhado teórico-conceitual

Inicialmente, é preciso dizer que o autor desse artigo deve boa parte de sua formação analítica à convivência com o professor Dr. Amado Luiz Cervo, desde a orientação no mestrado até as inúmeras conversas que se mantêm até hoje. Cervo foi um dos responsáveis pela consolidação dos estudos de história das RI no Brasil, se dedicando por muitos anos ao seu "livrão", como ele mesmo diz, em parceria com o colega professor Dr. Clodoaldo Bueno (CERVO ; BUENO, 2015). Cervo traz consigo uma ênfase na construção de conceitos (CERVO, 2008a e 2008b) em oposição ao caráter tendencioso das clássicas teorias de RI, a partir da leitura das idiosincrasias das relações internacionais do Brasil e da América Latina (CERVO, 2001).

A leitura das particularidades de uma nação nas suas relações internacionais é herança da escola francesa de estudos de HRI (SARAIVA, 2008, pp. 11-16). Foi o francês Pierre Renouvin quem elaborou o conceito de forças profundas, para distinguir a análise excessivamente documental e estatal da história diplomática da nova abordagem societária da HRI. Trata-se, dessa forma, de um sistema de multicausalidades que atua sobre as relações internacionais. São ocultas e de difícil percepção daqueles que vivem o momento histórico em que elas ocorrem. Emanam das coletividades humanas e dependem de um processo de tomada de consciência, o que faz desse conceito uma inovação (RENOUVIN ; DUROSELLE, 1967, pp.9-297).

Elemento essencial do historiador, "o tempo adere ao seu pensamento como a terra à pá do jardineiro" (BRAUDEL, 1965, p. 288) e eis aí um dos desafios no ensino de história. O tempo histórico não segue uma linha reta como nos calendários ou como na visão positivista de progresso. A diacronia, portanto, precisa ser deixada de lado por alguns momentos para que o historiador consiga tecer uma teia semântica com as particularidades de seu objeto de estudo.

Os eventos históricos presentes em uma ordem sincrônica, nesse sentido, deixam de ser elemento encapsulado por hierarquias pueris para se tornarem propulsores de significados diversos. Para François Dosse (2013, p.12) "o acontecimento não é um simples dado que basta coletar [...], é uma construção que remete ao conjunto do universo social como matriz da constituição simbólica do sentido". Isto é, por trás de cada evento existe um espaço de experiência e um horizonte de expectativas, tal como estabeleceu Koselleck como categorias analíticas (2006, pp. 305-327).

Essa percepção de que o tempo histórico nos remete ao aspecto relacional dos eventos (MROS, 2019, pp. 73-94) é fundamental para se buscar a leitura crítica das relações internacionais do Brasil e de seu entorno geoestratégico. Os jovens estudantes, mesmo aqueles que não pretendam seguir o caminho da pesquisa histórica, ganham nova percepção do tempo em que estão inseridos, e também de seus papéis enquanto partes de uma enorme rede semântica sob constantes ressignificações.

Dentro dessa perspectiva, o método de trabalho do historiador, de construção de narrativas mais indutivas que dedutivas — pois "na indução, a conclusão está para as premissas como o todo está para as partes. De verdades particulares concluimos verdades gerais" (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 44) —, se inicia a partir de uma curiosidade própria do tempo em que está inserido.

John Lewis Gaddis (2004, p. 48) ao mencionar uma conversa com o historiador William H. McNeill, sobre metodologia, ouviu do mesmo a seguinte explicação:

Eu fico curioso sobre um problema e começo a ler sobre isso. O que eu leio me leva a redefinir o meu problema. Redefinir o problema me leva a mudar a direção do que eu estou lendo. Isso, por sua vez, ainda remodela o problema, o que depois redirecionará a minha leitura. Eu procedo voltando e adiantando dessa forma até que sinta que está certo, e então eu escrevo o texto e o envio à minha editora.

O problema comum dessa estratégia, quando apresentada aos alunos de RI, é que da curiosidade inicial parte-se para o estabelecimento de hipóteses, antes mesmo de a pergunta norteadora da investigação histórica estar amadurecida. Outrossim, é preciso alguns anos de experiência para que o pesquisador consiga segurar o ímpeto de responder primeiro e perguntar depois, lançando olhar metódico e estratificado sobre seu objeto de pesquisa.

Koselleck (2014) propôs os estratos do tempo como forma de superação da organização narrativa, tradicionalmente dividida em sincronia e diacronia, dialogando com Braudel (2016) acerca das longas, médias e curtas durações por meio de leitura antropológica de três estratos básicos inseridos no conceito de experiência: as singularidades, as repetições e as experiências que ultrapassam os planos individuais. "A expressão 'estratos do tempo' remete a formações geológicas [em sentido metafórico] que remontam a tempos e profundidades diferentes, que se transformam e se diferenciam umas das outras em velocidades distintas [...]" (KOSELLECK, 2014, p. 19). Dessa forma, entendemos que as ressignificações no tempo diacrônico e no recorte sincrônico ocorrem sob múltiplas sobreposições causais — os estratos do tempo.

Estabelecida a relação entre tempo e objeto, a narrativa se torna o elemento seguinte a ser apresentado aos jovens historiadores de RI. E nesse passo do trabalho evoca-se outro ponto levantado por Amado Cervo em seus escritos: a necessidade de se criar conceitos.

José d'Assunção Barros (2017), ao tecer considerações sobre o anacronismo, destaca que somente a História põe o pesquisador sob especificidade de duas temporalidades distintas, a sua e a do objeto em exame. De fato, poder-se-ia dizer que o problema é ainda mais complexo quando há três ou mais temporalidades a depender de quantas outras vezes um mesmo objeto fora analisado ao longo dos anos. Nesse sentido, dadas as distintas temporalidades, é necessário levarmos em conta as idiossincrasias e os conceitos resultantes desse processo de contato entre diferentes periodizações.

Amado Cervo (2008b) confrontou conceitos e teorias mediante hipótese segundo a qual conceitos e teorias exercem papéis diferenciados no campo de estudo das RI. O suposto alcance explicativo universal das teorias, para Cervo, é forjado — de maneira consciente ou não, por acadêmicos de países hegemônicos do sistema internacional —, enquanto "os conceitos expõem as raízes nacionais ou regionais sobre as quais se assentam e se recusam estar investidos de alcance explicativo global" (CERVO, 2008b, p. 8). Em sua gênese, os conceitos detêm quatro características essenciais: são uma construção social; uma expressão da historicidade; incluem uma mensagem positiva; e são revolucionários, no sentido de produzirem o novo frente a fenômenos preexistentes (CERVO, 2008b, pp. 22-23).

Esses quatro elementos elencados possibilitam uma didática no ensino de História para estudantes de RI que aponta caminhos para a produção de trabalhos originais e ensina a pensar não apenas o objeto em si, mas também a função do historiador como construtor de entendimento social das realidades que o cercam. São os conceitos que ressignificam o estudo das RI por meio das lentes da História.

Cabe aqui, no entanto, conceituarmos o termo ressignificação. Esse termo carrega ao mesmo tempo a carga semântica de algo que foi modificado e o teor da modificação em si. Essa carga semântica, também chamada de

sentido, "é um produto do espírito humano, [...] é o critério fundamental, com o qual o homem tanto regula sua relação para consigo mesmo e para com os outros, quando decide sobre suas intenções e sobre a intencionalidade de sua vontade" (RÜSEN, 2015, p. 42). A ressignificação é ato de lançar olhar sobre o objeto histórico tendo a cultura — entendida aqui como bagagem prévia do indivíduo que olha, bagagem essa conformada pela memória: memória individual, somada à memória coletiva de seu entorno imediato — como fator de mudança social e como agente de mudança da história (PESAVENTO, 2008, pp. 30, 66 e 95). "Ressignificar [, portanto,] implica dar novo sentido às palavras, relações, coisas, práticas e rituais" (REIS, 2006, p. 12).

Todo o apanhado teórico-conceitual que apresentamos nestas linhas serve muito pouco se não soubermos ressignificar também a função do saber histórico e a aplicabilidade da herança deixada por inúmeros trabalhos e pesquisas voltados para a evolução deste campo do conhecimento humano. Em seguida trataremos, portanto, de uma abordagem que propusemos aos alunos de RI do curso da UFSM. Assim, o que descreveremos a seguir foi uma experiência didática, uma metodologia em aberto e em constante transformação.

Uma disciplina sempre em construção e a resposta do alunado

No ano de 2019 começamos a ministrar a disciplina História das RI C na UFSM, sendo oferecida como terceira na sequência de disciplinas de História, no quarto semestre dos alunos do curso de graduação. O objetivo da disciplina, segundo a ementa elaborada no novo PPC, é de desenvolver a percepção acerca da história das relações internacionais por meio da historiografia internacional e brasileira e por meio dos principais processos e conceitos históricos, com foco no sistema internacional ocidental contemporâneo.

O programa da disciplina está dividido em quatro unidades: aspectos fundamentais; história diplomática e as escolas de pensamento em HRI; instrumentalidade da História nas teorias de RI; e contemporaneidade e relações internacionais.

Na unidade primeira os alunos são apresentados a aspectos ontológicos da disciplina e são convidados a refletir sobre aspectos relacionais, tais como: foco, autonomia, autorreferência e o *modus operandi* do historiador. Ao final dessa unidade a discussão passa pelas funções do saber histórico e com a tentativa de se responder sobre o porquê de se estudar história em um curso de RI.

Na segunda unidade passamos à apresentação da herança recebida da História Diplomática e mergulhamos nas escolas de pensamento em HRI. Os franceses com seu pioneirismo conceitual, as visões sistêmicas de uma história internacional dos britânicos e as abordagens italiana, suíça, alemã e estadunidense são o caminho pedagógico da disciplina. A unidade encerra com a apresentação da contribuição latino-americana, quando se tem o contato com os textos dos principais nomes brasileiros, argentinos, chilenos e demais intelectuais que se puseram a refletir sobre o pensamento de RI na América Latina.

A terceira unidade tem por objetivo abordar a instrumentalidade dos estudos de História nas principais teorias clássicas e contemporâneas de RI. A finalidade aqui é demonstrar os diferentes usos e apropriações, muitas vezes indevidos, do recurso à legitimidade historiográfica para construir narrativas teóricas com suposta universalidade.

Por fim, na quarta unidade, os alunos trabalham com textos relacionados a temáticas bastante recentes no campo das RI. O estudo dos conceitos, o papel das potências nos tempos históricos do sistema internacional e a história comparada — como método muito abrangente de enfoque de investigação histórica.

Comparar é “forma específica de propor e pensar questões” (BARROS, 2014, p. 17), em alguns casos com espacialidades distintas, como dois países, por exemplo, em outros com “duas sociedades relativas ao mesmo recorte espacial [...] em temporalidades diferenciadas” (BARROS, 2014, p. 56).

Ainda abordamos, ao fim e ao cabo, as recentes reflexões acerca da *Global History* e os estudos de uma História do tempo presente, do mundo pós-

Guerra Fria. Autores como Crossley (2015, pp. 137-138 e 145) e Conrad (2016, pp. 1-16) definem História Global como sendo resultado de metodologias não eurocêtricas, para além da abordagem do Estado-Nação e de crescimento historiográfico majoritário a partir dos anos 1990.

Pensamos que esse conteúdo não seria facilmente absorvido com uso exclusivo das aulas expositivas e com debates em sala de aula a partir das leituras dos textos. Por esse motivo, optamos por adotar como método de ensino propor a redação de um artigo como nota final da disciplina.

A proposta foi de um artigo em dupla, o que gerou vinte e dois artigos dos mais variados temas. Inicialmente, a ideia era que os alunos tivessem total liberdade na escolha dos objetos de pesquisa, escolhendo-os a partir de suas vivências e de suas visões de mundo, desde que esses temas pudessem valer-se do método histórico apresentado a eles e que estivesse inserido no campo de estudos de HRI, seja em um aspecto mais societário e transnacional — o que foi a escolha de muitos —, seja em uma leitura estatocêntrica típica das RI.

Foi apresentado aos alunos o seguinte passo a passo:

- 1) escolha de título provisório, nomes dos integrantes da dupla e definição, em um parágrafo, sobre o objeto da investigação;
- 2) escolha de uma fonte documental e onde a encontrou — arquivos, hemerotecas, sites de bibliotecas, etc. Explicar em um parágrafo a relação do documento com o objeto;
- 3) elencar cinco textos (livros, artigos ou teses) de cinco diferentes autores, contextualizando-os ao objeto e à fonte documental;
- 4) com todas as etapas anteriores vencidas, definir a pergunta de pesquisa;
- 5) por fim, a redação do artigo.

As aulas de HRI C ocorreram em encontros de uma vez por semana, com duração de quatro horas cada. Adotamos como praxe dar aula expositiva nos dois primeiros horários e, em seguida, nas duas horas restantes, seguíamos todos para o laboratório de informática, onde cada aluno teve acesso a um computador logado na internet. Esse foi um ponto fundamental para a experiência ter sido bem-sucedida.

Desde o início do semestre houve incentivo para que as duplas de alunos pesquisassem sites diversos e textos dos mais variados sobre a temática escolhida por eles para, mais ou menos na metade do semestre, terem tido a firmeza e a convicção de estabelecerem a pergunta de pesquisa.

Os temas foram muitos e diversos: feminismo nas obras de Frida Kahlo; militância LGBTQ a partir do evento de Stonewall — viés bastante societário e transnacional —; histórias em quadrinhos do Tintim — sobre o racismo colonial belga —; invasão do Afeganistão pela URSS em 1979 — feito por um aluno afegão —; Operação Condor; Tratado de Iguaçu; Guerra do Paraguai; desenhos de Walt Disney no contexto da Segunda Guerra Mundial; influência francesa na arquitetura de Fortaleza – CE, na Primeira Guerra Mundial; Tratado de Nanquim e a Guerra do Ópio; Haiti e o Caricom — feito por dois alunos haitianos —; Tratado Versalhes; MINUSTAH — feito por dois outros alunos haitianos —; processo de descolonização do Saara Ocidental; sufrágio feminino; análise da atuação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no combate ao uso de crianças-soldado em conflitos armados em Sierra Leoa; Avós da Plaza de Mayo; crises políticas na Venezuela; uso da imagem de Che Guevara como símbolo para causas diversas; processo de independência no Sudão do Sul; futebol e política nas Copas do Mundo; o papel da mídia na Guerra do Golfo; e imigração italiana para a região da Quarta Colônia, no entorno de Santa Maria – RS , em fins do Século XIX.

As fontes pesquisadas pelos alunos foram igualmente diversas: tratados, cartas, relatórios, jornais, fotos, quadros e revistas em quadrinhos. O exercício de ligar essas fontes a textos de diferentes autores e estabelecer teias semânticas relacionais com atenção às duas categorias analíticas de Koselleck — espaço de

experiência e horizonte de expectativa — trouxe aos alunos uma percepção diferente do valor do tempo histórico para o estudo das RI. Nesse sentido, os artigos mostraram ser mais que um mero exercício e abriram portas e interesses de pesquisa que se mantêm em alguns dos estudantes.

A disciplina continuará sendo oferecida anualmente, de maneira obrigatória no currículo do curso, e deverá passar por alguns ajustes. O mais importante, no entanto, é o fato de o saber histórico continuar sendo um pilar fundamental para a construção do conhecimento na área de RI como um todo.

Considerações finais

A experiência com a disciplina de HRI que acabamos de relatar dependeu do envolvimento dos alunos — nem todos em um mesmo grau de dedicação, é verdade, mas sem que isso invalidasse o experimento pedagógico — e da infraestrutura dos laboratórios de informática oferecida pelo Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) da UFSM. Acreditamos que as Ciências Humanas, de maneira geral, e as RI, mais especificamente, como Amado Cervo tem demonstrado durante toda a sua carreira, têm o papel de transformar percepções e realidades concretas por meio do pensamento crítico.

O pragmatismo próprio da área de RI exige que futuros profissionais na área tenham algo a contribuir para um mundo em constante ressignificação, tal como mencionou Ortega y Gasset (2004, p. 757), "*yo soy yo y mi circunstancia, y si no la salvo a ella no me salvo yo*". A História, nesse cenário, continuará sendo a fiadora do homem no tempo e no espaço.

Referências

BARROS, J. d'A. História comparada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BARROS, J. d'A. Os conceitos na história: considerações sobre o anacronismo, Ler História [online], 71 | 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/2930>; DOI: 10.4000/lerhistoria.2930. Acesso em 19 out. 2019.

BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a longa duração. Revista de História. São Paulo. N. 62, abril-junho, vol. XXX, ano XVI, 1965, pp. 261-294.

BRAUDEL, F. O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Filipe II (Volume 1). São Paulo: EdUSP, 2016.

CERVO, A. L. Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas. Brasília: IBRI, 2001.

CERVO, A.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CERVO, A. Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008a.

CERVO, A. Conceitos em relações internacionais. RBPI, Brasília, ano 51, nº 2, p. 8-25, 2008b.

CERVO, A. ; BUENO, C. História da Política Exterior do Brasil. 5. ed. Brasília: UnB, 2015.

CONRAD, S. What Is Global History? Princeton – New Jersey: Princeton University Press. Edição do Kindle, 2016.

CROSSLEY, P. K. O que é História Global? Tradução de Vera Joscelyne. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.

DOSSE, F. Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador entre esfinge e fênix. Tradução de Constancia Morel. São Paulo: Unesp, 2013.

GADDIS, J. L. Landscape of history: how historians map the past. Oxford: USA Trade, 2004.

KOSELLECK, R. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUCRIO, 2006.

KOSELLECK, R.. Estratos do tempo: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2014.

MROS, G. R. O Brasil nas Guerras dos outros: o interesse nacional em meio a ressignificações sistêmicas (1914 – 1919 & 1930 – 1945). 2019. 229 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria – RS, Brasil.

ORTEGA Y GASSET, J. Obras completas, Vol. I. Ed. Taurus/Fundación José Ortega y Gasset, Madrid, 2004.

PESAVENTO, S. J. História e história cultural. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RENOUVIN, P.; DUROSELLE, J-B. Introdução à História das Relações Internacionais. São Paulo: DIFEL, 1967.

REIS, L. M. "Africanos no Brasil: saberes trazidos e ressignificações culturais. In: Cadernos de História, Belo Horizonte, vol. 8, n. 10, pp. 11-23, 2º sem. 2006.

RÜSEN, J. Teoria da história: uma teoria da história como ciência. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

SARAIVA, J. F. S. (Org.). História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da Globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.



ARTIGOS - ARTICLES

A semântica do passado

Nelson Gonçalves Gomes¹
Professor no Departamento de Filosofia
Universidade de Brasília - UnB
nelson.gomes235@gmail.com

Como citar este artigo: GOMES, N. G.. “A semântica do passado”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº10, pp. 191-205. 2020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa:

Resumo: Este artigo apresenta a linguagem do passado, no contexto do antirrealismo de Michael Dummett. Ao final, de modo breve, o papel dos condicionais contrafáticos é enfatizado.

Palavras-chave: Intuicionismo, antirrealismo, semântica do passado, condicionais contrafáticos.

The semantics of the past

Abstract: This article is about the language of the past tense within the frame of Michael Dummett's antirealism. The role of counterfactual conditionals is briefly emphasized.

¹ Professor titular de Filosofia na Universidade de Brasília (1976-2013). Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Filosofia na UnB desde 2015. PhD pela Universidade de Munique (1975). Foi professor na Faculdade Católica de Filosofia de Santos (1967-69) e na Universidade de São Paulo (Ribeirão Preto, 1991-92). Realizou projetos de pós-doutorado em Munique, Londres, Oxford e Jerusalém. Áreas de especialização: (1) lógica, (2) filosofia analítica (neopositivismo) e (3) metaética (com ênfase sobre as relações entre lógica e discurso moral. Contato: nelson.gomes235@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2826537572017302>

Keywords: Intuitionism, antirealism, semantics of the past tense, counterfactual conditionals.

A Amado Luiz Cervo, com viva lembrança da nossa amizade de quase
meio século!

“The past is a foreign country; they do things differently there.”

L. P. Hartley
The Go-Between (1953)

A linguagem do passado

Em muitos contextos e de diversas formas, o passado foi objeto de reflexão ao longo da história da filosofia. Contemporaneamente, de modo muito particular e elaborado, o filósofo britânico Michael Dummett (1925-2011) tratou desse tema, numa série de conferências por ele pronunciadas na Universidade Columbia. Essas palestras foram publicadas num pequeno livro de 2004: *Truth and the Past*. (Dummett, 2004) O que torna bastante original a abordagem desse filósofo quanto ao passado é a sua perspectiva linguística. Dummett foi um significativo filósofo da linguagem, particularmente concentrado na elucidação do conceito de significado. A concepção de Dummett sobre o passado, em grande parte, desenvolve-se como teoria sobre a linguagem a respeito do passado, que assume a forma de uma posição peculiar chamada de justificacionismo. Este último, por sua vez, apoia-se numa formulação da lógica e da matemática contemporâneas conhecida como intuicionismo. Dummett consegue trazer para a filosofia uma série de elaborações teóricas que pareciam estar restritas a certas tomadas de posição no âmbito dos fundamentos da matemática.

No presente artigo, a mencionada teoria de Dummett será delineada, também a partir de um outro pequeno livro, por ele primeiramente publicado em tradução italiana. (Dummett, 2010 (2001)) Em seguida, algumas consequências desse tipo de pensamento serão aqui examinadas, de modo particular, no que diz respeito à história enquanto disciplina voltada ao estudo do passado. Para melhor entendimento dessa abordagem, vale a retomada de alguns conceitos preliminares, como realismo, antirrealismo, proposição e semântica.

No uso cotidiano da expressão, uma pessoa realista é alguém capaz de lidar com fatos de modo objetivo, sem ilusões ou ingenuidades. Caso contrário, ela será chamada de irrealista. Em certos discursos filosóficos, realista é quem, pretensamente, cinge-se a falar sobre o mundo tal como ele é, sob pena de ser antirrealista. No contexto deste trabalho, as expressões “realismo” (ou “realista”), assim como “antirrealismo” (ou “antirrealista”) são tomadas em acepções bem diferentes e especiais. Nestas presentes linhas, “realismo” ou “antirrealismo” designam perspectivas filosóficas voltadas para o entendimento de certos tipos de proposições.

Uma proposição, por sua vez, é aquilo que um enunciado declarativo expressa. Frases como “A neve é branca”, “Schnee ist weiss” e “Snow is white” são diferentes entre si, pois pertencem a idiomas distintos. Não obstante, todas elas expressam a mesma proposição, pois as três dizem que a neve é branca. Na tradição filosófica mais conhecida, Verdade ou Falsidade são os valores que podem ser atribuídos a uma proposição. Semântica é a dimensão da linguagem que tem a ver com significado e verdade.

Intuicionismo

A concepção do seja a aritmética, tal como foi desenvolvida por Gottlob Frege (1848-1925), ao final do século XIX e princípio do XX, fundamenta-se em certas teses tradicionais da lógica, tomadas como evidentes. Duas dessas teses merecem destaque: (1) Princípio da Bivalência: Uma proposição é verdadeira ou falsa; (2) Princípio do Terceiro Excluído (Tertium Non Datur): Dadas uma proposição e a sua negação, uma delas é verdadeira e a outra falsa. Em geral, tomando-se p como uma proposição qualquer, o Princípio do Terceiro Excluído é resumido na expressão “ p ou não- p ”, que significa: p é verdadeira ou p é falsa. Nos termos de Frege, a aritmética é composta por proposições verdadeiras, que refletem uma ordem relativa a objetos ideais, ordem essa irreduzível às nossas experiências. Matemáticos e filósofos, como Bertrand Russell (1872-1970), dentre outros, seguem tal concepção, embora de forma matizada e mais geral, estendendo-a a toda a matemática e não apenas à aritmética. Essa linha de pensamento é chamada de matemática clássica.

No referido período, a concepção clássica foi objeto de contestação por parte de alguns matemáticos insatisfeitos com a acentuada idealização nela envolvida. Um dentre eles foi o holandês L.E.J. Brouwer (1881-1966), prócer da referida corrente de pensamento matemático chamada intuicionismo. Nessa linha de reflexão, a tarefa central do matemático resume-se em elaborar provas (ou demonstrações) para proposições da sua área, ou, então, em encontrar refutações que as eliminem. Quando ele tem êxito no seu trabalho e consegue provar uma determinada proposição p , então está habilitado a dizer que p é verdadeira. Se, ao contrário, consegue refutar p , ele dirá que p é falsa. Mas enquanto p não for provada ou refutada, ela será mera hipótese, em si mesma externa ao repertório do discurso matemático. Tal repertório cresce na medida na qual novas demonstrações ou refutações são elaboradas, de maneira que a matemática intuicionista está sempre bem delimitada, pois não inclui hipóteses.

Neste contexto, um exemplo sugestivo é a assim chamada Conjectura de Goldbach: “Todo número par, maior do que 2, é igual à soma de dois números primos”. Sabidamente, $4=2+2$; $6=3+3$; $8=5+3$, e assim por diante. Porém, tal enumeração de exemplos não é uma demonstração. Existe uma prova para essa conjectura? Não, até hoje tal prova inexistente. Existe para ela alguma refutação? Não, tampouco existe tal refutação. Pode-se dizer que a conjectura é verdadeira ou falsa? Não, consoante o intuicionismo. Poder-se-ia afirmar tal coisa apenas se, respectivamente, ela fora demonstrada ou refutada. Como esse não é o caso, os princípios da Bivalência e do Terceiro Excluído não podem ser aí aplicados. Tal recusa a uma aplicação geral desses dois princípios tradicionais é constitutiva da citada linha de pensamento. Mais ainda: não se pode dizer que, nesse caso, a Conjectura de Goldbach tenha um terceiro valor, talvez, o Indeterminado. A conjectura, simplesmente, permanece fora do discurso intuicionista, até que, quiçá, alguém consiga demonstrá-la ou refutá-la.

O intuicionismo recusa a ideia de que o trabalho do matemático seria algo assim como navegar entre entidades ideais, capturadas por meio dos olhos da inteligência. Essa linha vê em tal trabalho uma atividade de construção criativa, cujo resultado possa ser efetivamente exibido. Como exemplo, sejam as seguintes definições:

(D1) k é o maior número primo tal que $k-1$ também é primo, ou, $k=1$, se tal número não existir.

(D2) l é o maior número primo, tal que $l-2$ também é primo, ou, $l=1$, se tal número não existir.

A definição (D1) é admissível, em termos intuicionistas, pois k pode ser calculado e efetivamente exibido: $k=3$. A definição (D2), porém, é admissível apenas para a matemática clássica, mas é recusada em termos intuicionistas. O raciocínio clássico relativo a (D2) seria o seguinte: a sequência de pares de números primos do tipo $(l, l-2)$, ou seja, $(5,3)$; $(7,5)$; $(13,11)$; ..., é finita ou é infinita. Se for finita, o primeiro elemento do último par será o número procurado. Se for infinita, não existirá tal número e $l=1$. Nesse raciocínio, o Terceiro Excluído tem papel crucial (a sequência é finita ou infinita). Entretanto, nele, o número referido não é construído e exibido, mas apenas afirmado como existente. (Heyting, 1971 (1956), p. 2) Por essa razão, (D2) é aceito na matemática clássica, mas é intuicionisticamente inadmissível.

De modo geral, na versão de Brouwer, o intuicionismo enfatiza a tese de que entidades matemáticas são livres criações da mente humana, produzidas por meio de construções mentais. Elas não são entidades ideais platonicamente pré-existentes, descobertas pela inteligência do homem. A matemática não é produto de descobertas, mas sim de invenções.

No século XVIII, Kant já afirmara que o conceito de número se realiza “por meio do acréscimo sucessivo de unidades no tempo”. (Kant 1968 (1783): §10, 18-21) Nessa linha, o processo trivial de contagem, com os dedos da mão, por exemplo, pode ser entendido como a base intuitiva a partir da qual números inteiros positivos são concebidos: 1, 2, 3, 4, 5, ... O conhecido exemplo de Kant, $7+5=12$, reduz-se ao seguinte, em termos de adições sucessivas: $7+1+1+1+1+1=12$. A contagem sempre pode prosseguir, ilimitadamente, mas ela nunca estará completa. Assim, nos termos do intuicionismo, o infinito disponível para o matemático é sempre uma construção potencial, incompleta, em aberto, bem diferente do infinito tal como concebido pela matemática clássica, o assim chamado infinito real (ou atual), que é entendido como completo, acabado, fechado.

No contexto dessa crítica à matemática clássica, formou-se a matemática intuicionista, que rejeita os princípios de Bivalência e Terceiro Excluído, assim como o recurso ao infinito atual. Na verdade, a matemática intuicionista é uma parte da matemática clássica, pois tudo o que ela

desenvolve tem igualmente valor clássico, embora não se dê a direção inversa. A matemática intuicionista é construtiva e, portanto, mais rigorosa. Nela, figuradamente, uma demonstração é como uma peça de tricô: dá-se um ponto inicial e, em seguida, sucessivos outros pontos são dados, consoante regras estritas. Uma tal peça é uma construção.

Brouwer contribuiu para o delineamento do intuicionismo, mas a lógica e a matemática dessa linha de pensamento foram desenvolvidas em minudências por um discípulo seu, o holandês Arend Heyting (1898-1980), cujas formulações nem sempre foram aplaudidas pelo mestre. (A. Heyting, 1971 (1956))

Crítica à semântica das condições de verdade

O que é a matéria escura? A física ainda não dispõe de uma resposta para tal pergunta. Suponha-se, porém, que alguém arrisque uma opinião e diga que tal matéria é composta de XYZ. Num tal caso, a priori, o pensador realista, dirá que essa opinião é verdadeira ou falsa (Princípio da Bivalência). Ele dirá, também a priori, que, dadas tal opinião e sua negação, uma dentre as duas será verdadeira e a outra falsa (Princípio do Terceiro Excluído).

A intuição do realista, segundo Dummett, deixa-se expressar na lógica clássica por meio da semântica das condições de verdade, na qual uma série de itens são definidos, de maneira a estabelecer as condições sob as quais os dois clássicos valores de verdade são atribuídos a enunciados de uma certa linguagem (a rigor: às proposições que eles expressam). A formulação dessa semântica dá-se por meio dos assim chamados T-enunciados, dos quais o seguinte é um exemplo simplificado:

‘A matéria escura é composta de XYZ’ é uma enunciação verdadeira se, e somente se, a matéria escura é composta de XYZ.

Na sua crítica ao tipo de semântica ora delineada, Dummett faz uma distinção relativa ao conteúdo de um enunciado, ao diferenciar o assertórico do ingrediente. Quando o falante ouve um enunciado e o toma como verdadeiro, aquilo que ele considera como sendo real constitui o conteúdo assertórico do que lhe foi dito. Ao ser informado de que está chovendo e aceitar tal afirmação, o falante dá crédito a esse conteúdo, que é assertórico. O conteúdo

ingrediente de um enunciado, por sua vez, é a contribuição que ele dá ao conteúdo assertórico de um enunciado mais complexo do qual ele seja um sub-enunciado.

Considere-se a seguinte situação. Alguém fala com um amigo ao telefone e ouve o seguinte: “Está chovendo aqui”. Se o amigo disser “Está chovendo onde eu estou”, o ouvinte receberá a mesma informação, pois esses dois enunciados têm idêntico conteúdo assertórico. Porém, se a expressão “sempre” lhes for acrescentada, enunciados mais complexos serão formados: “Sempre está chovendo aqui”, “Sempre está chovendo onde eu estou”. Estas duas últimas asserções têm conteúdos ingredientes muito diferentes entre si. A primeira diz que sempre chove em certo lugar, enquanto a segunda afirma que a chuva acompanha o interlocutor, onde quer que ele esteja. (Dummett, 2004, p.32-3)

Ao aplicar essas diferenças entre conteúdos ao exemplo citado, logo se percebe um problema: o T-enunciado é complexo e nele há duas ocorrências da asserção sobre a matéria escura, ambas como sub-enunciados, uma delas com aspas, a outra sem. O T-enunciado tem o seu próprio conteúdo assertórico, para o qual os sub-enunciados contribuem por meio dos respectivos conteúdos ingredientes. Mas estes últimos são diferentes entre si.

Dummett entende que a semântica das condições de verdade, ao pressupor Bivalência e Terceiro Excluído, constitui-se na base lógica do assim chamado realismo, com a sua pretensão de estabelecer relações entre enunciado e realidade. Tal semântica é incompatível com o justificacionismo.

Outras críticas são também arroladas por Dummett contra a semântica das condições de verdade. Ele objeta que cabe ao filósofo investigar significado e verdade em paralelo, e não significado como derivação de verdade. Nessa linha, Dummett seleciona certas enunciações cujos significados o falante entende, mas sem poder discernir para elas as respectivas condições de verdade ou falsidade. É comum que as pessoas pensem sobre suas vidas pregressas em termos de asserções condicionais do tipo “Se eu tivesse aceitado aquele emprego, hoje a minha vida seria melhor”. Tais formulações, entretanto, não se deixam decidir de maneira efetiva. (Dummett, 2010 (2001), p. 132)

Uma refinada objeção pode ser feita contra a semântica das condições de verdade. Suponha-se que o falante entenda certa enunciação, mas sem saber

como decidir se ela é verdadeira ou falsa. Nesse caso, restaria o recurso à suposição de que ele teria alguma habilidade interior de resolver tal problema. Assim sendo, porém, a tradicional filosofia analítica da linguagem seria incoerente. Isso porque, desde Frege, ela se propõe a explicar o funcionamento do pensamento por meio de um entendimento do mecanismo da linguagem. Mas, se o mencionado recurso for levado em consideração, o mecanismo da linguagem será explicado por meio de habilidades do pensamento, o que forma um círculo vicioso. (Dummett, 2010 (2001), p. 134-5)

Os argumentos ora resumidos levam a versão do justificacionismo representada por Dummett a rejeitar a semântica das condições de verdade e o realismo que nela se baseia.

O justificacionismo antirrealista

A lógica intuicionista, apesar de todo o interesse que desperta, tem cunho matemático estrito e não pode, simplesmente, ser transposta para fora desse domínio. Quem fala sobre a natureza, constelações, mares, cordilheiras, animais, sociedades, pessoas e outros temas não terá condições de sobre eles desenvolver demonstrações tal como as constrói o matemático construtivista. Há uma diferença importante entre questões lógico-matemáticas e questões de outras áreas: quando as condições para a prova de uma proposição estão bem estabelecidas, elas assim permanecem; fora da lógica e da matemática, entretanto, condições que dariam sustentação a certo tipo de discurso podem sofrer mudanças significativas. O que decide a solução de um problema empírico está sujeito a desaparecer ou a modificar-se. Documentos de interesse histórico, por exemplo, podem deixar de existir sem deixar rastro, o que prejudica o respectivo conhecimento empírico. (Dummett, 2004, p. 42)

Reflexões como essas mostram a necessidade de uma ampla abordagem sobre a linguagem, que sempre deve ser examinada sob o ponto de vista de uso. Uma criança pequena aprende, paulatinamente, a empregar a linguagem. Ela aprende com o adulto, cuja fala, ao início, ela imita: na presença de um cão, a criança aprenderá a pronunciar sílabas simples, que soam como o ladrado desse animal. Ao começo, o que o adulto observa serve para ensinar expressões à criança, mas ela progride quando aprende a empregar enunciações

dos adultos para referir-se às suas próprias observações infantis. Pouco a pouco, a criança aprende a aceitar o testemunho alheio, a incorporar o que outras pessoas dizem, o que é crucial, pois a linguagem une todos os indivíduos à sociedade. A linguagem inclui até mesmo os mortos no seu domínio, pois algo do que eles enunciaram permanece na rede linguística que atua entre os vivos. É a linguagem que leva o conhecimento a estender-se continuamente por todos os ângulos da vida social. (Dummett, 2004, p. 47-55)

De modo particular, a criança aprende a falar sobre o espaço no qual está, em certas circunstâncias. Em seguida, aprende a falar sobre espaços contíguos ao primeiro e, depois, sobre espaços mais remotos. Simultaneamente, ela aprende a falar sobre o tempo, o que inclui o presente, o futuro e o passado. Ela aprende o que significa dizer que certo evento (uma festa, por exemplo) esteja acontecendo em certo lugar, mesmo se for distante. A criança aprende, igualmente, a verificar se tal evento ocorre, o que implica ir até o lugar e confrontar-se com o fato relevante. (Dummett, 2004, *ibidem*)

Essas considerações sugerem um resultado central: ao aprender a linguagem, a criança aprende a justificar suas enunciações, a explicar por que ela diz isso ou aquilo. Ao longo do processo de aprendizado, a criança e o jovem são constantemente chamados a apresentar razões para aquilo que dizem. Criança e jovem aprendem a tratar enunciações de outros como se fossem suas, num contínuo recurso ao testemunho. Por isso mesmo, Dummett dá o nome de justificacionismo à sua concepção de linguagem, que deve ser muito mais abrangente do que o intuicionismo no qual ela se inspira. (Dummett, 2010 (2001), p. 136).

Nas suas múltiplas interações com as demais pessoas, o indivíduo não tem como demonstrar de modo cogente o que diz sobre objetos presentes no tempo e no espaço, mas ele tem como justificar as enunciações que assere, mesmo porque essa é uma prática corriqueira e constitutiva da linguagem. Demonstrações (ou provas) são ubíquas na lógica e na matemática e apenas nelas, enquanto que toda a linguagem embebe-se por justificações.

Ainda em analogia à concepção intuicionista, define-se o conceito de verdade, no justificacionismo: uma proposição é verdadeira se existe um meio (método ou processo), em princípio, efetivo, de justificá-la. (Dummett, 2010

(2001), *ibidem*) Se tal meio não existe, em termos efetivos, a proposição será falsa.

Se alguém vai a certo lugar porque lhe disseram que naquele espaço estaria acontecendo um jogo e, efetivamente, lá encontra a prática relevante, ele dirá que recebeu uma informação verdadeira. Nesse caso, o indivíduo tem na sua verificação um processo efetivo que justifica a informação recebida. Se ele encontra o espaço vazio, dirá que foi mal informado. Em princípio, qualquer outra pessoa poderá realizar esse tipo de procedimento, pois a verificação não é atividade individual, mas sim coletiva. (Dummett, 2004, p. 52)

Ao estabelecer a priori que qualquer proposição p é verdadeira ou falsa, o Princípio da Bivalência define valores de verdade para uma infinidade de proposições, mas sem que elas tenham sido examinadas, justificadas ou recusadas por qualquer falante. Neste ponto, vale a analogia com o intuicionismo: o matemático só atribui verdade ou falsidade a uma proposição depois de, correspondentemente, prová-la ou refutá-la. Diante de inúmeras proposições que não se examinou, nenhum falante terá condições legítimas de atribuir-lhes valores de verdade. Por essa razão, o justificacionismo rejeita o Princípio da Bivalência. De modo análogo, ele rejeita, igualmente, o Princípio do Terceiro Excluído: se uma proposição como a Conjectura de Goldbach não foi provada nem refutada, não há por quê, a priori, contrapô-la à sua negação e dizer que uma dentre as duas é verdadeira e a outra falsa.

Neste contexto, destaca-se um caso bizarro. Suponha-se a seguinte enunciação “Laertes era canhoto”, na qual Laertes é o conhecido personagem da peça Hamlet, de Shakespeare. Dummett observa que até o célebre poeta não teria como justificar ou recusar a proposição aí envolvida, mesmo porque não há verdade a respeito do assunto. Mas, como os conceitos de verdade e falsidade ligam a semântica à metafísica, pode-se sugerir que haja vácuos na realidade, embora não se os possa, efetivamente, localizar. Proposições problemáticas como essa citada permanecem em suspenso. (Dummett, 2004, p. 63-4)

Justificacionismo mitigado

Suponha-se que os enunciados mais simples da linguagem sejam decidíveis, no sentido de o falante sempre dispor de algum meio para atribuir

verdade ou falsidade àquilo que eles expressam. Por exemplo, se o enunciado “Está chovendo” for simples, bastará ao falante estender a mão para fora da sua janela de modo a saber se a frase manifesta ou não a verdade. Mas, sob tal suposição, por que o falante não tem como decidir sobre a verdade ou falsidade de proposições expressas por determinados enunciados complexos? Em resposta a essa questão, Dummett remete a linhas que escrevera anteriormente, nas quais indicara três fontes de indecidibilidade: a quantificação sobre um domínio ilimitado (por exemplo: “Nunca a Conjectura de Goldbach será demonstrada”), o condicional contrafático (“Se eu fosse tu, estudaria mais para o concurso”) e as proposições sobre o passado (“Cabral descobriu o Brasil”). O último grupo foi objeto de sua particular atenção.

Dummett pergunta como o justificacionismo antirrealista estrito poderia entender proposições sobre o passado e chegou a algumas conclusões centrais. Primeiramente, essa versão assume a tese de que o passado se encerrou de modo radical, de que ele não mais existe. Portanto, tudo o que resta do passado está nos dias de hoje: memórias, documentos, relatos, obras de arte e outros traços residuais. Consequentemente, proposições justificadas e formuladas hoje sobre o passado não são verdadeiras ou falsas em virtude do próprio passado, mas sim em virtude de tais resíduos ora presentes. Em outras palavras, como apenas o que existe pode dar verdade ou falsidade a uma proposição e sendo que só o presente existe, proposições hodiernas sobre o passado, eventualmente justificadas, serão verdadeiras ou falsas tão somente em virtude de resíduos hoje remanescentes e não em virtude do próprio passado. A rigor, não se fala sobre o passado enquanto tal, mas sempre sobre suas relíquias contemporaneamente manifestas. (Dummett, 2004, p. 66-7)

Dummett reconhece que tal teoria é consistente, mas entende que é inaceitável, descrevendo-a como repugnante. Embora permaneça fiel às concepções centrais do justificacionismo antirrealista, Dummett prefere dele se afastar no que tange ao entendimento do passado e proposições a seu respeito. Ele não renuncia à lógica intuicionista, à crítica aos princípios de Bivalência e Terceiro Excluído, e ao esquema geral do justificacionismo, mas reconhece certos limites do construtivismo, quando aplicado a questões empíricas. Isso porque, num argumento construtivo empírico, a suposta verificabilidade das

premissas não necessariamente se transmite às respectivas conclusões. (Dummett, 2004, p. 43-6)

Que tipo de justificacionismo parcialmente mais liberal pode ser delineado, de modo a que daí resulte um entendimento tratável sobre proposições voltadas ao passado? Ao descrever o aprendizado da linguagem por parte de uma criança, Dummett enfatiza que ela aprende a falar sobre o lugar no qual está, sobre lugares adjacentes e remotos, assim como sobre eventos que ocorram em tais espaços que, ao menos em princípio, ela pode percorrer. De maneira muito direta, a criança aprende a verificar o que acontece em tais lugares. Mas, em se tratando do passado, ninguém pode visitar tais ambientes, pois ele não mais é acessível. Nesse caso, como verificar o que lá ocorreu?

Na sua resposta, primeiramente, Dummett admite que o passado tem alguma forma de existência, sobre a qual proposições podem ser justificadas e receber valores de verdade, verdadeiro ou falso. Esse é um passo inicial que representa uma importante aproximação relativamente à metafísica realista, segundo a qual objetos, fatos, processos, existiram (e existem, de alguma forma) independentemente da avaliação contemporânea. Ao falar sobre o passado, ninguém tem a liberdade do matemático intuicionista com suas construções criativas. O passado está delimitado pelo que aconteceu (e acontece, de alguma forma). Uma vez colocada tal tese metafísica, Dummett articula-a com a sua concepção filosófica: A linguagem é aprendida pela criança numa série de passos, o seu uso implica constantes verificações e justificações, ela funciona como teia universal que possibilita a comunicação de conhecimento em todos os níveis e entre todas as gerações.

Considere-se o exemplo da carta ao rei de Portugal sobre o achamento do Brasil, escrita da então Ilha de Vera Cruz, com data do dia 1o de maio de 1500 e redação de Pero Vaz de Caminha (1450-1500), o escrivão de Calicute. Caminha estava presente a tudo aquilo que descreveu: a vista do Monte Pascoal, a aproximação da terra, a paisagem, os densos arvoredos, as águas abundantes, os índios nus, suas pinturas corporais, seus alimentos, seu comportamento frente aos recém-chegados, a primeira missa e outros pormenores. A carta é relato de um observador atento e minucioso, que estava presente quando e onde as coisas aconteceram. Ela contém elementos que

Caminha e outros nela citados verificaram. Em particular, a carta destaca Pedro Álvares Cabral (1467-1520), o descobridor da nova terra. Ao assinar o documento, o escrivão firmou o seu testemunho frente ao rei.

Consta que, no dia 17 de dezembro de 1500, Caminha sucumbiu em combate contra atacantes muçulmanos, em Calicute. Mas, como observa Dummett, a morte é um item que não rouba de ninguém a condição de observador ou de informante. O morto continua a ser membro da comunidade, mesmo se as suas mensagens venham a ser obliteradas. (Dummett 2004, p. 68) As narrativas de um contemporâneo são examinadas, discutidas, aceitas ou rejeitadas, sendo que o mesmo ocorre com respeito às mensagens deixadas pelos mortos. A linguagem faz com que todos os homens sejam contemporâneos.

O exemplo da carta de Caminha ilustra o tipo de teoria da linguagem e de justificacionismo mitigado que Dummett adota. A linguagem é a teia que percorre toda a humanidade, hoje e em tempos de antanho. Como todos os humanos, Caminha aprendeu a usá-la, a fazer verificações e justificações, a aceitar e a dar testemunhos, sempre num contexto coletivo. Os enunciados por ele escritos puderam ser justificados e tomados como verdadeiros frente àqueles fatos de 1500 que, de alguma maneira, ainda estão presentes. É no discurso sobre o passado que a inspiração do intuicionismo construtivista encontra o seu limite e uma forma mitigada de realismo é admitida. A matemática intuicionista é invenção, não descoberta. A história é descoberta, não invenção.

Como reza a frase de Hartley em epígrafe neste artigo, o passado é uma terra estrangeira, na qual as coisas são feitas de modo diferente. Ninguém mais pode visitá-la, mas há mensagens que de lá chegam aos tempos de hoje. Por meio delas, essa terra estrangeira torna-se conhecida daqueles que até lá não mais viajam. Pero Vaz de Caminha é um contemporâneo que habita num reino ora inacessível.

Condicionais contrafácticos

Dentre os três tipos de enunciados que Dummett menciona como fontes de indecidibilidade na linguagem, os condicionais contrafácticos também se destacam por apresentar algum interesse para a história, disciplina

voltada para o estudo do passado. Tais condicionais sempre têm um antecedente falso. Eles são hipóteses relativas ao que não acontece.

Ao falar sobre o passado, há quem evite os condicionais contrafácticos, justamente por neles reconhecer proposições hipotéticas cuja verdade ou falsidade não tem como ser decidida. Numa discussão informal, alguém pode dizer: “Se Napoleão tivesse vencido a batalha de Waterloo, a França seria hoje a primeira potência da Europa”. Faz sentido dizer que tal proposição seria passível de justificação efetiva? Aparentemente, não, porquanto a eventual verdade do conseqüente dessa hipótese deveria sintetizar uma enorme seqüência de processos e de eventos reais ou meramente possíveis, seqüência essa que só seria desenvolvida no plano da imaginação do falante.

Porém, nem todos os condicionais contrafácticos são tão distantes de algum processo de justificação. Considere-se o seguinte exemplo: “Se Bartolomé Mitre não tivesse apoiado o Império do Brasil contra Solano López, o país não teria conseguido expulsar os paraguaios que invadiram a província do Mato Grosso”. Essa proposição parece dotada de considerável plausibilidade, de vez que, nas condições daquela época, sem poder navegar pelos rios da Prata e Paraná, o Exército Imperial teria de vencer um enorme percurso a pé, em condições muito desfavoráveis, desde o litoral brasileiro até o Paraguai, uma distância de mais de dois mil quilômetros. O episódio da Retirada da Laguna milita em favor da tese de que tal empreitada seria um falhanço.

Esses exemplos apenas confirmam um saber de senso comum, ou seja, a possível existência de uma infinidade de condicionais contrafácticos, dotados de inúmeros graus de plausibilidade. Em princípio, todos eles partilham de uma mesma propriedade, que é a indecidibilidade, mas nem todos são implausíveis. Condicionais contrafácticos são sintaticamente bem-formados e semanticamente tratáveis. Pragmaticamente, eles são onipresentes na fala cotidiana das pessoas. Eles são ubíquos ou mesmo inevitáveis em discursos científicos e nos textos elaborados pelo historiador profissional. A morte prematura de Friedrich III, do Segundo Império alemão, em 1888, leva alguns autores a especular que a 1ª Grande Guerra não teria acontecido, se aquele soberano tivesse reinado até os anos 1910, pois ele era liberal e não aprovava

conflitos armados, apesar do seu passado militar. Não há como justificar tal hipótese contrafáctica por meio de algum método efetivo que lhe prove a verdade, mas nem por isso ela deixa de ser plausível e digna de interesse. Erros de pessoas e de sociedades, com muita frequência, são percebidos apenas na perspectiva de quem olha para o que já passou. Como o historiador estuda o passado, é natural que condicionais contrafáticos ocorram no seu discurso. A matemática intuicionista tem contornos precisos, de vez que exclui hipóteses e inclui apenas o que se demonstra. O discurso histórico é bem diferente, pois está impregnado de condicionais contrafáticos. Os seus contornos não são precisos.

Nos textos aqui mencionados, Dummett não trata em pormenor de condicionais contrafáticos e da sua eventual plausibilidade, mas, ao final das suas reflexões semântico-metafísicas sobre verdade e o passado, ele se pergunta se os resultados ali obtidos seriam aplicáveis apenas a seres humanos ou, talvez, a outras entidades eventualmente dotadas de melhor equipamento cognitivo. Ele reconhece as vastas consequências que respostas a tal pergunta implicam, mas prefere deixar a cargo de seus leitores qualquer ensaio teórico a respeito do assunto. (Dummett, 2010 (2001), p. 136). Cabe notar que quem enfrenta tal tarefa, necessariamente, tem de lançar mão de condicionais contrafáticos, com a sua inevitável indecidibilidade e eventual plausibilidade.

Referências

DUMMETT, M. 2004. *Truth and the Past*. New York: Columbia University Press.

DUMMETT, M. 2010 (2001). *Realism*. In *The nature and future of philosophy*. New York: Columbia University Press, pp. 125-136.

HEYTING, A. 1971 (1956): *Intuitionism - An Introduction*. Amsterdam/London: North Holland Publishing Company, 3a ed.

KANT, I. 1968 (1783). *Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysik, die als Wissenschaft wird auftreten können*. In *Kants Werke – Akademie Textausgabe IV*. Berlin: Walter de Gruyter & Co.



ARTIGOS - ARTICLES

“Agora ou nunca!” - O imperador Guilherme II e a Primeira Guerra Mundial

Wolfgang Döpcke¹

Professor no Departamento de História
Universidade de Brasília - UnB

Como citar este artigo: DÖPCKE, W. “Agora ou nunca!” - O imperador Guilherme II e a Primeira Guerra Mundial”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº10, pp. 206-243. 2020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa-

Resumo: Este artigo discute o papel do Imperador Guilherme II da Alemanha, e sua responsabilidade pessoal na eclosão da Primeira Guerra Mundial. A primeira parte dedica-se à representação da polêmica personalidade do *Kaiser*, que, já na época, foi caracterizado como “psicopata imperial” e “césar megalomaniaco”. Porém, ficará claro que, nas grandes crises internacionais antes de 1914, o Imperador se revelou menos belicista do que o esperado com base nessa sua imagem. Foi na Crise de Julho (1914) que a personalidade de Guilherme II impactou realmente a história mundial. Em dois momentos-chaves da Crise de Julho, a postura do *Kaiser* contribuiu de forma fundamental para colocar a Alemanha no caminho da confrontação armada. No dia 5 de julho, espontaneamente e em um surto de megalomania autocrática, ele sancionou a guerra austro-sérvia e, em seguida, pressionou o seu aliado austríaco a logo pegar em armas. Nessa ocasião, foi dominado por sua marcialidade, seu militarismo e seu autoritarismo, bem como pelo lado impulsivo e imprevisível de seu caráter. Quando a guerra contra a Rússia se tornou uma possibilidade real, ele ficou atemorizado e apresentou seu “plano pela paz”. Nesse segundo momento, porém, quando tinha ainda o destino de paz ou guerra em suas mãos, fracassou, e mostrou o outro lado da sua

¹Professor Associado em História Contemporânea no Departamento de História da Universidade de Brasília. Este ensaio é produto de um projeto de tradução de fontes primárias sobre a Primeira Guerra Mundial no qual participam também Theo Harden e Patrícia Rasche. Pela indispensável ajuda com a língua portuguesa agradeço a Olinta Pereira Teixeira Döpcke e ao Estevão de Rezende Martins.

personalidade: a insegurança, a falta de coragem e liderança e a susceptibilidade a pressões e manipulações por terceiros. Rapidamente o Imperador se entregou às manipulações do seu chanceler e ao boicote austríaco de sua proposta. No final, rendeu-se ao cálculo da dinâmica das necessidades militares, defendido pelos seus generais. Conclui-se que, embora o *Kaiser* não quisesse a “grande guerra”, sua responsabilidade em colocar a Alemanha a caminho desse confronto foi imensa.

Palavras-chave: Primeira Guerra Mundial; Alemanha; Guilherme II; Crise de Julho de 1914

"Now or never!" - Emperor William II and World War

Abstract: This article discusses the role of Emperor William II and his personal responsibility in the outbreak of the First World War. The first part is dedicated to the representation of the controversial personality of the *Kaiser*, who at the time was already characterized as "imperial psychopath" and "megalomaniac caesar". However, it is shown that in the great international crises before 1914, the Emperor proved to be less warmongering, contrary than his public image would have expected. It was in the July Crisis (1914) when William II's personality had an impact on world history. At two key moments in the July Crisis, the *Kaiser's* stance made a fundamental contribution to putting Germany on the road to armed confrontation. On 5th of July, spontaneously, in an outbreak of autocratic megalomania, he sanctioned the Austro-Serbian war and then pressed his Austrian ally to soon take up arms. At this occasion, he was overwhelmed by his militarism and authoritarianism, as well as by the impulsiveness and the unpredictability of his character. When the war against Russia proved to be a real possibility, he became terrified and presented his "plan for peace". At this second moment, however, when he still had the alternative of peace or war in his hands, he failed and showed the other side of his personality: insecurity, lack of courage and leadership, and his susceptibility to pressure and manipulation by others. He quickly gave in to his Chancellor's manipulations and the Austrian boycott of his proposal. In the end, he surrendered to the calculation of the dynamics of military needs, defended by the military. In conclusion, it is shown that, although the *Kaiser* did not desire the "great war", his responsibility for putting Germany on the road to this war had been immense.

Keywords: World War I; Germany; William II; July 1914 Crisis

Introdução

Um debate bizarro, porém bastante revelador dos tempos nos quais vivemos, permeia atualmente a mídia alemã e ocupa, ao mesmo tempo, os historiadores e os tribunais: os descendentes do ex-imperador Guilherme II lutam perante a justiça alemã por indenizações e pela devolução do patrimônio que lhes foi expropriado, depois de 1945, pela administração militar soviética na zona de ocupação da Alemanha Oriental. O Governo Federal e o Estado de Brandemburgo negam aos Hohenzollern a concessão destas indenizações, afirmando que os membros da família, principalmente o ex-herdeiro do trono, teriam apoiado significativamente o regime nacional-socialista e, assim, contribuído para a tomada e consolidação do seu poder. Os indícios de tal apoio são muitos e evidentes: não se duvida, dentre os historiadores especialistas na época nacional-socialista, do significado da sua contribuição, bem com daquela da classe aristocrática como um todo, para a derrubada da República de Weimar e a construção da aceitação e legitimação do regime nazista nos seus primeiros anos, junto aos quadros do conservadorismo mais tradicional, apesar de todos os mitos e lendas de resistência, fabricados depois de 1945.(MALINOWSKY, 2003); (URBACH, 2016); (URBACH, 2019); (HERBERT, 2019).

Portanto, esta briga jurídica e o concomitante debate tratam apenas superficialmente da questão quanto ao seu valor material. Porém, a rigor, trata-se de uma apreciação específica do passado recente, de mais uma batalha no campo da política de memória, com o objetivo em minimizar o apoio de que usufruíram os nazistas e de livrar as elites tradicionais guilherminas da acusação de colaboração na destruição da república democrática e da ascensão do regime hitlerista. Nesta disputa sobre o significado do passado, a limpeza da imagem dos Hohenzollern possui valor simbólico abrangente.

Opor-se a esta reviravolta conservadora na política de memória parece bem apropriado. Contudo, a reflexão sobre o desastroso papel que os Hohenzollern assumiram na história da Alemanha nos leva diretamente ao

acontecimento que, antes de tudo, tornou possível a ascensão e vitória do regime nazista: a Primeira Guerra Mundial. A apreciação do papel da Casa Imperial na história da Alemanha e sua contribuição para a *época das catástrofes* necessariamente deve se focalizar naquela Guerra.

Qual foi o papel do Imperador Guilherme II na eclosão da “catástrofe primordial” da humanidade em 1914? Qual foi sua responsabilidade *pessoal* pelo caminho para a guerra que Alemanha seguia na chamada Crise de Julho de 1914, naqueles 31 dias nos quais o assassinato do Arquiduque austríaco Francisco Ferdinando se transformou, inicialmente em guerra continental e, depois, em guerra mundial?

Levantar a questão da responsabilidade pessoal não é considerado um exercício epistemologicamente anacrônico que poderia rebaixar a história para o abismo das “ações dos grandes homens” e da subjetividade moralizante retroativa. É uma questão legítima para o historiador, uma vez que “war was not inevitable. It was the choices that men made during those fateful days that plunged the world into a war. [...] Real people, actual flesh-and-blood human beings, were responsible for the tragedy of 1914 - not unseen, barely understood forces beyond their control.”(MARTEL, 2014, pp. 420-1) Essa perspectiva, no entanto, apresenta-se obviamente insuficiente para o entendimento da eclosão da Guerra *em si*. Notadamente, tal análise deve se basear em contextos maiores de cultura, política e sociedade, e deve contextualizar a agência individual frente às causas mais profundas de curto e de longo prazo. Porém, representa um olhar específico, insuficiente embora necessário, para entender melhor o caminho para a guerra, escolhido pela Alemanha na chamada Crise de Julho.

Que tipo de pessoa era o Kaiser? Já na sua época, Guilherme II era uma figura altamente polêmica. De um lado, era idolatrado por, pelo menos, boa parte da aristocracia, da classe média e da burguesia: eles “aplaudiam o psicopata imperial”, como escreveu Kantorowicz. (KANTOROWICZ, 1967, p.387)² De outro lado, foi estigmatizado como um “césar megalomânico”: autoritário, arrogante, egocêntrico, pomposo e teatral,

² A publicação da sua investigação sobre a questão da culpa pela guerra, que implicou principalmente a Alemanha como instigadora do conflito, foi impedida em 1927. O trabalho foi redescoberto e publicado por Imanuel Geiss em 1967.

ostentoso, vaidoso, facilmente irritável, agressivo e raivoso, porém carregado pela convicção da escolha divina. Seus ataques de raiva e seu comportamento insultante e humilhante eram legendários e não excluía outros soberanos ou seus próprios generais. Sua natureza volátil e seu caráter instável, sua falta de tato, de bom senso e serenidade, e suas ideias absurdas e grotescas espantavam seus conselheiros e os observadores alemães e estrangeiros (RÖHL,1989). Os seus contemporâneos, muito menos o seu *entourage* e círculo interno, não o pouparam com apelidos. Guilherme, o abrupto e brusco (*Wilhelm der Plötzliche*), Guilherme o instável (*Wilhelm der Unstehte*), Guilherme, o apressado (*Wilhelm der Eilige*), mas também Guilherme, o tímido: ainda eram os apelidos mais simpáticos, mas já apontavam para certas características da sua personalidade. Especialmente, o instável e o abrupto na sua personalidade chamou a atenção dos seus contemporâneos, que atribuíram estas propriedades do seu caráter a certas doenças como a *neurastenia* (fraqueza dos nervos), uma espécie de síndrome *burn-out* ou depressão crônica muito popular na virada do século (BRUNS; KARENBERG, 2019). Segundo Kantorowitz, ele era um *Periodiker*, no qual estados de euforia se alternavam com períodos de depressão. A sua desarmonia interna, seu ziguezague de ideias, suas reviravoltas abruptas entre audácia e temor, entre otimismo exagerado e pessimismo igualmente exagerado, entre a sensação de poder e a de impotência, seriam consequências desta doença. (KANTOROWITZ, 1967, p. 389) Para muitos, a sua megalomania somente ocultava as fraquezas da sua personalidade. Atrás de sua pomposidade, da sua marcialidade e do seu militarismo, poderia ser encontrado um *Bramarbas*, um ser medroso que procurava compensar seus profundos sentimentos de insuficiência, de carência e de inferioridade com uma performance pública de dramatização superficial. Até seu ex-chanceler Bernard von Bülow lhe atesta uma espécie de *pacifismo por fraqueza*, afirmando que ele “não queria a guerra, ele a temia [...] porque não confiava que seus nervos aguentassem o estresse de qualquer situação crítica.”(PRINCE VON BÜLOW,1931, p.149)

Os historiadores e psicólogos atribuem esta mente perturbada do Imperador a vários acontecimentos nos seus primeiros anos de vida. No início, teria sido em função das complicações no seu nascimento, que ele por pouco não sobreviveu. Estas complicações teriam causado um leve dano ao

seu cérebro, bem como a mutilação do seu braço esquerdo. Juntam-se ainda a rejeição do Guilherme aleijado pela mãe, que temia que ele seria “covarde” e nunca viria a ser “masculino” e o tratamento terrivelmente desumano para “corrigir” a mutilação do braço. Também teriam contribuído a falta de amor paterno e materno em geral, especialmente pela mãe “inglesa” Vitória, filha da Rainha Vitória, a rejeição pelos seus parentes ingleses e, finalmente, o peso insuportável dos ancestrais gloriosos nos seus ombros. Mais adiante será mostrado, como em dois momentos-chaves da Crise de Julho, a personalidade do Kaiser, caracterizada por bruscas alternâncias entre megalomania e fraqueza, impactou os eventos e influenciou a postura do Imperador nas decisões fatídicas que levaram a Alemanha à Guerra.

Guilherme foi belicista durante todo o seu reinado? É bem possível destacar a contribuição do Kaiser para a política externa alemã de confrontação com as outras potências europeias e para a criação da imagem da Alemanha como potência agressiva e militarista. Ele criou e cultivou sua própria imagem como militarista. As suas intervenções políticas, espontâneas ou não, acarretavam dúvidas sobre a Alemanha como potência previsível e pacífica. Por exemplo, com o chamado “Telegrama Kruger” de 1896, seu famoso “discurso dos hunos”, na ocasião da despedida em Bremerhaven, no dia 27 de julho de 1900, e através da chamada Política Mundial (*Weltpolitik*), iniciada em 1897/8 juntamente com a aceleração do armamento marítimo, bem como no “Escândalo do Daily Telegraph” de 1908, Guilherme criou e agravou um duradouro antagonismo com a Grã-Bretanha. Por último, no chamado “Kriegsrat” (Conselho de Guerra) do dia 8 de dezembro de 1914, mostrou também um belicismo até então desconhecido, embora sem consequências políticas concretas.

De outro lado, e mais importante: ao contrário destas demonstrações verbais de belicismo e de confrontação, nas principais grandes crises da política europeia antes de 1914, o Kaiser mostrou cautela e moderação surpreendentes. Nas duas crises do Marrocos (1905 e 1911), Guilherme não foi o principal instigador da confrontação pelo lado alemão. Na primeira destas crises, ele claramente se opôs ao conflito e à guerra, que alguns de seus militares desejavam. (GUTSCHE, 1991, p.123) Já na Segunda Crise do

Marrocos (1911), embora muito hesitante, reservado e incrédulo, ele sancionou a agressiva estratégia alemã, inventada pelo Secretário das Relações Exteriores. O Kaiser não foi, contudo, a força motriz deste segundo confronto com a França. Ele de forma alguma estava cogitando a guerra que os ultranacionalistas pangermânicos ruidosamente exigiam. Quando a Alemanha foi obrigada a recuar de sua postura agressiva, depois de um pronunciamento de Lloyd George no dia 21 de julho de 1911, Guilherme sofreu a raiva dos ultranacionalistas alemães e, ainda mais, ganhou dois novos apelidos, um pelos franceses: “Guillaume le timide”, e outro, como crítica, dos pangermânicos: “Guilherme o pacífico”.³

Na primeira crise balcânica em 1908 (a crise da anexação da Bósnia), o papel de Guilherme foi, mais uma vez, bastante reduzido. Ele endossou a política do seu chanceler, muito contra sua própria vontade, mas não foi um dos principais instigadores da estratégia conflituosa e não mostrou uma postura expressivamente belicista. Quando eclodiu a Primeira Guerra Balcânica (1912) e a Áustria desejava uma guerra contra a Sérvia, a postura do Kaiser e da sua liderança política tinham sido muito claras: a paz europeia deveria ser preservada e a Alemanha não queria, de jeito algum, uma guerra que envolvesse a Rússia. Categoricamente, Guilherme ordenou comunicar a Viena: “Declarei expressamente [ao Chanceler] que, por causa da Albânia e do Durazzo, eu, em circunstância alguma, marcharei contra Paris e Moscou.”⁴ Já na Segunda Guerra Balcânica, a liderança política da Alemanha concedeu certo “apoio moral” ao ultimato austríaco, para que a Sérvia se retirasse da Albânia. Isto aconteceu sem consulta ao Kaiser, mas este retroativamente endossou tal decisão, mas ainda privilegiou uma solução conjunta das grandes potências.⁵ Nesta ocasião, ele estava também determinado a evitar um conflito com a

³Para as pressões ultranacionalistas sob Guilherme, e suas críticas ao Kaiser como “Guilherme o pacífico”, ver, entre outros: GP vol. 29, Nr. 10699, Der Rat im kaiserlichen Gefolge an AA, 9.8.1911. GP - Die Große Politik der europäischen Kabinette 1871–1914. Sammlung der Diplomatischen Akten des Auswärtigen Amtes. Im Auftrag des Auswärtigen Amtes, Berlin 1922–1927.

⁴GP vol. 33, Nr. 12348, Kaiser Wilhelm an AA, 9.11.1912. O chanceler reforçou esta rejeição de um ataque austríaco e seu apelo à diplomacia, contra a Sérvia, com palavras muito duras, raramente ouvidas na correspondência diplomática, junto ao seu aliado: Ibid., Nr. 12819, Bethmann-Hollweg an Berchtold, 10.2.1913.

⁵Ibid. Nr. 14161, Zimmermann an Wedel, 16.10.1913. Ibid, Nr. 14162, Zimmermann an Tschirschky, 16.10.1913. Ibid. Nr. 14172, Wedel an AA, 17.10.1913. Ibid. Nr. 14174, Zimmermann an Waldthausen, 18.10.1913.

Rússia e até se opôs ao belicismo austríaco e a seus projetos territoriais nos Bálcãs.

Ainda em abril de 1914, dois meses antes de conceder carta branca, Guilherme aconselhou os austríacos a procurarem um *modus vivendi* com a Sérvia.⁶ Ele permaneceu assim como um dos grandes obstáculos para a conflagração de uma guerra, fato muito lamentado pelos belicistas, tanto na Alemanha quanto na Áustria. Em uma conversa no dia 16 de março de 1914, entre o Chefe do Estado Maior da Áustria e Tschirschky, embaixador alemão em Viena, quando o General Conrad pressionou por uma guerra contra a Rússia, o embaixador respondeu: “Existem duas pessoas importantes que são contra [esta guerra]: seu Arquiduque Francisco Ferdinando e meu Kaiser.” (CONRAD,1922, p.597). Por isto, tanto mais surpreende o fato de que Guilherme, no dia 5 de julho, numa decisão solitária e espontânea, deu luz verde à Áustria para atacar seu vizinho sérvio, assumindo o risco de uma intervenção russa. Sua postura antes de julho de 1914, especialmente a rejeição de qualquer guerra nos conflitos balcânicos, não levava a esperar tal concessão.

Guilherme II e a “Carta Branca”: “Agora ou nunca”

Guilherme II recebeu a notícia do assassinato do herdeiro ao trono austro-húngaro, Arquiduque Francisco Ferdinando, e de sua esposa, na tarde do dia 28 de junho, a bordo de seu iate Meteor, quando participava de uma regata na Semana de Kiel. Ele se sentiu afetado profundamente pela morte dos dois, pois considerava a vítima Francisco Ferdinando um amigo, com o qual cultivou relações políticas e pessoais especiais. Mas também tomou pessoalmente o ataque ao “princípio monarquista”, que entreviu por detrás do atentado. (RÖHL,2014,p.1016);(MCMEEKIN,2014,I,4) Ele retornou imediatamente para Berlim, mas permitiu que a regata concluísse seu trajeto. O espírito (ainda) era pacífico, e nada indica que Guilherme, ou a liderança política alemã, consideravam o assassinato inicialmente como uma boa oportunidade e justificativa para uma guerra austríaca contra a Sérvia. Tampouco Guilherme pensava em guerra a esta altura que ele discutiu, ainda no dia 3 de julho, numa audiência com o adido militar romeno, os detalhes de

⁶Ibid. Nr. 15541, Bethmann Hollweg an Tschirschky, 6. 4. 1914, citado de um telegrama do Kaiser.

uma viagem a Bucareste, planejada para outono. (RÖHL, 2014, p. 1017) ⁷

Berlim estava em plenas férias e Guilherme lá encontrou poucos membros do seu círculo íntimo de poder. O chanceler Bethmann Hollweg, o Chefe do Estado Maior, Helmuth von Moltke, o Almirante Tirpitz e o Secretário do Estado do Exterior Gottlieb von Jagow estavam ausentes. Bethmann Hollweg passava as férias na sua residência de campo em Hohenfinow, perto de Berlim, e foi frequentemente à capital nos dias depois do atentado. Guilherme retomou suas rotinas reais, e encontrou, nestas ocasiões, alguns dos seus principais assessores. Porém, não houve um encontro para explicitamente discutir as repercussões políticas do assassinato e uma possível estratégia alemã frente ao desafio que seu aliado austríaco estava enfrentando. Também não existem, como Röhl especula, indícios de uma tomada coletiva de decisão em prol de uma linha dura, i.e de tirar proveito daquele assassinato para provocar uma guerra austro-sérvia. (RÖHL, 2014, pp. 1016-21)

Pelo contrário, os primeiros (porém tímidos e fragmentados) sinais de orientação que a Secretaria das Relações Exteriores (*Auswärtiges Amt* - AA), representada pelo subsecretário Zimmermann na ausência do secretário von Jagow, deu à Áustria, eram também de moderação e cautela. Numa reunião com o Ministro das Relações Exteriores da Áustria, Conde Berchthold, no dia 30 de junho, o embaixador alemão, Heinrich von Tschirschky, alertou “contra passos precipitados”.⁸ Numa audiência com o imperador Francisco José no dia 2 de julho, Tschirschky, embora afirmando, de maneira genérica, o apoio que Guilherme II daria para uma “decisão firme” da Áustria, recomendava uma reação “bem pensada”, no sentido de considerar a situação

⁷ O relatório do Plenipotenciário Militar da Saxônia em Berlim, do dia 3 de julho, o do Enviado da Saxônia em Berlim (2 de julho), bem como o do Enviado da Baviera (4 de julho) confirmam também esta postura inicialmente pacífica do Imperador. Ver: Leuckart para Carlowitz. Bericht No. 73/3472, 3.7.1914, reproduzido em Geiss I, p. 73. Salza Lichtenau an Vitzthum. Bericht No. 1045, 2.7.1914. Geiss, I, p. 71. Lerchenfeld (enviado da Bavária). Bericht 328, 4.7.1914. Bayrische Dokumente zum Kriegausbruch und zum Versailler Schuldspruch. Munique & Berlim 1922, p. 113. Geiss I e II - Geiss, Imanuel (ed.), Julikrise und Kriegausbruch 1914. Eine Dokumentensammlung, 2 vols. Hannover 1963/64.

⁸ DD 7. Der Botschafter in Wien an den Reichskanzler, 30.6.1914. Die Deutschen Dokumente zum Kriegausbruch 1914. Kautsky, K. (Hrg); Vollständige Sammlung der von Karl Kautsky zusammengestellten amtlichen Aktenstücke mit einigen Ergänzungen. Im Auftrag des Auswärtigen Amtes nach gemeinsamer Durchsicht mit Karl Kautsky hrsg. von Graf Max Montgelas und Walter Schücking. 4 vols., Charlottenburg 1919.

política europeia e possíveis reações das outras potências.⁹ O subsecretário Zimmermann dava a entender, em conversas com os embaixadores russo e britânico em Berlim, que ele rejeitava a acusação de um complô por parte do *Estado* da Sérvia, e recomendou uma minuciosa investigação para descobrir os perpetradores.¹⁰ Ainda no dia 4 de julho, Zimmermann aconselhou o embaixador austríaco a agir com grande cautela e a não apresentar exigências humilhantes à Sérvia.¹¹

No entanto, os conselhos de cautela não foram os únicos sinais que Viena recebeu de Berlim nestes primeiros dias depois do atentado. No dia 1 de julho, Alexander Hoyos, o Chefe de Gabinete do Ministro das Relações Exteriores da Áustria e um *falcão* convicto no governo austríaco, teve uma conversa informal com o jornalista alemão Victor Naumann. Nesta conversa, Nauman, amigo de confiança do Diretor Político do *Auswärtiges Amt* da Alemanha, von Stumm, revelou a crescente disposição, não somente entre os militares alemães, mas também no AA, de arriscar a possibilidade de uma guerra preventiva contra a Rússia. No que concerne a Sérvia, Naumann pensava que no Ministério se considerava aquele momento como uma boa oportunidade para “provocar a grande decisão” e que Guilherme II, quando fosse abordado de maneira certa, apelando ao “princípio monarquista”, certamente daria seu apoio.¹²

O significado desta visita de Naumann e a origem das posições referidas permanecem enigmáticos. O próprio Hoyos, nas mútuas recriminações entre a Áustria e Alemanha depois da Guerra, alegou que tinha sido esta conversa que o fez acreditar que o pedido à Alemanha de apoio incondicional a uma guerra, envolvendo até a Rússia, teria uma receptividade positiva em Berlim. (ALBERTINI,1953, v.2, p. 135) Igualmente, para Fischer e

⁹DD 11. Der Botschafter in Wien an den Reichskanzler, 4.7.1914.

¹⁰BD 22. Sir H. Rombold to Sir Edward Grey, 30.6.1914. British Documents on the Origins of the War, 1898-1914. Vol. XI: The Outbreak of War: Foreign Office Documents. Ed. G.P. Gooch & Harold Temperley. London 1926. Lerchenfeld (enviado da Bavária). Bericht 364, 2.7.1914. Bayrische Dokumente zum Kriegsausbruch. Swerbejew an Sasonow, 2.7.1914. repri, em: Geiss, I, p. 60-2.

¹¹ÖD I, 5. Graf Szögyény an Grafen Berchtold, 4. Juli 1914. Die Österreichisch-Ungarischen Dokumente zum Kriegsausbruch. Hrsg. vom Staatsamt für Äußeres in Wien (Berlin: National-Verlag), 1923.

¹²Aufzeichnung Hoyos' über Unterredung mit Victor Naumann. Viena, 1.7.1914. ÖD 9966, repri, em: Geiss I, p. 72-3. Ver também: Albertini, L. The Origins of the War of 1914, vol. 2, pp. 129.

seus discípulos, esta conversa serve como prova de que, desde o início, a Alemanha teria empurrado a Áustria para a guerra. De outro lado, trata-se de uma conversa informal com um jornalista, embora com contatos diretos na cúpula do AA. Ademais, as ideias referidas por Naumann refletiam mais a posição dos militares alemães e contrariaram a posição oficial do Secretariado.¹³

O Kaiser estava inicialmente em disposição mais pacífica mas, em algum momento nestes primeiros dias depois do atentado, aconteceu uma reviravolta. Talvez o cancelamento de sua participação no enterro do Arquiduque, por causa de um alerta sobre um atentado, supostamente planejado por sérvios, contra a pessoa do Kaiser, tenha provocado esta mudança de postura.¹⁴ No dia 3 ou 4 de julho, ele tomou conhecimento do ofício do Embaixador Tschirschky, no qual este relatava seus avisos de cautela dados a Viena. Furioso, o Kaiser atulhou este documento com seus mal afamados comentários marginais e o devolveu para o AA no dia 4 de julho. Censurando a postura cautelosa do Tschirschky como “bobagem” e “estupidez”, e como tendo sido assumida sem autorização, o Imperador exclamou que a Áustria deveria acertar as contas com a Sérvia “agora ou nunca”, com medidas muito “severas” (original: “*Mit den Serben muss aufgeräumt werden, und zwar bald!*”). Este abafo do Kaiser teria iniciado uma reviravolta na política alemã sobre a questão de uma guerra austro-sérvia? A partir deste momento, no dia 4 de julho, quando o Kaiser devolveu o ofício com as suas notas marginais para o AA, a Alemanha teria recomendado uma guerra entre a Áustria e a Sérvia? Muitos historiadores dizem que sim! Para Fischer, Geiss e Gutsche, foram estas notas marginais, compreendidas no AA como uma *ordem*, que iniciaram a volte-face na política alemã. Esta, segundo Fischer, “mais grave decisão” do Imperador na Crise de Julho, foi tomada ciente de que as “medidas severas” poderiam provocar uma intervenção russa e uma guerra germano-russa. (FISCHER, 1961, p.279); (GEISS I,1963, p.79); (GUTSCHE, 1991, p.157).

Será que um comentário marginal do Kaiser realmente “teve impacto sobre a história mundial”, como supõe Hermann Kantorowicz?

¹³Ver: Salza Lichtenau an Vitzthum. Bericht No. 1045, 2..7.1914. Geiss I, p. 71.

¹⁴DD Nr. 6a. Der Generalkonsul in Sarajevo an das Auswärtige Amt, 1. Juli 1914. DD Nr. 6b. Der Reichskanzler an den Botschafter in Wien, 2. Juli 1914.

(KANTOROWICZ,1967, p. 87). Talvez sim, porém certas reservas parecem apropriadas. Em primeiro lugar, as anotações marginais não eram belicistas *per se*. O Kaiser também achou como um “truísmo” considerar, antes de optar por “medidas severas”, a situação internacional, i.e, neste caso, principalmente a possível reação russa. Segundo, as suas legendárias notas marginais na correspondência diplomática raramente influenciaram diretamente a direção da política alemã e não eram uma ordem. Terceiro, ainda não é explicado como a nova postura mais belicista do Kaiser teria sido comunicada. Não existe nenhum documento mostrando, por exemplo, a transmissão das novas “ordens” para o embaixador em Viena. Especula-se que teria sido por telefone, sem nenhum traço na documentação diplomática, de que acontecera tal transmissão. (KANTOROWICZ,1967, p. 87); (GUTSCHE, 1991, pp.157-8). Elas surtiram um certo efeito, no entanto alguns dias mais tarde. Contava-se nos círculos do AA que Tschirschky teria recebido uma reprimenda oficial por sua “tibiaza” junto ao Ministro das Relações Exteriores da Áustria.¹⁵

De qualquer modo, no mesmo dia em que Guilherme II devolveu o ofício do Tschirschky para o AA, o embaixador já iniciara decididamente a reviravolta que, aliás, correspondia muito mais às suas próprias convicções belicistas e pró-austriacas.¹⁶ Ele convocou o jornalista Ganz, correspondente vienense do jornal “Frankfurter Zeitung”, e enfatizou na entrevista que agora “o Kaiser e o Império” iriam apoiar a Áustria incondicionalmente em qualquer ação contra a Sérvia. Se a Áustria agisse o mais rápido possível, melhor. Tschirschky instruiu o jornalista a comunicar esta nova política imediatamente ao Ministério das Relações Exteriores em Viena.¹⁷

¹⁵O embaixador alemão em Londres, Max von Lichnowsky, que passou o dia 5 de julho em Berlim, recordou tal reprimenda. Lichnowsky, Karl Max. *My Mission to London, 1912–1914*. Nova Iorque e Londres 1918. Pouco tempo mais tarde, também o embaixador austríaco em Berlim, Conte Szögyény-Marich, ouviu falar desta censura. Tel. Nr. 243. Szögyény an Berchthold, 8.7.1914, em: Geiss 1, p. 125.

¹⁶Para o embaixador Heinrich, Freiherr von Tschirschky und Bögendorff, uma figura chave na Crise do Julho, e sua política belicista e de “intrigas”, e seu papel intrigante em torno do dia 29 de julho, ver: Meyer-Arndt, Lüder; *Die Julikrise 1914. Wie Deutschland in den Ersten Weltkrieg stolperte*. Köln, Weimar, Wien (Böhlau) 2006, pp. 10. Clark, Christopher. *The Sleepwalkers: How Europe Went to War in 1914*. Londres 2012. Otte, Thomas: *July Crisis. The World's Descent into War, Summer 1914*. Cambridge (Cambridge University Press) 2014, pp. 67. Albertini. Vol 2, cap. 1.

¹⁷Nr. 10038. S. Walterskirchen, G. Forgách. *Tagesbericht über eine Unterredung mit dem Korrespondenten der “Frankfurter Zeitung”*, 4.7.1914, repr. em: Bittner, L.. *Österreich-Ungarns Aussenpolitik, Nendeln/Lichtenstein (Kraus) vol. VIII, 1930*, p. 295.

No entanto, a Áustria ainda estava longe de poder agir o mais rápido possível e se encontrava ainda no processo decisório, cujo resultado dependia exclusivamente da posição alemã. É certo que o assassinato fortaleceu o “partido de guerra”, encabeçado pelo Chefe do Estado Maior, Conrad von Hötzendorf, e que desta vez o influente e até então cauteloso Ministro das Relações Exteriores, Conde Berchthold, também defendeu uma guerra contra a Sérvia. Mas não ocorria, como alguns historiadores supõem, que neste exato momento a Áustria-Hungria houvesse decidido em uníssono a favor desta guerra. (HAMILTON; HOLGER, 2005, p.67) O próprio Imperador Francisco José estava indeciso. Ainda mais importante, o Conde Tisza, o Primeiro Ministro do lado húngaro da Monarquia Dual, cuja aprovação de uma guerra era constitucionalmente indispensável, vigorosamente se opôs, como “calvinista” (considerando guerra em si como abominável) e como “magiar” (temendo o aumento da população eslava na Áustria, em caso de uma conquista da Sérvia), como colocou Luigi Albertini. (ALBERTINI, 1953, v2, p.127)¹⁸

Ao final, demorou até o dia 14 de julho para convencer Tisza de uma guerra contra a Sérvia, que ele aprovou ainda condicionando à resposta sérvia a um ultimato austríaco e à resolução de que, com a guerra, a Áustria não realizaria anexações territoriais em detrimento da Sérvia.¹⁹ O voto alemão positivo foi decisivo nas pressões sobre Tisza. (ALBERTINI, 1953, v2,p.175) Mas este apoio foi também considerado essencial para proteger a Áustria contra um possível ataque da Rússia, como reiterou o Imperador Francisco José em uma conversa com Conrad von Hötzendorf. E Francisco José estava muito inseguro acerca da posição alemã ainda neste dia 5 de julho.²⁰

Para assegurar a apoio alemão, o governo austríaco despachou um enviado especial, o conde Hoyos, diplomata e Chefe de Gabinete do ministro Berchthold, para Berlim. Ele estava munido de dois documentos: uma

¹⁸ Estes documentos demonstram as posturas iniciais de Francisco José: ÖD I, 2. Vortrag des ungarischen Ministerpräsidenten Grafen Tisza (para o Imperador), 1. Juli 1914. Unterredung Berchthold – Conrad, 1.7.1914. Conrad. Aus meiner Dienstzeit, IV, repr. em Geiss I, p. 60.

¹⁹ McMeekin, S. Juli 1914, cap. II,7. Albertini, vol. 2. ÖD, I, 12. Vortrag des ungarischen Ministerpräsidenten Grafen Tisza, 8. Juli 1914.

²⁰ Audienz Conrads bei Franz Joseph in Schönbrunn, 5.7.1914. Conrad. Aus meiner Dienstzeit, IV, repr. em Geiss I, p. 83. Ver também: Unterredung Berchthold – Conrad, 6.7.1914 :”Se a Alemanha concorda, a nossa Majestade [Franz Joseph] será a favor da guerra”. Conrad. Aus meiner Dienstzeit, IV, repr. em Geiss I, p. 91.

carta pessoal do Francisco José ao Kaiser Guilherme e um memorando, que tinha sido elaborado antes do assassinato e foi levemente modificado para esta ocasião (memorando Matscheko).²¹ Nenhum dos dois documentos falava em guerra. Especialmente o Memorando Matcheko, embora apresentando a situação austríaca depois da Segunda Guerra Balcânica nos termos mais sombrios possíveis, concluía por propostas meramente políticas e diplomáticas. No máximo, a carta de Francisco José desejava a “eliminação” da Sérvia dos Bálcãs “como fator de poder político”. Porém, o Kaiser extraiu destes documentos (ou da comunicação verbal do embaixador austríaco – não se sabe) uma vontade austríaca inequívoca de guerra. Da apresentação destes dois documentos, numa audiência do Kaiser com o embaixador austríaco no dia 5 de julho, resultou a má-afamada “carta branca”, que garantiu à Áustria apoio alemão incondicional em caso de uma guerra contra a Sérvia. Como isto poderia acontecer e qual foi o papel de Guilherme II neste episódio que tanto direcionou a Europa para uma guerra continental?

O conde Hoyos chegou na manhã do domingo, dia 5 de julho, em Berlim, instruiu primeiro o embaixador austríaco e depois conferiu com subsecretário Arthur Zimmermann, Chefe em exercício no AA, mesmo antes do embaixador austríaco ter a audiência com Guilherme II a uma hora da tarde. No encontro com Zimmermann, o conde Hoyos revelou o que seriam os planos austríacos: atacar a Sérvia logo sem aviso prévio, e, depois, realizar a partilha completa do país entre a Áustria, a Bulgária e a Albânia, mesmo correndo o risco de uma guerra contra a Rússia. Certamente, nada disto tinha sido decidido em Viena e, depois, frente a um furioso Tisza, Hoyos teve que se retratar e declarar estas ideias, apresentadas como se expressassem a política oficial da Áustria, como meramente pessoais.²² Ouvindo os supostos planos austríacos, Zimmermann teria exclamado que atacar a Sérvia resultaria “com probabilidade de 90% em uma guerra europeia”, e Hoyos inclusive teria falado até em guerra mundial. Mas o subsecretário, representando seu chefe von Jagow nesta ocasião, sequer fez questão de informar o Kaiser, cuja reunião

²¹ÖD I, 1. Handschreiben Kaiser und König Franz Josephs an Kaiser Wilhelm, 2. Juli 1914. Beilage zu I, 1: Denkschrift zum Handschreiben Kaiser und König Franz Josephs an Kaiser Wilhelm, 2. Juli 1914.

²²DD Nr. 18. Der Botschafter in Wien an das Auswärtige Amt, 7. Juli 1914. DD Nr. 61. Der Staatssekretär des Auswärtigen an den Botschafter in Wien, 17. Juli 1914.

com o embaixador iria acontecer em seguida, sobre o que tinha sido apresentado como intenções concretas da Áustria.²³

Em seguida, em torno de uma hora da tarde, o Kaiser recebeu o embaixador austríaco no seu palácio “Neues Palais” em Potsdam.²⁴ Ele, depois de ler “cuidadosamente” os dois documentos austríacos, já interpretando a carta de Francisco José como decisão austríaca em prol de uma guerra, primeiro reagiu dentro da linha da abordagem cautelosa da política alemã até então, contrariando também seus próprios comentários belicistas no ofício do Tschirschky do dia anterior. Ele alertou sobre uma “possível complicação europeia” e não assumiu nenhum compromisso sem antes consultar seu chanceler. Depois do almoço, o embaixador Szögyény insistiu mais uma vez e conseguiu arrancar de Guilherme a desejada “carta branca”. Mesmo se, em consequência de uma guerra austro-sérvia, a Rússia intervisse, o Kaiser declarou que a Alemanha “manterá sua lealdade habitual e ficará ao nosso lado”. O ataque à Sérvia deveria acontecer rapidamente para se aproveitar da oportunidade de guerra a partir da comoção europeia quanto ao assassinato. Guilherme teria que consultar seu chanceler, mas estava convencido de sua anuência, restringindo acentuadamente o espaço de manobra de Bethmann Hollweg. Por último, numa espécie de exorcismo de sua própria coragem, Guilherme repetiu o *mantra* tranquilizador de que a Rússia ainda não estaria preparada para uma guerra.

Por que esta reviravolta de uma posição de cautela e moderação para uma que abriu o caminho para a “catástrofe primordial” *durante* a mesma reunião? Foi mais um exemplo da espontaneidade do Guilherme, o abrupto, e das suas alternâncias bruscas entre temor e audácia? Uma análise mais profunda deste encontro demonstra com clareza suas precariedades e limitações pessoais, bem como, ao mesmo tempo, as do seu regime sultanesco.

Primeiro, a disposição megalomaniaca do Imperador de decidir sozinho se manifesta no fato de que ele nem sequer se preparou para este encontro e não se reuniu antes com os seus conselheiros. O argumento,

²³Sobre este encontro entre Hoyos e Zimmermann não existe uma ata oficial. No entanto, mediante uma ampla documentação indireta, consegue-se reconstruir seu conteúdo. Ver (entre outros): Otte, Thomas: July Crisis, p. 78-80.

²⁴Deste memorável encontro somente existe uma ata bem resumida do embaixador. De fato ela muito provavelmente terá sido redigida por Hoyos, que não participou da audiência. ÖD I, 6. Graf Szögyény an Grafen Berchtold, 5. Juli 1914.

formulado por alguns historiadores, de que ele já tinha se decidido por uma postura belicista, entregando-se às pressões (embora isoladas e fragmentadas) de alguns militares, não convence, porque ignora a reviravolta *durante* a reunião.²⁵ Segundo, todo sistema de governo falhou profundamente. Os (poucos) membros da liderança política do *Reich* presentes em Berlim naquele momento (Zimmermann e Bethmann Hollweg), não instruíram o Kaiser antes da reunião. Zimmermann, ao ouvir os bizarros planos austríacos de extinguir a Sérvia como Estado, deveria ter informado o Kaiser imediatamente, uma vez que esta política certamente provocaria uma intervenção militar russa nos Bálcãs e nunca, nem mesmo nos momentos de maior postura agressiva, havia sido cogitada pelo governo alemão ou pelo Kaiser. Porém, como sublinha Meyer-Arndt, no sistema sultânico do Imperador, com toda a dependência do bem-querer do Imperador e da sua preferência por assessores subservientes, todos evitavam assumir responsabilidade e ninguém tinha coragem de dar ao Imperador conselhos não solicitados. (MEYER-ARNDT, 2006, p.26) O Imperador necessitava também de assessoria por perto *durante* a reunião. De início, ele aceitou, sem pedir uma prova material, a acusação austríaca de um envolvimento de órgãos do *Estado* da Sérvia no atentado.²⁶ Além disto, Guilherme interpretou a solicitação austríaca, sem muita razão, como pedido de ajuda para uma guerra, embora os textos dos dois documentos também pudessem ser lidos como pedido de uma solução diplomática. Até o ultrabelicista Ministro da Guerra Falkenhayn, depois de ler os documentos, chegou à conclusão de que estes não expressavam uma decisão austríaca firme para uma guerra.²⁷ Ademais, no caso de uma guerra austríaca de agressão, os

²⁵Fischer, Fritz: *Griff nach der Weltmacht. Die Kriegszielpolitik des Kaiserlichen Deutschlands*. Düsseldorf 1961, p. 61. Krumeich, Juli 1914, p. 69. Ele também não sofreu influência dos militares. Ver: Mombauer, Annika. *Helmuth von Moltke and the Origins of the First World War* (2001). Afflerbach, Holger. *Falkenhayn. Politisches Denken und Handeln im Kaiserreich*, Munique 1994

²⁶Vale relembrar que, neste momento, as próprias investigações austríacas, chefiadas pelo juiz Leo Pfeffer, andavam totalmente às escuras. O envolvimento da “Mão Negra”, de Dragutin Dimitrijević (“Apis”), chefe do serviço secreto militar, e o prévio conhecimento dos planos do atentado pela liderança política da Sérvia ainda eram desconhecidos. Ainda no dia 13 de julho, o Conselheiro von Wiesner comunicou ao Ministério das Relações Exteriores que “não está comprovado, ou somente se suspeita, que o governo sérvio tivesse conhecimento da preparação e da execução do atentado, como do fornecimento das armas utilizadas. Tudo indica que esta possibilidade pode ser descartada. ”. ÖD I, 17. Sektionsrat von Wiesner an das k. u. k. Ministerium des Äußern, 13. Juli 1914.

²⁷Falkenhayn an Moltke, 5.7.1914, rerpr. in: Geiss I, p. 86.

termos da aliança austro-alemã não previam um apoio automático, ao contrário das afirmações do Kaiser.²⁸

Terceiro, com a concessão de apoio incondicional, independente das ações concretas da Áustria-Hungria, o Kaiser deixou a iniciativa completamente nas mãos austríacas, renunciando qualquer influência sobre as suas decisões e tornou a Alemanha assim refém de seu parceiro na Tríplice Aliança. Quarto, tudo indica que Guilherme teria caído em uma armadilha austríaca bem arquitetada. Na exposição dos planos austríacos, tanto Hoyos quanto o embaixador Szögyény apresentaram as decisões austríacas como fato já consumado e omitiram a posição húngara de Tisza. O conhecimento da feroz oposição à guerra da outra metade da Monarquia Dual certamente teria influenciado a postura do Kaiser. Por último, alguns historiadores suspeitam que foi a habilidade de Szögyény, conhecendo muito bem os lados fracos do imperador alemão, de apelar à honra e ao cavalheirismo do Kaiser, bem como à sua relação pessoal com o Imperador Francisco José, que poderia ter feito com que Guilherme cedesse espontaneamente e formulasse suas decisões fatais. (MEYER-ARNDT, 2006, p. 27-8)

Depois da audiência, o Kaiser reuniu, separadamente, os seus principais conselheiros civis e militares presentes em Berlim, não com o objetivo de avaliar e discutir a política alemã frente ao dilema austríaco, mas somente para comunicar a decisão que tomara. Na reunião com o chanceler Bethmann-Hollweg ele também não pediu opinião para fundamentar sua decisão constitucionalmente, mas o forçou a concordar.²⁹

Resumamos, pois, a postura do Kaiser nestes dois dias fatídicos. Guilherme concluiu que o antagonismo entre a Áustria e a Sérvia havia chegado a um ponto tal que “uma ação imediata [isto é uma guerra] seria a melhor e mais radical solução para nossos problemas nos Bálcãs”, como relatou o embaixador austríaco no dia 6 de julho.³⁰ Ele quis uma terceira guerra balcânica, desta vez entre a Áustria e a Sérvia, que certamente teria infligido uma derrota esmagadora à Sérvia, levando-se em conta o balanço do poder

²⁸ Anotação de Bethmann Hollweg sobre uma conversa com Szögyény no dia 6.7.1914, repri. in Geiss I, p. 95.

²⁹ Kantorowicz. Gutachten zur Kriegsschuldfrage, pp. 229: “A Coroa disse: 'eu ordeno, e os conselheiros respondem: 'A seu comando!'"[ou: “às suas ordens! ”]

³⁰ ÖD I,7. Graf Szögyény an Grafen Berchtold, 6. Juli 1914.

militar e o esgotamento do exército sérvio depois de lutar em duas guerras recentes. Ele não queria uma guerra entre a Rússia e a Alemanha e não acreditava em uma intervenção militar russa para salvar a Sérvia da destruição.³¹ Nem a Rússia nem a França estariam preparadas para uma guerra e “o Czar nunca estaria ao lado dos assassinos de um príncipe”.³² A Grã-Bretanha sequer foi mencionada. Os depoimentos dos militares presentes na reunião com o Kaiser no dia 5 de julho confirmam também este seu pressuposto.³³ Até mesmo estes ardentes defensores de uma “guerra de prevenção” contra a Rússia não viam aquela como uma boa ocasião para tal guerra. Inclusive, não acreditavam na determinação austríaca de escalar o conflito até uma guerra e partiram para suas férias.³⁴ Falkenhayn garantiu ao Chefe do Estado Maior, Moltke, que este podia tranquilamente continuar cuidando da sua saúde no spa de Karlsbad.³⁵

Guilherme não possuía, contudo, absoluta certeza sobre a neutralidade russa. Ao Ministro da Guerra, Falkenhayn, ele perguntou se o exército estaria pronto para todas as eventualidades, a que o Ministro respondeu positivamente. Guilherme recusava, porém, quaisquer preparações concretas para tal situação. E, junto ao seu chanceler, insistiu que “nós deveríamos nos empenhar com todos os meios para que a contenda austro-sérvia não transbordasse em um conflito internacional”.³⁶ Embora considerando improváveis tais desdobramentos, ele não excluiu esta possibilidade e, na linha das declarações ao embaixador austríaco no dia 5 de julho, reafirmou sua aceitação de uma guerra contra a Rússia em uma conversa particular com o industrial Krupp von Bohlen und Halbach: “The Kaiser told him he would declare war at once Russia mobilized. This time people would

³¹ Tagebucheintrag des Generalobersten Plessen do 5 de julho 1914. repr. in Geiss I, p. 87.

³² Depoimento por escrito [para a Comissão de Inquérito do Parlamento Alemão] do capitão marítimo Zenker sobre sua conversa com o Kaiser no dia 5 de julho 1914, 8.11.1914. Repr. in: Geiss I, p. 87-8.

³³ DD, vol 1, pp XV – XVIII. Geiss I, pp. 86-90.

³⁴ Mombauer, A. Helmuth von Moltke. Afflerbach, H. Falkenhayn. Ainda no dia 19 de julho, quando a Áustria-Hungria já tinha decidido inequivocamente em prol da guerra, Waldersee duvidava das preparações militares dos austríacos. DD Nr. 74 Der Oberquartiermeister im Großen Generalstabe an den Staatssekretär des Auswärtigen (Privatbrief). Hopman, A.; Das ereignisreiche Leben eines “Wilhelminers”. Tagebücher, Briefe, Aufzeichnungen 1901 bis 1920. Ed. por Michael Epkenhans. Viena (Oldenbourg) 2004, p. 385.

³⁵ Falkenhayn an Moltke, 5.7.1917. Repr. in Geiss I, p. 86.

³⁶ Relatório de Bethmann Hollweg sobre conversa com Guilherme II no dia 5 de julho. Repr. in: Geiss I, p. 85.

see that he would not change his mind [“wird nicht umfallen”]. The Kaiser's emphatic and repeated asseveration that this time nobody would be able to reproach him with irresolution had produced an almost comic effect.”³⁷

Nestes dois dias do início de julho, o Kaiser não se limitou a endossar decisões da liderança política alemã, como nos conflitos que antecederam a Crise de Julho, mas tomou, autocraticamente, a iniciativa e empurrou a Áustria em direção a uma guerra com a Sérvia. E esta guerra que tinha todo potencial para provocar um conflito europeu mais amplo. Foi um golpe de mestre de Guilherme, o abrupto.

No alto mar: “Localização” da guerra, pressões sobre a Áustria e o ultimato.³⁸

Na manhã do dia 6 de julho, Guilherme partiu para o porto de Kiel a fim de, um dia depois, iniciar seu cruzeiro anual nas águas norueguesas, acompanhando os exercícios da sua frota naval. Desta vez, entretanto, ele não foi tanto ao norte como nos anos anteriores, mas ficou perto de Balholm, a uma distância de 22 horas de navio do porto alemão de Kiel. Ele estava inseguro se realmente deveria fazer esta viagem frente à crise nos Bálcãs, mas seu chanceler insistiu muito, para criar a sensação de normalidade e/ou para se livrar da interferência de seu imprevisível imperador. A partir do momento de seu embarque no *Hohenzollern*, até sua volta no dia 27 de julho, Guilherme ficou um pouco afastado e em segundo plano. Foi a liderança política (Bethmann Hollweg, Jagow, Zimmermann, Stumm), também na ausência de uma boa parte da cúpula militar, que comandava a política exterior do *Reich*.

Guilherme era informado a bordo do *Hohenzollern* sobre o andamento do conflito, principalmente sobre os passos austríacos, porém isso muito parcialmente e com a supressão intencional de notícias que poderiam colocar em dúvida a estratégia alemã de pressionar por uma guerra austro-sérvia e sua aposta na neutralidade das outras potências europeias. Especialmente os telegramas do embaixador alemão em Londres, o conde Karl

³⁷Revelations by an ex-Director of Krupp's. Dr. Mühlon's Memorandum and his letter to Herr von Bethmann-Hollweg. New York (George H. Doran Co.), sem data. O memorando de Mühlon foi publicado inicialmente no Berliner Tageblatt do dia 21 de março de 1918.

³⁸“Localização”. O termo, usado pela diplomacia, em alemão é “Lokalisierung”, o que significa circunscrever, limitar, restringir o conflito austro-sérvio à região balcânica e a uma guerra somente entre a Áustria e a Sérvia, sem interferência de nenhuma outra potência.

Max von Lichnowsky, que enfaticamente alertavam contra a “ilusão da localização” do conflito e de uma neutralidade britânica, foram censurados pelo AA.³⁹

Por que o chanceler queria o Imperador longe de Berlim e afastado da possibilidade de exercer influência imediata sobre a política alemã? Parece que Bethmann Hollweg não somente teria sido forçado, na reunião com Guilherme no dia 5 de julho, a aceitar a “carta branca” como *fait accompli*, mas que ele também pegou carona no belicismo do Kaiser para implementar a sua própria política de extrair vantagens estratégicas para a Alemanha e a Tríplice Aliança através uma guerra entre a Sérvia e a Áustria.

Bethmann Hollweg, um personagem ainda avaliado muito controversamente pela historiografia, certamente não foi um representante da ala belicista no governo guilhermino. Ele se empenhou por um compromisso com a Grã-Bretanha e rejeitou a ideia de uma guerra de prevenção contra a Rússia e a França. Ele não queria uma guerra europeia em julho de 1914, porém sua política de (altíssimo) “risco calculado” brandiu esta possibilidade para chantagear a Rússia (e as outras potências da Tríplice Entente) a aceitar uma possível derrota da Sérvia pelo exército austríaco. (JARAUSCH, 1969, p.48-76); (HILLGRUBER,1986, p.34-57); (HILLGRUBER,1966, p.332-357) Ele brincou com fogo, como escreveu Mark Hewitson. O sucesso de tal estratégia dependia da não-intervenção russa ao lado da Sérvia.

Consequentemente, o empenho pela “localização” (regionalização) do conflito virou peça-chave da política alemã na Crise de Julho.⁴⁰ A diplomacia alemã se esforçou por convencer as potências da Triple Entente do suposto caráter local do conflito. Porém, por trás dos discursos

³⁹Por exemplo, no dia 27 de julho, quando Lichnowsky indicou mais uma vez que, em caso de uma guerra russo-alemã, a Grã-Bretanha iria se posicionar contra a Alemanha, Jagow perguntou ao chanceler: “O telegrama [de Lichnowsky] deve ser apresentado a Sua Majestade? Dificilmente poderia ser ocultado dela?”- como os telegramas anteriores. DD Nr. 283. Der Reichskanzler an den Kaiser, 28. Juli 1914, anotação marginal de Jagow. Para as outras alterações das mensagens de Lichnowsky ver, por exemplo: DD Nr. 29. Der Botschafter in Wien an das Auswärtige Amt, 10. Juli 1914. DD Nr. 157. Der Botschafter in London an das Auswärtige Amt, 24. Juli 1914.

⁴⁰DD Nr. 36. Der Staatssekretär des Auswärtigen an den Botschafter in London, 12. Juli 1914. Nr. 72. Der Staatssekretär des Auswärtigen an den Botschafter in London (Privatbrief), 19. Juli 1914. DD Nr. 100. Der Reichskanzler an die Botschafter in Petersburg, Paris und London, 21. und 22. Juli 1914. Embora Bethmann Hollweg também professasse o mantra do despreparo da Rússia, ele mesmo assim exprimiu, às vezes, dúvidas e estava ciente de que, em 1914, a Rússia estaria firmemente contraposta, em seus interesses balcânicos, à Áustria-Hungria. DD Nr. 3. Der Reichskanzler an den Botschafter in London, 16. Juni 1914.

diplomáticos aparecia a ameaça alemã de transformar a briga balcânica em guerra europeia pelo apoio prometido à Áustria, caso as potências não aceitassem o pressuposto da regionalização. Esta política de “localização” foi, assim, tanto uma esperança, i.e uma crença no despreparo da Rússia e da França, quanto uma estratégia diplomática proativa para isolar o conflito balcânico. Mas, ao mesmo tempo, representava uma ameaça velada de guerra contra estes dois países.

A convicção de que os países da Entente desistiriam de um envolvimento em uma guerra verdadeira pela causa de um país balcânico formou a base desta política de alto risco da Alemanha. Este *mantra* foi recitado incontáveis vezes pela liderança alemã na Crise de Julho: a Rússia ainda não estaria pronta com seu programa de rearmamento, e a França e a Grã-Bretanha seriam pacíficas, por causa dos seus problemas e prioridades na política doméstica e se empenhariam por frear um possível belicismo russo.⁴¹ A ameaça de uma intervenção armada, ademais, seria somente um blefe por parte da Rússia.⁴² Como colocou o subsecretário Zimmermann: “Blefar é um dos requisitos mais apreciados da política russa, e o russo gosta de ameaçar com a espada; porém, no momento decisivo, prefere não usá-la especialmente pela causa de outros.”⁴³ Esta estratégia do “risco calculado” se baseava, é óbvio, em um conjunto de pressuposições equivocadas, resultado de desejos ilusórios e de uma profunda incompreensão das complexidades da política dos países envolvidos. Richard Lebow demonstrou com clareza como a estrutura hierarquizada e, ao mesmo tempo, fragmentada da liderança política da Alemanha e a péssima qualidade profissional do serviço diplomático e de seus embaixadores, contribuíram para estas “deficiências cognitivas” e para as “patologias no processo decisório”. (LEBOW, 1981, p. 119-147)

O que complicou também a política alemã do blefe com a guerra foi o fato de que somente seria possível ameaçar, em função do sistema

⁴¹ A entrada no diário do Theodor Wolff, editor-chefe do Berliner Tageblatt, do dia 25.7., relatando uma conversa com von Jagow, bem resume tais cálculos alemães. Theodor Wolff. Tagebucheintrag über Gespräche mit Jagow und Stumm vom 25.7.1914. Repr. in: Krumeich, Gerd: Juli 1914. Eine Bilanz. Paderborn (Ferdinand Schöningh Verlag) 2014, p. 284-5.

⁴² Para as muitas advertências de que a Rússia não iria tolerar a violação da soberania sérvia, ver: Krumeich. Juli 1914, pp. 98-106.

⁴³ DD, Anexo IV. Berichte, Telegramme und Telefongespräche der Bayerischen Gesandtschaft in Berlin. Nr. 2, Der Geschäftsträger in Berlin an den Vorsitzenden im Ministerrat, 18.7.1914.

de alianças, da “carta branca” a ser concedida à Áustria-Hungria e do plano Schlieffen, com uma guerra plena europeia, incluindo a invasão da Bélgica. Esta guerra certamente teria provocado uma reação britânica a favor da Entente. Ademais, sendo acompanhada pelo raciocínio da inevitabilidade de uma “guerra final entre os eslavos e os germanos”, esta estratégia abriu uma forte expectativa de aceitação de tal guerra e da interpretação da postura russa como um teste para sua belicosidade ou pacificidade *per se*.(HILLGRUBER, 1986, p.50) “Esta ação contra a Sérvia pode levar a uma guerra mundial”, raciocinou Bethmann Hollweg já no início de julho. Mas “talvez o velho Kaiser [Francisco José] não decida a favor de uma guerra. Se esta guerra vem do leste, [i.e], se nós entrarmos no campo da batalha para apoiar a Áustria, [...] neste caso, temos a chance de vencer esta guerra. Se a guerra não acontece, se o Czar não a quiser ou se a debilitada França pressionar por paz, ainda temos a perspectiva de dividir a Entente com esta ação. ” (RIEZLER,2008, p.182-4)⁴⁴

Uma guerra austro-sérvia imediata fazia parte do cálculo estratégico de Bethmann, bem como das recomendações que o Kaiser havia dado aos austríacos em Potsdam no dia 5 de julho. Porém, a demora austríaca logo começou a ameaçar os desígnios estratégicos da Alemanha, como lamentou Bethmann: “Parece que a Áustria necessita de um tempo excessivamente longo para se mobilizar. Isto é muito perigoso. Um rápido *fait accompli* [ataque austríaco] e depois gentilezas para com a Entente. Assim aguentaremos o choque. ” (RIEZLER,2008, p.184-5)⁴⁵ A Alemanha, principalmente o Imperador e seu embaixador em Viena, von Tschirschky, ficaram irritados com o lento processo decisório de seu aliado, e logo começaram a pressionar a Áustria para proceder ao ataque.⁴⁶ Já no dia 6 de julho, o embaixador Tschirschky transmitiu, “com toda ênfase”, a mensagem de Guilherme para o Ministro das Relações Exteriores da Áustria, ressaltando que a Alemanha esperava uma ação contra a Sérvia e que ela não compreenderia se deixasse passar esta oportunidade. Negociações com a Sérvia, a Alemanha consideraria como uma manifestação de fraqueza, que poderia trazer consequências para a posição futura da Áustria na Tríplice

⁴⁴ Anotações dos dias 7 e 8 de julho 1914.

⁴⁵ Anotação do dia 11.7.1914.

⁴⁶ DD Nr. 29. Der Botschafter in Wien an das Auswärtige Amt, 10. Juli 1914.

Aliança.⁴⁷

E as pressões continuavam muito vigorosamente, até o ponto em que a Áustria se sentiu coagida.⁴⁸ “Eu acredito”, escreveu o embaixador Conde Szögyény no dia 12 de julho, “que precisa ser esclarecido que os grupos decisivos [massgebliche Kreise] na Alemanha, e não por último sua própria Majestade Guilherme II, diria eu, quase nos empurra para uma ação bélica contra a Sérvia.”⁴⁹ Além da pressão sobre a Áustria, o Kaiser, enquanto navegava em alto mar, participou também ativamente da construção de alianças nos Bálcãs, respectivamente negociando posturas neutras para salvaguardar politicamente a guerra austro-sérvia.⁵⁰

Entretanto, o processo decisório da Áustria-Hungria era árduo e demorado. Na reunião do Conselho Ministerial no dia 7 de julho, decidiu-se por uma guerra *em princípio*, mas Tisza conseguiu impedir sua implementação imediata com a insistência em infligir primeiramente uma derrota diplomática à Sérvia.⁵¹ Surgiu o plano de encaminhar um ultimato com exigências inaceitáveis. Iniciou-se então a busca pelas “exigências, que impossibilitariam a aceitação pela Sérvia.”⁵² No dia 19 de julho, o Conselho Ministerial decidiu sobre o procedimento da entrega do ultimato e o prazo de 48 horas para que a Sérvia o aceitasse.⁵³ No dia 21 de julho, o Imperador Francisco José sancionou o ultimato, que finalmente foi entregue pelo embaixador Giesl ao governo sérvio no dia 23 de julho às 18.00 horas. O ultimato significou, depois da “carta branca”, a segunda etapa na escalada entre o assassinato do arquiduque e uma guerra europeia. No dia 25 de julho, Viena recebeu a resposta sérvia ao ultimato e a rejeitou, como tinha sido planejado. Retirou seu embaixador, rompeu as relações diplomáticas e ordenou a mobilização parcial do seu exército.

O governo alemão sabia antecipadamente do teor “inaceitável”

⁴⁷ÖD I, 10. Schreiben des Grafen Berchtold an den Grafen Tisza, 8. Juli 1914. Ver também as notas marginais de Guilherme no telegrama do embaixador Tschirschky do dia 10 de julho: DD Nr. 29. Der Botschafter in Wien an das Auswärtige Amt, 10. Juli 1914.

⁴⁸ÖD I, 13. Graf Szögyény an Grafen Berchtold, 9. Juli 1914.

⁴⁹ÖD I, 15. Graf Szögyény an Grafen Berchtold, 12. Juli 1914.

⁵⁰DD Nr. 26. Der Kaiser an den Kaiser von Österreich, 9. Juli 1914. DD Nr. 141. Der Gesandte im kaiserlichen Gefolge an das Auswärtige Amt, 24. Juli 1914.

⁵¹ÖD I, 8. Ministerrat für gemeinsame Angelegenheiten, 7. Juli 1914.

⁵²DD Nr. 29. Der Botschafter in Wien an das Auswärtige Amt, 10. Juli 1914.

⁵³ÖD I, 26. Ministerrat für gemeinsame Angelegenheiten, 19. Juli 1914.

do ultimato ou até mesmo deu assistência à sua formulação? Um dia após a reunião ministerial em Viena, a Alemanha já havia sido informada do plano austríaco de empurrar a Sérvia para uma guerra através de um ultimato inaceitável pela sua soberania. No entanto, não deu assistência concreta para sua formulação.⁵⁴ Cada dia, a Alemanha recebia novos detalhes sobre o teor do ultimato, mas o texto mesmo somente foi lhe enviado no dia 22 de julho. Este envio aconteceu antes da sua entrega à Sérvia, dando à Alemanha ainda tempo para reagir.⁵⁵ Porém, ela não freou a Áustria no último momento, mas em vez disto, endossou as exigências austríacas inaceitáveis.

Enquanto tudo isto ocorria, Guilherme estava navegando nas águas norueguesas. A partir da entrega do ultimato austríaco, ficou crescentemente nervoso e xingava a todos, principalmente nas suas notas marginais: os austríacos, por causa da demora; seu próprio chanceler, com o qual estava ressentido por não haver sido informado suficientemente; “os eslavos”, bem como a Rússia e a Grã-Bretanha, quando sentiu que estas não iriam engolir tão facilmente o ultimato e a guerra austro-sérvia.⁵⁶ Ele se manifestou expressamente belicista, principalmente contra a Rússia, sem contudo desistir de interpretar a postura russa como blefe.⁵⁷ Ele reforçou a conduta austríaca dura e até sugeriu o aniquilamento da Sérvia, bem como a conquista austríaca de partes do seu território: “A Áustria deveria chegar a uma posição preponderante nos Bálcãs, frente à Rússia e às custas dos Estados menores.”⁵⁸

Diante da escalada das tensões com a entrega do ultimato e a mobilização do exército sérvio, o Kaiser não conseguiu ficar quieto e afastado

⁵⁴DD Nr. 19. Der Botschafter in Wien an das Auswärtige Amt, 8. Juli 1914.

⁵⁵Tschirschky an Jagow, 11.7.1914, repr. em Geiss I, p. 147-8. DD Nr. 49. Der Botschafter in Wien an den Reichskanzler, 15. Juli 1914. DD Nr. 77. Der Staatssekretär des Auswärtigen an den Botschafter in Wien, 19. Juli 1914. DD Nr. 83. Der Staatssekretär des Auswärtigen an den Botschafter in Wien, 20. Juli 1914. DD Nr. 106. Der Botschafter in Wien an den Reichskanzler, 22. Juli 1914.

⁵⁶DD Nr. 120. Der Botschafter in Petersburg an den Reichskanzler, 23. Juli 1914. DD Nr. 117. Der Botschafter in Konstantinopel an das Auswärtige Amt, 23. Juli 1914. DD Nr. 121. Der Staatssekretär des Auswärtigen an den Kaiser, 23. Juli 1914. DD Nr. 155. Der Botschafter in Wien an das Auswärtige Amt, 24. Juli 1914. DD Nr. 149. Der Botschafter in Konstantinopel an das Auswärtige Amt, 24. Juli 1914. DD Nr. 157. Der Botschafter in London an das Auswärtige Amt, 25. Juli 1914.

⁵⁷DD Nr. 120. Der Botschafter in Petersburg an den Reichskanzler, 23. Juli 1914.

⁵⁸Anotações marginais em: DD Nr. 120. Der Botschafter in Petersburg an den Reichskanzler, 23. Juli 1914. DD Nr. 155. Der Botschafter in Wien an das Auswärtige Amt, 24. Juli 1914 e DD Nr. 159. Der Gesandte in Belgrad an das Auswärtige Amt, 25. Juli 1914.

de Berlim. No dia 24 de julho, ele assumiu o comando da frota marítima alemã, que ainda estava se exercitando no mar nórdico, ordenou seu agrupamento e, finalmente, contra os desesperados protestos de Bethmann Hollweg, comandou seu retorno para o porto de Kiel.⁵⁹ No dia 26, ele decidiu, também contra os conselhos expressos de seu chanceler, encerrar antecipadamente seu cruzeiro e regressar a Berlim, onde chegou um dia mais tarde. Nesta viagem de volta, perturbado e alternando rapidamente entre a paz e a possibilidade iminente de uma guerra, já começara a planejar o confronto com a Rússia. Ele ordenou ao Comandante da Frota, Almirante von Ingenohl, a atacar os portos russos de Reval e Libau. Ademais, entregou uma parte da frota e a responsabilidade pela segurança no Mar Báltico ocidental, inclusive seu bloqueio, ao comandante do porto de Kiel, temendo “um segundo Porto Arthur”, desta vez pelos russos contra a Alemanha.⁶⁰ Tais ordens foram, obviamente, ignoradas. (VON MÜLLER, 1959, p.34); (RÖHL, 2014, p.1038); (HOPMAN, 2004, p.400) Porém, de outro lado, alternando para a expectativa de paz, ele planejou de se retirar, juntamente com sua esposa, depois de uma breve estada em Potsdam, para seu retiro provincial, o castelo Wilhelmshöhe, perto da cidade de Kassel. (RÖHL, 2014, p.1046)

“Halt in Belgrad!” - A reviravolta pela paz de Guilherme II

Guilherme desembarcou no porto de Kiel na manhã do dia 27 de julho, e continuou a viagem por trem, munido de novos relatórios. Na pequena estação de Wildpark, perto de Berlim, foi recebido por uma comitiva composta por muitos dos seus conselheiros, agora retornados das suas férias. Recebeu mais documentos da correspondência diplomática e um *briefing* verbal de Bethmann Hollweg. Estes documentos, cuja maioria relatava a situação russa, eram preocupantes e indicavam os primeiros indícios da mobilização do exército russo.⁶¹ Bethmann Hollweg, ainda apostando na política da

⁵⁹DD Nr. 221. Der Reichskanzler an den Kaiser, 26. Juli 1914. DD Nr. 175. Der Admiralstab an den Staatssekretär des Auswärtigen, 25. Juli 1914. DD Nr. 182. Der Reichskanzler an der Kaiser, 25. Juli 1914. DD Nr. 231. Der Kaiser an das Auswärtige Amt, 26. Juli 1914.

⁶⁰Anotações marginais no: DD Nr. 221. Der Reichskanzler an den Kaiser, 26. Juli 1914. Röhl, J. Wie Deutschland den Krieg plante. Süddeutsche Zeitung, 2.3.2014: <https://www.sueddeutsche.de/politik/kaiser-wilhelm-weltkrieg-1.1903963>

⁶¹DD Nr. 194. Der Botschafter in Petersburg an das Auswärtige Amt, 26. Juli 1914. DD Nr. 216. Der Botschafter in Petersburg an das Auswärtige Amt, 26. Juli 1914. DD Nr. 291 Der

regionalização, mas temendo uma reação brusca por parte do Imperador, mandou mensagens tranquilizadoras que minimizavam a escalção do conflito. Destacou que Áustria não começaria com uma ação militar antes do dia 12 de agosto e que a Grã-Bretanha, a França e a Itália desejavam a paz. A Rússia não se estaria mobilizando mas pretendia negociar com a Áustria.⁶²

Contudo, o Kaiser sentiu que a aposta alemã na regionalização do conflito e na não-interferência russa começou a erodir seriamente. Chegando em Wildpark, com muita fúria ele se dirigiu ao seu chanceler: “Como tudo isto pôde acontecer?” O chanceler ofereceu sua renúncia, que não foi aceita. (PRINCE VON BÜLOW, 1931, p. 161)⁶³ Nos dias seguintes, porém, o Kaiser continuou reclamando em público da “incompetência” do seu chanceler, que reiteradamente apontou, não admitindo sua própria contribuição, como culpado pelo desastre de uma guerra iminente. (TIRPITZ, 1920, p. 237)

No restante do dia 27 de julho, ele ainda não deixava entrever uma clara reviravolta de sua postura. Mas Albertini acredita que, já na reunião com Bethmann mais cedo, ele deve ter manifestado seu desejo de uma solução pacífica do conflito austro-sérvio. (ALBERTINI, 1953, v. 2, p. 467)⁶⁴ Neste dia, porém, Guilherme ainda rejeitou a proposta feita por Chelius, no sentido de escrever uma carta pessoal ao imperador russo, e participou de preparações diplomáticas (embora rotineiras) para uma eventual guerra, tentando reter a Itália a seu lado através de generosas compensações territoriais por parte da Áustria.⁶⁵

Finalmente, no dia 28 de julho, bem cedo, seu medo de uma guerra se manifestou com todo ímpeto. Logo no início do dia, ainda antes de

Militärbevollmächtigte am russischen Hofe an den Kaiser, 28. Juli 1914.

⁶²DD Nr. 245. Der Reichskanzler an den Kaiser, 27. Juli 1914. O Kaiser recebeu este telegrama na sua viagem de trem entre Kiel e Berlim.

⁶³Albertini sugere que tal desabafo de Guilherme poderia ter acontecido dias mais tarde, no dia 29 de julho, quando Bethmann “tinha colapsado” completamente. (ALBERTINI, 1953, V2, p. 437).

⁶⁴O fato de Bethmann ter encaminhado o ofício do embaixador alemão em Londres (DD Nr. 258) para Viena, ainda antes da manifestação do Kaiser por escrito na sua “Halt in Belgrad” proposta, corrobora tal acontecimento.

⁶⁵DD Nr. 229. Der Botschafter in Petersburg an das Auswärtige Amt, 26. Juli 1914. DD Nr. 233. Entwurf eines nicht abgesandten Telegramms des Kaisers an den Zaren, 26. Juli 1914. DD Nr. 244. Der Botschafter in Rom an den Reichskanzler, 27. Juli 1914. DD Nr. 267. Der Staatssekretär des Auswärtigen an den Botschafter in Wien, 27. Juli 1914.

partir para sua cavalgada habitual com seu ajudante-geral, General Plessen, Guilherme lera o último despacho do embaixador alemão em Londres, no qual se relatava o pleno apoio do governo britânico à resposta sérvia ao ultimato austríaco e se expressava a convicção desse governo de que um ataque à Sérvia levaria a uma resposta militar por parte da Rússia.⁶⁶ Já na cavalgada junto com Plessen, Guilherme anunciou sua reviravolta para a paz e contra qualquer guerra. Ele reiterou que a Grã-Bretanha sinalizava que a Sérvia teria respondido satisfatoriamente ao ultimato austríaco e com isto, não existiriam mais razões para uma guerra. Foi Plessen, que, nesta conversa, deu a ele a ideia de “Parar em Belgrado” (“Halt in Belgrad”), observando que a Áustria precisaria pelo menos de uma garantia para a implementação das promessas sérvias.

Depois de voltar da cavalgada, Guilherme finalmente tomou conhecimento da resposta sérvia ao ultimato austríaco, que Bethmann e Jagow haviam escondido dele por um dia. Evidentemente, os dois queriam que a Áustria declarasse guerra antes de o Kaiser ter conhecimento da resposta sérvia. Ao ler o documento sérvio, ele exclamou, numa nota marginal: “Uma realização brilhante num prazo de somente 48 horas. Isto é mais do que se esperava! Um grande sucesso moral para Viena: mas, com isto, é eliminada qualquer razão para uma guerra [...] [Com base nesta resposta] eu nunca teria decretado a mobilização!”⁶⁷ Mas Guilherme foi mais longe, certamente não confiando que suas notas marginais fossem compreendidas como uma ordem. Ele se sentou à mesa e redigiu pessoalmente, pela primeira vez em toda a Crise de Julho, um ofício ao Secretário das Relações Exteriores, no qual ordenou uma reviravolta radical na política alemã, renunciando indiretamente a “carta branca” dada à Áustria-Hungria no dia 5 de julho.

Neste ofício, Guilherme aponta que a resposta sérvia, humilhante e capituladora, teria satisfeito os desejos austríacos, deixando somente alguns pontos a serem resolvidos por negociação. Com isto, abandonou a posição categórica e radical de três dias atrás, de que o ultimato

⁶⁶DD Nr. 258. Der Botschafter in London an das Auswärtige Amt, 27. Juli 1914. Este despacho da embaixada alemã em Londres foi o primeiro, depois de algum tempo, a ser encaminhado pelo AA a Guilherme, na íntegra e não alterado, como no caso anterior..

⁶⁷Note marginal (do dia 28.7.) ao DD Nr. 271. Antwortnote der serbischen Regierung auf das österreichisch-ungarische Ultimatum, 27. Juli 1914. Ver também sua nota marginal em: Nr. 337 Der Militärbevollmächtigte am russischen Hofe an das Auswärtige Amt, 29. Juli 1914.

deveria ser cumprido à risca.⁶⁸ Ele desistiu também de seu posicionamento anterior, de que a Áustria deveria estabelecer sua hegemonia nos Bálcãs através da ocupação territorial de uma parte da Sérvia.⁶⁹ Ademais, ele agora rejeitava *in toto* a ideia de uma guerra austro-sérvia e aconselhou, incorporando a sugestão de von Plessen, somente a ocupação temporária de Belgrado para forçar a implementação das promessas sérvias. Por último, deu ordem a Jagow para intervir neste sentido junto a Viena.

Assim como aconteceu no dia 5 de julho, o Kaiser repentinamente realizou uma reviravolta abrupta, desta vez pela paz. O que provocou esta mudança na sua postura? Muitos autores sugerem que foi a leitura do ofício do embaixador alemão em Londres, que teria sinalizado uma parcialidade britânica ao lado da Rússia e da França. Significa que o profundo medo de Guilherme do poderio da Grã-Bretanha teria provocado esta mudança repentina, mas que ele não queria evitar uma guerra *per se*, isto é, ele ainda teria aceitado uma guerra contra a Rússia.⁷⁰ Alguns indícios, no entanto, contradizem esta interpretação. O ofício de Londres em questão, ao contrário dos despachos anteriores de Lichnowsky⁷¹, que não haviam sido levados ao conhecimento do Kaiser, pouco mostra uma clara postura britânica. Só menciona que “não poderíamos contar com a simpatia e apoio inglês”. Um *apoio* britânico, todavia, em contrário a sua neutralidade, não havia sido antecipado por quem quer que seja. Inversamente, acerca da reação russa, o documento se expressou com muita clareza. Ademais, tudo indica que, a esta altura, ainda se contava com a neutralidade da Grã-Bretanha. (RÖHL,2014, p.1052);(KRUMEICH,2014);(TIRPITZ,1920,p.238) Parece que as informações, deduzidas a partir da viagem do Príncipe Heinrich à Inglaterra, e de seu relato pessoal de uma conversa com o Rei George V da Inglaterra, fez com que Guilherme acreditasse na não-intervenção daquele país. Ele contava com a neutralidade britânica, mas, mesmo assim, não queria uma guerra germano-russa. “Seria uma loucura completa”, ele declarou, “se estourasse uma guerra

⁶⁸Nota marginal no: DD Nr. 154. Der Botschafter in Paris an das Auswärtige Amt, 24. Juli 1914.

⁶⁹Nota marginal no: DD Nr. 155. Der Botschafter in Wien an das Auswärtige Amt, 24. Juli 1914.

⁷⁰Fischer, Röhl e Gutsche insistem nesta interpretação.

⁷¹Por exemplo DD Nr. 180. Der Botschafter in London an das Auswärtige Amt, 25. Juli 1914.

generalizada [por causa do conflito austro-sérvio].” Ele insistiu, em frente a todos seus conselheiros militares reunidos no “Conselho da Coroa”, em prosseguir com sua intervenção junto a Viena. Foi decidido levá-la a cabo antes de tomar outras decisões.⁷²

Quando redigiu seu despacho para Jagow, na manhã do dia 28, Guilherme não parecia ter muita pressa. Não esperava, portanto, uma ação militar imediata por parte da Áustria. Tudo indica que ele, ao contrário de Bethmann Hollweg e Jagow, não sabia do plano austríaco de declarar guerra neste dia, ou no dia seguinte, e confiava nas informações de que somente em 12 de agosto a Áustria-Hungria iria iniciar a guerra.⁷³ Ele enviou por mensageiro seu despacho ao AA e depois sugeriu uma entrega pessoal a Viena por um enviado especial. Pensava que assim teria resolvido a situação e que o perigo de uma guerra houvesse desaparecido, arquitetando já novos planos de se retirar para Wilhelmshöhe, longe de Berlim. (RÖHL, 2014, p. 1055; HOPMAN, 2004, p. 402) Ainda na tarde do dia 29, ele presumiu ter mudado o rumo da política austríaca. Quando Chelius, o plenipotenciário militar alemão na corte russa, constatou num ofício que nenhuma potência teria conseguido tirar a Áustria do caminho da guerra, ele exclamou, duas vezes sublinhando: “Pelo contrário – nós conseguimos!”⁷⁴

Neste momento, entretanto, iniciou-se uma jogada diplomática por parte da liderança política alemã, que bem pode ser considerada como conspiração para esvaziar a iniciativa do Kaiser e torná-la sem efeito. Primeiro, Bethmann Hollweg demorou tanto a enviar o ofício, agora por telégrafo, alegando que não havia mais conexão ferroviária entre Berlim e Viena, que este somente poderia ser considerado no dia seguinte, isto é, depois da declaração de guerra da Áustria contra a Sérvia. Quando o ofício chegou na embaixada alemã em Viena, o embaixador Tschirschky deu continuidade às delongas, até

⁷²Relatório do Almirante Tirpitz do “Kronrat” (29.7.), in: Geiss II, pp. 274-5. DD Nr. 456. Protokoll der Sitzung des k. preußischen Staatsministeriums am 30. Juli 1914. (ALBERTINI, 1953, 2, p. 496)

⁷³Se Guilherme sabia da iminente declaração de guerra pela Áustria permanece duvidoso. O telegrama de Tschirschky, informando sobre tais planos (DD 257), chegou no AA no dia 27 de julho e, segundo as anotações, foi levado ao conhecimento do Kaiser. O próprio Guilherme, porém, nada comentou a respeito, nem fez referência a ele nas suas manifestações subsequentes. Uma boa parte da literatura assume o desconhecimento desta decisão por Guilherme. (ALBERTINI, 1953, 2, p. 470)

⁷⁴DD Nr. 344. Der Militärbevollmächtigte am russischen Hofe an das Auswärtige Amt, 29. Juli 1914 (nota marginal do Kaiser).

o ponto em que o próprio Bethmann Hollweg perdeu a paciência.⁷⁵

Ainda mais importante, Bethmann Hollweg e Jagow manipularam intencionalmente o despacho do Kaiser de tal forma que seu espírito e sua intenção (de desautorizar uma guerra austro-sérvia) foram neutralizados. Eles omitiram que o Kaiser havia aceito a resposta sérvia e que ele não via mais nenhuma razão para uma guerra. Insinuaram que a Áustria deveria abandonar a sua postura “totalmente intransigente” *por razões táticas*, isto é, por causa da opinião pública europeia, que reagiria contra ela. Se a Áustria continuasse a rejeitar qualquer negociação, o “mau cheiro [Odium], por ter culpa de uma guerra mundial, recairia sobre ela, também aos olhos do povo alemão. Nesta base, não seria possível iniciar e conduzir uma guerra bem sucedida em três frentes”. Por último, fizeram questão “de não dar a impressão de que queríamos deter a Áustria.”⁷⁶ Ademais, na comunicação deste ofício por Tschirschky ao Ministro das Relações Exteriores da Áustria-Hungria, as intenções do Kaiser deveriam ter sido ainda mais atenuadas. A resposta verbal do Ministro Berchthold, de que “[ele] agradecia a sugestão, mas [...] não poderia dar uma resposta imediata”, fala por si.⁷⁷ Finalmente, Bethmann Hollweg desmontou qualquer impacto da iniciativa guilhermina sobre as decisões austríacas, reafirmando explicitamente que a Alemanha cumpriria lealmente suas obrigações de aliança com a Áustria.⁷⁸

A intervenção do Kaiser pela paz e sua proposta do “Halt in Belgrad” poderia ter mudado o rumo da escalada para uma guerra europeia? A literatura diverge neste assunto. Alguns historiadores negam sua viabilidade, argumentando que a Rússia teria reagido a *qualquer* violação da soberania sérvia.⁷⁹ Existem, porém, indícios de que, contrariamente às declarações do Ministro das Relações Exteriores da Rússia no início da Crise de Julho e no momento da publicação do ultimato, ele talvez tivesse aceitado uma ocupação

⁷⁵DD Nr. 377. Der Reichskanzler an den Botschafter in Wien, 29. Juli 1914. DD Nr. 385 Der Reichskanzler an den Botschafter in Wien, 30. Juli 1914.

⁷⁶DD Nr. 323. Der Reichskanzler an den Botschafter in Wien, 28. Juli 1914. Obviamente, este despacho nunca foi mostrado ao Kaiser. Ainda mais, Bethmann Hollweg continuou enviando despachos que explicitamente contradiziam a aceitação da resposta sérvia ao ultimato por Guilherme. DD Nr. 279. Der Reichskanzler an den Botschafter in London, 28. Juli 1914.

⁷⁷DD Nr. 388. Der Botschafter in Wien an das Auswärtige Amt, 30. Juli 1914.

⁷⁸DD Nr. 396. Der Reichskanzler an den Botschafter in Wien, 30. Juli 1914.

⁷⁹Ver Röhl. Wilhelm II, p. 1057.

temporária de Belgrado para evitar uma guerra europeia.⁸⁰ Ainda mais, o embaixador italiano em Viena havia feito uma proposta semelhante, desconhecida por Guilherme. E tudo indica que o Ministro britânico, Edward Grey, também teria aceitado uma ocupação temporária de Belgrado, seguida por negociações.⁸¹ Assim, Luigi Albertini, que certamente não é conhecido pela sua simpatia pela política alemã, elogia a iniciativa guilhermina: “The idea of a *Halt in Belgrade*, as this proposal is generally called by historians, was quite ingenious. Wilhelm was, after all, more quickwitted, intelligent, and perspicacious than his Ministers and put forward an expedient which held the balance well between the two sides.” John Röhl, outro crítico feroz de Guilherme, também acredita que a implementação da proposta teria, talvez, evitado a catástrofe que estava prestes a acontecer. ” (ALBERTINI, 1953, v2, p.469); (RÖHL, 2014, p.1054); (MEYER-ARNDT, 2006, p.145)

No mesmo dia da reviravolta do Kaiser, a Áustria declarou guerra contra a Sérvia, e um dia depois, seus navios de guerra no rio Danúbio bombardearam a cidade de Belgrado. Esta declaração de guerra significava a terceira etapa de escalada do conflito. Mas, com isto, a ideia do “Halt in Belgrad” ainda não havia morrido completamente e o Kaiser ansiosamente esperava uma manifestação por parte da Áustria.

Por que a liderança política alemã (Bethmann Hollweg e Jagow) optou por minar a iniciativa imperial pela paz? É muito provável que Bethmann Hollweg, no dia 28 de julho, ainda acreditasse na viabilidade de sua política de regionalização, apostando que a declaração austríaca de não ter “ambições territoriais” na Sérvia, isto é, de não ocupar permanentemente território sérvio, ainda fosse suficiente para fazer a Rússia aceitar uma guerra austro-sérvia. (HILLGRUBER, 1986, p.51) Ele considerava a reviravolta do Kaiser como prematura, e não quis admitir, até o dia 29 de julho, o fracasso de sua política de “risco calculado”. Ele ainda defendia seu “diplomatic

⁸⁰DD Nr. 460. Der Botschafter in London an das Auswärtigen Amt, 31. Juli 1914, citando um telegrama do Ministro Grey ao seu embaixador em Moscou. DD Nr. 395. Der Reichskanzler an den Botschafter in Wien, 30. Juli 1914.

⁸¹DD Nr. 368. Der Botschafter in London an das Auswärtige Amt, 29. Juli 1914. DD Nr. 439. Der Botschafter in London an das Auswärtige Amt, 30. Juli 1914. Ainda mais, no dia 30 de julho, o Príncipe Heinrich recebeu um telegrama do Rei George V, no qual informava sua concordância com a ocupação de Belgrado e as regiões adjacentes como garantia das reivindicações austríacas, se todos os outros países cessassem seus preparativos para a guerra. DD Nr. 452. Der König von England an Prinz Heinrich von Preußen, 30. Juli 1914.

masterpiece”, como colocou seu antecessor Bülow.⁸² Por esta razão, ele também rejeitava as propostas de mediação (quatro até este momento) feitas pela Grã-Bretanha.

De outro lado, ele já havia percebido o abismo no qual a política alemã estava operando, e iniciou uma estratégia diplomática paralela que permitiria travar a guerra contra a Rússia e a França “nas melhores condições possíveis”. Era uma estratégia dupla: ainda não descartar toda esperança de paz mas, mesmo assim, se preparar para a guerra. Assegurar a neutralidade britânica e o apoio para tal guerra pela sociedade alemã, especialmente pela Social Democracia, eram peças chaves desta estratégia. Para conseguir isto, a Rússia deveria aparecer, em todo caso, como culpada pela eclosão das hostilidades, e a Alemanha e a Áustria como pacíficas e vítimas. Aceitar, como fachada ou não, as propostas de mediação, tornou-se elemento crucial desta política. Ao transmitir a proposta guilhermina pela paz, embora adulterada, ele deu a orientação de que se tratava somente de um “modo que permitiria [...] desmontar a propaganda por uma Grande Sérvia, sem desencadear uma guerra mundial, e, se esta se mostrar inevitável, melhorar as condições para travá-la.”⁸³ Os telegramas pessoais, que Bethmann Hollweg sugeriu a Guilherme enviar a seu primo Nicolau II, Czar da Rússia, conhecidos como parte dos famosos “telegramas Willy-Nicky”, foram inspirados por esta estratégia: “Tal telegrama”, ele escreveu ao Kaiser no dia 28 de julho, “no caso em que aconteça a guerra, deixará aparecer, com muita clareza, a culpa russa.”⁸⁴

A própria reviravolta de Bethmann Hollweg um dia mais tarde, quando percebeu o fracasso total da política de regionalização e enviou em desespero seus dois “*Weltbrandtelegramme*” (expressando o medo de um “incêndio mundial”) a Viena, revela também esta estratégia dupla: “Se Viena [...] recusa qualquer concessão, especialmente se rejeita a última proposta [britânica] de Grey, não será mais possível atribuir a culpa da conflagração europeia, que está irrompendo, à Rússia. [...] Se Viena] rejeita tudo, mostra que

⁸²Prince von Bülow. Memoirs, 1909-1919, p. 150. Alguns autores, entre eles Meyer-Arndt, argumentam que, embora Bethmann Hollweg tivesse assinado os despachos para Viena, von Jagow e von Stumm do AA eram mais instrumentais na derrubada da iniciativa do Kaiser. Meyer-Arndt, pp. 146-9.

⁸³DD Nr. 323. Der Reichskanzler an den Botschafter in Wien, 28. Juli 1914.

⁸⁴DD Nr. 308. Der Reichskanzler an den Kaiser, 28. Juli 1914.

ela queria, de qualquer jeito, uma guerra, que nos envolverá, enquanto a Rússia ficará sem culpa. Isto cria para nós, frente à nossa própria nação, uma situação plenamente insustentável.⁸⁵

A iniciativa do Kaiser pela paz do dia 28 de julho não surtiu efeito em função do boicote cínico e maquiavelista por parte de sua própria liderança política ou por ter sido atingido pela mobilização geral russa precipitada? Parcialmente sim.

Mas por outro lado, faltava força e determinação a Guilherme. Ele tinha o destino europeu nas suas mãos, e assim o percebeu. Ele não queria mais uma guerra austro-sérvia por causa do medo de uma conflagração europeia, chegou a esboçar uma fórmula pela paz, mas fracassou na implementação. Ao contrário de suas frequentes demonstrações de poderes autocráticos, seja no dia 5 de julho, quando quase sozinho direcionou a política alemã para o caminho da confrontação, ou no dia 26 de julho, quando, contra os protestos do seu chanceler, ordenou a volta da frota de guerra e decidiu o seu próprio retorno, ou, ainda mais, no dia 1º de agosto, quando ordenou, contra a resistência de todo comando militar, uma parada no avanço do exército alemão na fronteira com Luxemburgo - desta vez mostrou timidez e falta de coragem. Uma intervenção rápida e direta, junto ao Imperador austríaco, ameaçando a retirada do apoio, teria surtido um efeito imediato. Mas, certamente, não queria fazer isto, uma vez que tinha dado sua “palavra de honra” ao Imperador. Perguntou, repetidas vezes, ao seu chanceler, se seu ofício realmente tinha sido encaminhado e ficou esperando, servil mas crescentemente irritado, a resposta austríaca.⁸⁶ E, sendo altamente influenciável: em vez de insistir ele facilmente cedeu às pressões. Como o Ministro (Prussiano) da Guerra, Falkenhayn, colocou no seu diário: “[O Kaiser] está proferindo discursos confusos, que somente mostram uma coisa

⁸⁵DD Nr. 441. Der Reichskanzler an den Botschafter in Wien, 30. Juli 1914. Bethmann Hollweg cancelou este segundo *Weltbrandtelegramm* duas horas depois do envio. As duas explicações, que Bethmann Hollweg deu para este cancelamento podem ser interpretadas no sentido de que agora tinha aceitado a guerra contra a Rússia e não queria mais deter a Áustria. DD Nr. 450. Der Reichskanzler an den Botschafter in Wien, 30. Juli 1914. DD. Nr. 451. Entwurf eines nicht angesandten Telegramms des Reichkanzlers an den Botschafter in Wien, 30. Juli 1914. DD Nr. 464. Der Reichskanzler an den Botschafter in Wien, 31. Juli 1914. DD Nr. 437. Der Kaiser an den Kaiser von Österreich, 30. Juli 1914.

⁸⁶Relatório do Almirante Tirpitz do “Kronrat” (29.7.), in: Geiss II, pp. 274-5. Notas marginais em: Nr. 367 Der Botschafter in Paris an das Auswärtige Amt, 29. Juli 1914 e em: Nr. 368 Der Botschafter in London an das Auswärtige Amt, 29. Juli 1914.

com clareza: que ele agora não quer mais a guerra e que está determinado a abandonar a Áustria por isto. Eu chamei a atenção dele para o fato de que não tinha mais controle sobre este assunto.” (AFLERBACH,1994, p. 154)

Conclusões

Já a partir do dia 24 de julho, a Rússia se manifestara com muita clareza que não iria aceitar uma violação da soberania sérvia e reagiria com uma guerra se a Áustria tentasse “engolir” este país. No dia seguinte, iniciou-se o “Período Preparatório para a Guerra” e, no dia 28 de julho, foi anunciada a mobilização parcial de seu exército.

A Alemanha reagiu com uma advertência de não dar prosseguimento a uma mobilização geral, pois esta significaria verdadeiramente uma guerra. No mesmo dia (29 de julho), o Conselho Ministerial do governo russo votou a favor da mobilização geral, mas a intervenção do Czar, impressionado pelos telegramas do Guilherme, retardou sua implementação por um dia. No dia 30 de julho, no período da tarde, as ordens para a mobilização geral russa foram dadas, e ao meio dia do dia 31, Berlim recebeu as respectivas informações. A Alemanha declarou o “Estado de Perigo de Guerra Iminente” e emitiu um ultimato à Rússia, de “cessar qualquer preparativo de guerra contra nós e a Áustria-Hungria” no prazo de 12 horas. Se não o fizesse, a Alemanha, por sua vez, mobilizaria o seu exército, o que significaria inevitavelmente a guerra.

A Rússia não recuou e, no dia 1º de agosto, às 17 horas, Guilherme assinou a ordem para a mobilização geral, para ter efeito no dia seguinte. Às 19 horas, o embaixador alemão, Pourtalès, com lágrimas nos olhos, entregou a declaração alemã de guerra ao governo russo. Vinte e quatro horas depois, a Alemanha e a França mobilizavam os seus exércitos. Nesta altura, a diplomacia alemã ainda se empenhou, porém sem muita esperança, pela neutralidade britânica no conflito, mas a invasão da Bélgica no dia 4 de agosto pelo exército alemão deu um dos motivos e a justificativa para a Grã-Bretanha, por sua vez, declarar guerra à Alemanha.

No mesmo dia, a Condessa Mechthild Lichnowsky, esposa do embaixador alemão em Londres, derrubou o retrato do Kaiser da escrivaninha

do seu marido, e gritou: “Este é o suíno que cometeu o crime!” Ela tinha razão? Em grande medida sim. Mostramos como, em dois momentos chaves da Crise de Julho, a postura do Kaiser deu uma contribuição fundamental para colocar a Alemanha no caminho da confrontação armada. A sua responsabilidade era tanto de ação (dia 5 de julho) quanto de omissão (dias 28 a 30 de julho). No dia 5 de julho, espontaneamente, e em um surto de megalomania autocrática, ele sancionou a guerra austro-sérvia e, em seguida, pressionou o seu aliado austríaco para logo pegar em armas. Dominou a sua marcialidade, seu militarismo e seu autoritarismo, bem como o lado impulsivo e a imprevisibilidade do seu caráter. Neste momento, ele tinha todas as opções e poderia ter continuado com a postura de cautela, que caracterizava a sua política nas crises balcânicas anteriores. Ele não queria a “grande guerra”, não era um defensor da “guerra de prevenção” contra a Rússia, mas assumiu o risco, abafando seu medo com o estúpido *mantra* de que a Rússia ainda não estava pronta para tal guerra.

Quando esta guerra se revelou como possibilidade real, ele ficou atemorizado e apresentou seu “plano pela paz”. Neste segundo momento, porém, quando tinha ainda o destino de paz ou guerra nas suas mãos, fracassou, e mostrou o outro lado da sua personalidade: a insegurança, a falta de coragem e liderança e sua susceptibilidade a pressões, manipulações e influências por terceiros. Sua intervenção foi tímida e sem a determinação necessária. Ele não recorreu aos amplos instrumentos de poder disponíveis a ele para frear o caminho para a catástrofe. Volátil e inseguro, ele rapidamente cedeu e se entregou às manipulações do seu chanceler e ao boicote austríaco de sua proposta. No final, ele se rendeu ao cálculo da dinâmica das necessidades militares, defendido pelos militares.

O papel trágico de Guilherme na Crise de Julho reflete tanto a sua personalidade problemática, alternando entre megalomania e fraqueza, quanto o sistema de seu regime político semi-autocrático, que lhe concedera tantos poderes e que o colocara em uma posição a cujas exigências não conseguia corresponder. Neste sentido, o indivíduo e sua personalidade têm importância e devem ser levados em conta para se abrir uma janela pela melhor compreensão do caminho alemão para a guerra.

Ademais, o lado sistêmico do drama guilhermino pode ser

atenuado ainda mais por uma perspectiva comparativa, isto é pelo fato de que, nos tempos mais recentes, plenas democracias, jovens e mais consolidadas, também não conseguiram barrar determinadas personagens da tomada do poder, que, mesmo com a legitimidade do voto popular, demonstraram estar igualmente inaptas para o exercício de cargos de responsabilidade e que conseguiram mergulhar seus países em um abismo de crise e tristeza.

Referências

AFFLERBACH, H.. Falkenhayn. Politisches Denken und Handeln im Kaiserreich, Munique: 1994.

ALBERTINI, L. The Origins of the War of 1914, 3 vols., London: 1953.

BRUNS, F. ; KARENBERG, A. Vom Neurastheniker zum Bipolaren: Kaiser Wilhelm II. im Spiegel psychiatrischer Diagnosen des 19. und 20. Jahrhunderts. *Fortschr Neurol Psychiatr.*, 29.8.2019.

CLARK, C. The Sleepwalkers: How Europe Went to War in 1914. Londres: 2012.

CONRAD, F. Aus meiner Dienstzeit, Vol. III. Viena:1922.

FISCHER, F. Griff nach der Weltmacht. Die Kriegszielpolitik des Kaiserlichen Deutschlands. Düsseldorf: 1961.

GUTSCHE, W. Wilhelm II., der letzte Kaiser des Deutschen Reiches: Eine Biographie. Berlin: 1991

HAMILTON, R. F.; HOLGER, H. H. Decisions for War, 1914–1917. Nova Iorque: 2005.

HILLGRUBER, A. Deutschlands Rolle in der Vorgeschichte der beiden Weltkriege. Göttingen: 1986.

HILLGRUBER, A. Riezlers Theorie des kalkulierten Risikos und Bethmann Hollwegs Politische Konzeption in der Julikrise 1914. In: Historische Zeitschrift, vol. 202, Munique: 1966, p. 332-357.

HOPMAN, A.; Das ereignisreiche Leben eines “Wilhelminers”. Tagebücher, Briefe, Aufzeichnungen 1901 bis 1920. Ed. por Michael Epkenhans. Viena: 2004.

JARAUSCH, K. H. The Illusion of Limited War: Chancellor Bethmann Hollweg’s Calculated Risk, July 1914, in: Central European History, 2/1(1969), pp. 48–76.

KANTOROWICZ. Gutachten zur Kriegsschuldfrage, Frankfurt am Main: 1967.

KRUMEICH, G. Juli 1914. Eine Bilanz. Paderborn: 2014.

LEBOW, R.N.. Between Peace and War. The Nature of International Crisis. Baltimore e Londres: 1981.

LICHNOWSKY, K. M. My Mission to London, 1912–1914. Nova Iorque e Londres: 1918

MALINOWSKY, S. Vom König zum Führer. Sozialer Niedergang und politische Radikalisierung im deutschen Adel zwischen Kaiserreich und NS-Staat. Berlim (Akademieverlag): 2003.

MARTEL, G. The Month that Changed the World. July 1914. Oxford :2014.

MCMEEKIN, S. Juli 1914. Der Countdown in den Krieg. Berlim: 2014.

MEYER-ARNDT, L. Die Julikrise 1914. Wie Deutschland in den Ersten Weltkrieg stolperte. Colónia, Viena: 2006.

MOMBAUER, A. Helmuth von Moltke and the Origins of the First World War. Cambridge: 2001.

OTTE, T. July Crisis. The World's Descent into War: Summer 1914. Cambridge: 2014.

PRINCE VON BÜLOW. Memoirs, 1909-1919. Londres & Nova Iorque: 1931.

RIEZLER, K. Tagebücher, Aufsätze, Dokumente. Ed. por Erdmann, K.D. Göttingen: 2008.

RÖHL, J. Kaiser Wilhelm II. Eine Studie über Cäsarenwahnsinn, Munique: 1989.

RÖHL, J. Wilhelm II: Into the Abyss of War and Exile. Cambridge: 2014.

TIRPITZ (Admiral) A. Von. Erinnerungen. Leipzig: 1920.

URBACH, K.; Hitlers heimliche Helfer. Der Adel im Dienst der Macht, Darmstadt: 2016.

URBACH, K.. Nützliche Idioten. Die Hohenzollern und Hitler. In: Thomas Biskup, Truc Vu Minh, Jürgen Luh (ed.): Preußendämmerung: Die Abdankung der Hohenzollern und das Ende Preußens. Heidelberg: arthistoricum.net, 2019.

VON MÜLLER. Regierte der Kaiser?: Kriegstagebücher, Aufzeichnungen und Briefe des Chefs des Marine-Kabinetts Admiral Georg Alexander von Müller, 1914-1918. Ed. por Walter Görnitz. Göttingen: 1959.

Coleções de fontes primárias:

BD - British Documents on the Origins of the War, 1898-1914. Vol. XI: The Outbreak of War: Foreign Office Documents. Ed. G.P. Gooch & Harold Temperley. London 1926.

DD - Die Deutschen Dokumente zum Kriegsausbruch 1914. Kautsky, K. (ed.); Vollständige Sammlung der von Karl Kautsky zusammengestellten amtlichen Aktenstücke mit einigen Ergänzungen. Im Auftrag des Auswärtigen Amtes nach gemeinsamer Durchsicht mit Karl Kautsky hrsg. von Graf Max Montgelas und Walter Schücking. 4 vols., Charlottenburg 1919.

GEISS I e II - Geiss, Imanuel (ed.), Julikrise und Kriegsausbruch 1914. Eine Dokumentensammlung, 2 vols. Hannover 1963/64.

GP - Die Große Politik der europäischen Kabinette 1871–1914. Sammlung der Diplomatischen Akten des Auswärtigen Amtes. Im Auftrag des Auswärtigen Amtes, Berlin 1922–1927.

ÖD - Die Österreichisch-Ungarischen Dokumente zum Kriegsausbruch. Hrsg. vom Staatsamt für Äußeres in Wien (Berlin: National-Verlag), 1923.



ARTIGOS - ARTICLES

Ceticismo nas Relações Internacionais: o caso europeu

Estevão de Rezende Martins¹
Professor da Universidade de Brasília - UnB
echarema@gmail.com

Como citar este artigo: MARTINS, E. C. R. "Ceticismo nas Relações Internacionais: o caso europeu", *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº10, pp. 244-259. 2020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa-

Resumo: O ceticismo aparece na cena política e social internacional na forma de uma descrença crescente, entre os cidadãos, quanto ao sistema político – notadamente quanto à democracia mesma – à forma de governar e às relações entre os Estados. Na Europa, tal ceticismo atinge o cerne mesmo da construção europeia e as oscilações da opinião pública, como captadas pelo Eurobarômetro, apontam para os riscos de tal instabilidade.

Palavras-chave: União Europeia; democracia; ceticismo; opinião pública.

Skepticism in International Relations: the European case

Abstract: Skepticism appears on the international political and social scene in the form of a growing disbelief, among citizens, about the political system – notably regarding democracy itself – the way of governing and the relations between States. In Europe, such skepticism reaches the very heart of the European construction and the fluctuations in public opinion, as captured by the Eurobarometer, which points to the risks of such instability.

Keywords: European Union; democracy; skepticism; public opinion.

¹ Professor titular emérito da Universidade de Brasília. PhD (Munique, Alemanha, 1976). Pesquisador CNPq 1A (História). Ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (2009-2015). Vice-presidente da Comissão Internacional de História dos Paramentos e Instituições Representativas (desde 2011). Contato: echarema@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8217850863705574>

A cena internacional é uma arena de desconfianças constantes. O euroceticismo tornou-se praticamente um clássico nos últimos vinte anos.

Em que consiste o euroceticismo?

O termo tem sido usado em discussões políticas por cerca de duas décadas para qualificar uma vasta gama de atitudes em relação à União Europeia, com respeito a determinadas políticas específicas ou, genericamente, para uma rejeição categórica de todo o projeto europeu, desde seu nascedouro.

Os alvos do euroceticismo podem incluir o projeto europeu de integração como um todo, a estrutura atual da UE, decisões concretas em domínios políticos setoriais da UE ou determinados projetos para o desenvolvimento e consolidação da integração comunitária (“aprofundamento” e “alargamento”) (DE VRIES, 2018).

Tais atitudes são próprias, em primeiro lugar, a determinados partidos políticos, como a Frente Nacional (França), a Alternativa para a Alemanha, a Lega Norte (Itália), o Partido pela Liberdade (Holanda) ou o Partido Liberal (Áustria). O rótulo de “eurocético” é também atribuído a partidos que se distribuem por todo o espectro político - isto é, não apenas partidos dos dois extremos - desde que suas tomadas de posição incluam elementos que colocam a integração europeia como prejudicial, duvidosa ou mal-vinda (MILIOPOULOS, 2017, p. 58-76).

Como o espectro de significados do termo ‘euroceticismo’ é amplo, importa tipificar os sentidos mais usuais de seu emprego. Pode-se distinguir de início entre um euroceticismo “duro” e um euroceticismo “brando”. O euroceticismo duro denota rejeição total de todo e qualquer formato de integração europeia, proclamando o fracasso da jornada desde 1950 e advogando a restauração da soberania e da identidade nacional de cada país no interior de suas fronteiras atuais (sem cuidar de saber a história da geopolítica europeia dos últimos duzentos e cinquenta anos) e sair da União Europeia de imediato. O euroceticismo brando é seletivo, situa-se na crítica moderada a certas regras (como o da transferência total de soberania nacional para o ente supranacional UE). Essa distinção parece óbvia. Com efeito, o euroceticismo brando se dilui e tem impacto difuso e impreciso – mas atinge a opinião pública e se reflete nas pesquisas de opinião, como se verá mais adiante. O

euroceticismo duro se instala em partidos políticos nacionais e impacta tanto as eleições internas quanto às eleições europeias (notadamente pela abstenção e pela eleição de eurodeputados “anti-Europa”, como no caso do UKIP britânico ou da Frente Nacional francesa).

Há ainda outras tipificações do euroceticismo, que apontam a diversidade e a complexidade de reunir sob uma única categoria uma miríade de perspectivas e ambições políticas, quase todas enraizadas em questões locais, regionais e nacionais.

Em primeiro lugar, atribui-se particular importância à ideologia, em relação aos partidos, ou seja, às suas convicções, valores e objetivos básicos. Um euroceticismo moldado ideologicamente afirma que os valores que lhe são próprios seriam incompatíveis com as características centrais da UE e de sua política.

Em segundo lugar, um partido pode ser guiado por considerações estratégicas; utilizaria então a sua posição eurocética de forma oportunista para aumentar a sua visibilidade e fortalecê-la perante os outros partidos, ou seja, instrumentalizá-la em benefício dos objetivos políticos internos na competição política.

Um terceiro tipo de euroceticismo é de cunho utilitarista: a questão posta indaga que benefícios econômicos a adesão à UE auferiu ou prometeu trazer para o país, ou quais desvantagens - talvez apenas em áreas políticas específicas - a adesão poderia ter acarretado.

Uma quarta expressão de euroceticismo está enraizada em uma fixação na soberania do Estado. O projeto de integração suscita aqui preocupações, se tocar no que se considera elemento central inalienável da soberania em cada caso particular, mesmo que não passe de mera partilha negociada de soberania. No entanto, o reforço regular e constante das instituições comunitárias - em particular da Comissão e do Parlamento Europeu - ou a aplicação crescente do princípio de maioria ponderada nas deliberações do Conselho são considerados inaceitáveis pelos representantes deste grupo.

Uma quinta forma de euroceticismo aparece na ansiedade com a perda da identidade (nacional) como resultado da integração progressiva ou de decisões em áreas de política que são vistas como uma ameaça a essa identidade. Nos partidos que se situam na extrema esquerda ou direita do

espectro político, podem ser encontradas atitudes eurocéticas de diversos graus, que não remontam a um único contexto de justificação.

Euroceticismo também molda as atitudes e políticas de alguns partidos situados no centro do espectro político, independentemente de funcionarem como governo ou como partidos de oposição. Partidos e políticos que receberam o rótulo de “eurocéticos” muitas vezes recusam tal etiqueta, camuflando-se atrás do argumento de que suas atitudes e políticas nada mais fazem do que refletir “eurorealismo”.

A desconfiança figadal com relação à Europa sempre foi vista como uma mania britânica. Essa aversão remonta a pelo menos às guerras napoleônicas, mas vem de mais longe, quando da expansão da navegação oceânica e da implantação dos impérios coloniais (MARTINS, 2012)

Tal aversão ainda não se chamava “euroceticismo”. Esse conceito foi forjado depois de o processo europeu de integração começar a dar certo e a gerar conflitos – reais ou imaginários – entre o interesse coletivo (a União Europeia) e o interesse particular (os nacionalismos dos estados-membros).

Em épocas de fartura e bem-estar, viva a Europa! Dela se auferem as mais inomináveis vantagens particularizadas. Dois exemplos: (1) a PAC (política agrícola comum), que se mantém graças a um artifício criado por pressão francesa (política do “assento vazio” em 1965/66) e afinal consagrado no assim chamado compromisso de Luxemburgo, de janeiro de 1966. (2) O outro exemplo é a série de “cláusulas de exceção” que se inaugura com a entrada da Grã-Bretanha nas Comunidades Europeias em 1972 e que reproduz o sistema da PAC em diversos outros campos (notadamente o da pesca nas águas territoriais comunitárias), com vantagens desproporcionais ao Reino Unido. Tais cláusulas existem também quanto a outros países (Suécia, Dinamarca, por exemplo) e campos (Espaço Schengen, euro).

Quando as crises sucessivas se acumulam, tanto pela instabilidade econômica mundial quanto pelas diversas etapas de alargamento das Comunidades, se esboça um mecanismo de desconfiança mútua entre os estados-membros e de diversos deles com relação à gestão comunitária sediada em Bruxelas. Políticos “nacionais” se comprazem em acusar a Europa de ser a fonte de todos os males e de todas as imposições, que descaracterizariam a identidade de cada sociedade.

Mas o euroceticismo agora se espalhou pelo continente como um vírus. Como os dados do Eurobarômetro² mostram, a confiança no projeto europeu caiu ainda mais rápido do que as taxas de crescimento econômico na primeira década do século 21. Desde o início da crise do euro, a confiança na União Europeia caiu de 10 a 22 por cento na França, de 20 a 29 por cento na Alemanha, de +30 a -22% na Itália, de +42 a -52% na Espanha, de +50 a +6% na Polônia e de -13 a -49% no Reino Unido.

O mais impressionante é que bom número de pessoas na UE parece perder a fé no projeto: credores e devedores e zona do euro, países candidatos e potenciais demissionários (“opt-outs”). Em 2007, as pessoas pensavam que o Reino Unido, que marcou -13% em confiança, era o eurocético campeão. Agora, notavelmente, os quatro maiores países da zona do euro têm níveis ainda mais baixos de confiança nas instituições da UE do que a Grã-Bretanha em 2007. Então, o que ocorreu?

A velha explicação para o euroceticismo foi a alegada existência de um déficit democrático na UE. Decisões, críticos disseram, foram tomadas por instituições sem a responsabilidade dos governos nacionais eleitos. Mas a crise atual nasce não de um conflito entre Bruxelas e os estados-membros, mas de um choque entre as vontades democráticas dos cidadãos no norte e sul da Europa - o chamado centro e periferia. E ambos os lados agora estão usando instituições da UE para promover seus interesses.

No passado, havia uma regra não escrita de que as instituições da UE supervisionariam o mercado único e outras áreas técnicas das políticas públicas – como um padrão comum para a composição da massa de tomate ou para emissões sonoras do cortador de grama – enquanto os governos nacionais continuariam a ter o monopólio da prestação de serviços e da formulação de políticas nas áreas mais sensíveis que pudessem pesar de uma ou outra forma nas eleições nacionais respectivas.

Desde o início da crise em 2008, os cidadãos dos países credores resistem a assumir a responsabilidade pelas dívidas de outros sem ter mecanismos para controlar seus gastos. Com o pacto fiscal e as exigências do

² Criado em 1973, o Eurobarômetro analisa, periodicamente, as tendências e a evolução da opinião pública sobre diversas questões europeias, em todos os estados-membros da UE, por iniciativa das instituições europeias.

Banco Central Europeu (BCE) de uma ampla reforma do mercado interno, os eurocratas cruzaram muitas das 'linhas vermelhas' relativas à soberania nacional, estendendo seu alcance bem além de alimentação ou normas de segurança para exercer controle sobre pensões, impostos, salários, mercado de trabalho e empregos públicos. Essas áreas estão no cerne das políticas internas de bem-estar e identidades nacionais.

Para um número crescente de cidadãos dos países do sul da Europa, a UE se parece crescentemente com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a política que adotou na América Latina: uma camisa de força dourada que restringiria o espaço para a política nacional e esvaziaria suas democracias nacionais autônomas. Nesta nova situação, os governos vêm ou vão, mas as políticas permanecem basicamente as mesmas, sem admitir contestação. Enquanto isso, na percepção dos países do norte europeu, a UE tem cada vez mais dificuldades em controlar as políticas dos países do sul. Os credores nutrem um sentimento de serem vítimas de exploração, que espelha um sentimento análogo dos devedores.

Se a soberania é entendida como a capacidade de o povo decidir de modo absoluto o que quer para seu país, poucos cidadãos hoje, no norte ou no sul da UE pensam que são soberanos. Uma parte substancial da democracia teria desaparecido no nível nacional, mas não teria sido compensada no nível europeu.

Num sistema político nacional em pleno funcionamento, os partidos políticos poderiam expressar essas diferentes perspectivas - e pretender servir de referência para encontrar um terreno comum entre elas. Mas é precisamente isso que o sistema político europeu não tem conseguido cumprir plenamente: porque carece de partidos políticos efetivos, de um governo adequado e de uma esfera pública, a UE não tem conseguido superar as falhas das democracias nacionais.

Em vez de uma batalha de ideias, a UE está entravada por um círculo vicioso entre o populismo anti-UE e os interesses tecnocráticos acordados entre os estados-membros, que não levariam suficientemente em conta o espectro de expectativas de seus cidadãos (MARTINS, 2013).

A ascensão do populismo anti-UE veio para ficar? A esperança é que, à medida que o crescimento econômico aumente, o euroceticismo enfraqueça e

eventualmente retroceda. Mas o déficit de confiança na UE vai mais fundo do que isso. O entusiasmo pela UE não voltará, a menos que a UE mude profundamente a maneira como lida com seus estados-membros e seus cidadãos.

Tomemos alguns exemplos, nem sempre presentes nas grandes análises internacionais correntes, que amiúde se concentram no famoso “casal 20” da UE, França e Alemanha (Martins, 2013).

Com uma União agora sem o Reino Unido, a redistribuição das cartas tem de ser acelerada. A histeria política interna e internacional, que levou a Grã-Bretanha a formalizar seu abandono da UE, escancarou a possibilidade de novo tipo de pressão (alguns diriam: chantagem): considere esse ou aquele governo nacional ter seus ‘interesses nacionais’ contrariados pela União, brandiria a ameaça de abandonar o barco. Como no caso da Grã-Bretanha, a conta de benefícios comunitários auferidos pelos estados-membros é amplamente favorável à União – assim o uso populista da crítica à ‘superpotência de Bruxelas’, que ‘asfixiaria o pobre cidadão no fundo de seus rincões’ se torna ferramenta de jogo político interno. Foi assim que o governo conservador de David Cameron, ambicionando ganhar as eleições de 2015 (e conseguiu) fez a ‘promessa do fim do mundo’: realizar referendo sobre a permanência da Grã-Bretanha na União. No ano seguinte, deu no que deu: o referendo mostrou os desequilíbrios nacionais internos ao Reino Unido [pelo que alguns comentaristas passaram a falar de ‘Reino Desunido’ (CLARK, 2010), Cameron caiu e seguiram-se mais de três anos de confusão política e econômica até o desfecho do “brexit” em 31 de dezembro de 2020.

A redistribuição das cartas políticas da arquitetura institucional da UE começou com a crise financeira de 2008/2009, que atingiu duramente tanto a economia quanto o controle das despesas públicas de todos os estados-membros.³ Isso não é uma característica europeia – nem foi na Europa que a bola de neve dessa crise começou a rolar. No século 21, qualquer choque abrupto na frágil estabilidade econômica mundial repercute em toda parte, mundo afora.

³ O início foi a crise das hipotecas americanas. Ver *The Financial Crisis Inquiry Report Authorized Edition: Final Report of the National Commission on the Causes of the Financial and Economic Crisis in the United States*. Public Affairs, 2011.

Para ilustrar a volatilidade do euroceticismo tal como aparece nas percepções nacionais, os exemplos utilizados cobrem estados-membros em diversos estágios políticos e econômicos na história da UE, desde fundadores até ‘sócios’ caçulas:

- fundadores (1958): Alemanha, França, Holanda, Itália
- 1973: Dinamarca; 1981: Grécia; 1986: Espanha, Portugal; 1995: Finlândia; 2004: Polónia, República Checa; 2007: Bulgária.

Alemanha

Os alemães se veem como vítimas da crise do euro. Eles sentem que foram traídos e temem que lhes seja pedido para pagar impostos mais altos ou aceitar níveis mais altos de inflação para salvar o euro (ou mais recentemente, para suplantando a recessão causada pela COVID-19). Embora a Alemanha seja genericamente conhecida por nutrir um sentimento positivo com relação à UE – e no conjunto atue oficialmente nesse sentido – há registro de um afastamento da opinião pública, nos últimos dez anos, quanto ao ‘objetivo-ideal’ “Europa”: os dados do Eurobarômetro mostram que 56 por cento dos alemães “não confiam” na UE, enquanto apenas 30% têm uma imagem “bastante positiva” da UE. No entanto, ao mesmo tempo, o populismo foi contido até agora: todos os partidos políticos dominantes apoiam o euro e recentes pesquisas mostram que três quartos dos alemães são contra sair do euro. Um novo partido antieuro, Alternativa para a Alemanha, criado em 2013, já pesa negativamente no cenário político alemão atual. Mesmo que a UE represente para alguns um peso a carregar, a maioria dos alemães considera a União uma moldura política e econômica de alta qualidade.

França

Pela primeira vez, a França não é exceção: desde o início da crise, a confiança na UE diminuiu e sua imagem piorou. Em 2012, o número de entrevistados franceses que “tendem a não confiar na UE”, subiu para 56%, ante 41% em 2007. Isso inclui um julgamento negativo sobre a resposta da UE às crises, já tendo impacto na política francesa: é sem dúvida um fator no fortalecimento ainda mais profundo da rejeição radical da UE, como proclamada pela Frente Nacional, de extrema direita, na vida política da

França. É igualmente um fator significativo (e fácil) do sucesso político e midiático do líder de esquerda radical Jean-Luc Mélenchon. No entanto, no seio da sociedade francesa se mantém uma atitude de vislumbrar na UE um meio visível e decisivo, como uma liderança responsável para viabilizar e enquadrar a recuperação econômica, concentrando-se na redução da dívida, nas estratégias de investimento e políticas de crescimento e, de fato, na capacidade de assegurar um bem-estar pan-europeu. A atitude eurocética é, pois, minoritária.

Holanda

O apoio holandês à UE caiu de +44% em 2007 para -8 por cento em 2012. O principal motivo foi o sentimento de ter havido um fraco desempenho dos países da UE e da zona do euro ao lidar com a crise. Em particular, os holandeses veem a UE como parte do problema e não da solução. O resgate da economia grega em 2010 foi objeto de matérias fortemente críticas e constantes na imprensa sobre fraude e má gestão nos países devedores. Partidos populistas se aproveitaram. Os políticos também são suspeitos de usar a meta de déficit fiscal máximo de 3% para justificar cortes orçamentários impopulares. Embora a Europa tenha sido um problema nas campanhas eleitorais em 2012, seu impacto real nos resultados foi limitado. O Partido Liberal-Democrático (VVD, moderadamente eurocético) e a centro-esquerda (PvdA, Partido do Trabalho, pró-europeu). O PvdA lidera junto com os demais de centro-direita, enquanto os partidos antieuropeus não conseguiram lucrar do crescente euroceticismo dos eleitores (FvD, Fórum pela Democracia; PVV, Partido pela Liberdade). Pesquisas recentes de opinião indicam que os holandeses continuam a apoiar majoritariamente o pertencimento à UE.

Itália

A austeridade está mudando as percepções da UE entre os cidadãos italianos – especialmente entre os jovens, 40% dos quais estão desempregados. A recente eleição italiana mostrou que os italianos perderam a fé e paciência com Bruxelas e Berlim e não acreditam mais que o fim da crise estaria próximo. Embora a confiança na UE tenha oscilado na Itália sob pressão dos partidos neonacionalistas, soberanistas e eurocéticos (Lega Norte, Movimento

5 Stelle), a maioria dos entrevistados italianos ainda se vê cidadãos europeus e identificam-se com a Europa. Em uma pesquisa recente, apenas 1% queria sair da UE. Em vez disso, uma grande maioria - especialmente entre integrantes do empresariado - quer avançar para uma verdadeira união política que seja mais democrática e mais social do que o formato atual da UE. A pesquisa não mostrou que os italianos querem menos Europa. Pelo contrário, eles querem uma Europa diferente: uma que seja mais flexível e mais simétrica, menos focada na austeridade e mais focada no investimento na economia real.

Dinamarca

Embora 2012 tenha sido o quadragésimo aniversário da adesão da Dinamarca à UE, parece que os dinamarqueses pró-europeus não tiveram muito para comemorar. A confiança líquida na UE diminuiu de +36% em 2007 para apenas +2% em 2012. Esta queda se deveu a questões de apoio popular insuficiente, já que a Dinamarca fica de fora da parte mais integrada da UE (como o euro, por exemplo), uma vez que – constitucionalmente – não pode estender seu engajamento sem obter maioria eleitoral por referendo. Dois dos seis referendos realizados no passado foram perdidos pelo campo pró-UE: tal acarretou, por exemplo, alterações no tratado de Maastricht (1992) que excluíram os itens de defesa, justiça e assuntos internos e da moeda única, e estabeleceu a base jurídica para uma Europa a duas velocidades. Por causa do crescimento do euroceticismo, a primeira-ministra Helle Thorning-Schmidt (entre 2011 e 2015) adiou o referendo sobre a Europa que prometera em sua plataforma eleitoral. Isso significa que a Dinamarca seria incapaz de acompanhar os países da zona do euro em um sistema bancário e fiscal ou em uma união política.

Grécia

Antes do início da crise em 2012, a adesão à UE sempre esteve associada na Grécia ao progresso econômico, à prosperidade e à modernidade, superando o atraso imposto pelo regime totalitário entre 1967 e 1974. A Grécia passou, no entanto, por severa recessão e teve de adotar drásticas medidas de austeridade, reforma estrutural e ajustes financeiros. Sem surpresa, essa experiência traumática levou a uma queda vertiginosa no apoio grego à UE: em

2007, o apoio líquido foi de +26 por cento; em 2012, era de -63%. O apoio popular dos dois maiores partidos políticos, Nova Democracia e PASOK, também entrou em colapso. O principal beneficiário foi Partido Syriza (extrema esquerda), que se opunha ao programa de austeridade acordado com a "troika" (FMI, Comissão Europeia e Banco Central Europeu), mas acabou por ser obrigado a ceder, pois a Grécia sempre quis manter o euro e salvar suas finanças. O espaço público ficou fortemente agitado com manifestações “anti-Bruxelas” e anti-imigrantes. O apoio a partidos explicitamente anti-UE como o KKE comunista e a extrema direita Chryssi Avgi (Aurora Dourada) também aumentou, mas não alterou o espectro político radicalmente.

Espanha

Durante décadas, a Espanha viu sua relação com a Europa através dos olhos da fórmula de José Ortega y Gasset: "A Espanha é o problema e a Europa é a solução." O dramático declínio sem precedentes da confiança na UE desde a crise não é simplesmente resultado da austeridade. Afinal, foi através de reformas dolorosas que a Espanha conseguiu aderir à UE e, mais tarde, ao euro e assim superar seu passado difícil. Agora, no entanto, a falta de uma visão clara sobre o futuro nacional ou europeu significa que não há consenso ou legitimidade para os sacrifícios que estão sendo exigidos dos espanhóis, o que desequilibra os resultados eleitorais internos e submete a tensão a complexa tessitura do sistema semifederal do estado espanhol. Os espanhóis não culpam a Europa pela crise e não querem sair do euro. O que parece ter abalado sua lealdade e confiança na Europa é que eles pensam não ser ouvidos nem poder contestar ou alterar políticas públicas. Os espanhóis não se tornaram eurocéticos – mas se transformaram em eurocríticos implacáveis.

Portugal

O consenso pró-europeu no cerne da política portuguesa foi abalado pela crise do euro: o apoio líquido à UE caiu de +41% em 2007 para -24% em 2012. Os três principais partidos haviam labutado para Portugal estar no centro da integração europeia, o que foi associado a progresso econômico e a estabilidade política. No entanto, isso também levou à estagnação após

Portugal ingressar na moeda única, apesar das vantagens relativas da produtividade e competitividade econômica. Medidas severas de austeridade e reformas após o início da crise levaram de início a relativamente poucas manifestações violentas e pouca agitação. Mas a profunda recessão acarretou mais inquietação pública, com rejeição da situação de Portugal, que se acreditava sofrer imposição descabida de austeridade – sobretudo por pressão da Alemanha. Os governos de Pedro Passos Coelho e de Antonio Costa perseveraram no engajamento na UE e obtiveram mais liberdade quanto às metas orçamentárias. Assim, a opinião pública portuguesa manteve-se filoeuropeia.

Finlândia

As atitudes em relação à UE na Finlândia são ligeiramente contraditórias: enquanto os níveis de apoio à adesão finlandesa da UE e à moeda única parecem elevados, os níveis de confiança na UE são baixos e há pouca consciência de uma identidade europeia. A crise econômica polarizou os finlandeses e o apoio financeiro aos países endividados da zona do euro é particularmente controvertido. O forte aumento do euroceticismo na Finlândia impulsionou o partido True Finns, que se tornou o terceiro maior partido no parlamento, com 39 cadeiras, nas eleições gerais de 2011. Mas o aumento das críticas à UE levou também a um fortalecimento de sentimentos pró-europeus entre seus apoiadores. Isso sugere que enquanto seja possível que certos finlandeses obtenham capital político mobilizando a insatisfação com a UE, é pouco provável que tal consiga minar o amplo apoio à UE.

Polônia

Em maio de 2012, pela primeira vez desde que a Polônia entrou na UE, a percentagem de polacos que "tendem a não confiar" na UE (46%) foi superior à porcentagem de poloneses que "tendem a confiar" nela (41%) - uma evolução notável para um país tradicionalmente pró-europeu. A UE ainda tem, contudo, índices de aprovação mais altos que o governo, o parlamento ou a televisão pública. No entanto, a UE parece ter perdido sua reputação como âncora da estabilidade para um país que passa por uma enorme transformação de sua situação social e econômica. Em particular, os poloneses são céticos

sobre o futuro da moeda comum e apenas 29% desejariam aderir. Essas atitudes públicas representam um dilema para a elite política do país, cuja ambição é estar no centro do poder na Europa. O objetivo da Polônia nos próximos anos seria permanecer o mais próximo possível do núcleo de poder defendendo a integridade de todo o projeto da UE. As circunstâncias políticas internas desde 2015 comprometem seriamente tal atitude inicial.

República Checa

Tem havido um declínio constante do apoio à UE na República Tcheca: caiu de + 29% em 2007 para -26% em 2012. Os checos têm uma abordagem pragmática em vez de atitude idealista em relação à UE: eles veem a adesão à UE como um “casamento de conveniência”, que proporciona prosperidade e segurança. No entanto, a crise comprometeu a imagem da UE como uma comunidade de prósperos. Ao contrário dos eslovacos, que aderiram à moeda única, os checos parecem satisfeitos de não precisar contribuir para as operações de resgate dos países do sul da zona euro do sul, vistos como relativamente irresponsáveis. Por outro lado, os checos não veem ameaça alguma a sua segurança, que poderia fazê-los pensar a UE como necessária para sua proteção. Os governos checos recentes, liderados por eurocéticos moderados (e até obstinados como o ex-presidente Václav Klaus), também contribuíram para um ambiente difuso anti-UE.

Bulgária

A confiança na UE aumentou ligeiramente desde o ingresso da Bulgária em 2007: 60% “tendem a confiar” na UE em 2012, em comparação com 54% em 2007 (embora a desconfiança também tenha aumentado ligeiramente, de 21% para 24%). Os cidadãos confiam mais Bruxelas por causa da impopularidade das instituições domésticas (a pesquisa mais recente do Eurobarômetro sugeriu que 74% desconfiam do parlamento nacional e 79% têm uma visão negativa dos partidos políticos). A UE continua a servir como um corretivo externo para políticas disfuncionais em casa - ilustrado pela onda de protestos em massa em fevereiro e março de 2012, que desencadeou eleições parlamentares antecipadas, em 2014. Embora a rejeição popular se dirija contra as elites búlgaras, responsabilizadas pela pobreza e corrupção

desenfreadas, a UE não era mais invocada como solução. Investidores privados de outros estados-membros também foram criticados, conduzindo a um movimento em direção ao nacionalismo econômico, que também pode preparar o terreno para o possível euroceticismo no futuro.

Como resumo desse movimento pendular heterogêneo, que é o euroceticismo interno à UE, lembre-se o que escreveu o historiador alemão Hagen Schulze, abertamente pró-Europa: "A Europa só foi capaz de se unir contra algo, nunca por algo. A Europa experimenta sua unidade sobretudo quando se trata de evitar um perigo comum, imaginário ou real, e perde essa unidade quando o perigo desapareceu" (SCHULZE 1995, p. 327).

A este respeito, a eliminação da ameaça imediatamente aparente da União Soviética não foi um bom presságio para o progresso do processo de integração europeia. Os alargamentos acelerados para vincular países do leste europeu (notadamente em 2004) já não foram acompanhados pelo processo de maturação que o projeto europeu requer.

No entanto, é preciso levar em conta que os perigos percebidos hoje não precisam mais ser de natureza militar. Vimos que os conflitos, que no passado muitas vezes levaram a complicações armadas, são mais provavelmente, em nosso tempo, travados no campo econômico – pense-se na tão invocada guerra comercial entre os EUA e a China, por exemplo. No domínio econômico, porém, existem razões suficientes para a Europa perceber perigos comuns, imaginários ou reais. Como bloco econômico, a União Europeia perdeu fôlego considerável em relação aos EUA e à China. Os mercados mundiais podem entrar em colapso por uma miríade de razões, materiais ou cibernéticas, fiscais ou sanitárias, como agora em 2020. No ambiente econômico, existem representações suficientes do inimigo para a União Europeia. Nesse aspecto, a 'Fortaleza Europa' também pode ter um aspecto positivo: a aliança defensiva que se observa é economicamente difícil, mas fortalece a identidade europeia.

Com efeito, a enquete realizada pela UE entre fevereiro e março de 2020 quanto à consciência europeia dos cidadãos aponta para o fato de que, mesmo que atitudes eurocéticas continuem a existir e a fazer ruído no espaço

público, o sentimento filoeuropeu predomina de modo notável (Eurobarometer 2020).⁴

Nove entre dez entrevistados (91%) de 2020 afirmam ter familiaridade com a expressão “cidadão da União Europeia” – 65% afirmam conhecer a expressão e também saber o que significa. Tem-se aqui um crescimento de 4% com relação à enquete de 2015 e é o maior índice na série iniciada em 2007. Quanto a saber do que se trata, o crescimento é de 13% (e também o nível mais alto desde 2007). Independentemente das posturas eurocéticas militantes, as taxas de consciência do pertencimento europeu são altas, como por exemplo na Itália (81%), na Espanha (79%), na Eslováquia (78%), na Polônia (76%), na Irlanda e na Áustria (ambos com 74%). O conhecimento do teor da cidadania europeia (composta com a cidadania nacional) é particularmente elevado na Áustria (90%), na Itália (89%), na Espanha (88%) e mais baixo na Lituânia (68%), na Letônia (63%) e na Romênia (59%).

Pode-se assim concluir, mesmo que provisoriamente, que malgrado o ceticismo usual nas relações internacionais, sempre parece emergir um ou outro formato de entendimento e arranjo político, econômico, cultural ou social que torna viável uma espécie de otimismo de sobrevivência na complicada teia social e estatal existente na cena mundial (MARTINS, 2007).

Referências

- CLARK, J. C. (2010). UK: A disunited kingdom. Em *History Today*. Vol. 60, Nr. 7.
- DE VRIES, C. E. (2018). *Euroscepticism and the Future of European Integration*. Oxford University Press.
- MARTINS, E. C. de R. (2007). *Cultura e Poder*. São Paulo: Saraiva, 2ª. ed.
- MARTINS, E. C. de R. (2012). *Parcerias almejadas. Política externa, segurança, defesa e história na Europa*. Belo Horizonte: Fino Traço.
- MARTINS, E. C. de R. (2017). Democracy and the Threat of Populism. *Estudos do Século XX (Coimbra)*, v. 17, p. 91-111.
- MARTINS, E. C. de R. (2013). Parcerias intraeuropeias: 50 anos do Tratado do Eliseu (1963-2013). *Revista Brasileira de Política Internacional (Impresso)*, v. 56, p. 60-84.

⁴ “European Union Citizenship and Democracy”, Flash Eurobarometer 485, European Union, 2020

MILIOPOULOS, L. (2017). “Europäisierter Euroskeptizismus? Eine theoretische Annäherung”. Em: Frank Decker/Jürgen Rüttgers (orgs.): Europas Ende, Europas Anfang, Frankfurt a.M.: Campus.

SCHULZE, H. (1995). Staat und Nation in der europäischen Geschichte. Munique: C. H. Berck, 1995, 2ª. ed.

INTELLIGERE, REVISTA DE HISTÓRIA INTELECTUAL
EXPEDIENTE

Reitor: Vahan Agopyan
Vice-Reitor: Antonio Carlos Hernandez

CHC – Centro Interunidades de História da Ciência

Diretor: Gildo Magalhães dos Santos Filho
Vice-diretor: João Francisco Justo Filho

Conselho Editorial:

Sara Albieri
Estevão Chaves de Rezende Martins
Gildo Magalhães dos Santos Filho
Mauro Lucio Leitão Condé

Conselho Consultivo:

Allan Megil (University of Virginia)	Leopoldo Waizbort (USP – FFLCH)
André de Melo Araújo (UNB)	Luiz Carlos Soares (UFF)
Daniel Brauer (Universidad de Buenos Aires)	Marisa Midori Deaecto (USP – ECA)
Dario Horácio Gutierrez Gajardo (USP– FFLCH)	Mauro Lucio Leitão Condé (UFMG)
Dominic Scott (University of Oxford)	Milton Meira do Nascimento (USP–FFLCH)
Elias Thome Saliba (USP – FFLCH)	Oswaldo Frota Pessoa Jr (USP – FFLCH)
Estevão Chaves de Rezende Martins (UNB)	Paulo Teixeira Iumatti (USP – IEB)
Gildo Magalhães dos Santos Filho (USP–FFLCH)	Raquel Glezer (USP – FFLCH)
Gregory Claves (University of London)	Ricardo Navia (Universidad de la Republica- Uruguay)
Jaimir Conte (UFSC)	Rolf Kuntz (USP – FFLCH)
Jorge Luís Grespan (USP – FFLCH)	Yamandú Acosta (Universidad de la Republica- Uruguay)

Comitê de Publicação:

Editora responsável: Sara Albieri
Editor gerente: Ana Paula Nobile Toniol
Francismery Alves Silva
Assessoria editorial: Camille Cardoso
Lauro Fabiano de Souza Carvalho
Allan Reveriego Strazzi

Secretária: Adriana Antunes Casagrande de Luca

Contato: Revista Intelligere – CHC/USP
Av. Prof. Lineu Prestes, 338 – Térreo
Cidade Universitária – São Paulo – SP
CEP 05508-900
e-mail: intelligere.revista@gmail.com
telefone (11) 3091-3776

Capa deste número: autoria de Camilie Cardoso, a partir da ilustração Meander Maps of the Mississippi River (1944) de Harold Fisk, disponível em <https://publicdomainreview.org/collection/maps-of-the-lower-mississippi-harold-fisk>

Diretrizes para Autores

A apresentação dos originais será realizada através do sistema de submissão eletrônica no site <http://www.revistas.usp.br/revistaintelligere>.

Os escritos não podem ter sido previamente publicados (em papel ou eletronicamente) ou enviados para avaliação em outras publicações.

- O texto deve ser digitado em corpo 12, fonte Garamond, com espaçamento de 1,5 entre linhas, com extensão variando entre 8 e 30 laudas.
- Epígrafes, termos, expressões, citações ou transcrições em língua estrangeira devem ser destacadas no texto por meio de itálico.
- Imagens, figuras, gravuras, ilustrações e desenhos em geral devem ser apresentadas com resolução mínima de 300 dpi.
- Todas as imagens devem vir acompanhadas de legendas, com a devida numeração em fonte Garamond tamanho 10.
- Os artigos devem ter título na língua original (português ou espanhol) e inglês. Os resumos, em português ou espanhol, com até 200 palavras, e três a cinco palavras-chave separadas por ponto devem ser acompanhados de Abstract em inglês com três a cinco *keywords*. Exemplo:
Palavras-chave: Polifenol oxidase (PFO). Biossensores. Polipirrol (PPI).
- Citações e menções a autores no correr do texto devem subordinar-se à norma ABNT 6023:18, ou seja, os autores são indicados por seu sobrenome, seguido pelo ano e página se for o caso. Exemplos:
(REIS, 2008, p. 103), (ÖWALL; KÄYSER; CARLSSON, 2010, p.31-40), (SOARES, 2002).

Demais exemplos estão disponíveis em:
<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/459/413/1613-1>

- A reprodução de um texto de até três linhas deve ser incorporada ao parágrafo entre aspas duplas. Exemplos:
“A comparação é a técnica científica aplicável sempre que houver dois ou mais termos com as mesmas propriedades gerais ou características particulares” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 32).
Segundo Madigan *et al.* (2010, p. 89) “As vesículas de gás são estruturas fusiformes, preenchidas por gás e constituídas de proteínas; elas são ocas, porém rígidas, variando quanto ao comprimento e diâmetro”
- Citações com mais de três linhas devem ser transcritas abaixo do texto, com recuo de 4 cm da margem esquerda, com espaçamento simples, em fonte Garamond tamanho 10 e sem aspas. Exemplo:

De acordo com Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 35)

A análise e a síntese racionais só podem ser feitas mentalmente. Empregam-se principalmente na filosofia e na matemática. A análise é uma espécie de indução; parte-se do particular, do complexo, para o princípio geral e mais simples. A síntese é uma espécie de dedução; vai do mais simples ao mais complexo.

- As notas de rodapé devem ser apenas de caráter explicativo ou de comentário. Se nelas for referido algum autor, a referência deve obedecer à mesma forma recomendada para todas as referências no corpo do artigo. As notas devem ser digitadas ao final de cada página, utilizando-se os recursos para criação automática de notas na fonte Garamond 10.
- Todas as referências citadas no texto devem ser listadas ao final do artigo, em ordem alfabética, de acordo com a norma ABNT 6023:18. Os autores são indicados por seu sobrenome seguido das iniciais do nome. Exemplos:

BESS, F. H.; HUMES, L. E. **Fundamentos da audiolgia**. Tradução: Marcos A. G. Domingues. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. 326 p.

REIS, D. R. **Gestão da inovação tecnológica**. 2. ed. Barueri: Manole, 2008. 206 p.

Demais exemplos estão disponíveis em:
<https://usp.br/sddarquivos/aulasmetodologia/abnt6023.pdf>

- A revista detém os direitos autorais de todos os textos nela publicados. Os autores estão autorizados a republicar seus textos mediante menção da publicação anterior na revista.

Declaração de Direito Autoral

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista Intelligere o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a “Licença Creative Commons Attribution” que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.
- Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada na revista Intelligere (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados na revista Intelligere serão usados exclusivamente para os serviços prestados pela publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.